

Sociedade e Estado

Volume 32 – Número 1

Copyright © 2017
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christiane Girard F. Nunes

Chefe do Departamento de Sociologia: Lourdes M. Bandeira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Editora responsável: Lourdes M. Bandeira

Editores-adjuntos: Ana Cristina M. Collares e Joaze Bernardino-Costa

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão e diagramação: Paralelo 15

www.editoraparalelo15.com.br / editor@editoraparalelo15.com.br

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

facebook.com/Sociedade e Estado

Indexadores e bases de dados:

CLASE- citas latino-americanas de sociologia y economia; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciElo- Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>

SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 32 – Número 1

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Edson Silva de Farias (UnB), Maria Stela Grossi Porto (UnB), Mariza Veloso Motta Santos (UnB) e Sadi Dal Rosso (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (EHESS/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélgio Trindade (UFRJ),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (UFMG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Nottingham Trent University/ING),
Pedro Célio Alves Borges (UFGO),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (UNICAMP),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Sergio Sauer, Danilo Nolasco, Luiz Roberto Cardoso, Luiz Antônio Bogo Chies, Antônio Azevedo, Edson Silva de Farias, Mariano David Fabris, Juan Bautista Lucca, Fernando Augusto Albuquerque Mourão, Elisângela da Silva Santos, Elsa Muñiz, César Abilio Vergara Figueira, Ângela Figueiredo, José Alcides F. Santos, Roberto de Sousa Miranda, Jordão Horta Nunes, Christiane Girard, Noêmia Lazzareschi.

Apoio:



Sumário

Editorial	7
<i>Lourdes M. Bandeira, Ana Cristina M. Collares & Joaze Bernardino-Costa</i>	
Artigos	
O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014)	13
<i>Adalberto Cardoso & Julián Gindin</i>	
Ni rara, ni extraordinaria: política y corporalidad en Eva Perón	39
<i>Karina Elizabeth Vázquez</i>	
Estado, política e evolução social: uma tendência para este século XXI	61
<i>Leno Francisco Danner</i>	
Individualização da incerteza: direito condicionado e ativação da proteção social	89
<i>Cristina Almeida Cunha Filgueiras & Léa Guimarães Souki</i>	
Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional	115
<i>Jacob Carlos Lima & Daniela Ribeiro de Oliveira</i>	
A hierarquização simbólica do Brasil na Copa do Mundo	145
<i>Michel Nicolau Netto</i>	
A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo	171
<i>Jandir Pauli & Cinara Rosenfield</i>	

O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia <i>Matheus Mazzilli Pereira & Marcelo Kunrath Silva</i>	189
Riqueza e <i>status</i> entre mulheres negras no Brasil <i>Emerson Ferreira Rocha</i>	217
Resenhas	
Trente ans après <i>La distinction</i> : um guia sobre a posteridade da obra de Bourdieu COULANGEON, Philippe; DUVAL, Julien (Orgs.). <i>Trente ans après</i> <i>La distinction de Pierre Bourdieu</i> . Paris: La Découverte, “Collection Recherches”, 2013. <i>Bruno Costa Barreiro</i>	247
E a tragédia continua MEARHEIMER, John J. <i>The tragedy of great power politics</i> . Updated edition. New York: W. W. Norton & Company, 2014. <i>Daniel Afonso da Silva</i>	253
Resumos de teses e dissertações	261
Normas para publicação	277

Editorial

Lourdes M. Bandeira,
Ana Cristina Murta Collares
& Joaze Bernardino-Costa*

* Docentes do
Departamento
de Sociologia da
Universidade de
Brasília.

Temos o prazer de apresentar aos leitores da revista *Sociedade e Estado* a primeira edição de 2017. Este será o primeiro número inteiramente *on-line* da *Sociedade e Estado*, que, a partir desta edição, não contará mais com sua versão impressa. O volume traz uma interessante coleção de artigos de temas variados, discutindo desde os mitos relacionados à imagem de Eva Perón, na Argentina, às disputas entre os imperativos morais e estratégicos no enquadramento interpretativo dos movimentos sociais, tomando por base os ativistas de direitos dos animais. Aliada à diversidade de assuntos tratados, deparamo-nos com a abrangência temática e metodológica que faz jus à tradição de pluralidade da revista.

Nessa perspectiva, três dos artigos presentes nesse número trabalham temas relacionados às relações de trabalho. No primeiro artigo, Adalberto Cardoso e Julián Gindin discutem o movimento sindical na Argentina e no Brasil entre 2002 e 2014, argumentando que este se fortaleceu sob a égide dos governos do PT no Brasil e de Kirchner na Argentina. Os autores salientam também a importância da articulação com o movimento sindical para o fortalecimento de ambos os governos e, por fim, que o novo contexto econômico, político e social dos dois países provocou mudanças nessa articulação. Já no segundo artigo mencionado – “A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo” –, Jandir Pauli e Cinara Rosenfield analisam as relações entre agricultores e dirigentes de cooperativas de crédito que envolvem transações financeiras com recursos disponibilizados por programas governamentais. A conclusão, baseada em perspectivas teóricas específicas, é de que esses dirigentes, como mediadores, operam fortalecendo as relações sociais nas quais essas transações se baseiam, a partir de estratégias de “negociação da intimidade”, que transformam a confiança e a amizade em vínculos institucionais. Finalmente, ainda nessa linha, o artigo de Jacob Carlos Lima e Daniela Ribeiro de Oliveira – “Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional” – discute as transformações nas relações de trabalho dos trabalhadores da indústria da informática, os chamados “trabalhadores digitais”.

Dois outros artigos trabalham a questão da influência do poder simbólico e da identidade nas relações sociais e políticas. O artigo de Karina Elizabeth Vázquez – “Ni rara, ni extraordinaria: política y corporalidad en Eva Perón” –, como indica o

próprio título, trabalha os dois mitos relacionados à imagem de Eva Perón, o “mito negro” e o “mito branco”. O primeiro aquele da arrivista social manipuladora, e o segundo o da madona dedicada à luta por justiça social. Vázquez discute como ambos os mitos são manipulados em termos de linguagem e imagens a ponto de converter ou substituir a realidade história pela ficção. Já o artigo de Michel Nicollau Netto – “A hierarquização simbólica do Brasil na Copa do Mundo” – mostra uma faceta pouco discutida das disputas em torno da possibilidade de o Brasil sediar a Copa do Mundo ocorridas entre 2013 e 2014: a promoção da imagem do país no exterior. Netto apresenta o resultado dessa disputa como uma hierarquização das marcas e imagens de promoção que se relacionava muito mais com as grandes empresas relacionadas ao evento do que propriamente a uma imagem do Estado-nação brasileiro.

Na perspectiva dos direitos políticos e sociais, Cristina Almeida Cunha Filgueiras e Léa Guimarães Souki abordam no artigo “Individualização da incerteza: direito condicionado e ativação da proteção social” os componentes políticos de reformas recentes dos sistemas de proteção social, com foco nas políticas relacionadas ao trabalho, e suas consequências para a cidadania. Na visão das autoras, essas reformas estariam conduzindo a uma “(re)individualização dos riscos e das incertezas”, a uma “erosão do *status* social”, que seriam resultantes do “questionamento à titularidade de direito e da adoção do direito condicionado” (p. 89). Ainda nessa linha, Matheus Mazzilli Pereira e Marcelo Kunrath Silva, em “O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia”, trabalham as organizações de direitos animais para compreender e propor novas abordagens para o chamado “dilema interpretativo” dos movimentos sociais, que trata do equilíbrio e da tensão entre os imperativos morais e os imperativos estratégicos desses movimentos.

Ainda na perspectiva das relações entre o Estado e os direitos sociais, está o artigo de Leno Francisco Danner, “Estado, política e evolução social: uma tendência para este século XXI”. Danner propõe que, desde o final do século passado, estamos assistindo a um fortalecimento do Estado e de seu poder compensatório e regulatório, ou seja, há uma tendência de reforço de uma cultura pública de defesa dos direitos sociais. Nessa perspectiva otimista da evolução do Estado moderno, a política é vista como o elemento fundamental de transformações sociais nas sociedades democráticas.

Por fim, ao tratar especificamente da desigualdade social no topo da distribuição de renda, e inserir nesse tema os enfoques importantes de gênero e raça, o artigo de Emerson Rocha – Riqueza e *status* entre mulheres negras no Brasil – aborda a participação das mulheres negras no topo da distribuição de renda no Brasil,

ou seja, entre os 1% mais ricos da sociedade. Com uma análise bem abrangente, Rocha estima a contribuição das desvantagens cumulativas, como, por exemplo, a desigualdade de oportunidades educacionais, a remuneração discriminatória e as dinâmicas matrimoniais, para explicar a baixa participação desse grupo entre os ricos brasileiros, além de indicar a influência direta da condição racial na composição desse quadro.

Além das tradicionais resenhas de teses e dissertações defendidas no período por estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da UnB, o presente volume acrescenta duas resenhas de obras atuais e bastante relevantes para a teoria sociológica, os livros *Trente ans après La distinction* (2013), de Pierre Bourdieu, e *The tragedy of great power politics* (2014), de John J. Mearheimer.

A edição *on-line* conta com a vantagem de apresentar imagens, tabelas e gráficos em cores, o que muitas vezes é altamente relevante para a compreensão da mensagem passada pelas mesmas, tal como no artigo de Michel Nicolau Netto presente neste número. Esperamos ter composto, com essa diversidade de artigos e temáticas, um número que alcance o interesse de grande número de leitores da comunidade acadêmica.

Artigos

O movimento sindical na Argentina e no Brasil (2002-2014)*

Recebido: 06.04.16

Aprovado: 31.05.16

Adalberto Cardoso
& Julián Gindin**

Resumo: O artigo analisa e compara a ação do sindicalismo na Argentina e no Brasil no período 2002-2014. Na primeira seção, apresentamos em grandes linhas os efeitos econômicos, institucionais e políticos do neoliberalismo dos anos 1990 sobre a ação sindical. Na segunda seção, argumentamos, em primeiro lugar, que, no período 2002-2014, o movimento sindical se fortaleceu como ator institucional e representante dos interesses dos trabalhadores na negociação perante o Estado e as empresas. Em segundo lugar, sugerimos que a articulação com o sindicalismo foi importante tanto para o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil quanto para o kirchnerismo na Argentina, embora por motivos diferentes. Em terceiro lugar, mostramos que, em razão do novo contexto político, econômico e social, mudanças significativas ocorreram nos alinhamentos entre correntes sindicais e em sua relação com os respectivos sistemas políticos. Na conclusão, sugerimos algumas perspectivas para o futuro do sindicalismo nos dois países, chamando a atenção, dentre outras coisas, para os riscos de aprofundamento da oligarquização e burocratização dos dois movimentos.

Palavras-chave: sindicalismo, pós-neoliberalismo, classe trabalhadora, Argentina, Brasil.

Introdução

Argentina e Brasil evidenciam, hoje, semelhanças que surpreenderiam um observador de meados do século XX. Mesmo admitindo que diferenças significativas continuem existindo nos mercados de trabalho, nos sistemas partidários, na estrutura e nas tradições sindicais, indicadores como PIB *per capita*, urbanização da população e proporção de população assalariada estão mais próximos do que jamais estiveram. Os dois países se aproximaram também no que respeita à desigualdade social (que, com oscilações, cresceu nos últimos 40 anos na Argentina e vem diminuindo no Brasil) e à capacidade de ação sindical e política da classe trabalhadora (que cresceu nos últimos 40 anos no Brasil). Paralelamente a essa convergência estrutural, contemporaneamente se desenvolveram processos políticos análogos, associados, primeiro, à hegemonia e depois à erosão do neoliberalismo; e, em seguida, à consolidação de governos com fortes vínculos com os movimentos sociais e com os sindicatos. Contra esse pano de fundo, o artigo investiga um problema central: como dois movimentos sindicais diferentes em termos de tradição, estrutura e relação com o sistema político responderam a um contexto que evoluiu, em termos político-econômicos, de maneira semelhante?

* Os autores agradecem a dois pareceristas anônimos da revista *Sociedade e Estado*, cujos comentários muito contribuíram para o aprimoramento do texto.

*** Adalberto Cardoso é doutor em sociologia pela USP, coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (Nupet, sediado no Iesp-Uerj), e professor do Iesp-Uerj. Dentre suas publicações recentes destacamos: *A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* (Rio de Janeiro, FGV, 2010); *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro* (Rio de Janeiro, FGV, 2013); *Work in Brazil: essays in historical and economic sociology* (Rio de Janeiro, Eduerj, 2016). <acardoso@iesp.uerj.br>. Julián Gindin é doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, professor da Faculdade de Educação da UFF e integrante do Núcleo de Pesquisas e

Estudos do Trabalho (Nupet, sediado no Iesp-Uerj). Publicou *Por nós mesmos. O sindicalismo docente de base na Argentina, no Brasil e no México* (Rio de Janeiro, Azougue, 2015).

1. O espaço disponível exige que sejamos, por vezes, telegráficos na interpretação dos processos investigados. Esperamos suprir essa limitação indicando a bibliografia relevante (inclusive nossos próprios estudos e pesquisas) que serviu de base à análise.

Para responder a essa questão, o argumento será construído em três seções, além desta Introdução. Na primeira, destacamos os impactos das reformas neoliberais dos anos 1990 em três dimensões: (i) na estrutura da classe trabalhadora, com aumento do desemprego, da informalidade, da terciarização dos empregos, redução de efetivos industriais e do funcionalismo público, dentre outros; (ii) na organização de classe, com destaque para a queda nas taxas de filiação e efeitos da estrutura sindical na perda de poder dos sindicatos; e (iii) na articulação do sindicalismo com o sistema de partidos e a dinâmica política mais geral, na qual ele se constituiu como um dos importantes atores no combate ao neoliberalismo. Na segunda seção, analisamos o período inaugurado em 2003, com a chegada de Kirchner e Lula ao poder central. As três dimensões são novamente abordadas, para mostrar a relativa reversão das tendências da década anterior, com retomada do emprego industrial (mas não ao patamar dos anos 1980), queda do desemprego e da informalidade, aumento da renda média do trabalho etc.; no caso da organização da classe trabalhadora, mostramos que a estrutura sindical revelou-se um entrave à renovação das práticas sindicais, e se as taxas de filiação aumentaram na Argentina, não retomaram o patamar anterior ao neoliberalismo, enquanto no Brasil elas vêm caindo sistematicamente desde 2006. Ainda assim, os sindicatos retomaram capacidade de negociação e ação coletivas, e foram atores centrais do arranjo de poder de Kirchner e Lula. Na conclusão discutimos as perspectivas para o futuro do sindicalismo nos dois países¹.

O neoliberalismo e o mundo do trabalho

Ao ser eleito em 1989, Fernando Collor de Mello trouxe o neoliberalismo ao horizonte econômico e político do Brasil, enquanto Carlos Menem, eleito no mesmo ano, retomou e aprofundou as políticas neoliberais que haviam ficado em suspenso com o fim da ditadura militar, em 1983.

Apesar da profundidade das transformações propostas por Collor, ele não conseguiu terminar o mandato, em razão do *impeachment* que o destituiu em 1992, e o governo de Itamar Franco, de transição, se levou adiante as políticas neoliberais, continuando o processo de privatização das estatais e de abertura da economia, o fez em ritmo muito mais lento. O avanço nas políticas neoliberais viria com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, e sua reeleição, em 1998, enquanto Menem também seria reeleito, em 1995, o que lhes garantiu mandatos de oito e dez anos, respectivamente.

Uma das explicações para o apoio social e eleitoral obtido por seus governos foi a estabilização da economia, através do *Plan de Convertibilidad* e do Plano Real. A classe

trabalhadora – que tinha perdido renda e qualidade de vida em razão do processo hiperinflacionário de fins dos anos 1980 – recebeu inicialmente bem os planos, que, além de controlarem a inflação, resultaram, num primeiro momento, em ganhos reais de salários (Ranis, 1997; Margheritis, 1999). Mas a abertura dos mercados (de capitais, de produtos e também, em alguns casos, de serviços) cedo produziu impactos na estrutura industrial dos dois países, com perdas de empregos e renda, aumento do desemprego e da informalidade, além da deterioração das condições de trabalho (Cardoso, 2003; 2004; Cook, 2007). O modelo de estabilização também mostrou seus limites em razão da fragilidade externa que resultou dos altos déficits em conta corrente, do alto e crescente endividamento público (interno e externo) e da perda de competitividade das duas economias, que se tornaram presas de seguidos ataques especulativos contra as moedas artificialmente valorizadas (Silva, 2002; Cano, 1999). O Brasil foi obrigado a desvalorizar o real em janeiro de 1999, o que afetou de maneira irreversível a situação Argentina (Gastaldi *et alii*, 2000): cada qual era o principal parceiro comercial do outro, e a desvalorização brasileira pressionou a *Convertibilidad* ao ponto de ruptura, ocorrida em janeiro de 2002, em meio a uma crise social e política sem precedentes².

Embora o contexto econômico e ideológico da primeira metade da década de 1990 fosse hostil à ação sindical (Oliveira, 1998; Boito Jr., 2006), o sindicalismo se encontrava relativamente fortalecido, pois vinha de uma década de conquistas políticas e institucionais (Cook, 2007). Em parte por isso, particularmente perante o sindicalismo mais forte da Argentina, os governos negociaram concessões com muitos sindicatos (em troca da adesão às reformas) e abriram espaços funcionais à racionalidade neoliberal para a atuação sindical (como a abertura do processo de privatização aos trabalhadores em ambos os países, via destinação de parte das ações das empresas privatizadas a fundos geridos por eles)³.

Os setores pragmáticos do sindicalismo (a futura Força Sindical no Brasil e a CGT San Martín na Argentina) aliaram-se inicialmente aos governos e ingressaram nos Ministérios de Trabalho, enquanto os sindicatos que tinham protagonizado as mobilizações na década de 1980 se opuseram de forma militante aos governos neoliberais (caso da CUT no Brasil e das lideranças da CGT Azopardo na Argentina nos dois primeiros anos do governo Menem).

Na Argentina, um setor significativo se manteve independente, e as correntes confrontadoras às estratégias da CGT se dividiram: algumas lançaram o projeto de construir uma central alternativa – a Central de Trabajadores Argentinos (CTA) –, enquanto outras criaram o Movimento de Trabajadores Argentinos (MTA), que não abandonou a ideia de dirigir a CGT. Progressivamente, à medida que os efeitos re-

2. A corrosão das políticas implantadas por Menem, do Partido Justicialista (PJ), foi capitalizada por Fernando De La Rúa, opositor eleito presidente em 1999. Contudo, reformar o *Plan de Convertibilidad* não se mostrou tarefa simples, em razão dos múltiplos entraves institucionais e econômicos e da debilidade política do presidente recém-eleito (Etchemendy, 2005). Em meio a uma crise sem precedentes na história argentina, De La Rúa foi obrigado a deixar o poder em 2001, quando uma oposição policlassista não unificada, da qual participaram as centrais sindicais, protagonizou uma rebelião que convulsionou o país (Maneiro, 2012).

3. Sobre alguns casos argentinos, ver María Murillo (2001). Algumas referências ao caso dos metalúrgicos da Força Sindical podem ser encontradas em Patrícia Trópica (2004).

gressivos das medidas neoliberais ficavam mais claros (em especial o desemprego e a queda na renda do trabalho) e os governos enfrentavam crescente oposição interna, a posição dos setores sindicais pragmáticos mudou: o sindicalismo menemista retrocedeu na Argentina e a Força Sindical participou de protestos e campanhas contra o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O sindicalismo argentino, quando confrontou com fortes greves o governo nacional, teve relações ambíguas e instáveis com outros setores sociais que, crescentemente, se colocavam em oposição ao governo, particularmente os movimentos “piqueteros” (Maneiro, 2012). Inversamente, a relação do sindicalismo com os movimentos que se opuseram ao neoliberalismo foi muito estreita no Brasil, basicamente pela articulação entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e praticamente toda a oposição ao neoliberalismo. Os setores mais radicais, dentro e fora do sindicalismo, atuaram no Brasil como a ala mais à esquerda dessa frente antineoliberal (Bringel, 2014).

Em parte pela capacidade de pressão do movimento sindical, as mudanças na legislação trabalhista foram moderadas (concentrando-se nos direitos individuais do trabalho) e o arcabouço que regulamenta a negociação coletiva e estrutura o sindicalismo só foi modificado – por pouco tempo – na Argentina em 2000 (Cook, 2007; Berg *et alii*, 2006). Isso não quer dizer que tenham sido “moderadas” as mudanças nas relações de trabalho. As empresas flexibilizaram “a frio” as normas de uso do trabalho, muitas optando simplesmente por não cumprir a lei, o que o sindicalismo não conseguiu limitar significativamente. Onde o sindicalismo teve possibilidade de negociar as reformas nos processos de trabalho, o normal foi que negociasse concessões (Cardoso, 2004; Sluyter-Beltrão, 2010; Novick, 2003).

É importante deixar marcado, antes de prosseguir, que o neoliberalismo avançou sem excluir os trabalhadores da luta eleitoral, sem excluir os sindicatos da dinâmica política e sem modificar substancialmente o edifício que regulamenta as relações de trabalho. Nesse contexto, é preciso destacar três impactos das reformas neoliberais: na estrutura da classe trabalhadora, na organização de classe e na articulação do sindicalismo com o sistema de partidos. Vejamos pois.

O neoliberalismo dos anos 1990 afetou profundamente os processos e o mercado de trabalho, com reflexos na própria estrutura da classe trabalhadora. No interior das empresas, o patronato introduziu medidas de flexibilização funcional do uso do trabalho, reorganizou a produção e o modo de se trabalhar⁴. Além disso, foram privatizadas importantes empresas públicas, que, em geral, concentravam sindica-

4. A diferenciação entre flexibilidade interna (nas empresas), externa (no mercado de trabalho) e legal (na legislação) está em Enrique De la Garza (2000).

tos poderosos⁵. No mercado de trabalho, a desconcentração do emprego ou sua transferência para novas áreas geográficas, a desindustrialização, o incremento do emprego informal e do desemprego modificaram a estrutura ocupacional da classe trabalhadora e ergueram barreiras importantes ao sindicalismo. Na Argentina foram particularmente graves o desemprego e a queda do emprego industrial (Cardoso & Gindin, 2009); no Brasil houve significativa migração de parte do emprego industrial para o interior do país (Saboia, 2000), e o desemprego também cresceu (Cardoso, 2003). Com algumas diferenças segundo o país e segundo o ramo econômico, onde houve crescimento no emprego, isso se deu particularmente em setores com pouca tradição sindical ou em condições nas quais era mais difícil a ação das organizações de classe. A consequência desses processos foi a diminuição das bases sociais dos sindicatos, a fragmentação das categorias e da negociação coletiva e o enfraquecimento da posição negociadora dos sindicatos (Cardoso & Gindin, 2009). A geração de ativistas sindicais dos anos 1980 teve seu ímpeto militante arrefecido, e uma nova geração de trabalhadores se formou num ambiente hostil à atividade sindical.

Um segundo impacto do neoliberalismo diz respeito à organização da classe trabalhadora. A taxa de sindicalização na Argentina saiu de um pico de quase 66% da população assalariada em 1990, para perto de 32% em 2000 (Senén González *et alii*, 2010)⁶ e ainda que, em termos agregados, tenha se mantido praticamente estável no Brasil (variando pouco em torno da média de 20% dos assalariados ao longo da década de 1990, como mostrado em Cardoso, 2003), a estabilidade esconde uma transformação profunda na composição interna do sindicalismo. Com efeito, enquanto caía o número de filiados em algumas das principais organizações tradicionais, particularmente as industriais, cresceram os sindicatos de funcionários públicos (algo que ocorreu também na Argentina, mas em menor escala) e de alguns setores dos serviços – como comerciários, alimentação e hotelaria. Vale notar que, nos dois países, a estrutura sindical e trabalhista permite o fortalecimento sindical bastante direto dos setores onde cresce o emprego⁷. Isso se expressa de maneira amplificada na Argentina em razão da centralização da estrutura sindical e da maior organização dos trabalhadores dos serviços. Assim, em pesquisa realizada a partir de 2005 em empresas com mais de dez trabalhadores, Senén González *et alii* (2010) chegam a resultados surpreendentes para um analista do sindicalismo brasileiro: 52% dos comerciários sindicalizados (contra 43% nos transportes ou 39% na indústria) e a sindicalização é maior nas pequenas (42%) do que nas médias e grandes empresas (36%). Em consequência, a Federação dos Comerciários e a União dos Trabalhadores Gastronômicos ganharam uma incidência muito grande na cena sindical argentina. No Brasil, a CUT encontrou dificuldades para avançar no mundo sindical. Em primeiro lugar, o sindicalismo cutista não conseguiu replicar, como almejava, a experiência do sindicato de metalúrgicos do ABC paulista, em ter-

5. É o caso da agremiação dos trabalhadores em telecomunicações. Uma comparação da ação sindical nas privatizações das telecomunicações nos dois países está em Campinho (2014).

6. Os autores chamam a atenção para a diversidade de fontes utilizadas para mensurar a filiação sindical ao longo do tempo. Os dados não são estritamente comparáveis em sua minúcia, embora pareça não haver controvérsia quanto à queda nas taxas de filiação no período.

7. Isso em razão das taxas compulsórias cobradas de todos os representados, independentemente da filiação sindical, e também da representação compulsória de todos nas negociações coletivas.

mos de presença nas fábricas, participação sindical e ação coletiva. Em segundo lugar, justamente o berço da CUT viveu, na década de 1990, situação particularmente crítica: as montadoras de automóveis e suas fornecedoras, principais empregadoras do ABC, aprofundaram processos de reconversão produtiva, ameaçaram transplatar as empresas para outras regiões e exigiram concessões nas negociações coletivas, em nome da competitividade, com isso pressionando o sindicalismo cutista (Rodrigues, 1999). Em terceiro lugar, o grande projeto de diálogo social tripartite da direção da CUT, as câmaras setoriais, só foi bem-sucedido na indústria automotiva do ABC e não sobreviveu aos governos de Collor-Itamar Franco⁸. Enquanto isso, a Força Sindical cresceu e se apresentou como séria concorrente na indústria, no comércio e nos serviços⁹.

8. Sobre essa experiência, ver, entre outros, Adalberto Cardoso e Alvaro Comin (1995).

9. Segundo o censo sindical de 2001, do IBGE, 24% dos sindicatos de trabalhadores industriais estavam filiados à CUT em 2001, e 21% à FS; 15% dos sindicatos de comerciários estavam filiados à CUT e 13% a FS; 12% dos sindicatos de transporte terrestre estavam filiados à FS e 8% à CUT. Ver: IBGE (2002).

10. Ver nota 2.

Além dessas transformações na composição setorial do sindicalismo, é importante indicar que: (i) em ambos os países as tendências burocráticas presentes no sindicalismo de massas se aprofundaram, e o movimento sindical chegou ao final da década de 1990 mais dependente da prestação de serviços e (em termos gerais) mais distanciados das suas bases; (ii) no Brasil, tanto a Força Sindical quanto a CUT foram legalmente reconhecidas e se consolidaram, e passaram a participar de diferentes agências estatais ou organismos tripartites; enquanto na base do movimento sindical cresceu a fragmentação, basicamente pela existência de incentivos econômicos e organizacionais num sistema que o Estado deixou de controlar, depois da Constituição de 1988; (iii) na Argentina, a consolidação da CTA (embora como central minoritária) pôs fim a uma tradição de décadas, segundo a qual as diferentes correntes sindicais aspiravam a liderar a central sindical única (CGT).

Um terceiro impacto do neoliberalismo foi propriamente político, e se expressa na articulação do sindicalismo com o sistema de partidos. Trata-se de um elemento central, pois as disputas e as negociações entre capital e trabalho se travam em grande medida em torno das características que terá a regulamentação, pelo Estado, das relações de trabalho. As principais centrais brasileiras tenderam a alguma convergência política, já que a FS abandonou suas posições neoliberais e se distanciou do PSDB (Trópia, 2004) e a CUT se moderou (Boito Jr., 2006; Sluyter-Beltrão, 2010). Nesse contexto, o isolamento da esquerda cutista deu a esta central um cariz ainda mais identificado com o PT e seu projeto de poder. Na Argentina, ao contrário, o neoliberalismo estremeceu a relação do sindicalismo com o sistema de partidos, fortalecendo suas tendências autonomistas. O MTA, mantendo a sua identidade peronista, teve os laços com o Partido Justicialista bastante debilitados. O fracasso do governo De La Rúa (1999-2001), candidato da frente política antimenemista, aumentou as tensões internas à CTA, pois algumas importantes lideranças da central alternativa participaram da frente antimenemista no governo (Godio, 2000)¹⁰.

Chegou-se ao final dos governos neoliberais com um sindicalismo mais autônomo em relação ao PJ na Argentina; mais determinado a se moderar politicamente para chegar ao poder no caso da CUT; e mais identificado, nos dois países, com a oposição ao neoliberalismo.

Um novo contexto para o movimento sindical

O fim da paridade entre as moedas locais e o dólar, nos dois países, permitiu o início da recuperação econômica, o crescimento do emprego industrial e a queda do desemprego, bem como o retorno da inflação e das negociações salariais constantes para defender o valor dos salários. No Brasil, a paridade cambial foi abandonada em 1999, quatro anos antes da chegada do PT ao governo. Esse fato, somado às opções políticas do governo Lula e aos estragos menores do neoliberalismo (*vis-à-vis a débâcle Argentina*), contribui para explicar a imagem de continuidade, no plano da gestão econômica, entre as administrações de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Na Argentina, a paridade com o dólar foi abandonada em 2002, depois de quatro anos de recessão, num contexto de acentuada queda no emprego industrial e significativa taxa de desemprego. Néstor Kirchner capitalizaria a ruptura com o passado.

A maneira pela qual foi processada a erosão da hegemonia do neoliberalismo nos dois países (crise ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e *débâcle* quando Menem já havia deixado o poder na Argentina), contribui para explicar por que um dirigente operário tradicionalmente opositor tenha assumido o governo como liderança moderada, enquanto um político tradicional peronista, que tinha participado do governo Menem, se tenha apresentado como alguém disposto a superar a herança neoliberal e refundar o país.

Ao assumirem os governos em 2003, Luís Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner colocaram em suspenso as políticas antissindiais, acolheram algumas demandas do sindicalismo em seus programas de governo, promoveram o emprego formal, valorizaram o salário mínimo e estimularam a construção de âmbitos tripartites para a definição das políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho. Ainda assim, enfrentaram desafios diferentes: o governo Lula precisava mostrar que um partido com nítida (embora não exclusiva) base sindical podia governar o país; o governo Kirchner precisava reconstituir institucionalmente um país que estava saindo de uma profunda recessão. Ambos representaram uma renovação; e em ambos os países o sindicalismo foi protagonista dessa renovação, ao apresentar-se como alternativa viável de poder (no caso do Brasil) ou ao apoiar decisivamente o novo governo

11. A “intervenção” no Indec teria reduzido a inflação oficial de algo em torno de 12% para menos de 8% ao ano. Mesmo que, desde 2009, a taxa oficial seja consistentemente superior a 10% (Fonte: <<http://www.indec.mecon.ar/informacion-de-archivo.asp>>, Acessado em: Fev. 2015), ainda está muito abaixo de estimativas de outras fontes. A partir de 2011, o Congresso argentino passou a divulgar um índice de preços do Congresso, baseado em consultorias privadas, com valores superiores a 22% ao ano (Fonte: <http://unionportodos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1473:indice-de-precios-al-consumidor-difundidos-por-el-congreso-nacional&catid=25:institucional>. Acessado em: Fev. 2015), chegando-se a 40% (taxa anualizada) em agosto de 2014. A inflação argentina, resultado direto do conflito distributivo, tornou-se também objeto de disputa política em torno de sua mensuração.

12. Os dados oficiais e consolidados sobre o PIB nos dois países estão disponíveis no IBGE brasileiro e no Indec argentino.

(no caso da Argentina). Em termos eleitorais, os dois movimentos representados por Lula e Kirchner se mostraram eficientes. O kirchnerismo se fortaleceu, e nas eleições de 2007 promoveu como candidata à presidência a esposa de Kirchner, Cristina, que venceu e foi reeleita em 2011. Lula, por sua vez, foi reeleito em 2006 e promoveu, em 2010 e 2014, a eleição e a reeleição de Dilma Rousseff.

No plano econômico, as taxas de inflação no Brasil foram mantidas, com algumas exceções, dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central, ao passo que na Argentina as taxas foram bem superiores e, desde 2007, fonte de acirrada polêmica em razão do descrédito das taxas oficiais após mudanças na metodologia de cálculo pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), impostas pelo governo¹¹.

A resiliência do processo inflacionário nos dois países coincidiu com a redução das altas taxas iniciais de crescimento do PIB. Entre 2003 e 2013, o PIB argentino cresceu a uma taxa média anual de 6,2%, e o brasileiro, de 3,5%. O crescimento, porém, não foi constante. Entre 2003 e 2007, a Argentina cresceu 8,6% ao ano, e o Brasil, 4%. Nos anos seguintes a média caiu para 4,1% e 3,1% respectivamente, sendo que, nos dois casos, anos de alto crescimento (2010 e 2011 na Argentina, 2010 no Brasil) puxaram a média, muito baixa nos demais anos do período (e mesmo recessão em 2009)¹².

No mercado de trabalho também houve mudanças significativas, na contramão do que ocorrera durante o neoliberalismo, que afetaram, uma vez mais, a estrutura da classe trabalhadora. O emprego industrial cresceu nos dois países, e o desemprego caiu substancialmente. Em 2003 a taxa de desemprego foi de 17,3% na Argentina e 12,3% no Brasil, caindo a 6,4% e 5,2% em 2013, respectivamente (ver IBGE e Indec). Apesar disso, não mudaram as “novas” formas de gestão do trabalho (que parecem ter se consolidado) e, embora numa tendência descendente, em 2011 os trabalhadores por conta própria, empregadores com cinco empregados ou menos, trabalhadores independentes, empregados domésticos e auxiliares de família ainda representavam quase o 40% da PEA (38% na Argentina, 39% no Brasil, segundo dados da Cepal).

Nas Tabelas 1a e 1b pode-se ver a evolução do emprego formal no âmbito privado nos dois países. Toma-se a Argentina como parâmetro de definição das datas de corte, e compara-se o último ano da década de 1990, no qual houve crescimento econômico (1997) naquele país, o ano com o pior desempenho (2002) e a situação encontrada em 2012 (depois de dez anos da desvalorização e nove de administração kirchnerista). A tabela mostra que o emprego industrial, embora tenha crescido significativamente entre 1997 e 2012 em termos absolutos, caiu como proporção do

TABELA 1A
EVOLUÇÃO DO EMPREGO REGISTRADO NO SETOR PRIVADO
(ARGENTINA, 1997, 2002 E 2012)

	Atividades primárias	Indústria	Eletricidade, gás e água	Construção	Comércio	Serviços	Total	Evolução (do total)
1997	310.536	965.777	45.110	249.501	587.388	1.607.362	3.714.254	100
2002	284.125	753.293	46.882	125.378	581.063	1.707.825	3.498.566	94
2012	431.436	1.280.345	60.762	452.504	1.128.261	2.961.207	6.314.515	170

Fonte: *Boletim Trimestral de Empleo Registrado*. Tercer trimestre 2012. Observatorio de Empleo y Dinámica Empresarial, MTESS;

TABELA 1B
EVOLUÇÃO DO EMPREGO REGISTRADO NO SETOR PRIVADO
(BRASIL, 1997, 2002 E 2012)

	Atividades primárias	Indústria	Eletricidade, gás e água	Construção	Comércio	Serviços	Total	Evolução (do total)
1997	1.103.722	4.703.756	332.051	1.162.045	3.668.782	7.662.212	18.632.568	100
2002	1.261.036	5.209.774	310.366	1.106.350	4.826.533	9.182.552	21.896.611	118
2012	1.723.554	8.148.328	423.277	2.832.570	9.226.155	16.167.385	38.521.269	207

Fonte: Rais/MTE. Como a informação para a Argentina inclui apenas o setor privado, fizemos o mesmo para o Brasil.

total dos empregados registrados: de 26% (1997) a 21,5% (2002) e 20,2% (2012). A queda se deu num contexto de expressiva expansão do emprego assalariado formal. Os setores de maior crescimento relativo foram a construção civil (muito sensível às conjunturas econômicas) e o comércio (que quase duplicou entre 2002 e 2012). No Brasil o emprego formal cresceu constantemente desde 1997, mais do que dobrando no período, mas também neste país a participação da indústria de transformação caiu de 25,2% para 21,2% do total do emprego assalariado formal. E tal como na Argentina, construção e comércio respondem pela maior variação relativa positiva. Nos dois países, os serviços responderam pela maior parte do emprego formal criado, em termos absolutos.

Impactos sobre o sindicalismo

Tanto no Brasil como na Argentina o crescimento do emprego registrado tem efeitos automáticos sobre as instituições do mundo do trabalho (como a cobertura das convenções coletivas e o sistema de seguridade social) e ativa uma série de direitos sociais e trabalhistas que tornam o trabalhador visível do ponto de vista do Estado e lhe garantem certa segurança socioeconômica. É o que Hector Palomino (2008) denominou “mecanismo laboral”, que favorece também a ação sindical ao ampliar as receitas institucionais e o número de trabalhadores representados. No Brasil, cada novo trabalhador formal terá descontado um dia de seu salário para sustentar

13. No Brasil, a Justiça do Trabalho consolidou jurisprudência determinando que as contribuições negociadas em convenções coletivas se aplicam apenas aos associados dos sindicatos.

14. Ver Cecilia Senén González e Andrea Del Bono (2013). Foi particularmente o caso do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos.

15. São exemplos os novos polos industriais do sul fluminense (Ramalho e Santana, 2013), do interior do Rio Grande do Sul e de vários estados do Nordeste do país (Véras de Oliveira, 2013; Véras de Oliveira & Santana 2013).

16. Segundo a *Encuesta a Trabajadores en Empresas* (2005), a taxa de filiação sindical era de 37,6% (Aspiazu & Waisgrais, 2007). Segundo a *Encuesta de Indicadores Laborales* (2006) era de 39,7%.

17. Em termos relativos, em 2006 a taxa de filiação dos assalariados era de 21%, caindo a 18% em 2012 e a menos de 17% em 2013, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). A queda é explicada também pela má qualidade dos novos empregos criados (Pochmann, 2012), em geral de

o sistema de representação sindical. E quando das negociações coletivas, nos dois países, contribuições adicionais são em geral incluídas nas cláusulas conveniadas, devidas, na Argentina, até mesmo pelos trabalhadores não sindicalizados cobertos pelos convênios assinados¹³. Mais emprego formal quer dizer mais trabalhadores nas bases sindicais, mais recursos financeiros e organizacionais e, eventualmente, maior poder de barganha junto aos empregadores, especialmente em razão da queda nas taxas de desemprego.

Sobre essa base material, os sindicatos se revitalizaram nos dois países. Na Argentina esse foi particularmente o caso de algumas organizações industriais nacionais com muita tradição sindical que tinham perdido terreno e capacidade de mobilização no passado recente¹⁴. No Brasil, parece ter sido muito significativo o crescimento do sindicalismo em regiões periféricas, sobretudo nos novos territórios produtivos resultantes do processo de desconcentração industrial das últimas décadas¹⁵.

Ainda que os dados estejam sujeitos a controvérsias (Senén González *et alii*, 2010), e não se possa contar com informação comparável para um período de tempo mais longo, tudo indica que, na Argentina a filiação sindical cresceu. Diferentes estudos sobre as empresas que empregavam mais de dez trabalhadores, em 2005 e 2006, estimam a taxa de filiação nesse segmento entre 37 e 40 por cento¹⁶. No Brasil, a densidade sindical cresceu entre 2002 e 2006, tanto entre os trabalhadores assalariados do setor privado (1,1 ponto percentual) quanto do setor público (2,4 pontos percentuais). É verdade que o aumento acentuado no emprego formal depois de 2006 e a entrada maciça de jovens no mercado de trabalho reduziram a densidade sindical a partir de então¹⁷, mas em números absolutos os sindicatos do setor privado ganharam 1,5 milhão de novos adeptos, e os do setor público, mais de 300 mil entre 2006 e 2012.

As tendências e as centrais sindicais

As demandas do movimento sindical junto ao Estado foram feitas com base na participação orgânica no governo, no caso brasileiro, enquanto no caso argentino a falta desse canal foi equilibrada com uma capacidade de pressão sobre o governo relativamente maior. Em certa medida, essa situação resulta do percurso do sindicalismo desde a redemocratização nos dois países: enquanto no Brasil muitas lideranças sindicais – particularmente as da CUT – procuraram aceder à estrutura do Estado por meio da sua participação no PT, na Argentina as lideranças demandaram a garantia ou a ampliação de recursos organizacionais e econômicos que fortalecessem suas organizações, e não “migraram” para o aparelho de Estado. Isso contribui também

para explicar por que a CUT tentou estabelecer uma agenda de discussão em torno das grandes linhas de política econômica e trabalhista, enquanto o sindicalismo argentino teve atitude menos propositiva, e limitou-se a apoiar ou a criticar as políticas kirchneristas.

Para o Ministério de Trabalho argentino foi nomeado Carlos Tomada, de perfil negociador e trânsito fácil com os grandes sindicatos, incluindo os ex-menemistas. A política sindical foi extremamente pró-sindical, particularmente nos primeiros anos. A agenda antissindical levada a cabo entre 1976 e 2002, com alguns “sucessos” parciais, foi arquivada *sine die*; e a reforma trabalhista de 2000 foi derogada (com a Lei de Ordenamento Trabalhista n.º 25.877/04). A polêmica reforma sancionada em 2000 tinha sido intensamente combatida pelo sindicalismo (Murillo, 2013), e sua derrogação foi um sinal evidente da proximidade do governo Kirchner com as lideranças sindicais. No Brasil, o Ministério de Trabalho foi ocupado inicialmente pela CUT, e começou a ser debatida uma reforma da legislação trabalhista e sindical. Contudo, a única mudança significativa foi a Lei n.º 11.648, de 2008, que regulamenta as centrais sindicais, garantindo-lhes parcela do dinheiro arrecadado via imposto sindical e estimulando a busca, por elas, de adesão por parte dos sindicatos de base, já que a partilha do imposto é feita segundo a representatividade de cada central, medida pelo número de trabalhadores filiados aos sindicatos representados pelas centrais.

Do ponto de vista da relação entre o movimento sindical e o sistema político, a questão chave na Argentina é o alinhamento político de um grupo muito pequeno e poderoso de federações nacionais e sindicatos com o poder central¹⁸. Com as exceções parciais de servidores municipais, motoristas de ônibus e bancários¹⁹, na Argentina houve continuidade política na condução dos grandes sindicatos. Kirchner enfrentou um setor do sindicalismo identificado com o menemismo, e inicialmente apoiou-se no líder do Movimiento de los Trabajadores Argentinos (MTA), o caminhoneiro Hugo Moyano. Moyano tinha o perfil confrontador que o próprio governo adotava, uma capacidade de mobilização que nenhum outro sindicalista possuía e, diferentemente da Central de Trabajadores de la Argentina (CTA), tinha capacidade de liderar a maioria do sindicalismo. O fortalecimento de Kirchner no governo foi paralelo ao fortalecimento de Moyano, tanto no mundo sindical quanto no Partido Justicialista.

Por fora do moyanismo, consolidou-se um grupo de sindicatos identificados com o governo (mas sem um passado confrontador, incluindo ex-menemistas), outro de sindicalistas pragmáticos com grande capacidade de negociação e distantes do governo (como os comerciários); e um terceiro de “peronistas não kirchneristas”

baixa qualificação, alta rotatividade e reduzidos salários. Os sindicatos não parecem capazes de atrair adeptos entre os novos entrantes no mercado de trabalho na mesma proporção da taxa histórica recente, de 20% de filiados (Cardoso, 2014).

18. Além da própria estrutura sindical – que se mostra ainda muito firme e centralizada, ainda que venha apresentando fissuras –, esta relação direta entre o Poder Executivo e o sindicalismo é estimulada porque a tradição política é mais centralizada, e o presidencialismo, mais marcado do que no Brasil. Além do mais, o kirchnerismo conseguiu uma hegemonia nos estados e no Congresso nunca lograda pelo PT. Ver, dentre outros, Juan Bautista Lucca (2011).

19. O sindicato nacional de motoristas de ônibus, que foi um dos pilares do MTA, atualmente atua como um sindicato independente em termos de alinhamento político-sindical. A Confederação de Sindicatos dos Trabalhadores das Prefeituras e o Sindicato Nacional dos Bancários seguiram um caminho inverso e assumiram perfis mais confrontadores.

(como os gastronômicos e os trabalhadores rurais). Não houve nenhuma greve geral até o ano 2012. Não é demais ressaltar que esse foi o período mais extenso sem greves gerais desde o governo de Perón (1946-1955).

No Brasil, em termos gerais, pode-se dizer que a postura do governo Lula em relação à CUT foi de utilizá-la como um dos centros de formação de quadros para a gestão dos negócios do Estado, o que tem um antecedente: a migração dos quadros sindicais para a atividade político-partidária na década de 1990. O governo conseguiu atrair as outras centrais sindicais, sobretudo no segundo mandato de Lula (a partir de 2007) e, em razão de suas opções político-econômicas (como a manutenção do tripé câmbio livre, superávit fiscal e metas de inflação), acabou provocando a saída da esquerda cutista da central. Em 2007, a Corrente Sindical Classista (CSC) deixou a CUT e criou a Confederação Geral de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), central integrada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido que participou dos governos do PT. Nesse contexto de reorganização, fora do antigo campo cutista, setores da estrutura sindical tradicional criaram, em 2005, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Três centrais sindicais menores se unificaram na União Geral de Trabalhadores (UGT), também em 2007, e outro grupo de sindicatos constituiu a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) em 2008²⁰. A tendência à maior fragmentação organizacional do sindicalismo brasileiro (tanto na base quanto na cúpula) não deve obscurecer a crescente unificação política do movimento sindical (com a exceção da dissidente esquerda cutista) em torno do modelo de país, e também do modelo sindical, principalmente no segundo mandato do presidente Lula.

20. Sobre a movimentação no ambiente sindical centralizado no Brasil, ver Andréia Galvão (2012).

21. Em 2011, segundo dados do *Latinobarômetro*, 57% dos brasileiros e 72% dos argentinos confiavam pouco ou nada nos sindicatos. Ver: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. Acessado em: Jan. 2015.

Em termos de setores econômicos, a CUT é a central mais diversificada, com sindicatos em praticamente todos os setores, e é dominante no serviço público, entre os trabalhadores rurais e em algumas categorias importantes, como bancários e petroleiros. Em linhas gerais, a Força Sindical também está organizada na maioria dos setores, mas tem particularmente peso na indústria, e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) se concentra nos setores de serviços e comércio (Marcelino, Galvão & Trópia, 2011). A Conlutas e a dissidente esquerda cutista em geral conservam posições em algumas categorias tradicionalmente cutistas, em especial os professores do setor público.

O sindicalismo não transformou em prestígio político os momentos de maior adesão social aos governos do PT e do kirchnerismo, e não é uma instituição popular nos dois países²¹. Na eleição de 2006, Lula foi reeleito com expressivas votações nos bairros pobres das grandes metrópoles e no Nordeste, tradicionalmente refratários ao PT. Esse resultado não foi encarado como emanado do sindicalismo organizado.

TABELA 2
 ÍNDICE DE REPRESENTATIVIDADE DAS CENTRAIS SINDICAIS (2008-2014)*

	CUT	FS	UGT	NTSC	CTB	CGTB
2008	35,84%	12,33%	6,29%	6,27%	5,09%	5,02%
2014	34,39%	12,59%	11,92%	8,01%	9,33%	—

* O sindicalismo do setor público está sub-representado; porcentagens sobre o total de sindicatos filiados a centrais.
 Fonte: Ministério do Trabalho e o Emprego.

O presidente, pessoalmente, assumiu sua autoria. A participação direta num governo altamente popular resultou, paradoxalmente, na perda de visibilidade política da CUT, que, pela primeira vez em sua história, exercitou a tradicional fórmula social democrata de restringir demandas e conter o ímpeto reivindicativo imediato de seus representados, em nome de seu projeto de poder de longo prazo.

Na Argentina, lideranças sindicais têm oferecido, particularmente a alguns candidatos peronistas, recursos econômicos e uma estrutura disciplinada de quadros médios – em alguns casos, com importante extensão territorial. Em troca, proeminentes sindicalistas chegaram ao Congresso, provenientes de dentro e de fora do kirchnerismo. De qualquer maneira, o poder desses sindicalistas é estritamente coextensivo ao poder das organizações que lideram, e o “intercâmbio” entre sindicalistas e líderes políticos não reverteu a tendência à dessindicalização do Partido Justicialista e à queda na presença de sindicalistas no Congresso, que já havia sido ressaltada por Steven Levitsky (2003).

No contexto das dificuldades econômicas enfrentadas por ambos os países, a relação entre os governos e o movimento sindical encontrou crescentes problemas. Na Argentina, em parte pela própria consolidação do kirchnerismo, o governo passou gradualmente a adotar uma atitude mais conservadora em relação aos conflitos sindicais e às reivindicações salariais. O sistema de mediação de interesses que Ruth Collier e Sebastián Etchemendy (2007) caracterizaram como de “*segmented neo-corporatism*”²², que emergiu em 2003, se esgotou. Um segmento significativo do sindicalismo passou a confrontar o governo.

Assim, depois das eleições de 2011 e com Cristina Kirchner fortalecida com a reeleição, sem ver as suas demandas trabalhistas, sindicais e políticas satisfeitas, Moyano renunciou ao PJ. No ano seguinte, a CGT se dividiu novamente, pois muitos sindicatos não trilharam o caminho confrontador aberto por Moyano. Além da CGT Azul y Blanco (criada em 2008, e liderada pelo Sindicato dos Gastrônômicos, sempre anti-kirchnerista), a nova cisão resultou em duas CGTs: uma liderada por Moyano e outra reconhecida pelo governo. São alinhamentos “táticos” das principais lideranças sindicais. Cristina Kirchner não reconstituiu com nenhum sindicato da CGT oficial o

22. Este se basearia em: “[...] tripartite bargaining that produces labour moderation within the framework of accepted (more than negotiated) macroeconomic policy and inflation targets, in exchange for gains, backed by the mobilizational power of relatively autonomous unions” (Etchemendy & Collier, 2007: 392).

23. É o caso de fábricas metalúrgicas, da alimentação, gráficas e de pneus do norte da grande Buenos Aires (Varela, 2015); e também do Sindicato dos Metroviários de Buenos Aires, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Azeite e do Óleo, dos funcionários públicos em alguns distritos e dos trabalhadores das estradas de ferro do oeste da grande Buenos Aires.

relacionamento que Néstor Kirchner tinha estabelecido inicialmente com Moyano. Algumas das lideranças sindicais da CGT oficial chegaram a participar das chapas opositoras ao kirchnerismo em 2013 (como o Sindicato da Saúde Privada) e outros da greve geral liderada por Moyano em 2014 (como o de motoristas de ônibus). Também fora da CGT, os caminhos dos principais sindicatos da CTA se apartaram, como os da centro-esquerda argentina de um modo geral, e o projeto mais criativo do sindicalismo argentino nas últimas décadas se dividiu entre um setor kirchnerista e um setor antikirchnerista, em 2010. Desde então atuam duas CTA. O sindicalismo classista mais radicalizado atua como oposição interna em vários sindicatos dessas centrais, consolidando posições em algumas categorias e liderando conflitos trabalhistas com grande visibilidade nacional²³.

No Brasil, a CUT perdeu algumas passarelas importantes de acesso ao governo. A primeira, o Ministério de Trabalho, em 2007. Em março desse ano, Lula nomeou Carlos Lupi (PDT) ministro do Trabalho, e a CUT deixou de controlar essa pasta estratégica. Nessa nomeação operou Paulo Pereira da Silva, da FS, à época também do PDT. Em outras palavras, para garantir a formação de uma coalizão mais sólida no Congresso, Lula deu o controle do Ministério de Trabalho à central sindical que concorre mais diretamente com a CUT. A segunda passarela: a eleição de Dilma em 2010 tirou do centro do poder o interlocutor preferido da CUT – o próprio Lula. Essa situação, num ambiente político e econômico mais incerto e mais restritivo em razão da crise internacional iniciada em 2008, levou os sindicatos cutistas a importantes conflitos setoriais, nos quais se enfrentaram com o governo no transporte aéreo e no funcionalismo federal, por exemplo.

A atividade sindical nas empresas: negociações coletivas e greves

O crescimento econômico, a existência de estruturas sindicais sólidas, a volta da inflação e o crescimento do emprego registrado criaram um contexto favorável para a ação sindical nas empresas. Essa atividade foi potencializada na Argentina por uma onda de participação política mais profunda e no Brasil por uma estrutura sindical mais flexível e competitiva.

A revitalização da negociação coletiva na Argentina tem sido um dos fenômenos mais relevantes do mundo do trabalho, uma vez que reativou a negociação nacional por ramo (que é muito agregada). Esta negociação se concentrou nos índices de recomposição salarial e foi coordenada pelo Ministério de Trabalho. Isso outorgou ao governo federal maior poder no universo sindical e na dinâmica da negociação coletiva, mas também o expôs a maior desgaste. Além da negociação anual

dos salários, foram negociados recursos para as organizações sindicais e temas relativos aos processos trabalhistas. Neste último sentido, não há evidências claras de uma mudança qualitativa no conteúdo das negociações coletivas²⁴, e algumas cláusulas parecem estabelecer condições de trabalho mais flexíveis do que as que vigiam antes²⁵.

No Brasil a negociação coletiva se desenvolve num ambiente descentralizado (com poucas exceções, como a dos bancários, dos petroleiros, do funcionalismo público federal, dentre outros) e relativamente “despolitizado”, no qual sindicatos e empresas estabelecem seus acordos sem intervenção do governo ou da Justiça do Trabalho²⁶. Desde 2004 a maioria dos sindicatos negociou sistematicamente índices de reposição salarial superiores à taxa de inflação. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que analisa uma amostra de convenções coletivas, em 2003 apenas 18,8% delas conseguiram incrementos acima do índice oficial de inflação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2004 chegou-se a 54,9%, e partir de então as proporções subiram: depois de 2007 sempre mais de 75% negociaram acima da inflação e em 2012 e 2014 a percentagem superou o 90% (Dieese, 2015a). De qualquer maneira – tal como na Argentina –, não são evidentes avanços na negociação das condições de trabalho²⁷.

A média anual de greves foi, no primeiro governo Lula, a menor da história recente do Brasil. De uma média anual de 1.106 greves no triênio 1994-1996, passou-se a

TABELA 3
GREVES NO BRASIL (2003-2013)*

Anos	Horas paradas	Funcionários públicos	Empresas estatais	Setor Privado	Total
2003	15.805	156	20	160	340
2004	23.851	158	27	114	302
2005	19.738	138	24	135	299
2006	24.703	145	20	151	320
2007	30.632	140	21	149	316
2008	24.681	155	29	224	411
2009	34.730	215	36	266	518
2010	44.894	233	35	176	445
2011	63.332	296	29	227	554
2012	86.921	381	29	464	877
2013	111.342	796	137	1.106	2.050

* O total inclui greves nos setores público e privado.
Fonte: Dieese.

24. As negociações coletivas do Sindicato de Eletricitários de Buenos Aires podem ser consideradas um caso “crucial”. Trata-se de um sindicato tradicionalmente forte, que negociava com uma empresa estatal privatizada no governo Menem. Ao analisar o período 1975-2010, Julieta Haidar (2013) conclui que, nas convenções, se mantêm muitas das regulamentações flexibilizadoras incorporadas na década de 1990. Ver também Julia Soul (2012) para a siderúrgica, e Marticorena (2014) para o conjunto da indústria.

25. Pode ser que, em alguns casos, exista uma tendência a “legalizar”, de maneira negociada, situações *de facto* que estavam sendo vivenciadas nos locais de trabalho desde a década de 1990 (Cardoso & Gindin, 2009: 57).

26. A Justiça do Trabalho ainda detém a prerrogativa de arbitrar sentenças normativas quando acionada pelas duas partes em conflito, mas esse expediente (o dissídio coletivo) está em desuso no Brasil. A média de dissídios na década de 1990 foi de menos de 4% dos conflitos trabalhistas, tendo caído a zero na década de 2000. Ver Dieese (2006).

27. É também a conclusão de

José Dari Krein e Marilane Teixeira (2014), com base nas negociações coletivas de bancários, metalúrgicos, comerciários e químicos do estado de São Paulo.

28. Sobre este aumento das greves, ver Armando Boito e Paula Marcelino (2011).

29. Ver *Tendencias Económicas y Financieras, Consejo Técnico de Inversiones S.A.*, vários anos.

30. No setor privado, em 2012, no Brasil, a média foi de 2.951 grevistas por greve. Na Argentina foi de 1.683 (2009), 1.294 (2010), 865 (2011), 1.186 (2012) e 957 (2013).

484,5 nos anos posteriores da presidência de Fernando Henrique Cardoso (numa tendência decrescente) e a 315 no primeiro governo Lula (2003-2006). Seja como for, desde então houve um aumento significativo na mobilização grevista, com média de 449 por ano até 2011. Em 2012 a quantidade de greves pulou para 873 e em 2013 para 2.050. Este último é o registro mais alto no levantamento que o Dieese faz desde 1984²⁸. Um dos elementos que explica esse aumento é a realização de greves em categorias que tradicionalmente demonstram maior dificuldade em se mobilizar (trabalhadores da indústria da alimentação, da limpeza urbana, vigilantes privados e funcionários das redes municipais de Segurança Pública) (Dieese, 2015b).

Na Argentina, a série histórica mais confiável sobre greves começa em 2006. De qualquer maneira, a tendência parece ter sido a seguinte: houve ampla atividade grevista entre 2000 e 2002 (a maior do período 1990-2010), seguida de uma queda (2003) e de um novo aumento. No período analisado neste estudo, o pico foi alcançado em 2005²⁹. Entre 2006 e 2009, a média de conflitos nos locais de trabalho foi de 503 por ano; média que nos quatro anos seguintes saltou para 739. Essa ruptura não é identificada nos conflitos por ramo econômico, que passam de uma média anual de 341 para 346 (Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2014). Embora na Argentina existam fortes sindicatos nacionais e a negociação no setor privado seja mais centralizada, a média de grevistas por greve parece ser maior no Brasil³⁰. A quantidade de greves deu um salto, menor que no Brasil, no biênio 2012-2013; mas o mesmo não aconteceu com a quantidade de grevistas. Trata-se de uma consequência do crescimento dos conflitos por empresa e ao maior poder de barganha dos sindicatos, em uma conjuntura que, tanto no Brasil quanto na Argentina, era de quase pleno emprego.

TABELA 4

NÚMERO DE CONFLITOS TRABALHISTAS COM PARALISAÇÃO. ARGENTINA (2006-2013)*

	Total de grevistas**	Grevistas no setor privado**	Total de greves	Greves no setor privado
2006	1.075	299	785	313
2007	1.065	243	851	298
2008	1.794	800	849	326
2009	1.434	569	888	338
2010	1.402	510	958	394
2011	1.059	309	961	357
2012	1.491	515	1.217	434
2013	1.389	419	1.211	439
2014	1.458	493	1.335	481

* Inclui greves nos setores público e privado.

** Grevistas em milhares.

Fonte: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social.

Nos dois países, os conflitos trabalhistas têm se concentrado em pautas econômicas. Em 2012, no Brasil, só 15,2% das greves tiveram as “condições de trabalho” entre as suas principais reivindicações; e se considerarmos apenas o setor privado, a percentagem cai para 8,2%, segundo o Dieese. Na Argentina, no âmbito privado, no primeiro semestre de 2012, 10% dos conflitos ocorridos especificamente nos locais de trabalho tiveram como reivindicação “condições e meio ambiente de trabalho”. Ao olhar os conflitos por ramo econômico, também no âmbito privado, esses temas representaram apenas 2% do total (Spaltenberg, 2012).

Vale marcar que, no Brasil, a competição entre as centrais sindicais vem alimentando movimentos grevistas convocados sem conhecimento ou mesmo contra a orientação dos sindicatos, por militantes alijados das direções ou por membros de oposições ligadas a centrais concorrentes³¹. Na Argentina, conflitos semelhantes foram parcialmente alimentados pelas oposições internas, quando um polo classista minoritário por vezes se destaca, como tem acontecido em algumas categorias³².

Conclusões

O contexto econômico, social e ideológico da primeira metade da década de 1990 foi difícil para a ação sindical em ambos os países. Como o sindicalismo vinha de uma década de conquistas políticas e institucionais, a estrutura sindical assegurou recursos financeiros para a reprodução das lideranças e entidades, mesmo em meio à crise resultante do desemprego e da reestruturação econômica. Mas os percursos dos movimentos sindicais, em sua relação com os sistemas políticos, foram diversos, em razão de opções estratégicas construídas em ambientes institucionais também diversos.

De fato, no transcorrer das décadas de 1980 e 1990, os setores com maior capacidade de mobilização da classe trabalhadora brasileira chegaram à conclusão de que, exclusivamente através da ação sindical, teriam muitas dificuldades para avançar em seu projeto político, e optaram por fortalecer sua projeção eleitoral – o Partido dos Trabalhadores. Na Argentina, diferentemente, o sindicalismo se refugiou conservadoramente na defesa da estrutura sindical e assistiu, sem muita alternativa, a perda de seu peso no Partido Justicialista.

Nos dois casos, as relações mais ou menos heterônomas que o sindicalismo mantém com o Estado foram as que garantiram, não sem custos, sua sobrevivência. Também garantiram que pudesse capitalizar, com poucas mediações, a situação econômica e política mais favorável para a ação sindical. Com efeito, o período que se abre em 2003 se caracteriza pelo fortalecimento, em novos contextos, de mecanismos

31. Casos em evidência, embora não únicos, foram as greves dos garis e dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), ambas convocadas em março de 2014, sem apoio do sindicato. A da Comperj durou 40 dias e a dos garis, oito. Nos dois casos, passada a surpresa inicial, o sindicato tomou a dianteira das negociações. Ver: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/termina-greve-dos-trabalhadores-do-comperj>>; e <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/greve-dos-garis-termina-no-rio.html>>. Acessados em: Fev. 2015.

32. Ver nota 23.

“clássicos” que as condições políticas e econômicas tinham debilitado (mas não destruído) na década de 1990. É na Argentina onde a ruptura é mais clara, pois no Brasil o plano de estabilização econômica tinha sido flexibilizado antes do governo Lula.

A CUT sofreu profunda transformação ao longo da década de 1990 e se afastou do programa que sustentava na primeira metade dos anos 1980. Em 2003 o movimento sindical, em ambos os países, basicamente demandava que as alavancas que permitiam a intervenção do Estado na economia e no mercado de trabalho fossem reabilitadas e acionadas: que a indústria nacional fosse protegida, que o trabalho registrado fosse promovido, que o salário mínimo fosse valorizado e que a negociação coletiva se fortalecesse.

De parte dos governos, nem o kirchnerismo nem o PT investiram na formação de um sindicalismo “próprio” como base de apoio. No Brasil, o PT tinha de conjurar os fantasmas do seu radicalismo e mostrar que tinha capacidade de administrar o Estado; na Argentina, o kirchnerismo precisava retirar a mobilização das ruas e “normalizar” o país. Ambos, pois, precisaram acenar para as mais diferentes forças do espectro político e sindical, embora por razões diferentes.

Nesse contexto, para o governo do PT, o sindicalismo cutista serviu de canteiro onde o partido recrutou quadros políticos de extração popular para a gestão do Estado. Tanto essa foi a prioridade, que a CUT avançou mais no seu programa histórico de reforma sindical na oposição, em 1988, do que no governo. O kirchnerismo, por seu lado, se deparou com um sindicalismo que se fortaleceu no mesmo ritmo que o próprio governo. Nesse contexto, nos primeiros anos, o sindicalismo foi, ao mesmo tempo, um apoio lógico (em razão das políticas de governo, que fortaleceram a posição dos trabalhadores na sociedade) e um setor com o qual estava obrigado a negociar (pela força do sindicalismo). Isso explica por que o kirchnerismo, tão heterodoxo em outras áreas, tenha sido extremamente conservador em termos de política sindical, mantida nos padrões históricos de tensa heteronomia.

No Brasil, o sindicalismo tradicional – dependente da estrutura garantida pelo Estado e com pouca presença na base – retrocedeu e continuará retrocedendo, não tanto pelos avanços da CUT, mas pela transformação do próprio sindicalismo tradicional. O sindicalismo da FS ou da UGT dificilmente reproduzirá, com qualquer partido, a relação que a CUT tem com o PT, pelo que poderíamos ter um fenômeno relativamente novo no Brasil: um sindicalismo reformista e pragmático mais forte, mais autônomo em relação ao Estado, mas debilmente articulado com o sistema de partidos, ou mantendo com ele uma relação também pragmática. De fato, no longo prazo, pode-se ver que o Brasil migrou de um sistema com controle esta-

tal sobre os sindicatos, para um sistema mais próximo do liberalismo clássico, de competição multipartidária em que os sindicatos passam a atuar como grupos de pressão e, também, como base social orgânica de um projeto político de poder (caso da CUT e da CTB) ou como aliada circunstancial e pragmática (caso da FS e outras centrais).

Num contexto de relativo fortalecimento da capacidade de ação sindical, os trabalhadores não têm colocado as condições de trabalho no centro das negociações coletivas, e têm reivindicado, fundamentalmente, questões econômicas. Isso não surpreende, mas é bom tomar nota, pois parece indicar que os avanços na flexibilização do trabalho, longe de serem consequência de uma situação conjuntural, permitiram a consolidação de um novo paradigma que talvez possa ser considerado hegemônico entre as novas gerações de trabalhadores. Hegemônico num sentido muito particular: os trabalhadores não o contestam coletivamente. Os dados sobre greves, por seu lado, são coerentes com as diferentes tradições sindicais e regulamentações das relações trabalhistas: o sindicalismo brasileiro do setor privado concentra a pressão sobre os sindicatos patronais de cada setor nas negociações coletivas, enquanto no caso argentino há (relativamente) maior pressão sobre o governo e as empresas.

A estrutura sindical e trabalhista gerou e continua gerando interesses profundos em sua perpetuação. Na Argentina, o vigor da recomposição do sindicalismo mostrou a capacidade de uma estrutura sindical muito burocrática (e, nesse sentido, oligarquizada) de processar uma transformação gigantesca no mercado de trabalho e no contexto político. Os traços autoritários visíveis em segmentos significativos do sindicalismo encontram nessa realidade organizacional a sua determinação sociológica mais profunda. De qualquer maneira, a capacidade mostrada pela estrutura sindical não é apenas mérito dos quadros e lideranças operários; essa capacidade só pode ser entendida como uma peça na engrenagem das relações trabalhistas – engrenagem da qual participam também os empregadores e o Estado. Nesse contexto, não parece provável nem que se reformem os fundamentos da estrutura sindical, nem que se aprofundem significativamente as brechas que nela efetivamente se abriram – com federações paralelas, novos sindicatos etc. Isso porque não existe – nem pode surgir – um movimento político sindical vigoroso à margem do *status quo* sindical; e porque governos e empregadores temem abrir as portas da perda de governabilidade nas relações de trabalho.

No Brasil, esse ordenamento favorece a manutenção e mesmo o aumento da fragmentação da representação sindical na base, aliados ao crescimento concomitante das centrais sindicais. Embora possam continuar confluindo relativamente bem em

termos políticos, não vai diminuir a concorrência entre elas, concorrência agora estimulada pela disputa por parte dos recursos do imposto sindical.

O risco maior desse arranjo é a oligarquização crescente do movimento também no Brasil, por meio do controle cada vez maior, pelas centrais sindicais, desses mecanismos de reprodução de quadros. De posse de recursos financeiros polpudos (10% do imposto sindical são divididos entre seis centrais sindicais, enquanto 60% são divididos entre mais de 11 mil sindicatos...), elas tendem a ser a força mais importante nas eleições sindicais, disputando de forma renhida as direções dos sindicatos existentes e forçando a criação de novos sindicatos, ali onde não consigam vencer uma central rival. Fecha-se, com isso, um círculo de interesses investidos cuja consequência é a maior fragmentação, que continua obstaculizando a agregação de interesses na base, ao passo que fortalece os organismos de cúpula. E são eles que têm assento nos mecanismos decisórios criados pela Constituição de 1988, e são eles que falam em nome dos trabalhadores na esfera pública.

Por fim, olhando especificamente para a CUT e sua relação com os governos petistas, não há sinais de que as novas gerações da central estejam se posicionando à esquerda dos dirigentes atuais, nem de que as relações de simbiose entre a central e o PT estejam enfraquecendo ou mudando de qualidade. Os riscos de clivagem parecem estar, sobretudo, nos possíveis desdobramentos da gestão do Estado e da economia, isto é, na luta política mais ampla, que podem levar à perda das eleições para forças de oposição. O eventual fracasso do PT (cuja presidente enfrenta, em maio de 2016, um processo de impeachment de consequências sociais e políticas imprevisíveis) será também o fracasso da CUT, e, nesse caso, a administração dos escombros caberá aos dois indistintamente, numa situação em que outras forças políticas evocam para si os projetos de renovação pela esquerda tanto no âmbito sindical quanto partidário.

Abstract: The article analyses and compares the labor movement action in Argentina and Brazil in the 2002-2014 period. In the first section we depict the economic, institutional, and political effects of the 1990s neoliberalism on the movement's action. In the second section we argue, first, that in the 2002-2014 period the labor movement was strengthened as an institutional actor and as representative of workers in bargaining its interests with the State and employers. Secondly, we suggest that the support of unionism was important for the governments of both the Workers Party (PT) in Brazil and the Kirchnerism in Argentina, albeit for different reasons. Thirdly, we show that in a new economic, social, and political context, important changes have taken place in the political alignments between union factions and in their relationship with their respective political systems. In the conclusion, we suggest perspectives for the future of the labor movement in the two countries, calling attention, among other things, to the risk of deeper oligarchization and bureaucratization of the two movements.

Keywords: unionism, post-neoliberalism, working class, Argentina, Brazil.

Referências

- ASPIAZU, Eliana; WAISGRAIS, Sebastián. La encuesta a trabajadores en empresas. *Trabajo, Ocupación y Empleo*, n. 6, p. 59-95. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2007.
- BERG, Janine; ERNST, Christoph; AUER, Peter. *Meeting the employment change. Argentina, Brazil and Mexico in the global economy*. Geneva: ILO, 2006.
- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2006.
- BOITO Jr., Armando; MARCELINO, Paula. Decline in unionism? An analysis of the new wave of strikes in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 38, n. 5, p. 62-73, 2011.
- BRINGEL, Breno. MST's agenda of emancipation: interfaces of national politics and global contestation. In: PIETERSE, J.; JAN, N.; CARDOSO, A. (Orgs.). *Brazil emerging. Inequality and emancipation*, p. 97-120. New York: Routledge, 2014.
- CAMPINHO, João de A. R. *O sindicalismo diante da privatização das telecomunicações no Brasil e na Argentina*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas (SP), 2014.
- CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, p. 287-326. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CARDOSO, Adalberto. Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro. In: CATTANI, A. (Org.). *Trabalho: horizonte 2021*, p. 121-146. Porto Alegre: Escritos, 2014.
- . Industrial relations, social dialogue and employment in Argentina, Brazil and Mexico. *ILO Employment and Strategy Papers*, n. 7. Geneva: ILO, 2004.
- . *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- . *A trama da modernidade. Pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- CARDOSO, Adalberto; COMIN, Alvaro. Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações entre capital e trabalho no Brasil. In: CASTRO, N. A. (Org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CARDOSO, Adalberto; GINDIN, Julián. Industrial relations and collective bargaining: Argentina, Brazil and Mexico compared. *Industrial and Employment Relations Department, International Labour Office*. Geneva: International Labour Office, 2009.

CENTRAL DE LOS TRABAJADORES ARGENTINOS (CTA). Informe sobre cláusulas obligaciones: contribuciones patronales y aportes de los trabajadores pactados en los convenios colectivos de trabajo. Periodo 2002 a 2004. *Observatorio del Derecho Social*. Buenos Aires: Central de los Trabajadores Argentinos, 2005.

COLLIER, Ruth Berins; ETCHEMENDY, Sebastián. Down but not out: union resurgence and segmented neocorporatism in Argentina (2003-2007). *Politics & Society*, v. 35, n. 3, p. 363-401, Sep. 2007.

COOK, Maria L. *The politics of labor reform in Latin America. Between flexibility and rights*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2007.

DE LA GARZA, Enrique. La flexibilidad del trabajo en América Latina. In DE LA GARZA, E. (Org.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. México: Fondo de Cultura/Flacso/UAM/El Colegio de México, 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2014. *Estudos e Pesquisas*, n. 75, São Paulo: Dieese, Mar. 2015a.

———. Balanço das greves em 2013. *Estudos e Pesquisas*, n. 79, São Paulo: Dieese, Dez. 2015b.

———. Taxa de judicialização das negociações coletivas de trabalho no Brasil: 1993-2005. *Estudos e Pesquisas*, n. 21. São Paulo: Dieese, Jun. 2006.

ETCHEMENDY, Sebastián. Old actors in new markets: the transformation of the populist/industrial coalition in Argentina, 1989-2000. In: MURILLO, M. V.; LEVITSKY, S. (Orgs.). *Argentine democracy: the politics of institutional weakness*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2005.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO JR. A.; GALVÃO, A. (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

GASTALDI, Santiago; RÍOS, Susana; BUCHIERI, Flavio. Acerca del marco subyacente de las políticas neoliberales: el impacto de la devaluación brasileña sobre la economía argentina. In: KON, A. *et alii* (Orgs.). *Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina*, p. 176-186, Caracas: PUC-SP/Prolan/UCV, 2000.

GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero argentino*. Buenos Aires: Corregidor, 2000.

H AidAR, Julieta. ¿Revitalización sindical en Luz y Fuerza Capital?. Aproximaciones desde el análisis de la negociación colectiva. In: SENÉN GONZÁLEZ, C.; DEL BONO, A. (Orgs.). *La revitalización sindical en Argentina: alcances y perspectivas*. Buenos Aires: Universidade Nacional de La Matanza/Prometeo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais 2001 – sindicatos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane O. As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil. In VERÁS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M.; FERRAZ, M. (Orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*, p. 87-114. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

LEVITSKY, Steven. From labor politics to machine politics: the transformation of party-union linkages in Argentine Peronism, 1983–1999. *Latin American Research Review*, v. 38, n. 3, Oct. 2003.

LUCCA, Juan Bautista. *Estudio comparado de la identidad partidaria-sindical durante el gobierno de Lula da Silva (Brasil, 2003-2006) y de Néstor Kirchner (Argentina, 2003-2007)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2011.

MANEIRO, María. *De encuentros y desencuentros. Estado, gobiernos y movimientos de trabajadores desocupados*. Buenos Aires: Editorial Biblos/Sociedad, 2012.

MARCELINO, Paula Regina Pereira; GALVÃO, Andréia; TRÓPIA, Patrícia Vieira. As bases sociais da União Geral dos Trabalhadores (UGT). *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba (PR), 26 a 29 de julho 2011.

MARGHERITIS, Ana. *Ajuste e reforma en Argentina (1989-1995)*. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1999.

MARTICORENA, Clara. *Trabajo y negociación colectiva. los trabajadores en la industria argentina, de los noventa a la posconvertibilidad*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2014.

MINISTERIO DE TRABAJO, EMPLEO Y SEGURIDAD SOCIAL. *La disminución de la conflictividad laboral en 2013*. Buenos Aires: MTESS, 2014.

MURILLO, María V. Cambio y continuidad del sindicalismo en democracia. *Revista Sociedad Argentina de Análisis Político*, v. 7, n. 2, p. 339-348. Ciudad Autónoma de Buenos Aires nov. 2013.

———. *Labor unions, partisan coalitions, and market reforms in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NOVICK, Marta. La negociación colectiva en el período 1991-1999. *Informe Elaborado para el Ministério De Trabajo Y Seguridad Social*, 2003.

OLIVEIRA, Marco A. Notas sobre a crise do Novo Sindicalismo brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 1, p. 24-29, 1998.

PALOMINO, Héctor. La evolución reciente del sistema de relaciones laborales en Argentina. *Anais do VI Congresso regional de las Américas, International Industrial Relations Association*. Buenos Aires: Asociación de Relaciones del Trabajo de la República Argentina, 2008.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco A. Workers of flexible factories: region, trade union and class in Brazil's automotive industry. *Journal of Social History and the History of Social Movements*, V. 49, p. 97-112, 2013.

RANIS, Peter. *Clases, democracia y trabajo en la argentina contemporánea*. Buenos Aires: Corregidor, 1997.

RODRIGUES, Iram J. A Trajetória do Novo Sindicalismo. In: RODRIGUES, I. J. (Org.). *O Novo Sindicalismo, vinte anos depois*, p. 73-94. Petrópolis; São Paulo: Vozes; Educ; Unitrabalho, 1999.

SABÓIA, João. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 30, n. 1, p. 69-116, 2000.

SENÉN GONZÁLEZ, Cecilia; DEL BONO, Andrea (comp.) *La revitalización sindical en Argentina: alcances y perspectivas*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Matanza/Prometeo, 2013.

SENÉN GONZÁLEZ, C.; TRAJTEMBERG, David; MEDWID, Bárbara. Tendencias actuales de la afiliación sindical en Argentina: evidencias de una encuesta a empresas. *Relaciones Industriales / Industrial Relations*, v. 65, n. 1, p. 30-51, 2010.

SILVA, Maria Luiza F. Plano Real e âncora cambial. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3 (87), Jul.-Set. 2002.

SLUYTER-BELTRÃO, Jeffrey. *Rise and decline of Brazil's New Unionism: the politics of the Central Única dos Trabalhadores*. Oxford: Peter Lang, 2010.

SOUL, Julia. Las relaciones capital-trabajo en el sector siderúrgico. ¿Expresión de una nueva legalidad industrial? *Estudios Del Trabajo*, n. 43-44, p. 81-111, Buenos Aires, Ene.-Dic. 2012.

SPALTENBERG, Ricardo. La diversidad de los conflictos laborales: dispersión y centralización en las lógicas de acción de los asalariados privados. *Trabajo, Ocupación y Empleo* n. 11. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2012.

TRAJTEMBERG, David; SENÉN GONZÁLEZ, Cecilia; MEDWID, Bárbara. Determinantes individuales de la afiliación sindical: resultados de la encuesta de trabajadores en empresa. *Trabajo, Ocupación y Empleo*, n. 10. Buenos Aires: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2011.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O Impacto da ideologia neoliberal no meio operário – um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VARELA, Paula. *La disputa por la dignidad obrera. Sindicalismo de base fabril en la zona norte del conurbano bonaerense 2003-2014*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. *Caderno CRH*, v. 26, p. 233-252, 2013.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

Ni rara, ni extraordinaria: política y corporalidad en Eva Perón*

Recibido: 02.05.15

Aprovado: 20.03.16

Karina Elizabeth Vázquez**

“Oímos del puro labio que entreabrió cuando dijo:

‘En las profundidades aún no me han llamado’”.

Venturini (2014), “88 Eva Alfa y Omega”.

* Este ensayo es el resultado de reflexiones de larga data sobre la iconografía de Eva Perón a partir de varias experiencias. En primer lugar, la lectura de numerosos ensayos críticos sobre la figuración de su cuerpo en la literatura, las artes visuales y el cine, que se han publicado en la última década y media. En Segundo lugar, las reflexiones que me despertaron las conversaciones con mis estudiantes del seminario sobre la figuración del cuerpo de Eva Perón dictado en el semestre de otoño de 2013, en la Universidad de Alabama, en el cual analizamos extensamente el interesante trabajo de Paola Cortés Rocca y Martín Kohan (1998), *Imágenes de vida, relatos de muerte. Eva Perón: cuerpo y política*. En tercer lugar, el seminario especial sobre transformaciones en la corporalidad de Eva Perón que tuve oportunidad de dictar durante noviembre de 2014 en la Universidad de Masaryk, en la República Checa. A los estudiantes y colegas les agradezco

Resumen: Este ensayo analiza imágenes indiciales y representaciones icónicas de Eva Perón a partir de un enfoque que combina las nociones de corporalidad y afectividad con las teorías de la imagen fotográfica propuestas por WJT Mitchell, Roland Barthes y Susan Sontag. La tesis principal de este trabajo propone revisar los mitos sobre la figura de Eva Perón a partir de un análisis de su corporalidad y su relación con el imaginario pre-peronista en torno a la mujer, la política, la belleza y el consumo.

Palabras clave: Eva Perón, mito, política, belleza, Argentina.

Eva Perón es una de las figuras de la historia política y social argentina más estudiada y ficcionalizada. Desde los campos de la crítica, la literatura, las artes visuales y la plástica se han abordado los hechos más significativos de su vida, así como sus rasgos personales más icónicos. Con mayor o menor apego a las referencias históricas, estos discursos han explorado los dos relatos fundantes sobre su persona: el mito blanco, que la santifica presentándola como una madonna entregada a lucha por la justicia social, y el mito negro, que envilece su figura mostrándola como una mujer arribista, manipuladora y megalómana¹. Mediante el trabajo con el lenguaje y las imágenes, los discursos críticos y creativos han dado cuenta de las formas en que a lo largo de la historia ambas figuraciones se han ido reactualizado, a punto tal de que la representación comienza a ocupar el lugar de lo real y se convierte en reemplazo de la historia misma.

Tanto estos mitos contrapuestos generados durante su corta vida, como las figuraciones icónicas surgidas posteriormente a su muerte (el hada buena de los pobres, la madre protectora del pueblo, la política feroz de los discursos en el balcón y la revolucionaria irredenta de los jóvenes setentistas), condensan tropos socioculturales que hablan más de la (de)construcción de una idea de nación y de formas de

el ávido interés por el tema y la creatividad con que lo abordaron dentro y fuera del salón de clases. En cuarto lugar, agradezco a Laura Covello, directora de la Biblioteca del Museo Eva Perón, quien a cada pedido de material visual y bibliográfico no solamente respondió con una gran calidez, sino que además lo hizo aportando su conocimiento sobre el tema. Por último, le agradezco a Andrés Avellaneda su exhaustiva y enriquecedora lectura.

****Karina Elizabeth Vázquez** es socióloga (Universidad de Buenos Aires) y doctora en literatura latinoamericana (University of Florida, EE.UU). En la actualidad es directora del Programa de Aprendizaje con la Comunidad en el Departamento de Estudios Latinoamericanos, Latinos e Ibéricos de la Universidad de Richmond (Virginia). Es autora de: *Fogwill: realismo y mala conciencia* (Edhasa/Circeto, 2009); *Aprendices, obreros y fabriquetas: el trabajo industrial en la narrativa argentina del siglo XX* (Editorial Biblos-Crítica y Teoría Literaria, 2013); y, junto a Grazyna Walczak (Valdosta State University) y Claudia García (University of Nebraska – Omaha) es co-editora de

ejercicio de la democracia, que de una mujer cuya mayor virtud histórica seguramente ha sido la de (de)construirse a sí misma en la medida en que lo político se hacía carne en su ser. Quizá sea esto aquello que explique la abundancia de estudios que indagan diversos aspectos de su vida. Sin embargo, podría observarse también que la causa de esta perenne curiosidad por su figura tal vez no sea la sospechada existencia de una extraordinaria naturaleza, sino la necesidad de comprender qué es aquello que en distintas coyunturas ideológicas y políticas motiva nuestra mirada sobre este complejo personaje histórico y político.

Cuestiones metodológicas: epistemes y miradas

En *Eva. Alfa y Omega*, Aurora Venturini (2014), escritora, colaboradora y amiga de Eva Perón, sitúa en la infancia de ésta algunos de los rasgos que durante su vida política alcanzaron mayor magnitud y proyectaron su imagen póstuma. Escribe Venturini:

[l]a palabra estridente, rueda de fuego que aumentaría en la adultez. En la cuarta parte del siglo veinte, para algunos oídos, atrevida y chocante. Los jóvenes comenzaron a oírla con interés que se convirtió en adhesión a una contemporánea futuralidad; su liderazgo había despertado en un baldío donde jugaba con Herminda un juego peligroso de pobres contra ricos; ella estaba con los pobres... (Venturini, 2014: 23).

El tono descarnado y siempre extravagante de Venturini la aleja de lo hagiográfico y al mismo tiempo le permite mostrar algo que está más allá de Eva Perón. Es algo que trasciende la historia de su nombre, su cuerpo y sus figuraciones, pero que al mismo tiempo no puede concebirse, al menos en la historia argentina, sin pasar por el filtro de su existencia y de su corporalidad.

La autora alude a la capacidad persuasiva de Eva Perón con la expresión *futuralidad*. El sema “baldío” insinúa dos significados, uno literal y otro simbólico. El primero refiere obviamente al páramo rural en el que Eva y su hermana jugaban y donde Eva hacía oír su estridente voz, mientras que el segundo referiría de manera paradójica no tanto a un espacio despoblado, sino al *locus social* futuro en el que su cuerpo sería el agenciador de los llamados “derechos de segunda generación”². Es decir, el cuerpo de Eva Perón no puede ser observado como algo independiente de la exclusión social de la Argentina oligárquica de la década del treinta, ese locus que su acción concreta llenó de sentido de inclusión y derechos sociales, que más tarde formó parte de la Constitución de 1949 (Baschetti 2013: 14) y que, una vez derogada

ésta por el golpe militar de 1955, se transformó en mera *futuralidad*. Esta referencia inicial a Venturini tiene por objeto señalar la necesidad de conectar desde la perspectiva crítica la imagen con la palabra, la retórica visual con la discursividad verbal y la corporalidad con la acción, para dar cuenta de las inscripciones histórico-culturales y sociales encarnadas en la corporalidad de Eva Perón³.

Este ensayo se inscribe metodológicamente dentro de los estudios visuales y de la percepción. En este sentido, vale la pena hacer dos aclaraciones de corte epistemológico. La primera se refiere al tema de lo emocional, ya que de un tiempo a esta parte las llamadas teorías del afecto han permeado las lecturas críticas sobre la historia social y cultural latinoamericana, especialmente en los estudios sobre el papel de las imágenes en la propaganda política y en la formación de una cultura de consumo entre los sectores asalariados durante el peronismo. En este ensayo, además de ser una dimensión articulada con otras variables, como las económicas y las políticas, lo emocional es una categoría de comprensión de los textos culturales y, especialmente, de la interacción entre las retóricas visuales y los discursos verbales. Entiendo lo emocional como una variable conectada con lo racional y con función cognitiva, es decir, como una dimensión estructuralmente relacionada con el terreno del pensamiento y de la discursividad verbal. Desde esta perspectiva, emoción y razón se encuentran relacionadas, así como también lo están la experiencia y el lenguaje, el pensamiento y la acción. El afecto constituye una serie de prácticas que ponen de manifiesto modos de vivir, ya que las

[...] emotions occur in everyday life, understood as richly expressive aesthetic feeling-cum-behavior of continual becoming that is provided chiefly by bodily states and processes... (Thrift, 2004: 50).

De este modo, saber o conocer son fenómenos paralelos a las percepciones creadas por los encuentros del cuerpo con el entorno, por lo que pensar, hacer y sentir se encuentran interrelacionados.

La variable emocional ha sido también considerada por teóricos de lo visual como W. J. T. Mitchell (1986; 1994), quien sostiene que el carácter emocional de la imagen no es un a priori o una esencia diferenciadora respecto de la palabra, sino un elemento común a ambas, imagen y palabra, y se encuentra operando de manera cognitiva y perceptiva en la generación de imágenes mentales y en la recepción de imágenes indiciales, aunque la interpretación de ambas (figuraciones mentales e imágenes indiciales), ponen en funcionamiento sistemas decodificadores diferentes. En estos, el papel del discurso verbal no es del todo determinante frente al conjunto de procesos sensoriales. El poder político y significativo de las imágenes

Insomne pasado: lecturas críticas sobre Latinoamérica colonial. Un homenaje a Félix Bolaños (F&G 2016).

1. La bibliografía sobre los mitos en torno a la figura de Eva Perón es abundante y valiosa. De entre los numerosos trabajos monográficos y volúmenes editados, probablemente la compilación realizada por Marysa Navarro sea una de las más completas al respecto, recogiendo una variada gama de enfoques desde el cine hasta la literatura y el teatro.

2. Como derechos de segunda generación se entiende a aquellos que refieren a la ancianidad, la seguridad social, las condiciones laborales dignas, la infancia, la soberanía política y económica que, como resultado de la ayuda social y de la transformación de ésta en justicia social, tienen un impacto generacional.

3. Los términos cuerpo y corporalidad tienen distinto significado. El primero alude a una realidad con cierto carácter objetivo, mientras que el segundo refiere al campo subjetivo. La corporalidad se sale del cuerpo para manifestarse en las relaciones con los objetos y el espacio, exponiendo o dando cauce a experiencias

y vivencias (López-Ibor Aliño, 1974; Montenegro Medina, Ornstein Letelier & Tapia Ilabaca, 2006). Aunque se ha señalado que la corporalidad es una abstracción y no una percepción (López-Ibor Aliño, 1974), en este ensayo tal división no es considerada como un absoluto, puesto que las emociones encarnan en el cuerpo con un consecuente correlato neurológico y cognitivo, formando parte de las figuraciones y lecturas de la realidad que hacemos, por lo que eliminar la parte perceptiva de la corporalidad podría ser algo arriesgado para el abordaje de sus significaciones en el imaginario social.

4. La consideración de lo afectivo no debería quedar reducida a esquemas de comprensión binarios del tipo razón vs. emoción. Estos propician lecturas en las que la explicación de fenómenos sociopolíticos como el populismo (dentro del cual se ha encuadrado al peronismo) se centra en la base supuestamente emocional de éstos. Un ejemplo podemos verlo en la siguiente afirmación de Roger Bartra, quien sostiene que “[e]n el centro de la cultura populista hay, más que un conjunto articulado de

indiciales no reside en el supuesto valor de aquello que capturan, así como tampoco el poder de la retórica verbal radica tanto en la literalidad (como sí reside en la dinámica entre denotación y connotación), sino en el “sensorium” (Williams, 1974) que sostiene o da “cuerpo” a la imagen o discurso como resultado de una práctica social inscrita también en las miradas; es decir, el poder de las fotografías reside en su capacidad de interpelar emocional e intelectualmente tensando los modos de ver establecidos, y el poder del habla en la capacidad de “enfocar” o dirigir la mirada. La fotografía entonces forma parte de una relación dialéctica entre mirada e imagen que no es explicativa de los hechos, sino que puede ser cuestionadora del presente. Por otra parte, desde los estudios de la fenomenología de la percepción (Merleau-Ponty, 2002) y del tacto, se observa que en la interacción de los sentidos (Linden, 2016), el estímulo desatado por la imagen indicial produce instancias de extereopercepción e intrapercepción que recorren mapas sensoriales que remiten a experiencias dadoras de sentido y, por ende, a codificaciones socioculturales. Esta ubicuidad de lo afectivo señala entonces que no debe descartarse su presencia dentro del propio marco epistemológico desde el cual se imparten las interpretaciones sobre un determinado objeto de estudio⁴.

La segunda consideración epistemológica sobre lo emocional retoma lo propuesto por Eva Illouz (1997; 2007; 2012) en sus distintos estudios sociológicos sobre la relación entre los discursos sobre el amor y la construcción de la identidad bajo la insignia del capitalismo. La socióloga sostiene que lo emocional no es una acción per se, sino

...the inner energy that propels us toward an act, what gives a particular ‘mood’ or ‘coloration’ to an act. Emotion can thus be defined as ‘energy-laden’ side of action, where that energy is understood to simultaneously implicate cognition, affect, evaluation, motivation, and the body. Far from being pre-social or pre-cultural, emotions are cultural meanings and social relationships that are inseparably compressed together and it is this compression which confers on them their capacity to energize action. What makes emotion carry this ‘energy’ is the fact that it always concerns the self and the relationship of the self to culturally situated others... (Illouz, 2007: 3).

Por consiguiente, tanto el objeto de estudio de este trabajo, como el marco desde el cual se formulan sus interpretaciones están vinculados con lo emocional, aunque el abordaje de Eva Perón a partir de imágenes indiciales nos habla de algo más que su supuesta manipulación afectiva de las masas, y nos lleva a identificar los procesos sociales encarnados en su cuerpo. Por esta razón, parto de la década del treinta –momento de difusión de una imagen femenina urbana asociada al consumo de productos de belleza, vinculados a su vez con la cultura masiva de la radio y el cine–,

de la cual surgen las primeras imágenes públicas de Eva, para llegar a la primera década del nuevo milenio, en la que las crisis de los modelos neoliberales y de las políticas de exclusión conforman el contexto de nuevas miradas sobre su persona.

Los estudios sobre la iconografía peronista, especialmente sobre la figura de Eva Perón, se encuentran enmarcados en el renovado interés por comprender algo mucho más urgente que la supuesta naturaleza irracional del peronismo y el resurgimiento de los populismos en la región hacia los primeros años del nuevo milenio. Al indagar sobre las formas en las que se articuló históricamente nuestro presente a partir de la lectura de las significaciones políticas, culturales y sociales del cuerpo y la corporalidad de Eva Perón, tanto los estudios críticos, como las propuestas creativas, llevan a cabo una exploración de la configuración de la mirada social e individual. La reciente publicación de Roberto Baschetti (2013), *Eva Perón. Registros bibliográficos*, ofrece una exhaustiva nómina de los estudios críticos sobre esta figura. Es de notar que el texto se encuentra acompañado por fotografías de Eva Perón en distintas instancias privadas y públicas, y por ampliaciones de estas imágenes en las que se destacan ciertos aspectos de su corporalidad, tales como los gestos, la mirada, la postura, el rostro, la sonrisa y los brazos. Esta triple composición de datos bibliográficos, fotografías y ampliaciones no solamente exhibe el continuo interés por su figura y sus significaciones, sino que homologa la historia del personaje con la historia de las miradas que se han vertido sobre él. Podría pensarse así que la composición tiene el objetivo de equiparar discurso verbal con retórica visual para re-enfocar el ojo del lector. Las imágenes también dicen algo, tal vez un contenido aún no abordado por la gran profusión de palabras. En un sentido, la composición verbal y visual del registro de Baschetti expone la *futuralidad* de la que habla Venturini, no ya como la fuerza política perceptible en esa Eva niña, identificable más tarde en la mujer política, sino como una forma pragmática de entender el mundo inscrita en su corporalidad. Esta fuerza política resuena con un imaginario social que hacia las décadas del treinta y del cuarenta la albergaba como una posibilidad cultural futura.

Desde mi punto de vista, las constantes reflexiones críticas, históricas y artísticas sobre el cuerpo y la corporalidad de Eva Perón constituyen un indicador de interrogantes que exceden al objeto en sí. Ni sus imágenes fotográficas, ni sus infinitas figuraciones literarias y visuales develan la existencia de una sustancia única en su persona que explique su efecto sobre los otros. Los discursos políticos, culturales y críticos han confinado la recepción masiva de la figura de Eva al territorio de las emociones, entendiéndolo fundamentalmente como la expresión de lo irracional. Este tipo de lecturas terminan por encuadrar las acciones de Eva en un tipo de política institucional centrada en el paternalismo, entendiendo su corporalidad como un puente directo entre el estado y el pueblo. Ahora bien, en tal asociación la noción

ideas, un ramillete de emociones dirigidas a curar la herida colonial y a exaltar la identidad nacional [...] las emociones se ligan a poderosas ideologías nacionalistas...” (Bartra, 2012: 23). Si bien esta observación es acertada, la comprensión de las realidades políticas y sociales latinoamericanas quedaría subsumida en un antagonismo en el que el mundo de las ideas es asaltado por el de las pasiones, perpetuando una vez más en el campo de lo epistemológico el binarismo civilización y barbarie. Estas lecturas aportan miradas interesantes, pero dejan de lado aspectos relacionados con el populismo que explicarían con un mayor alcance la naturaleza de la relación entre la democracia y el Estado como articulador de las interpelaciones políticas y regulador social (Rosano, 2010: 241).

de Estado de bienestar que se presenta no es la del Estado garante de los derechos, sino la del Estado proveedor. Esta asociación es coherente con un tipo de figuración en que la corporalidad de Eva queda reducida a la dádiva y, por ende, a la manipulación emocional. Esta recepción descarta el vínculo entre la corporalidad de Eva Perón y un imaginario social que ya concebía esa figuración como una posibilidad cultural en el plano colectivo.

La interpretación de Beatriz Sarlo sobre la figura de Eva Perón en gran medida sintetiza esto al sostener que, a modo del aura benjaminiana, el cuerpo de Eva Perón condensa las virtudes del peronismo al personalizar su legalidad. Para la crítica, de esta manera los valores democráticos ya no se encuentran en el espacio vacío de la accesibilidad, sino que quedan emplazados en una corporalidad venerable:

Como en una monarquía ... [e]l cuerpo de Eva da cuerpo a la sociedad de los peronistas (y también a esa otra sociedad, la de los opositores, que la odiaban hasta la muerte). Antes que una ideología, antes que un sistema de ideas, el peronismo fue una identificación (Sarlo, 2003: 91-92).

La afirmación de Sarlo es refutada por las lecturas que incorporan epistemológicamente la relación entre emoción y razón, entre imagen y discurso verbal, y entre mirada y construcción de las formas de mirar como dimensiones inseparables de la comprensión de los significados del cuerpo y la corporalidad de Eva Perón. Esto me permite formular que ideología e identificación no son ámbitos separados, como se observa en la interpretación de Sarlo, sino dimensiones profundamente vinculadas a partir de la convergencia que se produce en la elaboración del pensamiento entre lo emocional y lo racional, y entre los códigos de representación visual y los de producción verbal.

Propósito: algo más que imágenes de un ícono

Aquí me interesa resaltar el hecho de que tanto en la perspectiva literaria, como en la plástica, el interés por la identificación de una esencia extraordinaria en su cuerpo ha cedido paso a la observación de sus múltiples figuraciones. Propongo ver en la corporalidad de Eva Perón la figuración de un cuerpo femenino que se asume como *locus político*, y cuya estampa es la capacidad de agenciamiento a partir de una inteligencia que no prescinde de lo emocional⁵. Desde esta perspectiva, su cuerpo deja de erigirse como una esfinge para pasar a ser un prisma de experiencias pasadas y futuras de otras mujeres. En este análisis se observará que en la composición de

5. Al respecto, vale mencionar el trabajo realizado por las primeras dirigentes del peronismo (1949-1955) a partir de la formación del Partido Peronista Femenino, mujeres que en su función de delegadas y subdelegadas –bajo la dirección de Eva Perón–, ingresaron a la actividad política en distintas regiones del país (Barry, 2011).

series fotográficas se revelan figuraciones del cuerpo femenino en general, y del de Eva en particular, que resultan de procesos sociales específicos, de los cuales su corporalidad es la manifestación de un *locus político* inédito en su momento. Aquello que ha vuelto disonante su figura no es ninguna rareza presente en su cuerpo o en su naturaleza psíquica, sino una corporalidad que encarna procesos de significación social pretéritos y futuros. Para esto, sigo lo propuesto por W. J. T. Mitchell (1994) en sus diversos estudios sobre la relación entre imagen y discurso. Su planteo general es que así como hacia fines de los sesenta Richard Rorty introdujo desde el ámbito de la filosofía el llamado “giro lingüístico”, que condujo a una revisión epistemológica de las ciencias sociales y las humanidades, en la etapa inmediatamente posterior al auge de las miradas postmodernas, es decir, hacia mediados de los noventa, es necesario comenzar a hablar de un “giro visual”. El autor entiende que este cambio de perspectiva no busca retornar a la mimesis

... copy or correspondence theories of representation, or a renewed metaphysics of pictorial “presence”: it is rather a postlinguistic, postsemiotic rediscovery of the picture as a complex interplay between visibility, apparatus, institutions, discourse, bodies, and figurality. It is the realization that spectatorship (the look, the gaze, the glance, the practices of observation, surveillance, and visual pleasure) may be as deep a problem as various forms of reading (decipherment, decoding, interpretation, etc.) and that visual experience or “visual literacy” might not be fully explicable on the model of textuality... (Mitchell, 1994: 16).

Esta propuesta me permite observar en Eva Perón una corporalidad constituida en la interrelación lingüística y visual, es decir, inconográfica y discursiva, donde la imagen sugiere una figuración ideológica y el discurso crítico una manifestación de formas de percepción que se corresponden con códigos visuales y estados emocionales frente a una realidad cambiante. Entiendo aquí la diferencia entre imagen y figuración propuesta por Oscar Traversa (1997) en *Cuerpos de papel. Figuras del cuerpo en la prensa 1918-1940*. El crítico sostiene que en el análisis de imágenes y en la determinación del cuerpo como elemento invariante, lo importante no es preguntarse si ese cuerpo es verdaderamente de esa manera, sino interrogarse acerca de los límites sobre los que se construyen sus figuraciones. Es decir que aquello que debemos buscar en las imágenes de los cuerpos no reside en las imágenes en sí, sino en los

[...] movimiento[s] de la figuración en una zona de las prácticas sociales [...] [puesto que] [l]a figuración como tal desborda lo que comúnmente llamamos imagen: en el límite, puede prescindir de ella... (Traversa, 1997: 28).

Por esta razón, Traversa concluye que en el universo del consumo es frecuente que la figuración de los cuerpos silencie (ciegue) la imagen de éstos. Es decir que el peso subjetivo de la corporalidad acalle la presencia del cuerpo. En el caso de Eva Perón, podría decirse que la múltiple sucesión de figuraciones de su cuerpo ha transitado el camino del silenciamiento de su corporalidad y lo ha arrojado a un imaginario en el que éste solamente sirve para alojar los antagonismos ideológico-políticos que dan origen a los mitos de la santa o la megalómana. Lo que propongo es revisar su corporalidad para que recupere el sentido dinámico de sus figuraciones como resultados de prácticas sociales y políticas inéditas en su momento.

Tomando esta formulación teórica en consideración, observo que además de los muchos otros hechos concretos en el plano económico-político, lo que realmente explica la recepción de la figura de Eva Perón es que su corporalidad surgió en un marco social, cultural y político que configuraba una intersubjetividad en la que el cuerpo femenino proyectaba la posible inscripción de lo político. La confluencia entre pensamiento y acción aparece como un motor político que se manifiesta en una corporalidad inédita, pero con rasgos rastreables desde la cultura visual. Por eso, más que enfocarme en las retóricas verbales y visuales sobre Eva Perón que tan detalladamente identifica y analiza Valeria Grinberg Pla (2013) en *Eva Perón. Cuerpo, género, nación*, ofreciéndonos un exhaustivo recorrido histórico y crítico sobre su imagen, me concentro en el examen de trayectorias visuales, en los vectores que me permiten registrar y analizar la relación entre percepción visual y discurso. Planteado en palabras de Mitchell, lo que me importa es la relación dinámica entre la carga ideológica (verbal) de su corporalidad y el cimientamiento perceptivo y emocional (visual) de lo ideológico.

Relatos visuales

A partir de la lectura de distintas series fotográficas que muestran diversas etapas de la vida de Eva Perón, Martín Kohan y Paola Cortés Rocca (1998) han señalado con acierto que la misma Eva reconfigura su cuerpo y apariencia a medida que adquiere conciencia de su presencia en la arena política. Es cierto que el ingreso al terreno de lo político-público en su papel inicial de primera dama requería el abandono del estilo ostentoso y glamoroso hollywoodense de sus años de actriz. La adopción del traje sastre, los colores sobrios, el rodete y, principalmente, vestimenta menos reveladora de partes del cuerpo, va dejando atrás los rasgos más asociados a su vida artística, especialmente después del viaje a Europa (gira Arco Iris) de 1947. La mujer pública y política presenta un cuerpo que funciona como caja de resonancia de los reclamos sociales y como vínculo directo con un Estado que va redefiniendo sus principios democráticos. Pero también puede observarse que esta transformación

de la corporalidad de Eva es el resultado de algo más que una férrea voluntad por ser y hacer algo en el terreno político-social. El contexto a partir del cual Eva Perón construye su propia imagen política es el de una Argentina en la que a fines de la década del treinta la proliferación de las industrias culturales, fundamentalmente del cine y la radio, coexiste con una profunda desigualdad social.

En un extenso análisis sobre el cine argentino de las décadas del treinta y del cuarenta, Mathew Karush señala que en el contexto de creciente modernización, los sectores trabajadores y medios urbanos emplazaron en el melodrama visual los antagonismos de clase que más tarde fueron capitalizados por el discurso clasista del peronismo (Karush, 2012: 204). Mediante un extenso análisis de la filmografía del director Manuel Romero, Karush sostiene que en una coyuntura en la que proliferan imágenes e imaginarios de modernización y consumo, los conflictos sociales y de clase son presentados desde una perspectiva armonizadora. Las brechas sociales que se muestran en tropos melodramáticos clásicos, como el de la empleada doméstica abusada por el patrón o la joven rica consentida pero infeliz, son resueltos en el cine de Romero mediante el matrimonio interclase, que aparece como la herramienta de igualación de las diferencias y sobre todo como mecanismo de apaciguamiento de los conflictos.

Desde esta perspectiva, el peronismo se habría apropiado de este lenguaje de clase que si bien inicialmente remarca las diferencias sociales, en una instancia posterior las resuelve de manera armónica. Esta interpretación presenta varios problemas, entre ellos el adjudicarle al peronismo un carácter acomodaticio, impidiendo así la comprensión de las fuerzas sociales que llevaron a su surgimiento como fenómeno sociopolítico y cultural. La calificación del peronismo como una anomalía social ha reforzado marcos cognitivos dicotómicos (Vázquez, 2013), tales como los que enfrentan lo racional a lo irracional, o lo civilizado a lo bárbaro (González Stephan 2008), de raigambre en el pensamiento argentino. Estos marcos no sólo han permeado las lecturas generacionales sobre el peronismo, sino que además han obturado la visualización y comprensión de los sujetos sociales concretos que formaron parte de ese proceso de rearticulación de las demandas sociales fue la esencia de los primeros dos gobiernos peronistas (1946-1955)⁶. No obstante, recientemente se han producido trabajos que revisan ese período, tanto desde una perspectiva centrada en la historia del trabajo (Lobato, 2001), como desde miradas enfocadas en las industrias culturales (Elena, 2011; Kriger, 2009; Milanesio, 2013), en lo visual (Gené, 2005, Santoro & Indij, 2007) y en lo emocional (Cortés Rocca & Kohan, 1998; Rosano, 2006, Soria, Cortés Rocca & Dieleke, 2010; Soria 2005), que indagan los imaginarios de la época, ya sea a partir de las voces de los protagonistas o de los textos culturales que tejieron esa trama dialógica.

6. De interés sobre este tema es el análisis histórico sobre el peronismo propuesto por Alejandro Horowicz, quien señala que esta fuerza política surge como resultado del impacto que tuvo el reordenamiento de la relación entre las burguesías nacionales y los sectores obreros a nivel mundial a partir de la segunda posguerra en la renta nacional de un modelo agroexportador agotado (2012). El autor propone ver el peronismo como una instancia de articulación política de la situación de trabajo de los asalariados.

7. Tomo aquí la definición que de este concepto propone Gerard Genette en su análisis de los enunciados de ficción, los cuales contrariamente a la descripción de hechos objetivos de los enunciados de la realidad, ofrecen una descripción de un estado mental. Para el crítico, el sentido literal indirecto (no figurado) de la ficción se construye a partir de "...un sentido literal que es perfectamente aceptable y posiblemente fiel a alguna realidad empírica, y cuya ficcionalidad no es en absoluto una evidencia lógica o semántica, sino más bien una probabilidad cultural, inducida por cierto número de datos convencionales de índole textual, contextual y paratextual..." (Genette, 1991: 48).

Karush sostiene que las películas de Manuel Romero que más enfatizan los antagonismos sociales proponen el matrimonio interclase como una resolución de las diferencias sociales en clave melodramática. Pero en los escenarios urbanos en los que transcurren sus historias [especialmente en *Muchachas que trabajan* (1938), *Muchachas que estudian* (1939), e *Isabelita* (1940) entran en contacto mujeres de diverso origen. No lo hacen solamente por medio del trabajo, sino también en otras instancias, como la pensión, el salón de lectura, las reuniones feministas, el baile, la calle, asociadas de modos menos directos a la esfera laboral, en las cuales se mezclan deseos de consumo, reivindicaciones laborales y mandatos de género. En estas zonas de contacto, sus discursos y corporalidades emergen contestando lo propuesto por Karush con respecto al matrimonio y al aprovechamiento del peronismo de un previo lenguaje de clase contestatario. Si bien es cierto que la unión interclase asimila a los sectores trabajadores, en particular a las mujeres en su papel de ángeles del hogar y de consumidoras, a los valores de los sectores medios, también es palpable que tal adopción no es el resultado de un reconocimiento de estos agentes sociales en términos institucionales legislativos, así como tampoco de su integración en el plano del derecho constitucional. Esto explica que su potencial contestatario y la necesidad de encontrar interlocutores políticos no se agotara con el matrimonio interclase y hallara eco en las políticas impartidas por Perón cuando estaba a cargo del Ministerio de Trabajo en 1943.

Los cuerpos emergentes figurados en esas zonas de contacto entre sectores sociales en las que se comparten el deseo y el acceso al imaginario concebido y transmitido por las industrias culturales, presentan características peculiares tanto en lo ideológico como en lo visual. Las vendedoras, empleadas domésticas, pensionistas, secretarías y estudiantes de las películas de Romero exhiben una corporalidad femenina heterogénea que busca aggiornarse a los modelos impuestos por la publicidad desde la prensa gráfica, y al mismo tiempo negocian con los marcadores de clase y sus idiosincrasias. Es en esta convergencia de figuraciones del cuerpo femenino que observo una serie determinada de imágenes de Eva Perón. La recepción de su corporalidad no se explica exclusivamente por el fanatismo que despertaba el embate de sus discursos, ni por el "afecto" que despertaba con su accionar, sino por su encuadramiento en un "sensorium" o estructura de sentimientos (Williams, 1974), que prefiguraba una corporalidad femenina en la que la inscripción del accionar político directo era una "probabilidad cultural" (Genette 1993: 48)⁷. Las corporalidades femeninas que acogen la presencia política de Eva Perón son aquellas que emergen de ese escenario social urbano representado en las películas de Romero.

Utilizo el concepto "cuerpos emergentes", de Oscar Traversa (1997), para denominar a los cuerpos de las mujeres jóvenes y de mediana edad vendedoras, trabajadoras

domésticas, secretarías y estudiantes provenientes en su mayoría de las provincias en búsqueda de un horizonte tradicional como el del matrimonio, pero que al mismo tiempo, por su condición de clase, han tenido que recorrer otros senderos menos cómodos. De origen social asalariado, rural y/o inmigrante, las muchachas de las películas de Romero, tienen cuerpos para el trabajo, ya sea en una fábrica (aunque este no es el escenario privilegiado por el director), en una mansión o en una tienda; es decir, cuerpos para el esfuerzo, para la resistencia a las largas jornadas y para las demandas de otros. Según Traversa (1997: 21), los cuerpos emergentes encarnan nuevos y múltiples discursos, fundamentalmente vinculados a la experiencia del trabajo urbano y el consumo, que trazan nuevos contornos físicos. Por lo tanto, las corporalidades femeninas resultan de zonas de contacto social que surgen de su relación con los productos de consumo y con distintas instancias sociales. Al mismo tiempo, la solidaridad de género está inicialmente supeditada a la solidaridad de clase frente a los abusos de los patrones; solamente cuando se traspasa la espacialidad del trabajo y se establece una distancia de resguardo y respeto, la solidaridad de género aflora como un gran movilizador de cambio social. La masividad creciente del consumo de productos de belleza femenina hace que las corporalidades investidas por todos los personajes se asemejen en ciertos aspectos, como el color de pelo, el tono del polvo de maquillaje, etc. Pero la exclusividad social de algunos productos, como pueden ser la vestimenta, el auto o los bienes domésticos se evidencia en la distancia y postura de los cuerpos con respecto a estos, así como en los discursos verbales que los refieren.

Análisis: un cuerpo, todos los cuerpos

El cuerpo de Eva Perón emerge en este contexto y es por eso que no deja de ser percibido como fuera de lugar una vez que ingresa al mundo de las damas de beneficencia asociadas a los sectores oligárquicos y su estrato político, pues más allá de reunir los atributos de belleza aceptables dada su profesión de actriz, su corporalidad delata su condición social. De ahí que la transformación en su vestimenta haya sido interpretada con gran acierto como una estrategia para la construcción de la imagen de la mujer política. Sin embargo, es posible también observar que en verdad esa estrategia no respondía tanto a la necesidad de llevar a cabo un ajuste social en el campo de la apariencia física, sino a una forma de pensar y relacionarse con el entorno; es decir, a una manera diferente de pensar y hacer políticamente. Una fotografía de Eva Perón y Juan Domingo Perón en una parada en la ruta en una de sus giras parece señalar esto. En la escena, Perón se encuentra comiendo, parado y a gran distancia del automóvil que los traslada. En una clara situación que muestra la voluntad de mantener la intimidad del almuerzo separada del ámbito

laboral y, sobre todo, del medio en el que su cuerpo coexiste con el del chofer que los conduce, la distancia entre el presidente y el automóvil señala una situación de estatus social.

Contrariamente, sentada hacia afuera del auto, con la puerta abierta y en actitud de diálogo, Eva come con la secretaria que los acompaña, quien viste de manera similar y al igual que ella se encuentra almorzando junto al auto. Esta distribución espacial de los cuerpos denota su cercanía con el espacio de trabajo del chofer que conduce el automóvil. La parada en el camino no parece ser para ella una instancia de retorno a la intimidad, sino un momento más de una acción determinada en la que habitan en el mismo espacio porque tienen los mismos intereses. Si la distancia entre Perón y el auto señala estatus social y jerarquía, la cercanía de las mujeres a éste indica zonas de contacto y de igualación. Allí, Eva no es ni esposa ni actriz, sino agenciadora junto a otra mujer que es su par. La corporalidad de Eva Perón es una indicación de que al nivel del imaginario social, y también en el plano de la acción, el cuerpo femenino se convierte en un *locus político* sin precedente en la historia argentina hasta su llegada, infundiendo en las generaciones venideras eso que Venturini llama *futuralidad*. Es posible pensar entonces, que lo que se busca incesantemente en las lecturas críticas y creativas de sus figuraciones constituye también una exploración sobre las formas en que el cuerpo, nuestros cuerpos, se instituyen como lugares de inscripción y de realización de lo político en el plano de lo colectivo.

En su trabajo *On photography*, Susan Sontag (1990) plantea que las fotografías son “experiencias capturadas” (Sontag, 1990: 14) que testimonian hechos en el campo de lo real y apelan a las emociones de quienes las observan (Sontag, 1990: 19). Las imágenes recogidas por la cámara hacen accesibles formas de conocimiento y transmiten referencias éticas y estados de conciencia. La crítica sostiene que no entendemos a partir de una fotografía, sino que aceptamos o damos por sentada la información que contiene. Para deducir o comprender, es necesario leer las fotografías en serie, idea que desarrolla en *Illness as metaphor* (Sontag, 1978), donde propone que los referentes de un conjunto de fotografías no se encuentran en las imágenes en sí, sino en los procesos de producción de sentido de los cuales esas fotografías son indicios. Por eso, en esta sección del ensayo propongo observar cómo las corporalidades de Eva Perón en una serie de fotografías, especialmente la que recoge Baschetti para acompañar la edición de su registro bibliográfico, remiten a una corporalidad emergente que en su carácter agenciador convierte al cuerpo en *locus político*.

Este emplazamiento femenino de lo político tiene como orientación ideológica la Constitución de 1949, que promueve los derechos del niño, la ancianidad y los

trabajadores, es decir, el campo de la acción social de la Fundación Eva Perón. La corporalidad o la iconografía de esta ideología en la que la ayuda social se transforma en un derecho constitucional se manifiesta como un vector visual que señala el contacto directo de Eva Perón con sus interlocutores. Es decir, su corporalidad, en tanto *locus político* llena el vacío legal y cívico creado por una concepción excluyente del Estado y de la democracia, y se manifiesta visualmente en dos instancias específicas. La primera es la que pone de relieve zonas de contacto entre ella y los niños, las mujeres, los ancianos y los trabajadores, cuyo contenido ideológico es el de la inclusión, los derechos y la capacidad de acción directa. La segunda es la del vector que está originado por la postura de su cuerpo durante los discursos políticos, especialmente sus manos, e indica una dinámica entre pensar, sentir, decir y hacer.

De este modo, las series muestran, por un lado, una iconografía que pone de manifiesto la justicia social como el centro ideológico de la doctrina peronista, y por el otro, un credo que se exterioriza fundamentalmente en una corporalidad que como emplazamiento de lo político es accesible porque entra en contacto con los otros. En la primera instancia de la serie, que denomino "mosaico", Eva Perón está entre mineros, enfermeras, ancianos, empleados y obreros, niños y mujeres. Muchas veces se trata de una pose en conjunto, otras de un momento o acción en transcurso. Me interesa resaltar que todas aparecen como un mosaico de rostros y cuerpos, gestos y actitudes, zonas de contacto cuyos significantes no son esos mismos cuerpos, sino un claro proceso de nivelación y reconocimiento social. La racionalidad en la que se apoya la democracia, y que según Sarlo, reside precisamente en el vacío y no en el personalismo y el vínculo emocional, en estas fotografías se ve desafiada por el contacto. El cuerpo de Eva confundido con los otros se convierte en un dínamo transformador que reconoce, identifica y motiva. Opuestamente a lo que propone Sarlo, este movimiento no puede ser únicamente el resultado del personalismo y la irracionalidad de lo afectivo, sino de una inclusión que solamente es posible a partir del contacto y el reconocimiento, los cuales a su vez hacen posible la formulación del derecho.

En estos mosaicos, el baldío simbólico al que hace referencia Aurora Venturini al hablar de la infancia de Eva, se llena con la presencia y el reconocimiento de esos otros. Observadas de manera individual, las imágenes pueden inducir a reafirmar la interpretación crítica que ha visto en lo emocional el fundamento del apoyo político y social que recibió Eva Perón. Sin embargo, miradas en serie, es claro que lo emocional no es el resultado de un contacto directo basado en la dádiva, sino que es parte de una transformación social cuyos principios ideológicos se basan en el contacto y la inclusión; y su manifestación icónica es esa corporalidad emergente

que se instala no de manera jerárquica, sino horizontal. Esto desmonta la dicotomía razón-emoción y muestra una forma de entender y hacer política cuya excepcionalidad no radica en el usufructo de los afectos, sino en la capacidad para pensar a partir de compartir el mismo plano, es decir, haciéndose carne con el otro.

En la segunda instancia, me interesa la noción de *punctum* propuesta por Barthes (1978), que nos permite observar trayectorias o vectores en las fotografías que retratan a Eva Perón en los actos públicos, especialmente la postura de su cuerpo frente a la audiencia de trabajadores y mujeres. Hacia la década del sesenta, el artista plástico Ricardo Carpani propuso una figuración de Eva Perón que desde lo ideológico retoma el gesto alocutorio de la Eva del micrófono y lo une a su rodete, que aparece icónicamente como la caja de resonancia de su voz. En el contexto de relectura del peronismo por parte de la juventud de los sesenta y setenta, y de la reconfiguración al interior de algunos sectores sindicales, mostrarla en el gesto movilizador de su habla sirve de refuerzo para la radicalización y el giro ideológico hacia la izquierda dentro del peronismo. Esta figuración deja de lado la postura de sus manos en los discursos públicos.

En distintas series se observa que la posición hacia arriba de las palmas de las manos reemplaza el gesto acogedor que vemos en sus saludos desde el tren sanitario o desde el balcón, semejantes a los de Juan Perón. Las palmas hacia arriba y los dedos en posición plegada asemejan dos palancas que parecen empujan a esa audiencia. De esta manera, su cuerpo aparece como un motor, una fuerza propulsora, más que como dínamo. Observadas individualmente y enfocándonos en la experiencia que testimonian, las imágenes muestran el siguiente vector de recorrido descendente: rodete, perfil, boca, micrófono, brazos extendidos, manos en forma de palanca, dedos semi-plegados, cabezas, rostros de la audiencia y cuerpo multitudinario. Si en la composición mosaico lo que prima es una corporalidad de Eva Perón que no silencia su imagen, en la instancia del vector, la corporalidad se agiganta tanto como se expande el eco sonoro de su voz.

Opuestamente a lo señalado por Traversa con respecto a las figuraciones publicitarias que silencian o ciegan a la imagen del cuerpo, en este caso la figuración del vector vista en serie es potenciadora de la imagen de una corporalidad no solamente entregada a la acción, sino también movilizador de los otros. Su cuerpo es la manifestación de un *becoming*, una transformación que no tiene otro objeto que el de movilizar a aquellos a quienes se dirige. Como señala Marysa Navarro

[...] ella era la encargada de poner en marcha las tácticas, explicar y repetir la doctrina ante los más diversos auditorios, innovar en

cuanto sus obras fueran un complemento de las conquistas obtenidas [...] mantener el nivel de movilización de las masas, pero también su control, y en nombre de éstas, hostigar al enemigo y asegurar que las transformaciones sociales iniciadas en 1943 se profundizaran y ampliaran (Navarro, 1997: 347-348, apud Grinberg Pla, 2013: 218).

Esta noción de vector nos remite a la metáfora del motor para referirnos a una corporalidad generadora de movimiento. Se trata de un cuerpo que pone en marcha a otros, por lo que su corporalidad, dada por el rodete, la boca, el gesto de la alocución, el micrófono, los brazos estirados y las manos como palancas nos habla de un *locus político* en el que el cuerpo es habitado en la medida en que se lo pone en marcha o se lo entrega a la causa, la cual consiste en la transformación de las necesidades sociales en derechos.

Sin duda, la obra del artista plástico Daniel Santoro es una de las más frecuentemente estudiadas y referidas en cuanto a la representación del peronismo y Eva Perón reciente. Probablemente, uno de los aspectos que más interesen de su obra, especialmente de *Manual del niño peronista* (2002)⁸ y *Perón mediante* (2008), sea la representación de lo que se ha denominado “política del sentimiento” (Soria, Cortés Rocca & Dieleke, 2010) en el ámbito de los estudios culturales que se abocan al peronismo. Estas perspectivas señalan la naturaleza afectiva del vínculo entre Eva Perón y los sectores populares, y destacan una vez más su papel conector entre el pueblo y el peronismo. Susana Rosano ha señalado que Santoro

[...] construye una mirada singular, propia, sobre la mitología del movimiento. La manera en que Santoro revisita la iconografía de los años cuarenta y cincuenta se produce a partir de una selección de imágenes que privilegia aquellas estampas alegóricas y apasteladas del libro *La Argentina justa, libre y soberana...* (Rosano, 2010: 243).

La corporalidad de Eva que recupera Santoro en sus escenarios de bienestar social y de obra pública, remite a su actividad en la Fundación: la mujer que viste el traje sastre y lleva rodete, pero cuyo nervio político no se manifiesta en el dedo índice de los discursos en el balcón, sino en la palma protectora y en la mano que entrega desde guardapolvos y juguetes, hasta máquinas de coser. De esta manera, en su iconografía del peronismo, Santoro reafirma la conexión entre emoción y Estado que ha sido señalada en relación con la política social de Eva Perón a través de la Fundación y otras instancias públicas. Esta es una corporalidad “tosca”, maternal, que figura un cuerpo totalmente dedicado al hacer y, sobre todo, al proveer; es decir, un cuerpo agenciador que se asocia a los sueños utópicos de un

8. Este volumen reúne imágenes de sus muestras “Un mundo peronista” (2000) y “Evita, la lejana patria de la felicidad”.

[...] Estado protector populista, a los que Santoro considera un verdadero *paraíso perdido*, un momento de la historia nacional en el que la *felicidad del pueblo parece posible...* (Rosano, 2010: 244).

En las pinturas *Eva tapa al niño y lo tapa con la manta*, *Eva y los niños* y *Evita protege al niño peronista*, la representación del cuerpo de Eva como un *locus político* está impregnada de la estética monumentalista y neoclasicista que es acorde tanto con la visión personal del propio Santoro, como con lecturas críticas de la iconografía peronista (Gené, 2005) y remarcan la representación del Estado protector. No obstante, Santoro le da un giro que nos permite comprender visualmente a Eva Perón más allá de la figura protectora. Como bien señala Rosano a partir de las propias palabras de Santoro, la representación maternal de Eva es central en su visión actualizada del peronismo. Al respecto, el artista plástico señala:

Lo que intento con la figura de Eva Perón es una especie de arquetipo que sería como la madre Estado. El Estado maternal. Sería una nueva categoría que sería un invento del peronismo, y Eva Perón lo encarnó en cierto modo, a través de las obras que hizo...desde la Fundación a un montón de cosas más [...] Esa Madre-Estado se contrapone al Estado paternalista, fruto del Estado liberal [...] En cambio, el Estado maternal es ese Estado sensible que se hace cargo de los desamparados. Y restituye la justicia social. Eva Perón piensa en una república para los niños, pero en realidad no es para todos los niños, es para los niños que no tienen padres. Y piensa en cada una de las situaciones en las que el Estado debe hacerse presente. Por eso hablo de un Estado maternal (Santoro, 2001: 10, apud Rosano 2010: 245).

Esta noción de Estado-maternal representado en el cuerpo de una Eva con traje sastre y rodete, como la de los discursos, pero menos combativa y con un cuerpo menos delgado y más matronal, más nutricional que movilizador, demuestra lo explicitado por Santoro con respecto a los destinatarios de las obras de la Fundación. Al mismo tiempo, este rasgo remarca lo señalado en la serie “mosaico” con respecto a la igualdad y la inclusión sugeridas por las zonas de contacto físico. En las pinturas de Santoro, los niños en guardapolvo escolar tienen casi las mismas dimensiones que el cuerpo de Eva. Tal engrandecimiento puede observarse como un indicador visual del proceso de igualación e inclusión social.

Aunque es obvio que aquellos sectores históricamente excluidos por la ausencia de políticas públicas redistributivas eran el objetivo de sus acciones directas, el alcance de estas no se agotaba en sus destinatarios primeros, puesto que los trascendía al plasmar la ayuda social en el campo del derecho. La relación desproporcional

entre los cuerpos de los niños y el de Eva Perón, que agiganta a los primeros con respecto a la segunda, en pinturas como *Evita protege al niño peronista*, *El hada buena argentina*, *El guardapolvo nuevo*, entre otras, señala el impacto de su figura en el imaginario. Del mismo modo, en pinturas como *La felicidad del pueblo*, el tamaño de los retratos de Eva Perón en el chalecito del barrio obrero escapan a la escala, indicando entonces la dimensión de su presencia en el imaginario de los sectores asalariados. A primera vista, lo emocional aparece evidenciado en el carácter devocional de esta presencia. Sin embargo, también puede observarse que lo emocional está relacionado con el tema del derecho y la inclusión que son posibles por medio de la presencia de ese cuerpo “tosco”, como en su momento lo calificó Ghioldi en 1952⁹.

La crítica y la ficción se han nutrido del discurso reaccionario sobre el peronismo y la figura de Eva Perón y han contribuido a la solidificación de un imaginario en el que su corporalidad se encuentra figurada como un amar dando, más que como un pensar haciendo. La noción de que la ayuda social que corporalizó fue la base de los principios y derechos de la Constitución de 1949 queda excluida del discurso crítico desde el cual una y otra vez se vuelve a proponer su figura como ejemplo de la manipulación afectiva. La proyección en el imaginario social de los derechos a la ancianidad, del niño y del trabajador como resultado de una transformación cuya base es la acción y la ayuda social guarda íntima relación con las dos instancias visuales de la corporalidad de Eva, el mosaico y el vector, y llena de significación el vacío o baldío institucional sobre el que muchas veces descansa una concepción disfuncional y restrictiva de la democracia.

La serie de imágenes mosaico unen en el imaginario la proyección de sujetos sociales en plena transformación de su condición y lugar en la sociedad. Retomando el análisis de Oscar Traversa sobre los cuerpos en la prensa gráfica de las décadas del treinta y del cuarenta, es decir, del contexto del cual surge la misma Eva, la transformación de su propio cuerpo –que es aquello que Cortés Rocca y Cohan (1998: 215) entienden como la construcción que ella misma hace de la mujer política al pasar del vestido al traje sastre, y de la melena al rodete –, no es únicamente una estrategia para reacomodar su figura a la instancia presidencial de Perón, sino que constituye un giro esperable de eso que Traversa entiede como cuerpos geométricos. Las figuraciones del rostro y de la corporalidad de Eva Perón que surgen de la serie mosaico, señalan una ruptura con esas figuraciones del cuerpo femenino de la prensa de los treinta y cuarenta, que modelan o son portadores de ropa y productos de belleza, y cuyos rostros y miradas se pierden en un horizonte anónimo. Si hay algo que distingue a esta serie es la presencia tanto de su mirada como la de aque-

9. Américo Ghioldi la describió como “...tosca, con voluntariosa energía, dominadora ambición y gusto por manejar hombres, cosas que fueron cultivadas por el Estado...” (Ghioldi, 1952: 45, apud Pla, 2013: 172).

llos que la acompañan y componen un todo. De este modo, el horizonte infinito que casi por definición distingue la mirada del cuerpo en pose (Traversa, 1997: 215) es reemplazado por un conjunto de corporalidades que comparten en ese horizonte un sentido de reconocimiento.

Conclusión

“La sombra de Esa Mujer estaba pegada en mi piel, yo era ella...
La sombra de Esa Mujer se me hizo luz.”
Venturini (2014: 94).

¿Es la corporalidad de Eva Perón una manifestación del personalismo autoritario o del *continuum* histórico de un imaginario en el que el cuerpo femenino como *locus político* se proyectaba como una probabilidad cultural (una corporalidad agenciadora) o como una *futuralidad*? ¿Podemos pensar sus figuraciones actuales como prismas a partir de los cuales mirar el pasado y el futuro de la relación entre cuerpos y política? Si consideramos que las imágenes no sólo no son fieles reflejos de algo real, ni aparecen en nuestro cerebro como la reproducción de un negativo, sino que son la síntesis de un conjunto de réplicas a nivel mnémico, deductivo y sensorial, no solo de ese negativo, sino también de lo que está fuera de encuadre, la persistente exploración de la corporalidad de Eva Perón nos sugiere que aquello que se encuentra en permanente indagación es la historia de nuestra forma de mirar y de vernos a nosotros mismos ante nuevas dinámicas políticas y sociales.

El cuerpo y la corporalidad de Eva no son el resultado de una férrea voluntad individual por ingresar al terreno de la política, sino el signo de un proceso social, político y cultural de articulación de las demandas de los sectores más desfavorecidos de la sociedad. Es probable que la incomodidad que representa su cuerpo no se deba ni a la estridencia de su voz, ni a su supuesta desmesurada emocionalidad, sino a la materialización de las prácticas restrictivas de la democracia denunciadas por su gestualidad agenciadora. La disonancia de su corporalidad no se explica en los misterios que encierra su cuerpo, sino en los procesos sociales que ella encarna y revela. Este enfoque nos permite visualizar unos referentes que no remiten directamente a su cuerpo, sino a los procesos sociales, políticos y culturales por los cuales éste se constituyó como un emplazamiento de lo político, emblema de la militancia para unos, repudiado y oscuro objeto de deseo para otros. Es decir, la lectura de la serie de figuraciones visuales de Eva Perón, nos permite comprender una forma de construcción de la corporalidad que trasciende al personaje histórico.

El interés por su figura deja entonces de tener explicación en los aspectos exclusivos de su apariencia física y se transforma en una cuestión sobre las formas en que su corporalidad fue la caja de resonancia de otras corporalidades pasadas, presentes y futuras. Será por esto, tal vez, que continuamos mirándola y oyéndola; porque no es su cuerpo el que esconde secretos, sino su corporalidad la que no deja nunca de revelarnos la historia de las miradas desde las que concebimos lo que fuimos, lo que somos, y lo que quizá lleguemos a ser. Podría decirse entonces que no es Eva Perón, ni su imagen, ni sus figuraciones las que evidencian una naturaleza diferente, sino que es el carácter inédito de las prácticas sociales que su cuerpo encarnó, llenando de corporalidad a las generaciones posteriores, aquello que continúa sonando con disonante (y curiosa) estridencia.

Abstract: This essay analyzes images and representations of Eva Perón combining theories of corporeality and affection with theories of the photo-image proposed by WJT Mitchell, Roland Barthes and Susan Sontag. It aims to revise the myths related to Eva Perón and her physical and emotional representations, from the perspective of an analysis of her corporeality and her relation with the pre-peronist imagery around women, politics, beauty and consumerism.

Keywords: Eva Perón, myth, policy, beauty, Argentina.

Referencias

- BARRY, Carolina. Eva Perón y las primeras dirigentes del peronismo, 1949-1955. *Historia y Política*, v. 26, p. 227-257, Jul.-Dic. 2011.
- BARTHES, Roland. *Image, music, text*. New York: Hill and Wang, 1978.
- BARTRA, Roger. La batalla de las ideas y las emociones. In: MORAÑA, Mabel; SÁNCHEZ PRADO, Ignacio (Eds.). *El lenguaje de las emociones. Afecto y cultura en América Latina*, p. 17-36. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2012.
- BASCHETTI, Roberto. *Eva Perón. Registros bibliográficos*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional Mariano Moreno, 2013.
- CORTÉS ROCCA, Paola; KOHAN, Martín. *Imágenes de vida, relatos de muerte. Eva Perón: cuerpo y política*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1998.
- ELENA, Eduardo. *Dignifying Argentina. Peronism, citizenship, and mass consumption*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2011.

GENÉ, Marcela. *Um mundo feliz, imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.

GENETTE, Gerard. *Ficción y dicción*. Barcelona: Editorial Lumen, 1993.

GONZÁLEZ-STEPHAN, Beatriz. Saberes tecnológicos y cuerpos (pos)coloniales: Martí en la escena norteamericana. In: BOLAÑOS, Alvaro F.; NICHOLS, Geraldine C.; SOSNOWSKI, Saúl (Eds.). *Literatura, política y sociedad: Construcciones de sentido en la Hispanoamérica contemporánea. Homenaje a Andrés Avellaneda*, p. 77-98. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2008.

GRINBERG PLA, Valeria. *Eva Perón. Cuerpo, género, nación*. Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2013.

HOROWICZ, Alejandro. *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

ILLOUZ, Eva. *Why love hurts. A sociological explanation*. London: Polity, 2012.

———. *Cold intimacies. The making of emotional capitalism*. Cambridge: Polity, 2007.

———. *Consuming the romantic utopia: love and the cultural contradictions of capitalism*. Berkeley: University of California Press, 1997.

KARUSH, Matthew B. *Culture of class. Radio and cinema in the making of a divided Argentina, 1920-1946*. Durham: Duke University, 2012.

KRIGER, Clara. *Cine y peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

LINDEN, David. *Touch: the science of hand, heart, and mind*. New York: Penguin Books, 2016.

LOBATO, Mirta Zaida. *La vida en las fábricas. Trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso, 1904-1970*. Buenos Aires: Prometeo, 2001.

LÓPEZ-IBOR ALIÑO, J. J. *El cuerpo y la corporalidad*. Madrid: Gredos, 1974.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phenomenology of perception*. New York: Routledge, 2002.

MILANESIO, Natalia. *Workers go shopping in Argentina. The rise of popular consumer culture*. Albuquerque: University of New Mexico, 2013.

MITCHELL, W. J. T. *Picture theory*. Chicago: The University of Chicago, 1994.

MONTENEGRO MEDINA, María Angélica; ORNESTEIN LETELIER, Claudia; TAPIA

ILABACA, Patricia Angélica. *Cuerpo y corporalidad desde el vivenciar femenino*. *Scielo*, v. 12, n. 2, p. 165-168, 2006.

NAVARRO, Marysa (Comp.). *Evita. Mitos y representaciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

ROSANO, Susana. Apuntes para pensar la obra de Daniel Santoro. El paraíso perdido del peronismo en clave hermética. In: SORIA, Claudia; CORTÉS ROCCA, Paola; DIELEKE, Edgardo (Eds.). *Políticas del sentimiento. El peronismo y la construcción de la Argentina moderna*, p. 241-253. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

———. *Rostros y mascarás de Eva Perón. Imaginario populista y representación*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2006.

SANTORO, Daniel; INDIJ, Guido. *Perón mediante*. Buenos Aires: La Marca Editora, 2007.

SARLO, Beatriz. *La passion y la excepción*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

SONTAG, Susan. *On photography*. New York: Doubleday, 1990.

———. *Illness as metaphor*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1978.

SORIA, Claudia; CORTÉS ROCCA, Paola; DIELEKE, Edgardo (Eds.). *Políticas del sentimiento. El peronismo y la construcción de la Argentina moderna*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. *Geografiska Annaler*, "Series B. Human Geography", v. 86, n. 1, p. 57-78, *Special issue: the political challenge of relational space*, 2004.

TRAVERSA, Oscar. *Cuerpos de papel. Figuraciones del cuerpo en la prensa 1918-1940*. Barcelona: Gedisa, 1997.

VÁZQUEZ, Karina Elizabeth. *Aprendices, fabriqueras y obreros. El trabajo industrial en la narrativa argentina del siglo XX (1930-2007)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.

VENTURINI, Aurora. *Eva Alfa y Omega*. Buenos Aires: Sudamericana, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Television: technology and cultural form*. "Technosphere Series". London: Collins, 1974.

Estado, política e evolução social: uma tendência para este século XXI

Recebido: 11.03.15

Aprovado: 24.08.16

Leno Francisco Danner*

* Doutor em filosofia (PUC-RS), professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (Unir). É especialista em teoria política, particularmente em Marx e no marxismo, liberalismo político e teoria crítica. <leno_danner@yahoo.com.br>.

Resumo: Defenderei o argumento de que, desde a última década do século XX, se está assistindo a uma reafirmação de um Estado forte, compensatório e regulatório, diretivo em relação à evolução social. Nesse sentido, passa para o primeiro plano a política – tanto em termos de afirmação das instituições políticas quanto no que se refere à participação cidadã – como o elemento fundamental para a realização de transformações em todos os âmbitos da sociedade. Contratendências conservadoras na política, redivivas diante da atual crise socioeconômica, defensoras de *políticas de austeridade* como forma de resolver-se tal crise, e depois de um longo tempo de influência das posições neoliberais, podemos perceber a consolidação de uma cultura democrática ou de uma mentalidade coletiva afirmadora desse Estado diretivo em relação à evolução social, realizador de políticas de integração social e regulador no que tange à dinâmica econômica. É uma realidade muito importante para nossas democracias, pois leva ao reforço de uma cultura pública defensora de direitos sociais, à afirmação de uma política que, contraposta ao *laissez-faire*, assume o papel de centro diretivo da sociedade, de espaço de reivindicações por justiça e de exercício efetivo da cidadania, por parte de um número sempre crescente de indivíduos, grupos culturais e movimentos sociais os mais diversos. Trata-se, por isso, de uma perspectiva muito otimista no que diz respeito ao reforço da democracia política, que coloca o Estado como instituição básica para a constituição de uma sociedade democrática contemporânea.

Palavras-chave: política, Estado, sociedade, economia, contemporaneidade.

O ocaso do conservadorismo político

Quero partir do argumento de que estamos assistindo, desde meados da década de 1990, a um enfraquecimento vertiginoso do conservadorismo político-econômico representado pelo modelo neoliberal, situação socio-política que contrasta com o período que, iniciado em meados da década de 1970 e chegando até praticamente o fim dos anos 1990, teria sido marcado, em decorrência da hegemonia neoliberal, pelo ataque ao Estado de bem-estar e pela abertura praticamente incontestada das sociedades ocidentais à globalização econômica, dando a tônica dos discursos e das reformas neoliberais implementadas neste período (Katz, 1989; Duggan, 2003; Habermas, 2003; Zurn & Leibfried, 2007). Em certo sentido, portanto, o tempo do neoliberalismo esgotou-se ou, pelo menos, este mesmo neoliberalismo perdeu sua capacidade (supondo que a teve em algum momento) de responder aos desafios de governabilidade e integração – de conciliação entre capital e trabalho, entre democracia e capitalismo – nas sociedades contemporâneas e em termos de globalização econômico-cultural, o que significa que

mais uma vez um modelo de política e de Estado fortes são chamados ao enfrentamento dos problemas sociais originados pela dinâmica econômica de acumulação e de exploração do trabalho, agora dinamizada desde um horizonte econômico-político globalizado que se, por um lado, é marcado pela presença de vários blocos de poder e de centros econômicos, não necessariamente alinhados, por outro, obedece a uma mesma lógica político-econômica, a saber, o crescimento econômico às custas da exploração do trabalho aos moldes do sistema produtivo asiático (baixos salários, parca organização sindical, altíssima exploração do trabalho) – modelo esse fomentado em termos de transnacionalização do capital desde o âmbito anglo-americano ou euronorocêntrico e consolidado neste início de século XXI como a forma hegemônica de relação entre capital e trabalho em termos de globalização econômica (Arrighi, 2008; Boltanski & Chiapello, 2009; Bauman, 2010; Napoleoni, 2014).

Note-se, no que diz respeito aos múltiplos blocos de poder – modelos políticos e econômicos em termos de *Realpolitik* –, no cenário regional-global hodierno, que há um mesmo padrão político-organizacional que perpassa a autoconstituição e o funcionamento das grandes economias atuais – pensemos nos Estados Unidos, na Europa Ocidental, na China, no Japão e nos Tigres Asiáticos, para não se falar também no Mercosul, a saber, a afirmação da lógica da globalização econômica vigente enquanto naturalização do capitalismo transnacional que conjuga abertura direta ao mercado internacional e a liberalização dos fluxos de capitais transnacionais, o enfraquecimento da força política dos movimentos sociais por meio do acirramento da tecnocracia e, de um modo mais geral, a consolidação gradativa de uma forma de produção material que intensifica os baixos salários, a degradação dos direitos trabalhistas e o aumento da carga laboral, ao estilo dos mercados de trabalho da Ásia –, mercados esses que, como argumentarei ao longo do texto, servem de modelo político-econômico, hoje, para a recomposição do capitalismo global contra a consolidação dos movimentos democrático-trabalhistas contrapostos às políticas de austeridade enquanto receituário neoconservador para a resolução da atual crise socioeconômica, até mesmo como reação ao crescimento dos governos vinculados à esquerda teórico-política, nestas duas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, não é possível nos enganarmos quanto a diferenças mais específicas em termos de política internacional relacionada à globalização levada a efeito pelos Estados Unidos, pela União Europeia ou, na Ásia, pela China, pelo Japão e pelos Tigres Asiáticos: há, como defendo, um cerne comum a todos estes blocos político-econômicos de poder, que consiste na aceitação e na consolidação de um mercado mundial caracterizado cada vez mais pela precarização do trabalho como um de seus cerne centrais e enquanto o modelo hegemônico de produção econômica material própria do capitalismo para este século XXI – um ponto central, diga-se de passagem, na atual agenda neoconservadora, tanto no Brasil como mais além, ao

dar prioridade absoluta à abertura econômica, ao aumento das taxas de juros (que favorece ao regime rentista dos capitais especulativos e leva à desindustrialização e à desnacionalização da economia) e às políticas de austeridade realizadas pelo Estado. É nesse contexto, por conseguinte, que um modelo de política e de Estado fortes tornam-se fundamentais para enfrentar-se o crescimento das posições neoconservadoras e a retomada da austeridade política (altas taxas de juros, abertura econômica à globalização dos capitais transnacionais, redução dos investimentos públicos em inclusão social, precarização do trabalho). É nesse contexto, ainda, que a nova cidadania democrática surgida nas últimas décadas, caracterizada pela participação política direta e cada vez mais incisiva, coordenada local, nacional e internacionalmente, pode fazer frente e mitigar a força das posições teórico-políticas neoconservadoras, instaurando um modelo político alternativo de instituições públicas, de Estado e de desenvolvimento social, assim como de participação política democrática.

Efetivamente, retomando meu argumento acerca da atualidade de um modelo de política e de Estado fortes, bem como de crise e de ocaso do neoliberalismo, desde fins dos anos 1990 é possível percebermos, na análise da *Realpolitik* de inúmeras democracias ocidentais – da Europa ocidental, passando pelos Estados Unidos e chegando às nossas Américas – um reforço da política social e a afirmação de um Estado forte, interventor na esfera econômica e compensatório na esfera social, que centraliza a condução da evolução social, colocando a política democrática, contrariamente ao que defendia o neoliberalismo, como o baluarte da evolução destas mesmas democracias (Esping-Andersen, 1999, 2003; Danner, 2013, 2014a). Ora, dois dos pilares básicos da posição neoliberal – a recusa da sociedade e de suas instituições enquanto estruturas objetivas que determinam poderosamente tanto a evolução social quanto a atribuição do *status quo* e a afirmação da autorreferencialidade da esfera econômica, que, devido a uma dinâmica própria, não política e não normativa, não poderia nem sofrer intervenção política, nem ser enquadrada a partir de argumentos normativos e de interesses generalizáveis próprios do âmbito social – foram implodidos pela mudança sociopolítica que desde aquele período tem dinamizado a autoconstituição de nossas democracias e a visão política hegemônica em nossas sociedades, formando uma nova cultura democrática que tem seu cerne na defesa de um modelo de política e de Estado fortes, de instituições públicas atuantes socialmente e de direitos sociais de cidadania universalizados, cultura democrática essa que é ferreamente contraposta ao neoliberalismo e desconfiada da abertura ingênua da economia nacional à globalização econômica.

Primeiramente uma digressão sobre estes dois pilares da posição neoliberal. Hayek (2008), considerado o pai do neoliberalismo, partia da ideia de que a evolução

social possui caráter espontâneo, sendo dinamizada por indivíduos sem qualquer visão messiânica ou filosófica do todo, preocupados basicamente com a satisfação de suas necessidades pessoais, que é obtida em um processo correlato de oferta dos próprios talentos aos demais e de aproveitamento dos talentos oferecidos por estes. Para Hayek, são estas ações isoladas, levadas a efeito por indivíduos que, como disse, querem apenas satisfazer seu bem-estar pessoal, que fazem com que esses mesmos indivíduos instituíam, ao longo do tempo, práticas, códigos e regras que possam orientar as relações entre eles e arbitrar sobre reivindicações de justiça surgidas a partir daquelas relações. Note-se bem que a tônica da evolução social-institucional é determinada por indivíduos singulares, e não pelas instituições ou por noções abstratas e genéricas de classe social – instituições e classes sociais que poderiam representar estruturas e macrossujeitos da evolução social, determinadores da dinâmica realizada em uma dada sociedade e mais além (um argumento básico da teoria social de um modo geral e da teoria social de esquerda em particular).

Para Hayek, portanto, a evolução social, isto é, a consolidação de resultados objetivos no que tange ao *status quo* e à formação das instituições em uma dada sociedade, e mesmo a evolução da própria sociedade de um modo mais genérico, acontecem de modo espontâneo e não intencional, a partir daquelas múltiplas ações individuais, feitas com o intuito de satisfazer os próprios interesses singulares. Ou seja, essa evolução é espontânea e não intencional porque não foi produzida conscientemente, porque não foi conduzida por alguma instituição ou classe social, porque não foi centralizada pelas instituições e classes sociais. Ela não foi pensada ou planejada, simplesmente aconteceu por meio desse processo de inter-relação produtiva entre indivíduos singulares que, conforme travavam relações de troca, percebiam o que deveria ser seguido e o que deveria ser condenado em termos dessas mesmas inter-relações produtivas. Três ideias importantes aparecem aqui: a importância da esfera econômico-produtiva em termos de evolução social; a recusa de que a sociedade e suas instituições, correlatamente à ideia de classes sociais (no sentido a elas dado por Marx), sejam estruturas objetivas ou macrossujeitos da evolução social; e a recusa da política e do Estado enquanto médium basilar da evolução social e instituição planejadora dessa mesma evolução social, concomitantemente à afirmação, por parte de Hayek, de que o mercado é uma ordem espontânea que, por sua lógica própria, não normativa e não política, assume o papel de lugar por excelência da evolução social (Hayek, 1985a, 1985b; Butler, 1987).

Explico brevemente cada uma dessas ideias. A primeira delas diz respeito ao fato de que esse processo evolutivo tem seu cerne na esfera econômica, na produção da vida material: é por meio da busca pela satisfação das próprias necessidades no âmbito produtivo que os indivíduos singulares contribuem para a gestão de prá-

ticas, normas e instituições sociais. Isso demonstra a importância que a esfera econômica possui para a definição da dinâmica social, para a configuração – ainda que de forma indireta, espontânea – da sociedade: indivíduos singulares produzem sua vida material e, a partir disso, geram códigos e práticas objetivos, que chamamos de sociedade, de instituições, de cultura etc. A segunda delas diz respeito à recusa de que a sociedade e suas instituições sejam estruturas objetivas que, a partir das lutas entre supostas classes sociais e da configuração dali adquirida, definam o *status quo*, o ritmo, a intensidade e a configuração da evolução social, dos processos de socialização e de subjetivação. Afirmar a ideia de que a sociedade e suas instituições são estruturas objetivas equivale a acreditar que a sociedade tenha um centro (ou alguns centros diretivos, planejadores, estruturantes) e macrossujeitos por sobre as cabeças individuais; equivale também a pressupor a possibilidade de, politicamente, se poder planejar os processos evolutivos, que não seriam, nesta posição, concebidos como espontâneos, e sim como produzidos politicamente, planejados a partir das instituições, tecnocraticamente. Da mesma forma, a afirmação de macrossujeitos da evolução social implica em que sejam anuladas as ações individuais que, como quer Hayek, são a verdadeira causa – inconsciente, não intencional e não planejada – de uma evolução social com caráter abrangente, definidora das características gerais da sociedade, de seus códigos e de suas relações. Instituições e macrossujeitos não existem, a não ser como idealizações. Na prática, apenas existem indivíduos e as relações que estes entabulam entre si com vistas ao proveito próprio (Hayek, 1987; Butler, 1987).

Com isso, chegamos à terceira ideia central para a posição neoliberal, a saber, a recusa da política democrática e do Estado enquanto elementos diretivos da evolução social, instâncias a partir das quais essa mesma evolução social pode ser racionalizada, discutida, planejada conscientemente e levada a efeito praticamente. Hayek nega esse papel diretivo e planejador da evolução social que tradicionalmente – em particular nas posições de esquerda – a política democrática e o Estado têm assumido e *mesmo centralizado*. As teorias de índole socialista (e, hodiernamente, sua vertente social-democrata) apresentam exatamente essa característica de atribuir centralidade à política democrática e ao Estado devido ao fato de conceberem a sociedade e suas instituições como estruturas objetivas, macroestruturas que, devido a esse seu caráter, influem direta e decisivamente nos processos de evolução social e na determinação do *status quo*. Além disso, tais instituições não seriam imunes aos grupos de poder ou classes sociais que, ao estilo de macrossujeitos, definiriam, a partir de suas lutas por poder e hegemonia, configurações institucionais, práticas culturais e dinâmicas sociopolíticas. Assim, nas teorias políticas de esquerda, a ação política de classe e o planejamento institucional da evolução social passam para primeiro plano, permitindo tanto a configuração adequada dos sistemas sociais,

econômicos, políticos e culturais, quanto a racionalização da dinâmica social que, *planejada e conduzida desde as instituições*, poderia adquirir um sentido mais equitativo e inclusivo e menos arbitrário (porque consciente e fundado em interesses generalizáveis e argumentos normativos).

Ora, Hayek ataca esse aguilhão da teoria social de esquerda no momento em que não apenas concebe a evolução social como espontânea, não intencional e não planejada, senão também na medida em que, para fazer isso, estabelece a centralidade do horizonte econômico-produtivo como motor dessa mesma evolução social. O mercado, enquanto ordem espontânea, é uma esfera não objetiva, não estrutural, na qual o fator básico da diferenciação entre os indivíduos e, conseqüentemente, da evolução social é a meritocracia, garantida a partir da livre concorrência. Aqui, não é o planejamento institucional centralizado ou a condução política das atividades econômicas dos indivíduos que garantirão uma evolução social equitativa, mas a própria espontaneidade do âmbito econômico-produtivo, isto é, a ampla mobilidade dos indivíduos em estabelecerem relações de troca uns com os outros, que é responsável seja pela produção da vida material, seja pela consolidação do *status quo*, seja, por fim e como consequência, pela formação de regras, práticas e códigos intersubjetivos. Assim, as instituições de um modo geral e o Estado em particular são importantes, na teoria de Hayek, mas o são por apenas dois motivos básicos: garantir o respeito e o cumprimento dos contratos e dos pactos, bem como evitar que o âmbito econômico seja afetado por poderes estruturais e por reivindicações normativas realizadas por meio de intervenções políticas. Quanto menos controles e intervenções políticas, mais espontaneidade. Quanto mais espontaneidade e liberdade, mais justiça e igualdade, que passam a ser definidas pela meritocracia do trabalho e pela livre concorrência – posto que a normatividade é uma ilusão dos grupos sociais perdedores em termos de meritocracia. A meritocracia do trabalho, aliás, torna-se o único critério para a definição do *status quo*, o que significa que, conforme já comentado acima, reivindicações normativas por igualdade material, distribuição da riqueza e justiça social não passem de uma “miragem” (termo utilizado por Hayek) usada por grupos sociais perdedores, não podendo legitimar uma política diretiva e um Estado forte que enquadrem o sistema econômico com base em interesses generalizáveis. Desse modo, torna-se claro que o alvo da crítica de Hayek, fundamental para sua posição política, consiste na centralidade da política democrática e do Estado de bem-estar social enquanto elementos diretivos, condutores e planejadores da evolução social, que, a partir de argumentos normativos e interesses generalizáveis, e por meio de participação política permanente, incisiva e direta, enquadram o âmbito econômico com o objetivo de se realizar valores de uso. A boa política, conforme defendido pelo neoliberalismo, é aquela que garante o máximo de espontaneidade à esfera econômico-produtiva, deixando a meritocra-

cia definir tanto o *status quo* como os rumos da evolução social. A má política, por sua vez, é aquela que assume uma função interventora em relação aos mercados e compensatória em relação à esfera social, buscando dirigir o processo evolutivo de maneira centralizada e com base em supostos interesses generalizáveis, com base na fantasiosa ideia de justiça social (Hayek, 1995, 2006; Butler, 1987; Dubiel, 1993; Harvey, 2008).

É este tipo de visão que, no meu entender, está em franco declínio, nas sociedades democráticas ocidentais, desde meados da década de 1990. Aliás, esta visão é rechaçada mesmo em países comunistas atuais, como a China, nos quais a centralização política em um Estado forte torna a evolução social algo planejado e conduzido institucionalmente, com o objetivo claro de não apenas impedir maior democratização, mas também e principalmente de evitar que capitais de alcance transnacional detonem a estabilidade daquelas economias nacionais (comunistas). Esta centralização estatal, com efeito, impediu que a China fosse afetada de maneira séria pela atual crise socioeconômica, mantendo o ritmo do crescimento econômico estável, ou seja, o controle estatal da economia nacional, de modo a contrapor-se à abertura pura e simples do mercado interno às transnacionais, impedindo a desnacionalização e a desindustrialização nativa, e foi o cerne do corrente sucesso chinês em manter ritmo estável de crescimento econômico não obstante essa crise econômica que afetou fortemente outras sociedades e, em particular, potências mundiais como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha (Arrighi, 2008; Boltanski & Chiapello, 2009; Napoleoni, 2014). No que tange às sociedades democráticas ocidentais, que é o que me interessa neste momento, pode-se perceber que o resultado da hegemonia neoliberal entre as décadas de 1980 e de 1990 nessas mesmas sociedades mostrou a exaustão, para não se falar da própria fragilidade, de um projeto político que centraliza a dinâmica social na *ordem espontânea* do mercado e que recusa um modelo ampliado de política democrática calcado em argumentos normativos e em interesses generalizáveis que se utiliza de um Estado forte, interventor e compensatório como instituição central de condução da evolução social. Hoje, os cidadãos querem segurança social realizada por meio das instituições públicas: eles afirmam tais instituições porque creem que elas podem, por meio do *controle político* dos poderes estruturais vigentes socialmente, da realização de direitos sociais e da oferta de oportunidades educativas e trabalhistas (para não se falar da seguridade social e dos sistemas públicos de saúde), dar-lhes um mínimo de bem-estar pessoal, assim como um mínimo de paz e de justiça sociais. Eles não estão mais dispostos a arriscar conseguir isso por meio da *espontaneidade do mercado* e com o abandono de uma política forte e diretiva da evolução social. Percebem que a desregulação e o enfraquecimento das instituições públicas são causa direta da crescente pauperização e desigualdade sociais. Ou seja, eles já não

aceitam um conservadorismo político que, conforme expresso pela posição neoliberal, coloque todo o peso da integração social na espontaneidade do mercado. Os cidadãos deste novo milênio querem planejamento e centralização política, querem instituições públicas atuantes socialmente, querem um Estado forte, compensatório e interventor – eles, contrariamente à política minimalista levada a efeito pelo neoliberalismo, querem mais política.

Com efeito, este novo milênio teve início com a avaliação do fracasso teórico-prático do neoliberalismo e com a convicção, que cada dia ganha mais adeptos entre a população em geral de nossas sociedades, de que uma política planejadora precisa, por um lado, controlar e mesmo dinamizar a esfera econômico-produtiva, concomitantemente, por outro lado, ao seu trabalho integrador em termos sociais, alcançado por meio de políticas sociais calcadas na efetivação dos direitos sociais de cidadania. A receita teórico-política hegemônica, desde o início do século XXI, por conseguinte, pode ser sintetizada na seguinte programática: política forte, controle e fomento da economia nacional, realização de políticas sociais, correlatamente, no âmbito internacional, à criação de blocos político-econômicos alternativos ao horizonte euronorocêntrico (que precisará negociar com estes mesmos blocos alternativos, de modo a formar-se uma política internacional multipolar, mas concertada em objetivos mínimos, como o controle político da dinâmica econômica internacional, a realização de metas sociais e a resolução dos problemas ecológicos). E é uma receita que ganha apoio não somente entre teóricos e autoridades políticas as mais diversas, na medida em que estas últimas não podem abstrair da realização de políticas sociais como condição de legitimidade partidária e apoio administrativo por parte das camadas de eleitores; trata-se também de um apoio popular cada vez mais intenso, exatamente por atribuir, conforme dito acima, um caráter integrador e pacificador às instituições públicas de um modo geral e ao Estado de bem-estar social em particular – uma cultura democrática, assim, que aponta para o reforço e para a afirmação das instituições públicas em seu aspecto diretivo da evolução social (Danner, 2014b). Interessantemente, o sucesso de que gozam as instituições públicas, dada a consolidação dessa cultura democrática calcada na afirmação de um modelo de política e de Estado fortes, bem como contraposta ao neoliberalismo, implica em que o ideário social-democrata de conciliação entre capital e trabalho por meio do Estado de bem-estar social ganhe nova atualidade, em nossas democracias ocidentais, hodiernamente.

A nova cultura democrática contemporânea, nesse sentido, é caracterizada pela participação política direta e enfática de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs os mais diversos frente às instituições políticas de um modo geral e em relação aos partidos políticos em particular, com a apresentação e a consolidação de agendas

vinculadas à crítica ao capitalismo transnacionalizado e à tecnocracia política enquanto pontos imbricados da programática levada a efeito por meio da hegemonia das forças neoconservadoras contemporâneas. Portanto, essa nova cultura democrática contemporânea, caracterizada pela participação direta e incisiva de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs, por meio de sua defesa intransigente das instituições público-políticas e da própria ação política como o cerne da constituição da sociedade e de sua transformação ao longo do tempo, representa o baluarte político-normativo mais poderoso contra a ascensão do neoconservadorismo atual. Ora, uma especificidade dessa nova cultura democrática, de nossos movimentos sociais e iniciativas cidadãs contemporâneos, pode ser percebida pela ênfase, por parte do grosso das ciências sociais contemporâneas, na consolidação de um fenômeno político-cultural importante para entender-se a política cotidiana atual, a saber, o fato de que essa nova cultura democrática caracterizada pela participação política direta por parte de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs já não é mais conduzida ou controlada tecnocraticamente, isto é, de que ela já não depende de uma liderança política institucional ou de um partido político como a cabeça que guia esse corpo acéfalo, utilizando tal metáfora – o partido que pensaria pelos movimentos sociais, que determinaria sua senda, o tipo de atuação, seus passos. Como nos mostra Marcos Nobre (2013: 5-35) em seu texto *Choque de democracia: razões da revolta*, os novos movimentos de protesto e de participação políticos são marcados pela correlação entre espontaneidade política, ativismo político direto frente às instituições políticas e aos partidos políticos, e pela integração local, nacional e mesmo internacional (possibilitada, em grande medida, seja pelas alianças entre os diversos movimentos sociais e pelo entrecruzamento de suas agendas, seja pela utilização das mídias alternativas, fatores que lhes permitem uma práxis político-cultural conjugada, concertada).

Ora, outro fator importante de tais movimentos está exatamente em sua politização, no duplo aspecto do termo: entendem sua luta como *praxis* política de caráter efetivo, emancipatório, participativo, que tem o direito de enquadrar o sistema político como um todo e impor – não apenas apresentar – pautas e uma agenda política às instituições públicas e aos partidos políticos; e não objetivam o fim da política, senão sua radicalização, o que significa a consolidação da participação popular junto ao sistema político, na medida em que este está submetido àquela, bem como colocam a *praxis* política de um modo geral e a atuação das instituições públicas em particular como o cerne da vida democrática, como a base, o instrumento para o planejamento, a orientação e a condução da evolução social, sem qualquer outro substitutivo ou alternativa à própria política (Habermas, 1991; 2005; 2009; Honneth, 2003; 2007; Giddens, 2001; Piketty, 2014). É nesse sentido que, como disse acima, essa nova cultura democrática leva a uma reconsideração da posição teóri-

co-política social-democrata, na medida em que esta coloca a política – participação ampliada, cidadania política efetiva e instituições público-políticas fortes, interven-toras e compensatórias – como o núcleo e o instrumento normativo-político-meto-dológico fundamentais para a autoconstituição da sociedade, para a definição dos projetos e dos rumos do desenvolvimento social como um todo.

A vez de uma política forte

No ideário social-democrata pode-se perceber, de maneira genérica, três aspectos básicos de sua posição teórico-política: (a) a afirmação da sociedade e de suas ins-tituições enquanto estruturas objetivas que, detonando processos de socialização e de subjetivação por sobre as cabeças individuais, definem de maneira preponderan-te a dinâmica da evolução social, a atribuição do *status quo* e muito do sentido des-ses processos; (b) a percepção de lutas por poder, de lutas de classe que definem o sentido e a dinâmica da estruturação das instituições, na medida em que tais lutas de classes são, em primeira mão, lutas pela definição das próprias instituições que coordenam a evolução social e os processos de socialização e de subjetivação – lutas de classe, portanto, direcionadas à orientação e à condução da evolução social; e (c) a configuração do poder econômico e político a partir dos argumentos normativos e dos interesses generalizáveis ramificados no social, o que equivale a subordinar os valores de troca do mercado capitalista aos valores de uso próprios do mundo da vida, por meio da afirmação da centralidade e do caráter diretivo da política de-mocrática e, aqui, particularmente, do Estado de bem-estar social (Bernstein, 1982; Habermas, 1991; 2005; Hook, 1999; Kolakowski, 1999; Harrington, 1999; Flora & Heidenheimer, 2005; Flora & Alber, 2005). Com isso, a social-democracia dá ensejo a um modelo de política forte que deve correlata e concomitantemente garantir a viabilização do desenvolvimento econômico e de uma integração social equitativa e inclusiva, ou seja, conciliar capital e trabalho por meios políticos. Aqui reside seja o sentido das atividades estatais interventoras e fomentadoras em termos de âmbito econômico, seja a ênfase político-estatal nos direitos sociais de cidadania e nas ins-tituições públicas de caráter socializador e de proteção social (escola, sistema público de saúde, seguridade social etc.), que têm por objetivo, no primeiro caso, impedir uma acumulação monopolística da riqueza e propiciar condições infraestruturais básicas para o desenvolvimento capitalista, bem como, no segundo caso, realizar a proteção social das classes sociais dependentes do trabalho e a garantia de sua in-clusão bem-sucedida nos processos de socialização e de subjetivação (Hicks, 1999; Esping-Andersen, 2008). Trata-se, como se pode perceber, não apenas da afirmação de uma política forte e diretiva da evolução social, mas também, como condição e mesmo como consequência disso, da colocação de enormes expectativas metodo-lógicas, programáticas e normativas às instituições políticas de um modo geral e ao

Estado de bem-estar social em particular, na medida em que eles passam a ser o cerne para a estabilização dos problemas sociais (tensões entre capital e trabalho) e o baluarte para a condução da evolução social das e nas sociedades democráticas contemporâneas, por estas sociedades contemporâneas (Habermas, 1991; 2000; 2009; Honneth & Hartmann, 2009; Hicks, 1999).

A crise do Estado de bem-estar social, em seu viés fiscal, político e psicossocial (O'Connor, 1977; Rosanvallon, 1981; Offe, 1984; 1989; Habermas, 2002; 2005), e o ataque neoliberal a ele desfechado mostram o quanto tais expectativas direcionadas ao campo do político apresentam contradições, e não apenas sucessos. Entretanto, o fracasso das políticas neoliberais e mesmo a consolidação de uma globalização econômica desregulada, sob o predomínio de capitais transnacionais, desde meados da década de 1990, mostram, por seu turno, o quanto a falta de uma política forte, nacional e internacionalmente, acentua os problemas da desigualdade social, da pauperização e da desestruturação das instituições públicas (Hobsbawm, 1995; Arrighi, 1998; Hardt & Negri, 2004; Boltanski & Chiapello, 2009). Isso as populações dos países democráticos, mormente aquelas camadas sociais com perspectivas de vida mais instáveis (que, por isso mesmo, sofrem de maneira mais aguda os problemas de desenvolvimento econômico e de mercado do trabalho – e que são mais exploradas em termos de dinâmica econômica), aprenderam a duras penas. E são essas pessoas que efetivamente consolidaram uma cultura pública calcada na afirmação e no reforço das instituições públicas em geral e do Estado de bem-estar social em particular, pondo como centro programático dessa mesma política democrática os direitos sociais de cidadania, políticas sociais e atividades interventoras que possam garantir tanto o desenvolvimento econômico, ao qual não se pode abandonar, quanto principalmente processos de socialização e de subjetivação efetivos, integrais, que não estejam determinados nem pela exploração do trabalho por parte do capital, nem pela dinâmica sempre instável do processo de acumulação capitalista da riqueza, que ainda é a base, no capitalismo contemporâneo, para a suposta realização do desenvolvimento social. Essas populações já não acreditam na retórica dos políticos e nos prognósticos dos especialistas acadêmicos sobre as reformas institucionais ou as políticas de austeridade necessárias para a afirmação do desenvolvimento econômico (leia-se: autovalorização do capital), tampouco creem que a meritocracia seja o único ou talvez o melhor critério definidor tanto do *status quo* como da distribuição da riqueza produzida; elas querem garantir que os direitos sociais sejam oferecidos para além de quaisquer ideologias partidárias e suas maquinações. Essas mesmas populações, portanto, percebem e afirmam a política como tendo a tarefa de garantir inclusão social efetiva para todos, protegendo suas vidas das peripécias do mercado capitalista, que é desmistificado em sua retórica de garantidor de uma integração social equitativa abrangente; o

mercado é um lugar de exploração do trabalho com vistas à autovalorização do capital, com tendências e dinâmicas objetivas que, não controladas, submetem o trabalho a um processo de exploração e de deterioração permanente – o mundo do trabalho não é apenas o mundo da valorização tecnológica e dos altos salários das revistas de economia, senão que, de um modo geral e em perspectiva estrutural, é o âmbito da pauperização e da desigualdade sempre crescentes, dos baixos salários e da deterioração da qualidade de vida das classes trabalhadoras, da monopolização da esfera econômica por grandes grupos econômicos e da grande concentração de renda, para não se falar da consolidação de uma ordem econômica global em que os movimentos de capital e de trabalho de índole transnacional levam a um solapamento e a uma precarização cada vez maiores do trabalho assalariado e do Estado de bem-estar social (Piketty, 2014). Nesse sentido, não há mais nenhum véu dourado ou ideologia que tenham capacidade de encobrir a verdadeira face da produção material da vida no capitalismo contemporâneo: o confronto entre capital e trabalho, isto é, a autovalorização do capital por meio da exploração intensificada do trabalho é, nesse mesmo capitalismo contemporâneo, tão ou mais aguda quanto no período da acumulação originária. Sobre a realidade socioeconômica contemporânea, sobre a realidade da atual globalização econômica, diz Thomas Piketty:

Sabemos agora que a importância global do capital neste início de século XXI não é muito diferente do que no século XVIII. Somente a forma mudou: se antes o capital era fundiário, ele tornou-se imobiliário, industrial e financeiro. Sabemos também que a concentração da riqueza permaneceu muito alta, ainda que bem menos extrema do que era há um século e nos séculos anteriores. A metade mais pobre da população continua sem posses, mas hoje existe uma classe média patrimonial que detém entre um quarto e um terço da riqueza, e os 10% mais ricos não possuem mais do que dois terços, em vez dos nove décimos de antigamente (Piketty, 2014: 368).

Portanto, as desigualdades sociais, na globalização econômica atual, mantêm-se agudas e tornam-se cada vez mais intensas, o que mostra sua condição totalmente problemática, bem como o correlato desafio político representado por essas desigualdades e pela conseqüente discrepância no acesso ao poder político-econômico. Isso fica evidente, em primeiro lugar, com a consolidação da globalização econômica em sua configuração atual (Chesnais, 1996; Benayon, 1998; Chossudovski, 1999; Habermas, 2003; 2006). Hoje, as grandes empresas transnacionais canalizam sua produção para países da Ásia ou da América Latina em que a mão de obra tem precária organização sindical ou consciência de classe, acostumada ao jugo do autoritarismo institucional e a uma vida de pauperização. Geralmente, pelo menos no caso da Ásia, são sociedades nas quais o poder político, centralizado na figura de um

ditador ou de um partido burocrático, impede uma maior liberdade democrática e, com isso, consolida uma cultura cotidiana de obediência ao autoritarismo, o que facilita, no caso destas empresas, a possibilidade de se explorar mão de obra humana a bel-prazer em troca de baixíssimos salários – os mercados de trabalho da Ásia, em minha percepção, definirão muito das configurações globais do mundo do trabalho e dos mercados produtivos, não apenas porque são o destino das transnacionais, mas principalmente pelo fato de estarem instaurando em nível global um modelo político-econômico que consolida crescimento da produção, aumento da acumulação de capital e grande exploração do trabalho, definindo um tipo de globalização econômica que, não obstante ser marcada pela existência de muitos blocos de poder e centros econômicos, apresenta, como disse antes, uma mesma dinâmica, uma mesma lógica, a saber, o aumento da acumulação por meio da intensificada exploração do trabalho, que põe em perigo até mesmo as poucas conquistas trabalhistas, em termos de Estado de bem-estar social, conquistadas pelas democracias ocidentais. Enfim, a globalização econômica consolidada tornou atual o problema da exploração do trabalho, na medida em que, naqueles continentes acima citados, aproveitou-se das condições de pobreza social, de autoritarismo institucional, de subdesenvolvimento econômico e de profunda estratificação em termos de *status quo* para arrefecer uma realidade de exploração do trabalho que permite uma lucratividade em contínuo e sem qualquer problematização abrangente. Pode-se pagar indefinidamente um dólar por dia a um trabalhador na China ou no Vietnã sem que essa relação de exploração desumana, literalmente de escravidão (na medida em que tal valor permite no máximo uma subsistência mínima), seja problematizada em sua crueza, nem naquele contexto, nem no horizonte das sociedades desenvolvidas (ou mesmo no Ocidente de um modo mais geral), no qual a proteção ao trabalhador e a ação dos movimentos sindicais apresentam mais efetividade e impacto político (sociedades estas que estão preocupadas, basicamente, com seu protecionismo interno, mas que sofrem, em seus sistemas de bem-estar e em seus mercados de trabalho, os efeitos do deslocamento dos mercados produtivos e de trabalho para a Ásia, percebendo, por outro lado, a ascensão de posições políticas conservadoras e o discurso ideológico calcado em políticas de austeridade como forma de resolução da atual crise socioeconômica, como se o problema estivesse no Estado de bem-estar social e nos direitos sociais de cidadania, e não na própria configuração global da economia contemporânea, determinada pelos movimentos dos capitais transnacionais).

Em segundo lugar, a crise socioeconômica hodierna, que afeta as economias nacionais ocidentais desde o início deste século, demonstra o quanto o conflito entre capital e trabalho é atual para entendermos a dinâmica da vida sociopolítica contemporânea. Essa crise, além disso, nos mostra que esse conflito, que por muito tempo

permaneceu latente devido à programática do Estado de bem-estar social, retorna com força à agenda teórico-política e à dinâmica de nossas sociedades. Com efeito, atualmente vive-se uma queda drástica na economia produtiva e uma elevação das atividades ligadas ao capital especulativo-financeiro, bem como o deslocamento dos mercados produtivos e de trabalho para a Ásia (que passa a definir o tipo de mercado produtivo e de trabalho deste século XXI), o que ocasiona novamente endividamento galopante do Estado e falência da economia real, produtiva, ligada à industrialização – pelo menos de um modelo de industrialização endógeno e autônomo. Com isso, empresas reduzem suas atividades ou entram em processo de falência, o que ocasiona o aumento do desemprego estrutural, para não se falar também da crescente desnacionalização e desindustrialização das economias nacionais dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento devido à hegemonia, neles, de capitais transnacionais, que adentram nessas mesmas economias pelo fato de não haver controles políticos adequados e uma política nacionalista consistente, mas sim abertura como que cega à globalização econômica, definida exatamente por esses capitais transnacionais do horizonte euronorcêntrico. Ora, neste caso, também pode ser percebido o fato de que as lutas em torno da definição do receituário teórico-político hegemônico em termos de resolução da referida crise colocam novamente na ordem do dia a disputa entre a programática social-democrata e a noção de políticas de austeridade própria da posição neoliberal. Neste segundo caso, há a necessidade de o Estado retirar controles políticos frente à mobilidade dos capitais, diminuindo, além disso, as políticas sociais destinadas à promoção do trabalho e à inclusão social. Ainda como parte do receituário, há de se aceitar essa dinâmica já consolidada da globalização econômica, que, com a entrada em cena das formas de trabalho próprias aos contextos subdesenvolvidos (baixos salários, jornadas laborais extenuantes, poucos direitos trabalhistas, incipiente organização sindical), apontam para a necessidade de se racionalizar o trabalho como forma de se adequar as economias nacionais e a organização político-institucional das sociedades democráticas à realidade econômico-produtiva do século XXI, em que a valorização do trabalho passa a ser determinada pela dinâmica do trabalho barato advinda da Ásia e da América Latina, dinâmica essa instaurada, aproveitada e reforçada pelas empresas transnacionais (Antunes, 2005; 2009; Gorz, 2005; Kurz, 2005). No caso da posição social-democrata, uma política forte, conforme já comentado acima, poderia, se não retomar uma forma de desenvolvimento econômico marcada por altos patamares de crescimento (isto é, de lucro), já impossível em uma realidade de globalização econômica que prioriza mão de obra da Ásia e da América Latina, e de economias desnacionalizadas e desindustrializadas, pelo menos garantir um mínimo de crescimento econômico com a proteção e a inclusão das classes trabalhadoras, a partir do reforço de um Estado forte e de uma economia nacional endógena e autônoma.

Com isso, o crescimento das mobilizações sociais no que tange à discussão das medidas para a resolução da atual crise socioeconômica nos mostra que as populações ocidentais – e mesmo mais além – estão conscientes de que a luta entre capital e trabalho, elevada agora ao cenário internacional (e determinada por este, diga-se de passagem) por causa da globalização econômica, é atual e, se vencida pelas posições conservadoras com sua receita de políticas de austeridade, pode implicar na aceitação e na consolidação do desemprego estrutural, na desestruturação das instituições públicas e na submissão das nações (sua estrutura sociocultural e político-econômica) a uma economia globalizada que, hoje, põe em perigo o mínimo de estabilidade e de direitos sociais conquistados no Ocidente e, pior, que impede a instauração de uma forma mais justa e equilibrada de desenvolvimento econômico e social a ser perseguido em nível mundial, que possa incluir todos os continentes – na globalização econômico-cultural atual, pouco ou nada se fala da África; pouco ou nada se fala com a África –, de seu papel e de seu futuro neste século XXI. As políticas de austeridade, propugnadas pelas posições conservadoras, representam o ocaso da política democrática, a desestruturação de um modelo de política e de Estado diretivos em relação à evolução social e, assim, o solapamento das instituições públicas interventoras e compensatórias, bem como a aceitação desse tipo de globalização econômica que está calcado no modelo produtivo asiático de exploração intensificada do trabalho e crescimento da produção e da acumulação, com pouca ou nenhuma concessão de direitos e participação política democrática – modelo este sustentado pela internacionalização do capital conduzida pelas transnacionais do horizonte euronocêntrico (Piketty, 2014; Arrighi, 1996). Acresce-se a isso o fato de a globalização econômica atual, marcada pela primazia dos capitais transnacionais do âmbito anglo-americano, levar à progressiva desnacionalização e desindustrialização das economias nacionais, mormente das nações em desenvolvimento, o que significa não apenas um processo concomitante de crise da política e do Estado, incapazes de fazer frente àqueles capitais e de garantir desenvolvimento (industrialização) econômico endógeno e autônomo e pleno emprego, mas também de desestruturação das instituições públicas em suas funções de integração social, acarretando diminuição da qualidade de vida das classes sociais menos abastadas e crescimento da desigualdade social.

Por isso, como estou defendendo, a consolidação gradual de uma cultura política pública, afirmada por estas mesmas populações, centra seu ideário na defesa e no reforço das instituições públicas, na ênfase em uma política forte, nos direitos sociais e em um Estado interventor e compensatório, fazendo da política a arena e o instrumento por excelência para a resolução dos problemas sociais e para a condução da evolução social. Trata-se de uma tendência teórico-política ao lado de outras tendências (mormente a tendência conservadora calcada na defesa de políticas de

austeridade), mas que poderia representar uma importante alternativa para iniciativas cidadãs, movimentos sociais e partidos políticos relacionados com a tradição da esquerda teórico-política e, aqui, da política forte enquanto base para a condução da evolução social. São esses grupos que, cada vez em maior número e conscientes da atual contraposição entre capital e trabalho que dinamiza a crise socioeconômica hodierna, assumem as bandeiras da esquerda teórico-política, a saber, política e Estado fortes, controle político-estatal do capital e realização de direitos sociais de cidadania, tudo isso desde uma participação política ampliada por parte dos movimentos sociais e dos cidadãos em geral. E a esquerda teórico-política encontra nesses mesmos grupos a força política necessária para garantir sua hegemonia em nossas democracias e mais além, neste início de século XXI, contra o neoconservadorismo em defesa de políticas de austeridade. É essa esquerda teórico-política, respaldada por essa nova cultura democrática calcada na afirmação de um modelo de política e de Estado fortes, e contraposta ao neoliberalismo, que tem condições de levar a efeito uma proposta teórico-política emancipatória capaz de controlar a modernização econômico-social em curso e, de um modo mais geral, de oferecer alternativas à atual globalização econômica, que acirrou os conflitos entre capital e trabalho em escala internacional, que levou até mesmo à desnacionalização e à desindustrialização das economias nacionais subdesenvolvidas.

Ora, tal proposta teórico-política não pode esquecer uma posição social-democrata caracterizada pela conjunção entre política forte, instituições público-políticas atuantes e participação social ampliada e direta enquanto suporte político-normativo à centralidade das instituições públicas, à afirmação desse modelo de política e de Estado fortes. Em um de seus últimos textos, Habermas chama atenção exatamente para este ponto importante da social-democracia europeia, um ponto que, para ele, deve ser levado em conta quando se pensa na atual situação sociopolítica de nossas sociedades e nos desafios lançados pelo capitalismo financeiro, bem como pela hegemonia neoconservadora calcada na proposta de *políticas de austeridade*. De fato, a época de ouro da social-democracia europeia, marcada pela ênfase no Estado de bem-estar social, nos direitos sociais de cidadania e na cidadania política ampliada, permite, no entender de Habermas, uma comparação assaz importante entre neoliberalismo e social-democracia ao delimitar a própria posição teórico-política da esquerda frente aos desafios e às soluções próprios à modernização ocidental, a serem assumidos por essa mesma esquerda teórico-política:

Hoje em dia, o compromisso do *Estado de bem-estar social*, que aderiu às estruturas das sociedades, forma o fundamento em relação ao qual *qualquer política tem de partir* (Habermas, 2005: 150, o grifo é meu).

Ora, ainda segundo Habermas, a diferença da social-democracia em relação ao neoliberalismo reside exatamente no fato de conferir centralidade à política democrática e às instituições público-políticas em sua correlação com a cidadania política ampliada, situação que destoa da posição neoliberal, caracterizada exatamente como sendo marcada pela autorreferencialidade e despolitização do mercado concomitantemente à tecnocracia em política. Com efeito, do êxito do projeto social-democrata de Estado de bem-estar social

nutriu-se também a concepção de uma sociedade que atua politicamente sobre si mesma mediante a vontade e a consciência dos cidadãos democraticamente unidos (Habermas, 2000: 83).

É neste contexto que a consolidação de uma nova cultura democrática, marcada pela participação política direta e incisiva por parte dos cidadãos e pela afirmação das instituições público-políticas e de um modelo de política e de Estado fortes como base da constituição e da evolução social, representa e origina uma profícua *praxis* política que permite o enquadramento do processo de modernização ocidental, tal como ele é levado a efeito hoje pela crescente hegemonia conservadora, politizando-o (contrariamente à despolitização desse mesmo processo por parte do neoliberalismo redivivo).

Considerações finais: uma auspiciosa perspectiva para a política democrática

Esta tendência geral que delineeii ao longo destas páginas, de uma afirmação por um número cada vez maior de pessoas da política democrática e do Estado de bem-estar social enquanto instituições centrais para o processo de evolução social, é importante para pensar-se o rumo da política democrática contemporânea e, em particular, uma perspectiva teórico-política para a esquerda, até mesmo para pensar-se uma alternativa à crise socioeconômica contemporânea, tanto na esfera das democracias quanto em termos de realidade global. Com efeito, as vozes das ruas são cada vez mais incisivas no sentido de afirmarem a política democrática como elemento basilar para a resolução dos problemas sociais, tanto em termos de controle (mas também de fomento planejado) da economia quanto no que diz respeito à realização efetiva de políticas sociais de caráter integrador e inclusivo, de forma a proteger as classes sociais dependentes do mercado de trabalho da ameaça de marginalização, de exploração e de pauperização permanentes, determinadas pela instabilidade do processo de acumulação capitalista atual, sistema capitalista que se tornou global e que elevou a instabilidade social, política e econômica para a esfera global.

Hoje, a globalização econômica imbricou de maneira profunda dois problemas graves de nossa realidade social, a saber, a desvalorização do trabalho e a desestruturação das instituições públicas. No primeiro caso, conforme desenvolvido acima, a ênfase nos mercados de trabalho da Ásia e mesmo da América Latina, por parte dos capitais transnacionais, implica em um severo golpe às organizações trabalhistas em sua luta pela valorização do trabalho e pela domesticação social do capitalismo mundial, na medida em que aqueles capitais enfatizam exatamente um modelo econômico-político de exploração do trabalho que possui poucos freios e compensações – o modelo de trabalho hegemônico, neste início de século XXI, é o dos baixos salários, jornadas laborais extenuantes e poucos direitos trabalhistas e que nega até mesmo a força política e o poder de barganha das organizações trabalhistas. No segundo caso, a ênfase naqueles mercados de trabalho, correlatamente à mobilidade internacional dos capitais transnacionais, leva à impossibilidade de se controlar de maneira consistente, desde as instituições públicas sediadas no Estado-nação, os fluxos de capital (fundamentais para a promoção dos direitos sociais e do pleno emprego), que, ao contrário, acabam determinando os ajustes políticos desse mesmo Estado-nação, em particular a desnacionalização da economia, que leva diretamente à sua desindustrialização. Conjugado a isso, a paulatina prevalência do capital especulativo em relação ao capital produtivo também reforça a destruição da possibilidade de crescimento das economias reais, levando à progressiva desindustrialização de muitas economias nacionais por meio da ênfase na especulação e na prática rentista, contribuindo ainda mais para a consolidação do desemprego estrutural, para a desestruturação das instituições públicas e para o crescimento da marginalização e da pauperização das classes sociais dependentes do mercado de trabalho. Assim, em consequência, as instituições públicas são submetidas a um processo de desestruturação avassalador, em suas capacidades interventoras e compensatórias.

Apostarei as minhas fichas, a partir destes diagnósticos genéricos (que, de todo modo, encontram respaldo em vasta literatura nas ciências sociais – aqui citada), nos grupos sociais e nas forças políticas que, na minha compreensão, contrapõem-se às políticas de austeridade como forma de resolução da crise socioeconômica atual. Estes, conforme acredito, já vivenciaram, ao longo das décadas de 1980 e 1990, tanto a hegemonia das posições neoliberais como seus impactos sociais, políticos, culturais e econômicos em nossas sociedades, de modo que, ao perceberem o fracasso do neoliberalismo, também puderam aprender com aquela situação. São esses grupos que, hoje, defendem com unhas e dentes uma política forte, um Estado interventor e compensatório e direitos sociais de cidadania, a partir de uma contraposição às forças teórico-políticas neoconservadoras e de uma suspeição generalizada tanto ao neoliberalismo quanto ao modelo de capitalismo globalizado

atualmente em voga. Esses grupos entendem que o conflito entre capital e trabalho, na política e na economia, não cessa e, no caso da atual crise socioeconômica, acirrou-se, devido à globalização econômica. Por isso, para eles, não políticas de austeridade, conforme querem os conservadores, mas um modelo de política e de Estado fortes, diretivos em relação à evolução social, interventores e compensatórios, podem garantir a resolução desta crise socioeconômica com base na afirmação e na promoção do trabalho, permitindo a domesticação – ainda que sempre instável – das economias capitalistas, primeiramente em âmbito de cada nação e, depois, como passo necessário, do atual modelo de globalização econômica. A nova cultura democrática gestada pelos grupos sociais críticos do neoliberalismo, assim, reafirma e reforça as instituições políticas e a atividade política enquanto elemento diretivo da evolução social, como a forma por excelência de se orientar a esfera econômica com base em argumentos normativos e interesses generalizáveis. Na medida em que cresce o número de indivíduos e movimentos sociais que defendem esse modelo de política forte, interventora e compensatória, transforma-se a cultura democrática cotidiana, que passa a substituir a meritocracia e o *laissez-faire*, base da programática teórico-política conservadora, pela política, pelo Estado e pelos direitos sociais de cidadania como bases da evolução de nossas sociedades e mais além. Politicamente, já não se pode mais fugir destes três pontos, que se tornaram fundamentais para a estruturação das instituições políticas democráticas e, de um modo ainda mais impressionante, para a hegemonia dos partidos políticos (incluindo os partidos políticos conservadores): política forte, Estado de bem-estar social e direitos sociais de cidadania.

Ora, o crescimento de iniciativas cidadãs, de grupos culturais e de movimentos sociais contrapostos ao neoliberalismo permitiu a consolidação de uma nova cultura democrática, que é marcada exatamente, como venho dizendo, pela valorização de um modelo de Estado e de política fortes, diretivos em relação à evolução social, interventores e compensatórios, pela afirmação da política democrática, realizada no concerto entre partidos políticos e movimentos sociais, como o centro e o cerne da evolução social, pela realização universalizada dos direitos sociais de cidadania e pela colocação das instituições públicas como a base da integração social (e não mais o livre mercado nem a meritocracia pura e simplesmente). Essa nova cultura democrática permite uma resposta consistente à afirmação neoliberal da inexistência de movimentos sociais ampliados e mesmo de uma mentalidade sociocultural homogênea que pudessem sustentar macrossujeitos da evolução social com força política para, enquanto corpo coletivo, realizarem transformações abrangentes nas várias dimensões estruturais da sociedade e mesmo mais além. Hoje, esses grupos afirmadores da política, do Estado e das instituições públicas já são hegemônicos, consolidando essa nova cultura democrática que se contrapõe diretamente às posi-

ções conservadoras em sua defesa do *laissez-faire*, da meritocracia e de um Estado guarda-noturno, contrapondo-se também à crescente globalização econômica dos capitais transnacionais anglo-americanos. Nossas democracias foram inundadas por estes movimentos e é por isso que assistimos a uma crescente hegemonia de partidos políticos de esquerda comprometidos com a afirmação de um modelo de política e de Estado fortes, que centralizam e orientam a evolução social. Essa esquerda, calcada nessa nova cultura democrática e apoiada nessas iniciativas cidadãos, grupos culturais e movimentos sociais, pode enfrentar com coragem e consistência as forças neoconservadoras, estabelecendo também, conforme sua orientação clássica, um projeto teórico-político de alcance internacional (na interação com forças teórico-políticas e movimentos sociais de outros países) que enfrente a descontrolada globalização econômica atual e que ofereça um projeto de futuro para nossas sociedades e para o mundo como um todo.

Ora, o neoconservadorismo atual, fundamentado na defesa de políticas de austeridade como forma de resolução da atual crise socioeconômica, precisa ser enfrentado em seu cerne teórico-político, a saber, a defesa da autorreferencialidade da esfera econômica em relação ao âmbito normativo próprio da sociedade civil e ao âmbito político próprio ao Estado e às instituições públicas. No conservadorismo, por conseguinte, a economia possui lógica imanente, interna, autorreferencial, e somente pode ser dinamizada de modo legítimo desde dentro, por suas elites econômicas e seus técnicos – a economia como monopólio dos donos do capital e dos economistas. Aqui, a economia está não apenas desligada do social, senão que também é tornada independente dele. Por isso, as políticas de austeridade atacam não a dinâmica interna da economia (já que não se pode interferir desde fora na economia, que é autorreferencial), mas sim as próprias instituições públicas e as condições de reprodução da força de trabalho. Com isso, o capitalismo perde sua vinculação social e, por outro lado, subsume a reprodução do entorno social e natural aos seus imperativos, recusando qualquer equacionamento político-institucional do próprio processo de autovalorização e de acumulação do capital, mantido ideologicamente encoberto por conta dessa defesa intransigente da autorreferencialidade econômica enquanto argumento central das políticas de austeridade, aceita até mesmo por muitas posições políticas de esquerda como o elemento básico da política econômica.

É contra essa defesa ferrenha da autorreferencialidade do sistema econômico capitalista, conforme significado pelas políticas de austeridade neoconservadoras, que as forças políticas de esquerda, em conjunção com essa nova cultura democrática afirmadora e defensora das instituições públicas, podem centrar sua atividade teórico-política. Afinal, a atual crise socioeconômica acirra no seio das sociedades ocidentais feroz luta entre capital e trabalho que Habermas, por exemplo, erronea-

mente julgou silenciada ou mitigada pelo modelo do Estado de bem-estar social, quando, na verdade, analisando em perspectiva internacional ou mesmo para além do contexto da Europa ocidental, essa mesma luta sempre esteve evidente e intensa (*na própria Europa ocidental*), como o pormenoriza Thomas Piketty, ao mostrar que desde a década de 1980 a desigualdade entre capital e trabalho e a desigualdade na posse do capital cresceram vertiginosamente, de modo que o décimo por cento mais rico de cada país passou a monopolizar em torno de 65% da riqueza nacional, contra no máximo 5% da metade pobre da população, além de, no mesmo diapasão, a contribuição do trabalho para a riqueza nacional ter diminuído sensivelmente diante da concentração do capital em poucas mãos. Ora, é evidente, neste contexto, que a desigualdade de riqueza influi diretamente do tipo de estrutura sociopolítica, cultural e econômica hegemônicas, bem como no modo como elas realizam a estratificação social ao longo do tempo. O que Piketty (2014) esqueceu de dizer, em *O capital no século XXI*, é exatamente que a manutenção e até o acirramento da desigualdade entre capital e trabalho e na divisão do capital é consequência de lutas sociopolíticas de classe *cujo resultado* é representado por tais desigualdades extremas. Essa desigualdade não é um ponto de partida ou uma constatação que pode ser feita sem que se possa estudar também as lutas de classe em torno à definição das estruturas sociais – do mercado capitalista e do Estado em particular.

A conclusão de Piketty: o capital é sempre muito concentrado. E o que fazer, então? Note-se que o enfrentamento dessa questão, acirrada diante da atual crise socioeconômica, traz à tona não apenas um sensível fracasso do capitalismo enquanto sistema-mundo capaz de garantir justiça, liberdade, igualdade, democracia, promoção do meio ambiente etc., mas também a óbvia constatação de que as lutas de classe dinamizam o horizonte sociopolítico hodierno, em nossas sociedades e mais além, tendo de ser afirmadas como base do tipo hegemônico de estrutura sociopolítica, cultural e econômica que se consolida ou que deve ser consolidada como condição para a realização daqueles ideais. Certamente não é mais um atraso às teorias políticas – mormente às teorias políticas de esquerda – perceberem no reconhecimento e na afirmação das lutas de classe tanto o móbil da evolução social, da transformação das estruturas sociais ao longo do tempo, quanto o *futuro* do tipo hegemônico de resposta à crise socioeconômica que afeta as nossas sociedades e a realidade global deste século XXI. As lutas sociopolíticas de classe mostraram mais uma vez sua atualidade e, como o estou dizendo, são a questão-chave para pensarmos uma resposta consistente à incessante teimosia neoconservadora em resolver tal crise por meio da promoção do capital e do enquadramento do trabalho.

E essas lutas de classe contam com condições sociopolíticas e normativo-culturais muito favoráveis, hodiernamente. A mais importante delas consiste na consolidação

dessa nova cultura democrática que é ferreamente crítica das políticas de austeridade em particular e das posições neoliberais de um modo mais geral. Essa nova cultura democrática, consolidada e afirmada por diferentes movimentos sociais, grupos culturais e iniciativas cidadãos, centra-se na defesa de um modelo de política e de Estado fortes, de instituições públicas vinculadas e atuantes socialmente, bem como de um conjunto ampliado de direitos sociais, em uma clara tomada de partido pelo trabalho em relação ao capital. Essas forças sociopolíticas estão conscientes da permanente luta entre capital e trabalho, estão conscientes das lutas de classe em torno à definição das estruturas sociopolíticas, culturais e econômicas, e não estão dispostas a abdicar desse modelo de política e de Estado fortes que centralizam e orientam o processo de evolução social. Trata-se de um novo patamar político-cultural para nossas sociedades, que permite uma consistente ação política de esquerda, e a afirmação de seu projeto teórico-político de socialismo ou de democracia radical (ainda que isso signifique, em um primeiro momento, fortalecimento das instituições públicas, afirmação de um modelo de política e de Estado diretivos em relação aos mercados e mesmo em relação à evolução social).

E esse novo patamar possibilitado pela consolidação dessa nova cultura democrática, crítica do neoliberalismo e defensora desse modelo de política e de Estado fortes, possibilita, por fim, uma contraposição aos discursos que, desde fins da década de 1980, com a crise e o esfacelamento da União Soviética, apontaram para uma crise da esquerda de um modo geral, que estaria sem um projeto teórico-político e sem sujeitos políticos ampliados que poderiam realizar transformações estruturais e abrangentes em termos de sociedade. Com efeito, esses mesmos discursos chamavam a atenção para o permanente pessimismo da esquerda, agora sem projeto teórico, sem propostas alternativas ao próprio capitalismo então hegemônico, bem como sem macrossujeitos da evolução social. Como o estou dizendo, a nova cultura democrática constitui um bloco homogêneo de movimentos sociais, de grupos culturais e de iniciativas cidadãos que defendem de maneira efetiva um modelo de política e de Estado fortes, que centralizam, que canalizam a evolução social. E esses grupos assumem o projeto da esquerda, que, de todo modo, não se confunde necessariamente com a esquerda partidária, senão que apresenta esse caráter amplo de ser dinamizado desde forças políticas as mais diversas, para além dos partidos políticos. A nova cultura democrática, enfim, na medida em que afirma a centralidade de um modelo de política e de Estado fortes como solução à crise socioeconômica atual, na medida em que é crítica do neoliberalismo, traz novamente para o centro da arena política a esquerda e seu projeto, constituindo-se em uma espécie de macrossujeito da evolução social que, se, por um lado, é multifacetado, por outro, responde como bloco político à luta de classes atual, à contraposição entre política e livre mercado, entre capital e trabalho, entre instituições públicas

e *laissez-faire*. Ao responder como bloco político a esta luta, reafirma um projeto teórico-político de esquerda e torna novamente atual e intensa a luta de classes que dinamiza a crise socioeconômica hodierna, permitindo uma consistente ação política que ataca diretamente o capital em sua tendência a subsumir na dinâmica de sua autovalorização o trabalho e a reprodução social. Esta nova cultura democrática consolidou uma ideia que é central para a esquerda, o fundamento de toda sua posição teórico-política, a saber: de que tudo é política. Como diz Thomas Piketty,

[...] a democracia real e a justiça social exigem instituições específicas, que não são apenas as do mercado e que também não podem ser reduzidas às instituições parlamentares e democráticas formais (Piketty, 2014: 413).

Da mesma forma, agora segundo Habermas, a prossecução reflexiva do projeto social-democrata de Estado de bem-estar social, em sua correlação entre um modelo de política e de Estado fortes, cidadania política ampliada e direitos sociais universalizados, torna-se, para a esquerda teórico-política e para essa nova cultura democrática contemporânea de que venho falando, “[...] o único buraco de agulha por meio do qual tudo há que passar” (Habermas, 2005: 156). Eu acrescentaria aos dois posicionamentos: uma democracia efetiva e justa necessita da radicalização dessa cultura democrática politizada e atuante, que enquadra e determina configurações institucionais, projetos políticos e da atuação dos partidos políticos. Sem essa cultura democrática politizada e explosiva, a condução tecnocrática da evolução social e sua definição sistêmica e autorreferencial das instituições político-econômicas, bases da atuação conservadora, darão a tônica sem qualquer contraposição importante, mantendo hegemonia incontestada.

Abstract: I will defend the argument that since the last decade of XX century it is possible to perceive a reaffirmation of a strong, compensatory, and regulatory State, which is directive concerning social evolution. In this sense, politics turns to foreground, both in terms of affirmation of the public institutions and referring to citizen participation, as the core to the performing of transformations in all sides of the society. Against conservative tendencies in the politics, assumed again with the current social and economic crisis, and after a long time of influence of the neoliberal theory advocating for politics of austerity, we can perceive a consolidation of a democratic culture or collective mentality that affirms this directive State concerning social evolution, realizing politics of social integration and regulating economic dynamic. It is a very important reality to our democracies, because it conducts to the reinforcement of a public culture of defense of the social rights, to the affirmation of a politics that, opposed to neoliberalism, assumes the vocation of directive center of society, space of claims for justice and effective exercise of citizenship, by an always growing number of individuals, cultural groups and social movements. It is an optimistic perspective to reinforce of the political democracy that puts the State as the basic institution to the constitution of a contemporary democratic society.

Keywords: politics, State, society, economics, contemporaneity.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Eliminar o desemprego no capitalismo é uma ficção. *Cadernos IHU em Formação*, Ano 1, n. 5, 2005.

———. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

———. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

———. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento*. Brasília: LGE, 1998.

BERSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1982.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUTLER, Eamon. *A contribuição de Hayek às ideias políticas e econômicas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

CHESSAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

DANNER, Leno Francisco. A esquerda, o Estado, a economia: considerações em torno à crise socioeconômica contemporânea. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 587-606, 2014a.

———. A nova cultura democrática brasileira: ou para além da modernização conservadora. In: BAVARESCO, Agemir; SALATA, André; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). *Filosofia social & políticas públicas*, p. 266-308. Porto Alegre: Editora Fi, 2014b.

———. Uma esquerda para o século XXI: para a retomada de uma política forte. *Prometeus*, Ano 6, n. 12, p. 101-120, 2013.

DUBIEL, Helmut. *¿Qué es el neoconservadurismo?* Barcelona: Editorial Anthropos, 1993.

DUGGAN, Lisa. *The twilight of equality? Neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy.* Boston: Beacon Press, 2003.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Trois leçons sur l'État-providence.* Paris: Éditions du Seuil, 2008.

———. *Why we need a new welfare State.* Oxford: Oxford University Press, 2003.

———. *Social foundations of postindustrial economies.* Oxford: Oxford University Press, 1999.

FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold J. The historical core and changing boundaries of the welfare State. In: FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold J. (Eds.). *The development of welfare States in Europe and América*, p. 17-34. New Jersey: Transaction Publishers, 2005.

FLORA, Peter; ALBER, Jens. Modernization, democratization, and the development of welfare States in Western Europe. In: FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold J. (Eds.). *The development of welfare States in Europe and America*, p. 37-80. New Jersey: Transaction Publishers, 2005.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

GORZ, André. A crise e o êxodo da sociedade salarial. *Cadernos IHU em Formação*, Ano 1, n. 05, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Ay, Europa! – Pequeños escritos políticos.* Madrid: Editorial Trotta, 2009.

———. *O Ocidente dividido.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

———. *Diagnósticos do tempo: seis ensaios.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

———. *Era das transições.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

———. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

———. *La constelación posnacional: ensayos políticos.* Barcelona: Ediciones Paidós, 2000.

———. *La necesidad de revisión de la izquierda.* Madrid: Editorial Tecnos, 1991.

- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2004.
- HARRINGTON, Michael. Socialismo: passado e futuro. In: HOOK, Sidney *et alii* (Orgs.). *A social-democracia nos Estados Unidos*, p. 87-144. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.
- HARTMANN, Martin; HONNETH, Axel. Paradojas del capitalismo. In: HONNETH, Axel. *Crítica del agravio moral: patologías de la sociedad contemporánea*, p. 389-422. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HAYEK, Friedrich August von. The meaning of the welfare State. In: PIERSON, C.; CASTLES, F. G. (Eds.). *The welfare State reader*, p. 90-95. Cambridge: Polity Press, 2006.
- . *Arrogância fatal: os erros do socialismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1995.
- . *O caminho de servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- . *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e de economia política* (v. II) – *A miragem da justiça social*. São Paulo: Visão, 1985a.
- . *Direito, legislação e liberdade* (v. III) – *A ordem política de um povo livre*. São Paulo: Visão, 1985b.
- HICKS, Alexander. *Social democracy and welfare capitalism: a century of income security politics*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento*. Buenos Aires: Katz, 2007.
- . *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HOOK, Sidney. O sentido moral da social-democracia. In: HOOK, Sidney, *et alii* (Orgs.). *A social-democracia nos Estados Unidos*, p. 13-38. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

KATZ, M. B. *The undeserving poor: from the war on poverty to the war on welfare*. New York: Phanteon Books, 1989.

KOLAKOWSKI, Leszek. O desafio social-democrata. In: HOOK, Sidney, *et alii* (Orgs.). *A social-democracia nos Estados Unidos*, p. 39-49. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

KURZ, Robert. A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário. *Cadernos IHU em Formação*, Ano 1, n. 5, 2005.

NAPOLEONI, Loretta. *Maonomics: por que os comunistas chineses se saem melhores capitalistas do que nós*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

———. *Economia bandida: a nova realidade do capitalismo*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O'CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

———. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. *La crise de l'État-providence*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

ZURN, Michael; LEIBRIED, Stephan. Reconfiguring national constellation. In: LEIBFRIED, Stephan; ZURN, Michael (Eds.). *Transformations of the State?*, p. 1-36. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Individualização da incerteza: direito condicionado e ativação da proteção social*

Recebido: 02.03.15

Aprovado: 08.02.16

Cristina Almeida Cunha Filgueiras
& Léa Guimarães Souki**

Resumo: O artigo problematiza os componentes políticos de recentes reformas dos sistemas de proteção social, com atenção especial nas políticas de ativação para o trabalho. Em geral, os argumentos oferecidos por governos para sua adoção são de ordem econômica, porém eles não estão dissociados de inspirações ideológicas e, ademais, apresentam claras consequências políticas. Faz-se uma reflexão sobre a possibilidade de convivência da democracia com (des)proteção social de setores tais como desempregados crônicos, população em situação de pobreza beneficiária de assistência e o crescente contingente de pessoas inseridas em um mercado de trabalho flexibilizado que oferece mais precariedade do que proteção. Nesse contexto, ocorrem a (re)individualização dos riscos e das incertezas, a erosão do *status* social resultante do questionamento à titularidade de direito e da adoção do direito condicionado. O artigo analisa as consequências deste processo para a cidadania, entendida como pertencimento em bases igualitárias a uma comunidade política.

Palavras-chave: política social, proteção social, *welfare State*, trabalho, cidadania

* Este texto foi apresentado com o título “Democracia, cidadania e trabalho” no VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (Alacip), realizado em Bogotá (Colômbia) de 25 a 27 de setembro de 2013. As autoras agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais o apoio ao projeto n.º 0435/13.

** Cristina Filgueiras é professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, doutora em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). <cfilgueiras@pucminas.br>. Léa Guimarães Souki é professora titular do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, doutora em sociologia política (UnB). <leasouki@pucminas.br>.

Introdução

A ativação é um elemento importante da geração de políticas sociais que foi se instalando desde as duas últimas décadas do século XX como parte das reformas empreendidas nos sistemas de bem-estar social nos países desenvolvidos. Neste artigo faz-se uma delimitação do tema, pois a ativação na realidade pode incluir componentes referidos a diversas parcelas da população em condição de trabalhar. Porém, a ativação aqui discutida se refere ao incentivo ou à exigência aos beneficiários de prestações sociais – principalmente desempregados e beneficiários de programas de assistência e de transferência de renda – de se integrarem ao mercado de trabalho, como contrapartida aos benefícios recebidos. O propósito do artigo é examinar as relações desse âmbito da reforma da proteção social com os elementos políticos, de cidadania e de democracia social, porém sem a pretensão de examinar a grande diversidade de aspectos envolvidos nesse tipo de política pública.

O argumento central do texto desenvolve-se sob quatro aspectos. O primeiro é a consideração de que desde muito cedo as sociedades ocidentais estabeleceram a

distinção entre setores sociais considerados válidos para o trabalho e os não válidos, situação que justificava que fosse destinada assistência a esses últimos. O segundo é a constatação de que o trabalho está no centro do Estado do bem-estar social e da proteção social. Em terceiro lugar, sabe-se que a preocupação com o risco de desincentivo ao trabalho é antiga na sociedade e se mantém nos sistemas de proteção social organizados em torno do Estado. O quarto aspecto diz respeito aos direitos sociais no contexto dos processos de cidadania e à ameaça de sua erosão com as reformas recentes nas políticas sociais.

São abordados sucessivamente: a centralidade do trabalho na proteção e no bem-estar; os aspectos gerais das reformas recentes do *welfare State* com ênfase na ativação; os elementos ideológicos e políticos das estratégias de ativação dirigidas aos desempregados e aos assistidos e sua relação com os processos de cidadania e a democracia social. Ao final, são feitas observações sobre os efeitos de dualização tanto dos mercados de trabalho quanto da proteção social, principalmente em termos de desigualdade de cidadania e de seu empobrecimento enquanto “padrão geral da vida civilizada”, de acordo com a conceituação de T. H. Marshall (1967).

O trabalho fundamenta e organiza o direito à proteção social e ao bem-estar

O trabalho ocupou lugar central na história da proteção, antes até mesmo do surgimento de políticas sociais, isto é, de intervenções organizadas a partir do Estado como respostas coletivas a riscos e a incertezas.

É antiga nas sociedades a separação entre os pobres válidos para o trabalho e aqueles considerados inválidos em razão da idade, das condições físicas ou pelo fato de se ocuparem dos que não podem trabalhar, como é o caso das mulheres. Essa separação foi acompanhada pela distinção entre as práticas da sociedade destinadas a um setor ou a outro. Para os válidos, a proteção foi organizada em torno do direito ao trabalho. Para os demais, a assistência aos indigentes.

Ao investigar a história das medidas sociais, Robert Castel (1989) localizou a existência, no século XIV, em diferentes países do continente europeu, de medidas adotadas pelos governantes que delimitam os temas associados ao trabalho – e às populações de trabalhadores – como sendo de ordem distinta aos temas associados ao socorro e à assistência. Exemplo disso é a ordenança real de 1349 na Inglaterra, que proibia a circulação de pessoas pobres no território e a doação de esmolas aos indigentes com condição física para trabalhar. Ao longo da história, é possível identificar elementos semelhantes de controle e condenação da men-

dicância, e da circulação de não trabalhadores pelos territórios. O confinamento dos que recebiam ajuda e a obrigação de trabalhar, práticas adotadas em diversas sociedades antes do surgimento do capitalismo, corresponderiam a essa mesma orientação.

Como resultado de processos complexos que se iniciaram no século XIX, o Estado foi assumindo o papel de redutor de riscos sociais, com a criação de direitos e de proteções sociais que inscreveram os indivíduos como parte de coletivos protetores. Segundo Castel (2009), aos indivíduos não proprietários o Estado passou a garantir um novo tipo de propriedade: a social, relacionada à proteção e ao direito da condição de trabalhador, que de certa forma lhes daria uma “capacidade de controlar o futuro”, em luta contra as inseguranças.

No surgimento do Estado social moderno, a noção de contrato adquire um papel central. A socialização do risco é enfatizada, baseada na visão de que os indivíduos são capazes de se solidarizarem entre si e, assim, neutralizarem riscos e incertezas. A noção de solidariedade seria, pois, uma evidência de que existe um comprometimento comum. Nessa perspectiva, não caberia ao indivíduo encontrar sozinho resposta aos riscos e por isso mesmo as respostas são coletivizadas. O Estado e as políticas sociais expressariam a coletivização da busca de proteção e redução das incertezas e da insegurança.

Nesse contexto, um componente fundamental da construção de um sistema de direitos que associa o trabalho e o enfrentamento de riscos e situações de desproteção foi a invenção do seguro desemprego (Topalov, 1990). A falta involuntária de trabalho, uma ameaça vivida pelos trabalhadores na sociedade assalariada, passaria a ser enfrentada com prestações sociais temporárias, cuja existência se insere em um contrato, entendido como compromisso coletivo fundamentado em direito. Com isto, a política social funciona na sociedade salarial capitalista, para os trabalhadores, como propriedade coletiva:

Para aqueles que não se apoiam sobre a propriedade privada, o que lhes protege é a propriedade social construída como um sistema de solidariedade coletiva sob a égide do Estado. Nesta perspectiva, é ingênuo opor o indivíduo ao Estado. Um nível elevado de proteções sociais liberou o indivíduo – uma maioria de indivíduos – das necessidades e das carências das proteções de proximidade prodigadas pelas comunidades concretas, da vizinhança, da família e que se tornaram cada vez mais insuficientes à medida que a sociedade se industrializou e se urbanizou. A partir de então, o indivíduo pode ser independente porque ele tem direitos. O Estado social não é somente um edifício de regulações abstratas mantidas

pelas burocracias do Estado, ele está também no coração do indivíduo moderno na medida em que este é sujeito de direito. Falar “em nome do Estado social” é reconhecer o papel que ele teve e deveria continuar tendo na construção da cidadania social (Castel, 2009: 221-222, tradução livre das autoras).

A cidadania social está, portanto, no núcleo dos sistemas de proteção social, que são garantidos pelos Estados. Insiste Castel (2009): a proteção social cumpre papel fundamental na existência de uma sociedade de iguais, portanto na sociedade democrática¹.

1. Chamamos a atenção que a constituição de políticas sociais na sociedade salarial não se explica simplesmente pela mobilização dos trabalhadores, mas está ainda associada a coalizões políticas e, definitivamente, ao tratamento de conflitos dentro do sistema político e à adoção de um modelo de desenvolvimento que abranja os direitos sociais.

2. É relevante distinguir o paradigma de proteção social – fundamentado no seguro social – do paradigma fundamentado na assistência social. Tradicionalmente, o componente assistencialista é visto como necessidade de suprir proteção para aqueles setores – pobres, necessitados e vulneráveis – que não são cobertos, ou o são de modo insuficiente, pelos direitos do trabalho e pela seguridade.

Nas sociedades contemporâneas, três categorias principais conformam a proteção social: a regulação do mercado de trabalho, a seguridade social e a assistência social². As instituições relativas a cada um desses componentes se estabeleceram e evoluíram de modo diverso em cada país ou, como afirma Sonia Draibe (2007), de acordo com diferentes rotas de modernidade. As instituições da política social acompanharam o processo de desenvolvimento e modernização capitalistas, que se realizou em cada caso com características específicas.

A transformação da questão social no final do século XX

No contexto da transformação do capitalismo, o Estado social passou a enfrentar problemas com a erosão do seu fundamento principal, o trabalho assalariado. Esses se acentuaram a partir dos anos 1970 nos países desenvolvidos, provocando importantes alterações nas relações de trabalho, na situação de emprego e nas proteções a eles associadas.

As condições produtivas da economia que deram origem à sociedade salarial se alteraram com o esgotamento do modelo de produção fordista, a ampliação inusitada da escala (que se tornou global) e a transformação tecnológica. O pleno emprego, que chegara a existir em países de capitalismo central durante algumas décadas, desde os anos 1970 foi dando lugar ao desemprego estrutural. Esgotaram-se o crescimento do capitalismo industrial e a relação virtuosa entre a economia, a política e o social, que caracterizara os trinta anos gloriosos nos quais o sistema de bem-estar estruturou-se, repercutindo no trabalho, na proteção social e nas políticas de bem-estar.

A crise nas condições estruturais da proteção social e na democracia, regime que se estruturaria sob a égide da industrialização nos países de capitalismo avançado e que permitiu arranjos de coalizões de classes sociais, repercute no processo de

desenvolvimento da cidadania. O novo ambiente econômico se caracteriza, ademais, com a desregulação das relações de trabalho, o surgimento de novas formas de trabalho, a redução drástica do volume de trabalho industrial, o aparecimento de novas condições de pobreza e desemprego de massa (Pochmann, 2007).

Nesse conjunto ocorre uma mudança profunda que provoca a (des)coletivização, a (re)individualização e o (res)surgimento da insegurança para setores que se encontravam protegidos pelos sistemas das políticas sociais (Castel 2009). O que é ser protegido nesse novo ambiente, onde os recursos e direitos comuns que se fundamentavam no trabalho se encontram abalados (se não para o conjunto da sociedade, pelo menos para uma parte importante dela) e ocorre a individualização das trajetórias profissionais?

Do ponto de vista *welfare State* sociológico, nesse cenário a desproteção tem como uma de suas características o enfraquecimento das respostas coletivas de enfrentamento dos riscos e crises e a (re)individualização da incerteza. Trata-se do que o autor denomina “individualismo negativo”. O indivíduo se vê desprotegido devido ao enfraquecimento dos vínculos sociais nos quais se apoia. A família muda de composição, diminui e, em muitos casos, se fragmenta. O trabalho torna-se mais raro, há desemprego de massa de longa duração. Os direitos sociais, por sua vez, são questionados, pressionados pelos novos problemas ou pelo reaparecimento de problemas que pareciam resolvidos, como a pobreza e a miséria.

A perda da centralidade da condição salarial incide sobre o Estado de bem-estar e o pressiona a dar respostas ao aumento da pobreza e do desemprego de longa duração, assim como a enfrentar o forte aumento das despesas sociais. Além disto, manifesta-se um questionamento dos contribuintes e de setores sociais e políticos à cultura da dependência gerada pelas políticas de bem-estar. Surgiram pressões para promover reformas nos sistemas de proteção social e, como parte delas, para alterar a conexão entre trabalho e direito a prestações sociais.

Reformas recentes dos sistemas de proteção social

Não tendo se conformado de uma única maneira, os sistemas de proteção social tampouco se desenvolveram no mesmo ritmo nos países onde se configuraram com maior ou menor vigor. Eles foram respostas às pressões políticas, na luta pelos direitos de cidadania, assim como foram delimitados de acordo com condições demográficas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Não é, portanto, possível falar em um único modelo ou supor reformas idênticas em todos os países³.

3. A mais conhecida (também criticada e revista) classificação de modelos de bem-estar foi estabelecida por Esping-Andersen (1991), que estipulou a célebre distinção entre os tipos universalista, corporativista e residual, utilizando como critérios o grau de “desmercantilização” e “desfamiliarização” dos bens e serviços sociais.

Pese a diversidade de modelos, nos últimos anos transformações nos sistemas foram sendo adotadas em diversos países que haviam desenvolvido um sistema de bem-estar amplo. Ao reconhecer que tais transformações englobam muitas dimensões e que elas não poderiam ser tratadas no presente artigo, interessa-nos apontar um aspecto em particular das reformas: a ativação da proteção social. Trata-se da instalação ou ampliação – a depender do país – de condicionamento do direito ao benefício e da diminuição da duração da prestação social, onde ganha relevância o condicionamento do benefício à exigência de papel ativo do beneficiário para sua inserção no mercado de trabalho. Tais medidas costumam vir acompanhadas de diminuição das barreiras para a entrada no mercado de trabalho e a concessão de subsídios públicos aos empregadores como estímulo para que contratem.

É necessário mencionar outro elemento presente nas transformações recentes nos sistemas de políticas sociais, relativo à assistência social. Em muitos países que desenvolveram um amplo *welfare State*, a assistência social continua tendo um lugar residual, no entanto, ela tem ampliado sua cobertura em termos de quantidade de beneficiários. Isto está relacionado ao aumento da proporção da população que não tem trabalho e, portanto, não encontra apoio através dos mecanismos de proteção social por esta via.

Isso posto, pode-se considerar que os sistemas de proteção baseados no trabalho não são capazes de dar respostas satisfatórias aos problemas do desemprego de longa duração, de reaparecimento da pobreza e às dificuldades de inserção social e laboral dos jovens. No âmbito dos programas assistenciais também foram introduzidos – ou reforçados onde já existiam – mecanismos de indução ao trabalho, em geral associados à redução da duração e do valor dos benefícios e a contrapartida de aceitação de postos de trabalho pelos beneficiários.

A ampliação da cobertura numérica de programas e das alocações de caráter assistencial em muitos países foi acompanhada do ressurgimento das preocupações em conter os gastos sociais, em não criar dependência dos assistidos e não promover o desestímulo ao trabalho. Não é estranho, portanto, que reapareça em cena uma tensão que, como demonstrou Castel (1998), mantém-se permanentemente nas sociedades e que diz respeito ao estabelecimento de distinções, categorização dos indivíduos e dos grupos segundo sua capacidade para o trabalho ou a possibilidade de inseri-los em atividades produtivas e remuneradas para que não vivam à custa da ajuda pública. A preocupação principal é evitar a armadilha da dependência.

Mesmo que os componentes do sistema de proteção social variem de um país a outro, os programas e as prestações principais geralmente se dividem entre contri-

butivos e não contributivos. O primeiro tipo de prestações tem origem no direito adquirido pelo trabalhador ao contribuir com parte de seu rendimento mensal. Nele estão, por exemplo, os sistemas de aposentadoria e pensões e o seguro de desemprego, que limitam o direito de acesso àquelas pessoas que cotizam. No segundo tipo, as prestações são definidas segundo a perspectiva da compensação social ou da ajuda pública aos setores vulneráveis. São benefícios financiados pelo orçamento público geral, tais como as prestações dos programas de assistência social, subsídios às famílias e transferências de renda. Os programas não contributivos têm papel essencial para ajudar a renda dos setores pobres. Na Europa, os programas de proteção não contributivos vêm ganhando importância dentro do contexto geral da proteção social e nas redes de seguridade social, apesar de, no conjunto do sistema de proteção na maior parte dos países desenvolvidos, o eixo “não contributivo” continuar sendo limitado principalmente porque existem outros tipos de proteção.

Nesse contexto europeu, a cobertura dos programas de assistência social aumentou no período 1980-1990 devido ao crescimento da porcentagem de indivíduos incluídos em idade de trabalhar. Assim, a duração prolongada das prestações de assistência social devido ao número elevado de pessoas que não conseguem deixar de forma permanente o sistema, coloca interrogantes sobre a possibilidade de “ativar” essas pessoas, ou sobre o êxito real dos programas públicos em fazê-lo. As contrações econômicas no período, juntamente ao envelhecimento da população, deram origem a pressões para a reforma dos componentes de assistência dentro dos sistemas de proteção social.

As reformas em diferentes componentes das redes de seguridade social europeias tendem assim a incorporar dispositivos de ativação para o trabalho. A exigência de esforços dos indivíduos para integração/reintegração ao mercado de trabalho é um elemento importante no sentido de definir deveres para os beneficiários, direcioná-los a um posto de trabalho ou a um treinamento profissional. Logo, o programa público de emprego estimula a busca ativa de trabalho e/ou a participação em programas de experiências de trabalho ou capacitação. Em se tratando de um desempregado, ele deve postular a todos os empregos e não apenas àqueles que considera mais convenientes. Em suma, a ideia é eliminar os desestímulos ao emprego provocados pelo sistema de prestações sociais:

Todas as reformas pretendem reduzir a quantidade e a duração das prestações ou dos custos operacionais; muitos países aumentaram os incentivos financeiros e administrativos para que os beneficiários abandonem o sistema de assistência social e se reintegrem ao mercado de trabalho (Neubourg, Castonguay & Roelen, 2005: 15).

A partir dos anos 1990, as pressões sobre o sistema de proteção social aumentam devido ao elevado número de desempregados por tempo prolongado e de pessoas permanentemente fora do mercado de trabalho. Elas ampliam os questionamentos sobre a sustentabilidade financeira do sistema no longo prazo, tendo em vista as alterações demográficas (envelhecimento da população; entrada massiva de imigrantes) e as mudanças na economia (globalização, mudanças tecnológicas com redução e supressão de postos de trabalho em vários setores). Além desses fatores, há críticos que apontam uma questão de natureza ideológica, pois setores da sociedade acreditam que o sistema de proteção social geraria risco moral, permitindo abusos por parte daqueles que encontraram no Estado uma comodidade contrária ao espírito dos programas. Os contribuintes, por sua vez, questionam e se mostram reticentes em pagar pelas transferências sociais.

A preocupação com a inclusão social se materializa nos incentivos dirigidos aos beneficiários dos sistemas de proteção social com o aumento da pressão administrativa e moral, a diminuição de barreiras para entrada no mercado de trabalho e a atribuição de maior responsabilidade dos beneficiários no financiamento de cobertura de riscos. Atuam ainda nesta direção outros instrumentos de política social, como o estímulo ao trabalho por conta própria e, em alguns países, o aumento de subsídios familiares para as pessoas que aceitam um emprego (por exemplo, as mães sozinhas com filhos).

As reformas chamadas de “ativação da proteção social” foram adotadas em uma grande quantidade de países nos anos 2000, sendo que nos Estados Unidos e na França as medidas já haviam começado desde os anos 1980. Diversos Estados europeus reformaram a legislação social com objetivo de reforçar o caráter condicional dos benefícios, bem como atribuir maior importância aos dispositivos de busca de emprego, formação e de ajuda à contratação por empregadores de pessoas beneficiárias de transferência de renda.

Um dos principais analistas dessas reformas, Jean-Claude Barbier (2011), assinala que em geral as reformas se aplicam de forma lenta e com alcance mais limitado do que esperavam seus promotores. Essas reformas não alteraram radicalmente o núcleo dos sistemas de proteção social na maior parte dos países, introduziram, contudo, um elemento importante de dualização de direitos, como será mostrado adiante. Antes, porém, será feito um breve histórico do tema ativação e observada como a diversidade deste elemento se apresenta no sistema de proteção social e bem-estar de alguns países.

A ativação dos sistemas

Países com diferentes trajetórias deram distintas respostas ao ressurgimento da pobreza e à extensão do desemprego de longa duração e às pressões sobre a proteção social. Nos países de *welfare State*, mais estruturados e amplos, os ajustes têm se mostrado bastante diferentes quanto à sua generosidade, à duração e ao valor dos benefícios, no que tange às despesas e à destinação de recursos no âmbito das políticas sociais. Não existe tampouco um padrão único de ativação da proteção social, o que nos leva a indagar sobre o que vem sendo chamado de “ativação dos sistemas de proteção social” e qual seria o denominador comum aos diversos tipos utilizados nos diferentes países.

Para os propósitos deste artigo, seguimos aqui as análises de Barbier (2009; 2010) visto que ele, apesar de apontar serem muitos os domínios das chamadas reformas de ativação da proteção social, destaca aqueles que se referem à ativação dos pobres e dos desempregados. Ao empreender uma análise internacional dos sistemas de proteção social, o autor mostra que todos são fundados sobre o vínculo com a atividade de trabalho, corroborando o que indicou Castel em suas análises mencionadas no início deste artigo. Nos sistemas bismarckianos⁴ – para utilizar a terminologia consagrada por Gosta Esping-Andersen (1991) –, esse laço é explícito, visto que os seguros sociais supõem a cotização dos trabalhadores. Nos sistemas Beveridgianos, universais, a desmercantilização não rompeu completamente com a vinculação entre a situação no mercado de trabalho e o acesso aos benefícios sociais, mas não exclui, por este motivo, aos segmentos da população não inseridos nas atividades econômicas⁵. Nos sistemas de proteção residual, de inspiração liberal, por sua vez, a imposição de limites à assistência e de restrições aos beneficiários é parte constitutiva da ação governamental dirigida aos setores que necessitam ajuda.

Portanto, não é em si mesma nova a estreita relação entre estar ativo no mercado de trabalho e ter direito à proteção social. O que caracteriza a “nova ativação”, a partir dos anos 1980, é que em alguns países foram introduzidos, em outros foram mesmo reforçados, os vínculos explícitos (regulamentares ou legais) entre o direito à proteção e a atividade laboral. Segundo Barbier (2009), na maior parte dos casos, os segmentos da proteção social reformados foram, inicialmente, a indenização de desemprego, as políticas de emprego, as prestações da assistência e de solidariedade, em seguida as aposentadorias e as pré-aposentadorias.

Do ponto de vista histórico alguns elementos merecem ser considerados para o entendimento da variedade de sentidos das políticas de ativação.

4. O modelo adotado na Alemanha por Otto von Bismarck, no final do século XIX, inaugurou o seguro nacional compulsório, enraizado no contrato de trabalho e organizado por categorias profissionais (Kerstenetzky, 2012: 5).

5. O modelo inglês baseia-se no *status* de cidadania e estabelece o direito a um padrão de vida mínimo para todos, com seguridade social financiada com recursos tributários. Esse modelo universalista está associado às reformas propostas por William Beveridge ao governo britânico em 1942.

Na Europa o termo ativação apareceu nos anos 1950 nos países escandinavos como forma de elevar a taxa de emprego oferecendo serviços públicos, insistindo na prioridade de existirem pontes entre as políticas de trabalho e a formação dos trabalhadores. O assessoramento individualizado é nesse sentido elemento importante das políticas ativas de emprego e as de renda mínima. Ademais, os países desenvolveram políticas de conciliação da vida familiar com o trabalho que permitia maior participação feminina no emprego.

Segundo Celia Lessa Kerstenetzky (2013), mesmo que tenha passado por transformações importantes nas últimas décadas, a perspectiva de “ativação” nestes países mantém-se dentro de um contexto de investimento social, com políticas de mercado de trabalho inseridas em uma estratégia de investimento social que inclui emprego público, trabalho (políticas ativas com ênfase em qualificação, benefícios monetários para trabalhadores, emprego protegido para grupos especiais, seguro desemprego com alta reposição e relativamente curta duração), políticas de conciliação da família com o trabalho (serviços externos de cuidado e diferentes transferências monetárias, incluindo licenças parentais) e educação (desde a infância e ao longo de toda a vida ativa do indivíduo), conciliação da vida familiar com o trabalho.

Contudo, também nesses países foram introduzidos componentes importantes de obrigações aos beneficiários. São exemplos disso as políticas ativas de treinamento adotadas na Dinamarca nos anos 1990, marcadamente orientadas à ativação. Nesse país, a reforma da assistência municipal para os jovens, consistindo em ofertas obrigatórias de formação e de trabalho, é considerada modelo da combinação de flexibilidade do mercado de trabalho com a oferta de benefícios de proteção e bem-estar. Apesar de se manterem mais generosos os prazos e os valores dos benefícios comparativamente à maioria dos países europeus, foram incorporados mecanismos de ativação e de punição ao desemprego. O acompanhamento social dos desempregados beneficiários de seguro desemprego e a combinação do seguro com os programas de qualificação da mão de obra passaram a ser mais firmes e exigentes. Segundo Peter Abrahamson (2009), a ativação adotada a partir de reformas do mercado de trabalho desde 1994 e na legislação do desemprego e na Lei de Assistência Social, de 1997, é frequentemente percebida pelos trabalhadores dinamarqueses como punição por estarem desempregado e tem levado à aceitação obrigatória de trabalhos com alto grau de flexibilidade, o que, na visão do autor, se traduz em marginalização e exclusão.

A experiência dinamarquesa de *flexisecurity* está baseada no “triângulo de ouro” – isto é, a combinação de mercado de trabalho flexível (com facilidades para empregar e demitir), um sistema de bem-estar social e políticas compulsórias de ativa-

ção. A *flexisecurity* é criticada por gerar efeitos adversos tais como alta mobilidade laboral e baixo grau de proteção trabalhista. Nesse contexto, as medidas de ativação contemplam regras mais duras para a inserção em qualquer emprego dos beneficiários de seguro desemprego e assistência. Com o propósito de mudança no comportamento e na empregabilidade desses segmentos, os incentivos transformam-se em punições, controle e disciplinamento sociais. Como consequência, os beneficiários de seguro desemprego e de programas de assistência social são obrigados a aceitar ofertas de ativação ou treinamento por um número mínimo de horas semanais. Em caso de o desempregado rejeitar uma oferta de trabalho ou ativação sem uma justificativa convincente pelo poder público, o pagamento dos benefícios pode ser interrompido. Ademais, a duração do período de recebimento de benefícios, tanto em um caso como em outro, foi reduzida consideravelmente, ainda que a Dinamarca mantenha um dos maiores períodos de duração desse tipo de benefícios. Existe, pois, uma divisão da provisão do bem-estar social entre, de um lado, benefícios generosos com enfoque de direitos dos trabalhadores integrados e, de outro, benefícios limitados e condicionados atribuídos aos setores pobres e marginalizados do mundo do trabalho (Abrahamson, 2009: 270).

Os princípios distributivos, as instituições, em suma, a economia política desse tipo de regime de bem-estar da Dinamarca faz com que a diferenciação da “ativação” adotada se diferencie muito da de outros tipos de regimes. Nos países com um modelo marcadamente liberal, a ativação se baseia no princípio do *workfare* ou *make work pay* ou *work first*. Em geral, os estudiosos do tema não adotam o termo “ativação” para referir-se ao caso dos Estados Unidos, em razão da especificidade de seu modelo residual no contexto geral da política de proteção social, preferindo reservar a esse país o termo *workfare*. Nesse caso, um marco importante foi a reforma das prestações de assistência social cujos beneficiários eram principalmente as mães e os negros pobres, com o propósito de obrigá-los a aceitar as atividades (particularmente o trabalho de remuneração inferior aos preços de mercado) em contrapartida de seus benefícios (Barbier, 2009). Tais programas foram testados nos anos 1970, porém, a reforma drástica da assistência social nos Estados Unidos ocorreu no governo Clinton, com a “Lei de reconciliação das responsabilidades pessoais e das oportunidades de trabalho” (*Personal responsibility and work opportunity reconciliation act*). Votada em agosto de 1996 pelo Congresso, então com maioria do Partido Republicano, a lei alterou profundamente o sistema. A partir de então o *workfare* transformou-se em *welfare-to-work*, com a transformação do antigo benefício *Aid for families with dependent children* (AFDC), criado em 1935 por Roosevelt, na *Temporary assistance for needy familie* (TANF), mais restrita e punitiva. O principal aspecto a ser realçado na lei de 1996 foi a aplicação de um princípio de contrapartida, essencialmente em trabalho, sob pena de sanções financeiras sobre

os benefícios, além da limitação da duração dos benefícios. Dito de outro modo, para merecer ajuda social, os pobres deveriam aceitar trabalhos.

Na Inglaterra, por sua vez, desde os anos 1990 generalizou-se a política em que os titulares de benefícios da assistência deveriam submeter-se a testes de sua capacidade para o trabalho (*work tests*). O carro chefe da política trabalhista de Anthony Blair era o denominado *make work pay*, inspirado na política estadunidense.

A estratégia de Lisboa, adotada 2000 pelo Conselho da União Europeia com políticas para tornar o bloco competitivo no cenário econômico mundial, inclui princípios de combate à pobreza e ao desemprego que se relacionam ao que aqui está sendo chamado de ativação. Nela é explícita a conexão entre as políticas econômica, social e a de emprego, pelas quais o regresso ao trabalho e a ativação têm posição central. Nessa perspectiva dá-se importância às medidas de promoção da capacidade individual, ao investimento na criança e ao trabalho feminino, além da rejeição das aposentadorias precoces (Britto, 2008).

No caso da Alemanha merece destaque a reforma Hartz, realizada entre 2002 e 2004, durante o governo de Gerhard Schroeder, o qual modificou a assistência aos desempregados ao introduzir mecanismo para classificar os beneficiários como aptos para o trabalho. Isso está relacionado a mudanças que visaram prioritariamente atingir a população dependente de benefícios, com a redução da duração dos benefícios aos desempregados e uma maior pressão para aceitar ocupações. As mudanças no tradicional sistema passivo de bem-estar ocorrem com a adoção de princípios de ativação e de testes de meios para atribuição de benefícios a grupos focalizados. A lógica por trás dessas alterações estaria também relacionada à maior flexibilização do mercado de trabalho (Eichhorst, Grienberger-Zingerle & Kont-Seidl, 2005).

A situação da França justifica, a nosso ver, uma maior atenção no exame sobre a ativação da proteção social. A primeira razão é o que o país já havia tentado diversas medidas para evitar desemprego e reduzir a pressão sobre o emprego. Nos anos 1980, sob o governo Mitterrand, o país adotou políticas de estímulo à aposentadoria precoce e de redução da jornada semanal de trabalho, e recorreu a férias coletivas em certas situações em troca de menos demissões. Além disso, adotou instrumentos para retardar a entrada de jovens no mercado de trabalho, sobretudo por meio de subsídios para aumentar o tempo de estudo. Tais medidas, contudo, não resolveram o problema do desemprego e não contribuíram para a redução dos gastos com o Estado de bem-estar.

A segunda razão para o destaque decorre do fato de o governo francês, nos anos 1970, implementar de forma gradual o conceito inovador da noção de inserção social e profissional. Essa noção se oporia à de exclusão provocada pelo desemprego de massa, pela nova pobreza e pela crise dos vínculos sociais que protegiam os indivíduos (o trabalho, a família e a inserção em diversos coletivos). Associada a uma visão de solidariedade nacional e de compromisso com os cidadãos, a perspectiva de “inserção social e profissional” seria central para a adoção da ativação nas políticas sociais francesas. A criação, em 1988, da renda mínima de inserção (*revenu minimum d’insertion* – RMI) significou uma importante inovação no contexto do sistema francês de proteção social, tanto por introduzir a renda mínima como pela adoção do contrato de inserção estabelecido entre o beneficiário e o Estado. Trata-se, pois, de uma contrapartida onde o beneficiário se empenharia na busca de sua inserção social e laboral.

A condicionalidade de obrigação de busca de trabalho, que era limitada no RMI, foi adotada plenamente na reforma que levou à sua substituição em 2008 pela renda de solidariedade ativa (*revenu solidarité active* – RSA). A reforma se realizou sob os efeitos do desemprego e da desconfiança crescente em relação aos pobres e assistidos e as mudanças adotadas obrigaram os beneficiários a procurarem trabalho e a tomarem iniciativas para a melhoria de sua inserção social e profissional. Assim, a adoção de mecanismos de ativação revela transformações profundas em noções importantes para a sociedade francesa e que até então pareciam consolidadas, tais como a solidariedade nacional como valor central do Estado republicano e o trabalho como direito e vetor de cidadania (e não como elemento de punição aos que são apoiados pelo Estado).

A política francesa de inserção através da renda mínima foi acompanhada de dispositivos da política de emprego, tais como contratos de ajuda monetária e contratos de formação dirigidos a públicos prioritários. Além disso, houve a ação do Estado sobre os custos do trabalho, reduzindo notadamente o valor das cotizações obrigatórias pelos empregadores. Em decorrência dessas iniciativas, em muitos casos o Estado acaba se tornando, em última instância, o empregador, já que as empresas mantêm os beneficiários com recursos públicos.

Essas novidades se desenvolvem em um contexto no qual, além do desemprego de massa, o desenvolvimento da precariedade do emprego indica que, longe de atravessar uma crise passageira, o capitalismo entrou em uma nova fase, caracterizada pela desregulamentação da sociedade salarial, onde a precariedade dos empregos passou a ser a regra para grande parte da população (Duvoux & Paugam, 2008: 93).

Ao se referirem à França e aos Estados Unidos, Nicolas Duvoux e Serge Paugam afirmam que a incitação dos pobres ao trabalho está estreitamente associada aos ciclos de atividades econômicas:

A regulação dos pobres segue, por consequência, de maneira surpreendente, os ciclos da atividade econômica. Do estatuto de inúteis e de não empregáveis, eles podem passar em seguida ao estatuto de trabalhadores ajustáveis às necessidades da flexibilidade da vida econômica. Como os empregos que lhes são destinados são pouco atrativos em termos de salário e de condições de trabalho, é preciso incitá-los financeiramente a aceitá-los. O segredo consiste, então, em fazer passar por solidariedade o que, na realidade é, de fato, uma variável de ajuste econômico (Duvoux & Paugam 2008: 96, tradução livre das autoras).

Assim, dispositivos como a renda de solidariedade ativa, acima caracterizada, participariam da colocação dos indivíduos mais vulneráveis nos segmentos mais degradados do mercado de trabalho, transformando-os em trabalhadores em “situação de precariedade” (porque inseridos em empregos temporários e flexíveis, pouco remunerados, por vezes até mesmo estigmatizantes) e “assistidos” (porque recebem uma garantia de renda do Estado). A multiplicação de trabalhos “ajudados” pelo poder público acontece simultaneamente à existência de um grande número de assistidos que trabalham, contribuindo à institucionalização de um “subassalariamento” disfarçado. Essa interpenetração crescente da assistência e do trabalho é acompanhada, segundo Duvoux e Paugam (2008), de uma progressiva responsabilização dos assistidos pela situação precária em que vivem, além de marcar um dualismo no mercado de trabalho e no direito à proteção social. Surge, ainda, a questão se os beneficiários desse tipo de trabalho são socialmente identificados pela condição de trabalhadores ou pela condição de assistidos, visto que as duas condições se justapõem e aparecem como contraditórias.

Promessas e consequências da ativação

Segundo Barbier (2011), o termo “ativação” é utilizado no jargão político sem muita precisão, como vocabulário ambíguo, impreciso e normativo. Porém, trata-se, na maior parte dos casos, de um eufemismo para significar tornar ativos os pobres e os desempregados.

O exame do discurso que sustenta essa política permite constatar a ênfase em palavras como “empregabilidade”, “contrapartida”, além da retórica “dos direitos e deveres”. A responsabilidade de inserção e permanência no mercado de trabalho se transfere do social/coletivo para o individual.

Os vocábulos indicam transformações ideológicas associadas às reformas, onde se faz notar o discurso moralizador dos direitos e deveres:

O significado do termo exclusão deslizou desde sua pretensão multidimensional até uma aplicação unidimensional, escorada totalmente no simples fato de obter um emprego, independentemente da qualidade deste. Três piruetas retóricas produziram esta distorção na prática: primeiro, ainda que se defina a exclusão como um processo com porta de saída, o uso concreto a entende como condição estável de um coletivo; segundo, o critério para estimar se está sendo reforçada a coesão remete quase exclusivamente ao emprego; terceiro, aparecem mais alusões à necessidade de governar os excluídos que a de integrá-los (Fairclough 2000, apud Rambla 2005: 146, tradução livre das autoras)

Nesse âmbito, individualizam-se as trajetórias de trabalho proteção. A “contratualização”, constantemente reiterada no discurso, refere-se a um compromisso assumido pelo beneficiário de procurar ativamente trabalho ou de seguir uma formação. Com frequência, a presença do Estado é reduzida ou é dispensada. O ideal perseguido seria o de cidadãos empenhados na resolução dos seus problemas e na valorização das iniciativas individuais para gerir sua própria trajetória de inserção.

No discurso que sustenta as reformas, o papel do indivíduo passa a ser o fator fundamental na resolução do problema social do desemprego. Serão as regras de condutas individualizadas as legitimadoras da situação e as facilitadoras da gestão. Pierre Rosanvallon (1998), reconhecido analista das transformações da questão social, vê no contrato de inserção uma obrigação positiva, na medida em que ele enriqueceria o princípio de solidariedade. A sociedade se compromete a oferecer ao indivíduo atividades de inserção e o indivíduo se engaja a participar. O contrato se funda sobre obrigações recíprocas e permite ultrapassar o Estado social passivo pela redefinição dos direitos sociais e formulação de obrigações positivas. Para o historiador francês seria também positiva a possibilidade de o Estado não se limitar a ações estandardizadas, mas esforçar-se em tratar situações personalizadas.

Outros autores, contudo, são críticos ao que consideram efeito ideológico de imposição em grande escala de uma lógica de projeto, como o contrato de inserção, com a linguagem institucional da “autonomia”. Na perspectiva de Castel (2009), os contratos de inserção geram uma regulação individualizada e reforçam o “indivíduo em negativo”. Ainda que possa parecer o contrário, porque envolvidos pelo discurso da solidariedade, os contratos não se contrapõem à crescente individualização dos riscos. Para o sociólogo, essa estratégia passa pela responsabilização dos beneficiários com os procedimentos que lhes concernem, contudo trazem consigo o risco de que o Estado se desfaça de suas responsabilidades próprias.

Aponta Barbier (2011: 52) que a retórica política perseguiu objetivos simbólicos de afirmação de um discurso de responsabilização e, com frequência, de culpabilização das pessoas. Porém, onde foram adotadas, as reformas não geraram muitas realizações em termos de redução da pobreza, aumento das taxas de atividade e recuo da exclusão social, não foram observadas efetivamente as consequências prometidas pela ativação. Em balanço comparativo da aplicação das reformas na Europa e nos Estados Unidos, o autor conclui que as promessas de tornar os mercados de trabalho mais inclusivos e equitativos, bem como de integrar as pessoas pelo trabalho não foram alcançadas. O efeito mais visível das políticas adotadas é o controle das despesas sociais, que era um dos objetivos implícitos das estratégias de ativação. Em muitos países tal resultado foi atingido porque houve redução da duração do seguro desemprego.

Outro elemento importante associado a tais políticas de ativação – mas não causado unicamente por elas – é a dualização do mercado de trabalho e da proteção social, já mencionada. Nela estão, de um lado, os trabalhadores protegidos pelo regime de cotização social e, de outro, os trabalhadores assistidos pela solidariedade nacional. Ao se referirem ao caso da França, Duvoux e Paugam (2008) mencionam o subassalariamento crônico mantido pelos poderes públicos e o risco de institucionalização do subemprego precário de baixa remuneração. Existiria o risco de contaminação das normas do mercado de trabalho pela institucionalização progressiva de um segundo mercado de trabalho que os autores chamam de “menos protetor” e onde há menor reconhecimento do princípio da cidadania social.

Nos países mencionados nessa seção, a contração do volume de emprego e o desemprego estrutural, bem como a expansão de vínculos laborais precários e descontínuos são realidade. Assim, os segmentos específicos da população mais prejudicados são os jovens, as mulheres, os trabalhadores mais velhos e os menos qualificados. O núcleo duro da exclusão social é formado por famílias cujos membros não conseguem integrar-se ao mercado de trabalho. Se as políticas de ativação visam fazê-las aceitar os trabalhos que estão no mercado, a questão que se impõe é: ativar para “qual trabalho”?

A ativação dos sistemas de proteção social não é sinônimo nem é responsável pela flexibilização dos sistemas jurídicos (direito ao trabalho), porém ela se desenvolve junto a este processo. A flexibilização não necessariamente implicaria insegurança e desproteção, contudo, a realidade do trabalho flexibilizado é com frequência de emprego precário, em tempo parcial ou baixo salário.

O fenômeno dos trabalhadores pobres na Europa é real. Porém, nem sempre esteve considerado no debate político, que, com frequência, enxerga apenas a pobreza como

associada à inatividade laboral. No entanto, uma parte importante dos pobres europeus trabalha, e a maioria vive em domicílios onde há ao menos uma pessoa que trabalha. Ou seja, nesses casos, o trabalho nem sempre oferece proteção absoluta frente à pobreza. Com postos de trabalho precários e desprotegidos, acabam persistindo as situações de exclusão, de marginalização da dinâmica econômica e social. Além disso, na Europa também os baixos salários ocupam lugar importante no processo de precarização do emprego e erosão de sua capacidade de inserção social. A experiência de tais condições desfavoráveis se concentra de forma desproporcional entre as mulheres e os trabalhadores de tempo parcial, os jovens, as pessoas com contratos de duração determinada e as pessoas de baixa qualificação (Zalakain 2006: 49).

Tendo em vista que na história dos sistemas de proteção social os sujeitos de direitos sociais são antes os trabalhadores, consideramos importante, nesse momento, refletir sobre a inserção destes direitos no processo de cidadania. Nosso propósito será mostrar como as mudanças introduzidas pelas políticas de ativação podem abalar a cidadania.

Cidadania e vida civilizada

A reflexão a seguir pretende mostrar a importância do desenvolvimento da cidadania como pano de fundo do problema da marginalização de setores sociais em desemprego e dos serviços de proteção social que o atual Estado de bem-estar não consegue prover. A pergunta central é: seria possível definir um limite para a tolerância a essa exclusão, um ponto a partir do qual se tornasse impossível falar de compartilhamento de um padrão da vida civilizada e, em última instância, da democracia? Com o objetivo de responder a essa pergunta será feita uma discussão sobre o aporte trazido por Thomas Humphrey Marshall (1967) à teoria da cidadania.

O primeiro atributo da teoria de T. H. Marshall a ser realçado refere-se à definição da cidadania como processo de inclusão social que se expande em duas direções, na incorporação de novas pessoas antes excluídas e na criação de novos direitos (civis, políticos e sociais). O segundo aspecto diz respeito à contradição contida no processo de inclusão que visa à igualdade de direitos em uma ordem econômica desigual. Isto é, em sendo a sociedade capitalista uma sociedade de classes, como conviver com o princípio da igualdade próprio da cidadania. O terceiro diz respeito aos conteúdos do processo de cidadania que implicam no compartilhamento de um padrão de vida civilizada.

Enquanto processo de inclusão social que se desenvolve incluindo mais pessoas e criando novos direitos, T. H. Marshall supõe a industrialização crescente em uma

sociedade mobilizada e em uma ordem democrática na qual estarão estabelecidos os princípios básicos da poliarquia, ou seja, o debate público e a capacidade de representação. Do ponto de vista econômico, o direito civil básico correspondeu à entrada no mercado de trabalho, o direito, então inédito, a escolher a ocupação e o lugar, desde que cumprida a qualificação básica. Esta foi uma mudança de atitude tão importante que a restrição a ela passou a ser considerada ameaça à prosperidade da nação. Tratava-se de garantir a liberdade individual, a liberdade de ir e vir, de comerciar, competir e ainda de estabelecer contrato de trabalho. Quanto aos direitos políticos, estes já têm um caráter mais coletivo e, no caso da classe trabalhadora inglesa, significou também romper a barreira do direito de associação, inicialmente impedido aos sindicalizados, conforme mostrou Reinhard Bendix (1996). A extensão dos direitos políticos amenizou a contradição existente entre a desigualdade do mercado e os direitos iguais dos cidadãos.

Quanto aos direitos sociais, estes também têm um caráter coletivo e, conforme formulou Bryan R. Roberts (1970), guardam uma conexão clara com os outros dois direitos. São os direitos civis e políticos que garantem a pressão sobre o Estado, no sentido de garantir a redução das desigualdades econômicas e da insegurança:

Para Marshall, a cidadania social constitui, então, um meio poderoso e indispensável de alcançar a integração social diante das desigualdades criadas pelas economias de mercado (Roberts, 1997: 7).

Quanto à formulação de T. H. Marshall (1967) sobre a convivência da expansão da igualdade com uma ordem econômica desigual, esta merece uma discussão mais atenta. Em sua teoria da cidadania está sugerida a pergunta: qual seria o nível de desigualdade compatível com a igualdade da cidadania? A resposta encontra-se nas preocupações de seu antecessor, o economista Alfred Marshall, para quem a chave para resolver essa questão estaria nas condições de trabalho. Se o trabalho a que se submete o cidadão fosse tão brutal e extenuante que o impedisse de introjetar o princípio do dever, seria intolerável a desigualdade. O princípio do dever – *duty* – está estreitamente relacionado à ideia de *chilvary*, um sistema de regras compartilhadas, para ele mais importante no desenvolvimento da cidadania do que a igualdade.

Para melhor discutir a questão, deve-se considerar que na teoria do desenvolvimento da cidadania de Alfred Marshall há uma preocupação inequívoca com a unidade e integração da sociedade. Isto sugere que haveria um ponto de desigualdade no qual os indivíduos perderiam os requisitos para compartilhar certos valores e poderiam subtrair lealdade à sociedade e ao Estado ou perderiam a dignidade

humana necessária ao funcionamento da sociedade. No período do “vitorianismo tardio”, quando o crescimento da desigualdade tomou uma proporção desconhecida nas cidades inglesas, foram vários os estudiosos que se debruçaram sobre a questão. Os trabalhos de Gertrude Himmelfarb (1984) assinalam a preocupação com o tema por parte de um amplo leque de profissionais e pensadores (estatísticos, sanitaristas, demógrafos, humanistas) que tentavam responder à questão sobre o limite de tolerância à desigualdade. Portanto, haviam estudiosos preocupados com a questão da pobreza como problema sociológico. Alfred Marshall foi um desses estudiosos e inquietou-se sobre qual seria o nível de desigualdade compatível com a cidadania. Sua resposta é que a cidadania só seria compatível com um determinado nível de pobreza que não brutalizasse o homem em trabalhos extenuantes. Se o homem, apesar de subordinado à disciplina do trabalho, mantivesse a capacidade de discernir o sentido de dever, sua pobreza seria compatível com a de um “cavalheiro”. Portanto o princípio da cidadania estaria acoplado à ideia de “cavalheirismo”, principalmente no que se refere ao dever. Sua conferência proferida em 1949 é a principal inspiração de T. H. Marshall na discussão da compatibilidade entre cidadania e desigualdade, em seu emblemático trabalho escrito na década de 1960.

À primeira vista a ideia de “cavalheirismo” contida nas definições de T. H. Marshall pode parecer supérflua a ponto de não ser reconhecida sua relevância. Léa G. Souki (2006), ao contrário, crê que esse princípio guarda uma discussão atual e procedente no que diz respeito à crise do Estado de bem-estar no final do século XX. Desse modo, hoje, a pergunta feita poderia ser colocada nos termos: até que ponto, a unidade, a integração e a prosperidade da sociedade estariam garantidas em um ambiente de empregos precários e desemprego estrutural? Haveria um nível de tolerância que, se ultrapassado, colocaria em risco a lealdade ao Estado e os laços que conectam a sociedade? Enfim, em que medida a autoridade e a solidariedade seriam compatíveis com a desigualdade gerada pela marginalização no mercado de trabalho? O que aqui se coloca é se isso poderia ser considerado um problema na discussão da democracia em tempos de crise e restrição do trabalho. É possível haver um enriquecimento do padrão concreto da vida civilizada convivendo com alto nível de exclusão do mercado de trabalho? Qual seria o nível de tolerância compatível com o *status* de cidadão em uma sociedade na era da desregulamentação produtiva?

O terceiro ponto a ser desdobrado da teoria marshalliana diz respeito à expansão da cidadania como o compartilhamento de um “padrão crescente da vida civilizada”, que se constitui em um aspecto contido no ponto anterior. Ao tratar do alcance dos serviços sociais para igualar as rendas, T. H. Marshall afirma:

O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e da insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis [...]. A igualdade de *status* é mais importante que a igualdade de renda (Marshall, 1967:94-95).

Aqui fica claro que a cidadania inclui aspectos não tangíveis, além do mundo material, portanto não se trata de uma novidade quando hoje se redefine a questão da pobreza para além da renda.

Em sua obra, ao tempo em que propõe de maneira original a distinção entre as cidadanias, civil, política e social, T. H. Marshall também enfatiza a necessidade de desenvolvimento de todos os direitos para a integração da sociedade. Os direitos civis e políticos são premissas para a definição e o desenvolvimento dos direitos sociais. Estes, conforme observou Roberts (1997), não significam a mesma coisa em todas as sociedades, a cidadania social tem a capacidade de se redefinir e se reinventar de acordo com o padrão da vida civilizada de cada sociedade. Se os padrões prevalentes na sociedade mudam, então há de se reconsiderar o que vem a ser a vida civilizada, na medida em que a condição de desemprego se torna crônica (ou que, para grandes parcelas da população, o trabalho já não é mais sinônimo de emprego formal estável). Diante disso, volta-se ao ponto de considerar a contribuição da política social para tornar possível e razoável, na medida em que as desigualdades são mitigadas, a convivência entre o “capitalismo suficientemente civilizado”, de uma parte, e a democracia, de outra.

Contudo, tomando-se em conta a discussão anterior, a ideia de “vida civilizada” é ainda mais ampla. Pressupõe uma preocupação com a coesão da sociedade, o pertencimento a uma comunidade cívica e a participação dos cidadãos no compartilhamento de metas coletivas. A cultura passa a ser entendida como “unidade orgânica e sua civilização uma herança nacional” (Marshall, 1967: 74). Portanto, pressupõe uma sociedade aquiescente com os valores produzidos pela civilização e um Estado capaz de gerar autoridade. Tratar-se-ia da tese weberiana do acoplamento da autoridade com a solidariedade, o Estado evita a fragmentação da autoridade pública, ao tempo em que se conecta à sociedade e a garante enquanto tal.

Não há como desconsiderar que, na atualidade, a teoria do desenvolvimento da cidadania deve operar com circunstâncias mais complexas do que na década 1960, quando T. H. Marshall escreveu o seu trabalho. A luta pela cidadania passou a envolver necessariamente problemas de identidade nacional e de formação do Estado no contexto do multiculturalismo e do pluralismo étnico. Ao se pensar esse novo contexto surge, ainda, a questão econômica na nova divisão internacional do trabalho.

Seria o processo de conquistas cidadãs, evolutivo e irreversível? A partir da década de 1970, com as pressões sobre os Estados de bem-estar, conquistas feitas em períodos anteriores vêm sendo perdidas, conforme foi apontado neste artigo. O processo de cidadania contido na teoria de T. H. Marshall supõe conquistas irreversíveis. Haveria, pois, um evolucionismo contido em sua teoria, conforme assinalam seus críticos, que merece ser considerado. Aspecto que se torna mais significativo ao se considerar os vários autores que demonstram a reversibilidade das conquistas cidadãs e estão mencionados neste artigo. Ou seja, no caso do desemprego, este altera o padrão geral da vida civilizada, o que sugere uma ruptura de um modelo em que capitalismo e desenvolvimento da cidadania ocorreram juntos. Na atualidade apresenta-se o desafio de manter integrada uma sociedade que exclui da vida produtiva um considerável percentual de sua população economicamente ativa.

De volta à análise sobre as políticas de ativação que têm sido implantadas ao redor do mundo, é evidente a erosão do *status* social resultante do questionamento à titularidade de direito e ao condicionamento do direito. Neste contexto, é relevante refletir sobre a possibilidade de convivência da democracia com a ausência de proteção social de setores tais como os desempregados crônicos, a população em situação de pobreza beneficiária da assistência e o crescente contingente de pessoas inseridas em um mercado de trabalho flexibilizado que oferece mais precariedade do que proteção.

Ao investigar as implicações das reformas de ativação da proteção social, Sigrid Beltzelt e Silke Bothfeld (2011) mostram que elas revelam uma mudança normativa mais profunda nos padrões de cidadania social. Segundo as autoras, as estratégias de ativação, por enfatizarem a participação no mercado de trabalho como o único mecanismo de integração social e alterar as condições de acesso à provisão de política social, afetam profundamente a forma e a substância da provisão de segurança social. Elas seguem as políticas liberais de prover o mínimo para a integração individual no mercado de trabalho e,

assim, a segurança social é concebida em termos de um direito individual à subsistência e não uma matéria coletiva ou política, como tem sido sugerida por Marshall (Beltzelt & Bothfeld 2011: 5).

Em consequência, ocorrem mudanças na regulação das relações sociais dos cidadãos e no relacionamento entre cidadão e Estado, afetando o conjunto da população e não apenas aqueles grupos diretamente afetados pelas medidas de ativação. As autoras veem um processo mais profundo que o mero fortalecimento da divisão entre incluídos e excluídos. Ocorre a erosão do núcleo do *status* de emprego do

qual os atores sociais derivam seus recursos políticos. Desse modo, as reformas de política social são muito mais políticas do que possam parecer à primeira vista, pois abarcam a percepção de que a política social se funda em uma noção de coletivo. As autoras se apoiam na teoria de T. H. Marshall para lembrar que as políticas sociais

não tratam de apenas defender as titularidades individuais ou proteger os mais fracos por razões funcionais, mas representam uma batalha política árdua sobre a definição dos bens coletivos dos direitos sociais (Beltzelt & Bothfeld, 2011: 11, tradução livre das autoras).

Considerações finais

A relação entre trabalho e proteção social precede à sociedade moderna e ao Estado de bem-estar. É clássica a dicotomia entre os pobres que merecem ajuda (porque previdentes, discretos, incapazes para o trabalho) e os pobres que não merecem. Enfim, a definição se faz entre os “bons” e os “maus” pobres.

Nas sociedades modernas capitalistas, em países cujos sistemas de proteção social foram fundados com base no vínculo entre trabalho/inserção profissional e direitos, a lógica ativa está presente na arquitetura de todos os sistemas, isto é, na relação com a presença no mercado de trabalho. No entanto, há uma “nova ativação”, inaugurada nos anos 1980 e estendida aos anos 2000. O essencial da nova ativação é a explicitação dos mecanismos de conexão entre obrigações e recebimento das prestações, mecanismos estes que são variados. Nela há maior exigência com relação aos desempregados e às pessoas assistidas com ajudas sociais.

Esses processos ocorrem em um contexto mais amplo de reindividualização dos riscos e das incertezas, de ressurgimento da pobreza e do desemprego massivo nas sociedades de economia desenvolvida, além de pressões de vários tipos sobre as estruturas de bem-estar social que foram sendo constituídas ao longo do século XX em cada país.

A substituição dos direitos que caracterizaram por décadas o *welfare State* pelos direitos condicionados pelo cumprimento de obrigações atinge a parte da população assistida e desempregada. Isso estaria levando à substituição da “era da reciprocidade” pela “era da responsabilidade” (Paz-Fuchs 2008: 201).

Como vimos, nas sociedades contemporâneas estão em curso mudanças significativas nas políticas sociais com relação ao enfrentamento de riscos. Elas significam descoletivização e maior individualização, como mostrou Castel (2009), além da ên-

fase nas políticas ativas principalmente voltadas àqueles que recebem os benefícios de assistência e auxílio desemprego. Tais medidas visam fazer com que os beneficiários regressem ao mundo trabalho ou nele se insiram pela primeira vez. Para encorajar ao trabalho e diminuir a possibilidade de que benefícios sejam desincentivo ao trabalho, são impostas contrapartidas ao recebimento de benefícios e o direito à proteção é condicionado. Alguns autores identificam nas obrigações de contrapartida medidas disciplinares e punitivas que são a expressão da suspeição da sociedade sobre as pessoas assistidas e aquelas que não conseguem manter-se empregadas.

Na economia política dos programas de ativação, a questão moral ocupa lugar central. Os indivíduos que recebem apoio do Estado devem retribuir pelos benefícios recebidos, mostrando-se ativos e comprometidos. Há amplo questionamento se é justo que pessoas recebam apoio do Estado e difunde-se a ideia de que, para merecer os benefícios, elas devem demonstrar responsabilidade e aceitar as condições que lhes são impostas.

A legitimidade das políticas de ativação e sua força para orientar as políticas sociais viriam da proposta de combater as práticas que geram desestímulo e dependência. Nessas propostas há pouco espaço para a discussão sobre as características reais dos empregos onde são enquadrados os beneficiários de seguros desemprego e ajudas públicas. Parcela importante desses postos de trabalho é flexível ou claramente precária por sequer estar protegida pelos direitos trabalhistas consagrados. E, como assinalamos anteriormente, nesse contexto, a empregabilidade é considerada apenas como característica individual.

Que consequências isso provoca para a cidadania entendida como pertencimento em bases igualitárias a uma comunidade política? Como foi mencionada anteriormente, a cidadania, quando compreendida em termos marshallianos, supõe um enriquecimento do padrão geral da vida civilizada. As políticas de ativação e os novos valores que estão nelas implícitos significariam a fragilização desse padrão. Assim entendido, as políticas de ativação levariam a um retrocesso em termos de proteção social e especialmente em termos de integração social. Há suspeitas constantes da sociedade sobre os setores pobres que recebem benefícios, porém, há pouco espaço para o questionamento dos benefícios entregues aos setores mais ricos e às classes médias, pois esses seriam invariavelmente considerados pela ótica do mérito.

As promessas das políticas de ativação, de contenção à progressão do desemprego e ao aumento da pobreza não estariam, contudo, sendo cumpridas. Coloca-se a questão sobre o tipo de emprego criado por estes dispositivos, pois através de diversos mecanismos de políticas públicas estariam sendo promovidos novos postos

de trabalho fora do núcleo central e protegido da economia, em colocações temporárias ou em atividades de empreendimento individual. Uma parcela da população estaria sendo conduzida a uma condição de assistência e de trabalho parcial, em postos de trabalho subsidiados pelo Estado e com baixa remuneração. Além disso, alguns estudos têm indicado que o deslocamento dos indivíduos da assistência para o trabalho remunerado nem sempre significa ultrapassar a linha da pobreza.

Abstract: The article discusses the political components of recent reforms of social protection systems, with particular emphasis on activation policies to work. The arguments offered by governments for adoption are economic, but they are not divorced from ideological inspirations and they have clear political consequences. The article presents a reflection about the possibility of coexistence of democracy and lack of social protection for chronically unemployed, poor people receiving assistance and the growing number of persons engaged in a flexible labor market that offers precarious protection. In this context there are processes of individualization of risks and uncertainties, the erosion of social status resulting from questioning the ownership of law and the adoption of the right conditioning. The article analyzes the consequences to the citizenship, understood as belonging to a political community egalitarian basis.

Keywords: social policy; social protection; welfare State; work; citizenship

Referências

ABRAHAMSON, P. O retorno das medidas de ativação na política de bem-estar dinamarquesa: emprego e proteção social na Dinamarca. *SER Social*, v. 11 n. 25, p. 244-273, Brasília, 2009.

BARBIER, J.-C. Activer les pauvres et les chômeurs par l'emploi? Leçons d'une stratégie de réforme. *Politiques Sociales et Familiales*, n. 104, p. 47-58, 2011.

———. Of similarities and divergences: why there is no continental ideal-type of "activation reforms"? *CES Working Papers 2010/75*.

———. Le workfare et l'activation de la protection sociale, vingt ans après: beaucoup de bruit pour rien? Contribution à un bilan qui reste à faire. *Lien Social et Politiques*, n. 61, p. 23-39, 2009.

BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.

BETZELT, S.; BOTHFELD, S. (Eds.). *Activation and labour market reforms in Europe: challenges to social citizenship*. Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BRITTO, M. A. Ativação – o atual rumo da política social para o trabalho no mundo. *Mercado de Trabalho*, n. 35, p.13-17, 2008.

CASTEL, R. *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.

———. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DRAIBE, S. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orga.). *Políticas públicas no Brasil*, p. 27-64. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

DUVOUX, N.; PAUGAM, S. *La régulation des pauvres: du RMI au RSA*. Paris: PUF, 2008.

EICHHORST, W.; GRIENBERGER-ZINGERLE, M.; KONT-SEIDL, R. Activation politices in Germany: from status protection to basic income suppor". *IZA Discussion Paper* n. 2514, 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *welfare State*. *Lua Nova*, n. 24, p. 85-116, São Paulo, 1991.

HIMMELFARB, G. *The idea of poverty*. London: Faber and Faber, 1984.

KERSTENETZKY, C. L. Notas sobre as tendências recentes do "welfare State" e possíveis lições para o Brasil. *Série Cede Texto para Discussão*, n. 77, 2013.

———. *O Estado do bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NEUBOURG, Chris de; CASTONGUAY, Julie; ROELEN, Keetie. 2005. *Redes de seguridad social y asistencia social dirigida: lecciones de la experiencia europea* [online]. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1123255153992/1525234-1123255179743/deNeubourg_SSN_EULessons_Sp.pdf>. Acessado em: 3 Maio 2013

PAZ-FUCHS, A. *Welfare to work: conditional rights in social policy*. New York: Oxford University Press, 2008.

POCHMANN, M. Segurança social no capitalismo periférico: algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Nueva Sociedad*. Especial em português, p. 76-97, 2007.

RAMBLA, X. Los instrumentos de la lucha contra la pobreza: una revisión de dos tesis sociológicas sobre las estrategias de focalización y activación. *Revista Argentina de Sociología*, Año 3, n. 5, p. 135-155, 2005.

ROBERTS, B. A dimensão social da cidadania. *RBPS*. n.33, p. 5-22, Fev. 1997.

ROSANVALLON, P. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SOUKI, L. G. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. *Civitas*. v. 6, n. 1, p. 39-58, 2006.

TOPALOV, C. A invenção do desemprego: reforma social e moderna relação salarial na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos no início do século XX. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 33, n. 3, p. 379-416, 1990.

TURNER, B. Outline of a theory of citizenship. *Sociology*, v. 24, n. 2, p. 33-61, 1990.

ZALAKAIN, J. Trabajo, trabajadores pobres e inserción social. *Documentación Social*, n. 143, p. 46-76, 2006.

Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional

Recebido: 05.08.15
Aprovado: 02.06.16

Jacob Carlos Lima
& Daniela Ribeiro de Oliveira*

Resumo: Este artigo traz uma análise dos trabalhadores da indústria de informática, bem como do trabalho que realizam, o qual denominamos aqui de “trabalho digital”. São os trabalhadores de criação ou gestão de tecnologias informacionais, que desenvolvem *softwares*, aplicativos, jogos computacionais, criam e administram páginas web, analistas de sistemas, gerentes de projetos, consultores de TI, especialistas em bancos de dados, entre outros. O trabalho nesse setor é flexível em sua origem e intelectual por excelência, e integra o debate sobre trabalho imaterial e criativo. Realizamos pesquisa junto a empresas e trabalhadores do setor, buscando recuperar a percepção dos profissionais sobre a diversidade dos vínculos contratuais, as condições de trabalho, suas motivações para a escolha da profissão e seu caráter considerado “criativo” e inovador.

Palavras-chave: trabalho flexível, trabalhadores digitais, novas ocupações, desenvolvedores de *software*.

* Jacob Carlos Lima é professor titular no Departamento de Sociologia e coordenador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (Lest) da Universidade Federal de São Carlos. Desenvolve pesquisas na área de sociologia do trabalho e sociologia econômica.

<calimajb@gmail.com>.
Daniela Ribeiro de Oliveira é pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (Lest) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Desenvolve pesquisas na área de sociologia do trabalho, com destaque para o trabalho em tecnologia da informação.
<danicso02@gmail.com>.

1. Foram realizadas visitas a três empresas desenvolvedoras de *softwares* e prestação de serviços em TI, e 40 entrevistas com trabalhadores e gestores. A pesquisa é financiada pela

Introdução

Este texto apresenta uma análise dos trabalhadores informacionais, ou de tecnologias da informação (TI), que chamaremos aqui de digitais, categoria que surgiu em meio às novas ocupações decorrentes do processo de transformação capitalista das últimas décadas. São os trabalhadores de criação ou gestão de tecnologias informacionais que desenvolvem *softwares*, aplicativos, jogos computacionais, que criam e administram páginas web, analistas de sistemas, gerentes de projetos, consultores de TI, especialistas em bancos de dados, entre outros.

O que caracteriza esse trabalho e o diferencia dos demais é a utilização de um corpo de conhecimentos formais, complexos e abstratos, que manipulam símbolos e ideias transformando-os em ferramentas utilizadas no processamento de informações, na realização de tarefas específicas, e no desenvolvimento de jogos eletrônicos (*games*).

Para discutir o trabalho no setor de “conhecimento intensivo”, realizamos pesquisas¹ junto aos trabalhadores de empresas de tecnologia da informação, ou “indústria de informática”, cujas atividades englobam o desenvolvimento de sistemas computacionais, projetos e implementação de sistemas de tratamento de informação e processamento de dados, desenvolvimento de *software*, projetos de *har-*

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Ver, entre outros, Castells (1999), Drucker (1993), Bell (1977).

3. Sobre o debate de trabalho imaterial, ver Gorz (2005), Lazzarato & Negri (2001), Huws (2001, 2014), Amorim (2014), Pereira (2014), Camargo (2011).

4. O conceito de “indústrias criativas” aparece na década de 1990, ganhando impulso principalmente na Inglaterra. Ele se refere à passagem das atividades industriais para atividades intensivas em conhecimento no setor serviços, e incorpora diversos setores, não necessariamente entabulados no bojo dessas transformações, incluindo além do *software*, publicidade, *design*, arquitetura, moda e atividades artísticas, aproximando-se do conceito de “indústria cultural” (Bendassolli *et alii*, 2009: 11).

dware (necessário para que os programas rodem), projetos e instalação de redes de computadores, produção de componentes e prestação de serviços vinculados à tecnologia da informação, além de serviço de manutenção e reparo de computadores (Observatório Softex, 2012).

Trata-se da análise do trabalho “pós-fábrica”, entendido não apenas pela expansão dos serviços, mas também pela passagem para uma sociedade marcada pelo conhecimento e pela informação, que alguns autores chamam de sociedade do conhecimento, outros de sociedade informacional ou capitalismo cognitivo². Sua principal característica estaria na centralidade do conhecimento enquanto fator de produção e recurso econômico. A fonte de riqueza social adviria agora do conhecimento e não do trabalho; e os trabalhadores do conhecimento teriam a capacidade de traduzir o conhecimento especializado em produção de inovações lucrativas – produtos e inovações tecnológicas e organizacionais –, tornando-os um grupo privilegiado da sociedade (Beck, 2000: 40).

Huws (2014: 17) refuta essa posição e destaca que o crescimento de campos de atividades centradas no conhecimento e nas formas imateriais de produção de mercadorias reflete a complexificação da divisão do trabalho e da fragmentação das atividades manuais e intelectuais, assim como sua dispersão geográfica. É um processo contínuo, no qual funções mais criativas e/ou de controle sucedem tarefas repetitivas e rotineiras. Em outros termos, Huws considera a teoria do valor-trabalho de Marx importante para entender as transformações recentes do capitalismo, embora necessite adequação para dar conta disso. Esta perspectiva orienta nossa discussão neste texto³.

A indústria de informática é ilustrativa do trabalho “cognitivo” ou “criativo”⁴, o qual é fortemente marcado pela imaterialidade de seus resultados, bem como pela individualização, criatividade e motivação exigida do trabalhador. Essa criatividade deve ser qualificada na relação entre conhecimento tácito e conhecimento codificado. Para Jörg Flecker *et alii* (2006), todo trabalho é trabalho criativo por requerer a mobilização do conhecimento tácito e incorporado, um sendo a precondição da existência do outro. O que caracterizaria esse trabalho e o diferenciaria dos demais seria a utilização de um corpo de conhecimentos formais, complexos e abstratos, que manipulariam símbolos e ideias. Com a informatização da indústria e do setor serviços, o trabalho seria transformado em função de uma gestão de um “fluxo contínuo de informações”, o qual seria imaterial (Gorz, 2005: 17).

O trabalho nesse setor é flexível em sua origem e intelectual por excelência. Em tese, ele possibilita maior controle do trabalhador sobre a atividade de elaboração

do produto. Por meio do *software*, a máquina realiza autoajustes, havendo uma reflexividade na interação com o usuário: este se adapta à máquina, a qual, por sua vez, se adapta ao usuário. A entrada no mercado de trabalho nem sempre é condicionada a uma formação específica; já a formação contínua, em fontes não necessariamente institucionalizadas, é exigência para a permanência no setor. Ainda pouco regulado, ele apresenta uma variedade de vínculos expressos em contratos de trabalho que envolvem as fronteiras entre o formal e o informal (Salatti, 2005; Oliveira, 2009; Braunert, 2013).

Essas características exigem uma maior discussão sobre as particularidades desse trabalho, sobre as ocupações dele derivadas e as relações contratuais que o regem. Trata-se de um trabalho caracterizado tanto pela produção de um produto “imaterial” único, o *software*, quanto pela materialidade necessária para sua reprodução nos equipamentos que o rodam, o *hardware* (computadores, *laptops*, celulares e outros), além de gerar prestação e manutenção de serviços.

Não existe uma definição consensual sobre esses trabalhadores. Utilizam-se termos como teletrabalhadores (Rosenfield & Alves, 2011; Santiago, 2012), trabalhadores digitais (Huws, 2001, 2014), infoproletariado (Antunes & Braga, 2009). Utilizaremos a terminologia de Huws (2014), “trabalhadores digitais”, para nos referirmos aos trabalhadores envolvidos na criação e no desenvolvimento de *softwares* e jogos digitais que exigem análise e codificação. Não nos deteremos nos trabalhadores de manutenção de equipamentos de *hardware* (fabricados pela indústria eletroeletrônica) e nos *call centers*, grandes centros de atendimento que reúnem milhares de trabalhadores e que, em geral, trabalham para grandes empresas de prestação de serviços de teleatendimento.

O texto está dividido em tópicos que buscam discutir as questões da flexibilização e precarização do trabalho informacional, aqui recortado em seu aspecto mais “criativo” e distinto da produção fabril – o *software*. Também se visa aqui prover uma caracterização da indústria da informática no Brasil, traçando-se um perfil de seus trabalhadores por meio de dados quantitativos trabalhados pelo Observatório Softex. Junto a esses dados, intercalamos a percepção dos trabalhadores sobre suas motivações em relação à escolha de sua área de atividade, bem como sobre o caráter considerado “criativo” e inovador que se lhe é imputado.

A formação contínua, que se configura como exigência do setor, atua como peça fundamental na construção da identidade desse trabalhador, e cria formas de justificação de permanência na área, marcada pela mobilidade constante entre várias empresas e projetos, por um lado, e pela perspectiva de acesso a direitos e relativa

estabilidade, situação em que se encontra a maioria da categoria através de contratos formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por outro. Por fim, propomos uma rápida discussão sobre o caráter de classe desse novo contingente de trabalhadores e sintetizamos as questões desenvolvidas.

Flexibilização e precarização

Segundo Chris Benner (2002), o conceito de flexibilidade é altamente contestável e carregado de valor:

O termo mercado de trabalho flexível tem diferentes significados para quem o analisa e foi assumindo uma diversidade de significados nos últimos anos (Benner, 2002: 4),

tais como produção flexível, flexibilidade técnica, flexibilidade organizacional, processo de trabalho flexível, tempo, salários, mercados e finanças, com conexões entre essas categorias.

Enquanto utilização da força de trabalho, a flexibilidade sempre existiu, assumindo novos significados com as mudanças prescritas a partir dos anos 1970. Sem querer dar conta desse debate, nos deteremos apenas na chamada flexibilização interna e externa dos processos de trabalho.

A flexibilização interna dos processos de trabalho agrega o enriquecimento de tarefas, o trabalho em equipes e outras estratégias gerenciais de envolvimento do trabalhador, e tende a intensificar o trabalho ao responsabilizar o trabalhador pelo resultado alcançado. A busca pelo engajamento subjetivo (Zarifian, 2002) do trabalhador – ou seja, o fato de “vestir a camisa” da empresa – não significa maior alienação do processo de trabalho no sentido da separação dos trabalhos intelectual e manual, nos termos tayloristas. Trata-se da incorporação, pelo trabalhador, das regras do mercado, mantendo, entretanto, certa reflexividade, com consciência de seus limites e possibilidades de atuação (por exemplo, na resistência não organizada dentro da fábrica e/ou empresa). Essa reflexividade pode ser crítica, mas não significa necessariamente uma ação política com o objetivo de mudanças em sua situação como indivíduo ou grupo.

A flexibilização externa, por meio da subcontratação e da terceirização, não é propriamente uma novidade no capitalismo, estando presente desde as atividades pré-fabris do *putting-out*, das equipes de empreita das minas e no trabalho agrícola. No entanto, ela assume agora o caráter reticular das redes empresariais, com

exigências de maior envolvimento do trabalhador no processo de trabalho, e com a subcontratação como estratégia de gestão (Coriat, 1994; Castells, 1999). A flexibilização, em geral, vem acompanhada da desregulamentação do mercado de trabalho, dos contratos, da desvinculação dos direitos sociais, em um retorno ao capitalismo pré-*welfare State*. Benner (2002) situa a distinção entre trabalho e emprego, o que ajuda a distinguir o que chamamos de flexibilização e o que chamamos de desregulamentação:

O trabalho se refere às atividades efetivas desempenhadas pelos trabalhadores, as habilidades, a qualificação, a informação e o conhecimento exigidos para realizar as atividades, assim como a interação social envolvida no processo de realização do trabalho; emprego se refere às relações contratuais entre empregador e empregado, incluindo o sistema de compensação e práticas gerenciais (Benner, 2002: 4).

O assalariamento – entendido como relação social de compra e venda da força de trabalho – confunde-se, muitas vezes, com a regulamentação dessa relação. Mas a relação de assalariamento com direitos sociais, característica do período fordista, nunca atingiu uma maioria dos trabalhadores fora do chamado ocidente capitalista, sendo uma exceção na trajetória do desenvolvimento do capitalismo. O mercado de trabalho assumiu características distintas conforme os países: os mercados de trabalho norte-americano e japonês nunca tiveram uma regulação tal como o mercado de trabalho da Europa ocidental. O trabalho assalariado, mesmo regulado contratualmente, não deixou de ser precário se considerarmos as condições, a intensidade e o ritmo do trabalho, bem como as longas jornadas. Isso foi compensado pelo acesso aos direitos e benefícios sociais (o que o tornava desejável), pela aparente estabilidade que proporcionava e pela perspectiva de um futuro programado; estando longe, entretanto, de se constituir em trabalho autorrealizador e criativo.

Se sairmos do restrito clube de países onde vigorou/vigora o Estado de bem-estar social, verificamos que grande parte dos trabalhadores nunca teve acesso aos direitos sociais ou, quando teve, estes se restringiam aos trabalhadores mais qualificados, ou com maior capacidade de organização, vinculados aos setores econômicos dinâmicos.

A América Latina é emblemática dessa situação. Os trabalhadores formais raramente ultrapassaram os 50% dos trabalhadores ocupados, com a maioria envolvida em “empregos” informais, na “zona cinzenta” de um assalariamento intermitente, de “viração” na informalidade; sendo que muitos deles jamais entraram

no mercado de trabalho formal. Assim, podemos nos referir a uma situação de precariedade que é inerente à relação capital-trabalho, que pressupõe exploração e subordinação, e contra a qual os trabalhadores se mobilizaram durante todo o século XX, com conquistas significativas que foram perdidas ou fragilizadas em diversos países ao final do século.

A perda dessas conquistas e/ou sua fragilização se configuram como precarização. Logo, ao nos referirmos à precarização devemos considerar o contexto no qual este processo ocorreu e observar a dimensão relacional incorporada ao processo – percebê-lo como relacional. Em outras palavras, significa pressupor uma situação anterior, na qual foram alteradas para pior as condições e relações de trabalho (Leite, 2009). Assim, ao analisarmos ocupações mais recentes como as vinculadas às tecnologias informacionais, à prestação de serviços, ou àquelas características da indústria criativa, podemos nos referir antes a uma condição de precariedade do trabalho e menos a um processo de precarização, uma vez que são raras as situações nas quais essas ocupações estiveram dentro de regulações estritas e com acesso a benefícios sociais.

O trabalho informacional

Em meio à rapidez das transformações do capitalismo contemporâneo, carreiras profissionais e postos de trabalho desapareceram, assim como outras surgiram. Entre estas, as mais ilustrativas desse momento são as carreiras e os postos de trabalho vinculados às tecnologias informacionais e os trabalhadores alocados nas novas ocupações delas derivadas. Mantém-se o processo característico do capitalismo no qual o desenvolvimento tecnológico resulta na expansão de ocupações que exigem maior qualificação, por um lado, e uma massa de trabalhadores desqualificados que realizam as tarefas mais simples, de outro (Braverman, 1987; Huws, 2014).

No primeiro grupo se enquadrariam ocupações como desenvolvedores de *software*, analistas de sistemas, e suas variações como técnicos, gerentes e outros profissionais vinculados à criação de produtos e/ou responsáveis por atividades de manutenção de sistemas/programas, assim como os consultores de tecnologias informacionais e os gestores de projetos; no segundo grupo, encontram-se técnicos voltados à manutenção de equipamentos e uma massa crescente de operadores de *telemarketing*, que integram os *call centers* distribuídos pelo país⁵.

Estas configurações colocam alguns problemas teóricos, em geral discutidos dentro da sociologia ou da economia da inovação, e mesmo da sociologia do trabalho,

5. O mercado nacional de *call centers* contava, em 2011, com 137 mil postos de atendimento (PAs) e 400 mil empregados (Celestini, 2012).

embora de forma ainda pouco expressiva no Brasil. No fordismo, a inovação era considerada uma exceção, marcada pelo tempo de reprodução de mercadorias padronizadas, realizadas por tecnologias mecânicas. Ao passo que no pós-fordismo não teríamos mais uma valorização dos tempos e gestos corporais capturados pela organização taylorista do trabalho, passando a ser valorizados antes o conhecimento e o tempo de sua produção, difusão e socialização. A repetição como tempo objetivo é substituída pela inovação, que seria o tempo subjetivo e intersubjetivo da criação (Izerrougene, 2010: 688). A máquina, enquanto trabalho morto, é conhecimento cristalizado.

Nas empresas de tecnologias da informação (TI), o caráter reticular é constituinte de um modelo organizacional de gestão e produção que inverte a tendência hierarquizante presente nas empresas fordistas. As tecnologias informacionais dissociam a máquina (*hardware*) e seu programa (*software*), modificando a relação homem-máquina, (des)especializando a máquina. O computador ligado à rede não possui função determinada, não tem valor ou utilidade em si. Sua função e utilidade são dadas pelo uso, pelo trabalho vivo, pelo tipo de conhecimento incorporado. O usuário torna-se coprodutor do objeto, podendo modificá-lo. Neste caso, trabalho e conhecimento não são separáveis. Haveria uma junção entre produção e consumo; portanto, a maior parte do que é consumido é composto de

serviços, tecnologias informacionais e comunicacionais, e conteúdos informacionais, culturais e artísticos vinculados pelas ferramentas propiciadas por essas tecnologias (Corsani, 2003: 25).

O tempo de consumo desses serviços se confunde com lazer, tempo de produção e aquisição de novos conhecimentos que retroalimentam a produção de outros conhecimentos. O processo de produção não coincide com o processo de valorização, dificultando a associação entre a imaterialidade do conhecimento e a materialidade da mercadoria. Nesses termos, o conhecimento não se reduz a uma força produtiva aplicada à produção, mas é um recurso e um produto “desincorporado a qualquer recurso de qualquer produto” (Corsani, 2003: 23). Assim, desenvolver uma teoria do capitalismo cognitivo exige mais do que refletir sobre o conhecimento, requer que se desenvolva uma “teoria do sujeito criador e desta ferramenta específica de produção que é o cérebro” (Corsani, 2003: 23). O trabalho realizado, que é cognitivo e relacional, vincula a eficácia do processo produtivo à interação entre os atores envolvidos (máquina e usuário) não sendo totalmente prescritível.

Na década de 1980, a junção das atividades de análise (concepção) e programação (execução) eliminou ou reduziu a separação entre concepção e execução. Na produção do *software*, o trabalho efetivo encontra-se na atividade de realização da primeira peça original, o chamado desenvolvimento de *software*, seguido posteriormente da prestação de serviços de manutenção e da produção-repetição (via CD ou telecarregamento via internet) que tem custos menores. Após a produção do *software*, a reprodução perde sentido e valorização. A inovação resulta de um processo coletivo com a interação de atores heterogêneos e a coprodução em rede. A qualidade das relações na rede é que marca o patamar de eficiência do processo. Entre as empresas, desenvolvem-se redes e parcerias cruzadas caracterizando o caráter menos hierárquico e mais reticular entre elas (Jollivet, 2003).

As comunidades informais são fundamentais no desenvolvimento de *softwares* – como os *softwares* livres – que, de uma forma ou outra, são utilizados pelas empresas em diferentes dimensões no desenvolvimento de *softwares* próprios. Assim Jollivet (2003) caracteriza o trabalho no modo de produção do *software* livre: o informaticista-internauta é, ao mesmo tempo, analista e programador; os *softwares* são desenvolvidos inicialmente para uso próprio, sendo ao mesmo tempo produtor e consumidor, ofertante e demandante; a coordenação das comunidades depende da cooperação voluntária informal e móvel entre uma multiplicidade de atores (Jollivet, 2003: 89).

A existência de milhares de empresas “de garagem”, *startups* com desenvolvimento de aplicativos e prestação de serviços customizados para clientes, pressupõe a existência de redes de colaboração entre elas e entre os profissionais que compõem a *networking*. Um profissional pode passar para outro a realização de tarefas específicas, para as quais este possui maior domínio, e isso pode acontecer independentemente de vínculo com as empresas; ou então, busca na rede a solução de um problema. A empresa, por sua vez, passa para profissionais externos a elaboração de atividades para as quais não tem expertise, numa forma de terceirização diferenciada.

Ao caracterizar o processo de trabalho no desenvolvimento de um *software*, Gutierrez e de la Garza Toledo (2010) o define utilizando como matéria prima diferentes tipos de símbolos que servem para resolver determinado tipo de problema. O processo de desenvolvimento exige quatro grandes atividades cognitivas: conceptualização, formalização, processamento de dados e implementação. A conceptualização é o desenho inicial do programa a ser desenvolvido, obtido a partir dos requerimentos (requisitos) exigidos pelo usuário-cliente. As informações são obtidas a partir de entrevistas com o cliente, que explicita suas necessidades e as

funcionalidades esperadas do *software*. A formalização das necessidades é estudada pelo analista, ou pelo programador, para a modulação do desenho – análise de requisitos. O processamento dos dados refere-se às considerações lógicas dos requerimentos traçados no desenho e na formalização do programa. O desenho subdivide-se em módulos e estes se fragmentam em aplicações, que em cadeias se transformam em instruções ao programador. Essas instruções constituem um conjunto de símbolos (algoritmos) construídos a partir da linguagem de programação utilizada. Por fim, a implementação é a entrega e a instalação do programa ao cliente, geralmente com acordos de assistência pós-venda, assessorias e treinamentos aos usuários por tempo determinado (Gutiérrez e de la Garza Toledo, 2010: 12). Destaca-se, nesse processo, o protagonismo do cliente atuando como ator social determinante em termos de controle do trabalho, exigindo mudanças e estabelecendo prazos.

Mesmo programas protegidos e registrados por empresas são decodificados, tendo suas partes utilizadas na criação de novos produtos. Com isso as tendências dominantes desse trabalho poderiam ser assim classificadas:

- a. a não separação drástica entre os analistas e os programadores;
- b. a ampliação do trabalho colaborativo representado pela criação de equipes;
- c. a necessidade de trabalho em grupo e consulta aos pares;
- d. o aprofundamento da interdependência nos processos de colaboração;
- e. a socialização do desenvolvimento das regras e ferramentas;
- f. a socialização dos processos de formação e qualificação (Carrillo, 2007: 134).

Essas características estão presentes tanto nas empresas flexíveis em termos de tamanho e utilização física dos espaços, quanto nas chamadas “fábricas de *softwares*”, grandes empresas com produtos padronizados e voltados a um mercado mundial que buscam incorporar *startups* criativas, como, por exemplo, aquisições realizadas por grandes empresas como Google e Facebook (Carrillo, 2007). Nessas empresas, existe uma tendência à maior divisão tradicional do trabalho, separando o planejamento e o relacionamento com os clientes e a execução dos projetos; e buscando uma maior padronização por meio de simplificação de tarefas e hierarquização de cargos como programadores juniores e técnicos médios. Isso teve início com a introdução das normas ISO e do Total Quality Management (TQM) (Carrillo, 2007)⁶.

6. Sobre o trabalho em “fábricas de *software*” no Brasil, ver os estudos de Bridi e Motim (2014) sobre empresas sediadas no Paraná.

O trabalho de TI – enquanto trabalho intelectual e flexível por excelência – abarca o uso de criatividade e colaboração, ou seja, trata-se de um trabalho de caráter fortemente coletivo, propiciado pelo desenvolvimento em redes virtuais, baseado nas contribuições de diversos trabalhadores, constituindo-se, assim, num paradigma da flexibilidade positiva, pelo menos nos quadros superiores (Rosenfield, 2011). Essa positividade não estaria apenas na forma como o trabalho é realizado, mas também

a. na formação informal presente no aprendizado contínuo como condição de atualização e permanência no mercado; e

b. em sua desterritorialização, na qual o trabalho poderia ser realizado em qualquer parte lugar (na casa, na empresa, na universidade) e para clientes localizados em qualquer parte do mundo.

O desenvolvimento de *softwares* pressupõe um acesso permanente à internet, fazendo com que os desenvolvedores continuem suas atividades para além da empresa. Laymert Santos e Pedro Ferreira (2008), ao analisarem a produção de *games*, destacam que trabalhar tem representado grande envolvimento e permanente conexão às redes, cuja imagem remete a

um mundo *on-line* no qual todo o tempo de vida da pessoa é tempo de produção – não porque ela trabalhe o tempo todo, mas porque o trabalho agora mudou de natureza (Santos & Ferreira, 2008: 89).

A ideia linear de início e fim do trabalho é substituída pela constância com que o trabalhador executa as atividades de trabalho permanentemente conectado, produzindo e se produzindo. O jogo interativo representaria o trabalho não pago no qual os limites entre lazer e trabalho estão entrelaçados.

Em relação à deslocalização das atividades, uma das características resultantes das possibilidades abertas pela eliminação das barreiras espaciais e temporais no local de trabalho é sua maior intensificação. Trabalhar em casa (*o home office*) ou levar trabalho para casa (para concluir um projeto, buscar uma atualização ou resolver um problema) embaralham o trabalho com a vida pessoal e o tempo de lazer, uma vez que o acesso à internet acompanha esse trabalhador por meio dos inúmeros dispositivos móveis conectados à rede – *note-intra-netbooks*, celulares, *tablets* etc. As empresas exigem grande flexibilidade e disponibilidade dos trabalhadores em termos de horários e ambientes e grande capacidade na resolução de problemas, sendo o jovem independente, considerado criativo e flexível, o tipo ideal de trabalhador (Lopes & Silva, 2009; Martins, 2013).

A indústria de *software* e serviços de TI e os trabalhadores no Brasil: uma primeira aproximação⁷

Desde os anos de 1980, foram se constituindo pelo globo territórios especializados e polos de conhecimento, entre os quais o Vale do Silício na Califórnia (Estados Unidos), a rota 128, nas proximidades de Boston (Estados Unidos), e núcleos na Alemanha, Índia, Irlanda, China e Israel. A característica básica é o atendimento de clientes globalizados e, dependendo da empresa, com unidades em diversos países. A Índia destaca-se pela atração de multinacionais que terceirizam para empresas locais a produção de *softwares* de serviço voltados à exportação para os Estados Unidos e a Europa (Roselino, 2006).

No Brasil, polos voltados à “nova economia” que caracterizaria as atividades de desenvolvimento de *software* situam-se principalmente na região metropolitana de São Paulo e Campinas – cerca de 60% das empresas do setor. Outros polos estão localizados em Recife (Porto Digital), no eixo Araraquara, São Carlos no estado de São Paulo; Curitiba, Belo Horizonte, Florianópolis, Joinville, Blumenau e Porto Alegre. Entretanto, numerosos *startups*, ou pequenas empresas setoriais, multiplicam-se por todo o território nacional.

A denominada Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS), classificação elaborada a partir de estudos realizados pela Softex (2012), é composta por empresas cuja fonte principal da receita tem origem em produção de *softwares* e prestação de serviços de TI. A produção de tecnologias informacionais, no entanto, também se encontra em outros ramos produtivos que não apresentam como fonte principal de receita as tecnologias informacionais. Trata-se da chamada Não-Indústria Brasileira de Software e Serviços (NIBSS),

formada por todas as demais empresas cuja fonte principal de receita origina-se do setor da agropecuária, da indústria, do comércio e serviços, e da administração pública (Observatório Softex, 2012: 19-20).

O setor de *software* e serviços de TI representa, portanto, o conjunto das empresas IBSS e a NIBSS⁸.

O estudo da Softex utiliza os bancos de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para construir o perfil das empresas de IBSS. De acordo com dados de 2009, o universo de em-

7. Neste item, utilizamos dados do Observatório Softex (2012), que – a partir das informações dos seguintes órgãos oficiais: IBGE, base de dados do MTE (Rais, Raismigra e Caged), Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) da divisão 72 (versão 1.0) e das divisões 62, 63 e 95 (versão 2.0) – sistematizaram e elaboraram um estudo cujo objetivo foi traçar o perfil do setor de TI no Brasil, apresentaram os perfis das empresas no país e por região, dos profissionais em termos de formação e dos cursos, entre outros.

8. A partir daqui, utilizaremos tão somente as siglas IBSS e NIBSS para nos referirmos às empresas classificadas como tais.

presas com até 19 pessoas ocupadas representava 96%; entre estas, pouco mais de 54% representavam as empresas de 1 a 4 pessoas ocupadas – muitas destas últimas podem significar empreendimentos de um único sócio. Cerca de 3,3% contam com um quadro de trabalhadores variando entre 20 e 99 pessoas ocupadas, e apenas 0,4% têm mais de 100 pessoas ocupadas. Estas, entretanto, representam 54% da receita líquida do setor e 44,6% do total de trabalhadores assalariados (Softex, 2012).

TABELA 1
EMPRESAS /PESSOAS OCUPADAS

Empresas	Percentual
Até 19 pessoas ocupadas	96,0%
De 20 a 99 pessoas ocupadas	3,3%
+ de 100 pessoas ocupadas	0,4%

Fonte: Softex (2012, vol. 02).

Para o mesmo ano, o número de pessoas ocupadas no setor, somando sócios, assalariados e cooperados, foi de 447.020. O número de pessoas ocupadas deixa de fora os chamados serviços de terceiros e pessoas jurídicas (PJs), pela dificuldade em mapeá-los, assim como os informais que trabalham sem vínculos com as empresas, prestando serviços eventuais. Não incorporam tampouco a condição contratual desses profissionais cujo *status* é de empresário e não de trabalhador. O estudo aponta que os “os assalariados constituem o conjunto maior de pessoas ocupadas na IBSS” (Softex, 2012: 37).

Os números acima referem-se, exclusivamente, às empresas de produção e serviços de TI (IBSS), no entanto, quando somados aos dados da NIBSS chega-se ao universo de 792.273 pessoas ocupadas em 2009. Número aproximado, uma vez que os dados do IBSS são mais abrangentes, abarcando sócios, cooperados e assalariados, ao passo que os dados das NIBSSs comportam tão somente os assalariados.

TABELA 2
PESSOAL OCUPADO IBSS E NIBSS

Ano	IBSS *	NIBSS **
2003	250.085	256.500
2004	294.678	273.405
2005	335.297	284.978
2006	365.766	295.676
2007	395.859	311.176
2008	429.444	337.309
2009	447.020	345.253

*pessoal ocupado (sócios, assalariados, cooperados), segundo tabelas especiais PAS/IBGE.

**profissionais assalariados exercendo ocupações diretamente relacionadas com *software* e serviços de TI, segundo dados da RAIS/MTE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estudo da Softex (2012, vol. 02).

A Tabela 2 apresenta uma comparação entre os dois segmentos nos quais os trabalhadores estão inseridos. Vale observar que os dados, em cada um dos segmentos, têm origem em diferentes bases de dados, o que nos permite apenas ter uma noção aproximada da quantidade de trabalhadores ocupados.

Os trabalhadores de *software* e serviços da IBSS e NIBSS estão distribuídos nas seguintes ocupações formais, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): diretores de serviços de informática, ge-

rentes de tecnologia da informação, engenheiros de computação, administradores de redes, sistemas e banco de dados, analistas de sistemas computacionais, técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações, técnicos em operação e monitoramento de computadores, técnicos em telecomunicações, operadores de redes de teleprocessamento e afins e operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados (Softex, 2012: 134).

Em nossa pesquisa de campo, os profissionais entrevistados eram: trabalhadores de criação ou gestão de tecnologias informacionais, que desenvolvem *softwares* ou programas computacionais, criam e administram páginas web, analistas de sistema, gerentes de projetos, consultores de TI, especialistas em bancos de dados, e desenvolvedor-analista.

Observamos que, a despeito da normatização das ocupações e dos postos de trabalho descritas na CBO, na prática, o que existe é a combinação entre as ocupações listadas. A depender do tamanho do empreendimento, o cargo varia e espera-se um profissional mais polivalente. Geralmente isso ocorre em empresas de menor porte, nas quais o profissional precisa ter conhecimento de todo o processo de trabalho – do desenho à implementação, passando pelo desenvolvimento e pela programação.

O site APinfo⁹ realizou, em 2014, um levantamento¹⁰ com trabalhadores que voluntariamente responderam à pesquisa *on-line*. Os dados possibilitam algumas inferências sobre os tipos de vínculos no setor; deve-se ressaltar, porém, que não se constituem em amostra metodologicamente orientada. Entre os respondentes, 71% eram CLT, 9% vinculavam-se como “CLT-Flex” (recebendo em torno de 40% do salário nominal e o restante, distribuído entre benefícios e auxílios que não são taxados). As PJs estariam em torno de 15%, seguidos de estagiários (3%), autônomos (2%), e cooperados (1%). O número pouco expressivo de estagiários pode indicar a maior regulamentação da atividade de fiscalização sobre os empreendimentos. De qualquer forma, esses índices não captam os trabalhadores não formalizados, principalmente nas pequenas empresas, embora aponte uma tendência e permita uma comparação com os dados da Softex. Ambos confirmam a dificuldade que o campo tem nos mostrado: o de apreender uma realidade fluida, de mudanças constantes; a dificuldade de alcançar os profissionais não formalizados que, possivelmente, para manter ganhos comparáveis com os trabalhadores assalariados, estão envolvidos em inúmeros projetos, trabalhando para várias empresas/clientes e vivenciando mais fortemente a intensidade do trabalho.

9. Site especializado em divulgação de notícias sobre tecnologia da informação, divulgação de postos de trabalho, organização de fóruns de discussão sobre temas pertinentes à área, entre outros assuntos. Ver <<http://www.apinfo2.com/apinfo/informacao/p14sumario.cfm>>. Consultado em: Dez. 2014.

10. Pesquisa com 22.233 respondentes (não foi estabelecida uma amostra).

11. Para seus críticos, os *hackers* seriam invasores de sistema; para seus defensores, integrariam as comunidades de *software* livre, sendo conhecedores e entusiastas de programação que explorariam suas possibilidades e soluções, desenvolvendo a criatividade e disseminando novas formas de ação nas redes sociais, e se contrapondo à codificação dos programas; neste sentido, eles comporiam um movimento cultural contra a propriedade das ideias e dos bens materiais (Lima *et alii*, 2010: 111). E também, como vimos, podiam ser profissionalizados e contratados pelas empresas.

12. O levantamento realizado pela APinfo indica que estaria havendo um envelhecimento no setor. A representação de trabalhadores na faixa etária até 28 anos seria de 41%; entre 29 e 40 anos, 46%; e acima de 40 anos, 15 %. Esses números se aproximam do estudo da Softex, embora com faixas etárias distintas.

13. A pesquisa do site APinfo de 2014 também aponta para o aumento da escolaridade. Dos trabalhadores que responderam à pesquisa, 72,2%

Os trabalhadores: perfil e representações sociais da atividade

O setor de TI é marcado por uma elevada concentração de trabalhadores jovens. A pesquisa da Softex (2012) apresentada na Tabela 3 destacou que cerca de 51% da mão de obra ocupada situava-se na faixa etária dos 18 a 29 anos, seguidos por empregados na faixa etária de 30 a 49 anos que representavam 42,4%. Empregados com 50 anos ou mais representavam apenas 6,7% do total e estavam alocados, geralmente, em cargos de direção. Curiosamente, 0,2% dos trabalhadores têm até 17 anos, o que, para nós, pode indicar a presença de estagiários e “gênios de garagem” que são contratados para desenvolver aplicativos e jogos de *game*. Estes últimos também podem ser enquadrados entre os chamados “*hackers* éticos”¹¹, ou seja, um tipo de “profissional” contratado para testar *softwares* e sistemas de segurança, identificando vulnerabilidades dos sistemas das empresas contratantes. Esses “profissionais” nem sempre detêm qualquer formação em informática, do ponto de vista da escolarização formal.

TABELA 3
JOVENS NO SETOR DE TI

Idade	%
Até 17 anos	0,2
De 18 a 29 anos	51,0
De 30 a 49 anos	42,4
50 anos ou mais	6,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do estudo da Softex (2012, vol. 02).

Denominados pela mídia gerencial de geração “Y”, esses jovens estão presentes em todas as atividades das IBSS, sendo-lhes atribuído para sua identificação com essas atividades as seguintes características vistas como positivas e marcadoras desta geração: inovação, flexibilidade e mobilidade. A geração “Y” só não é maioria naquelas atividades que exigem maior “senioridade” ou experiência, como as consultorias, o tratamento de dados, os provedores de serviços de aplicação e hospedagem na internet. Destaca-se ainda a presença de instituições públicas, principalmente no tratamento de dados, o que explica a presença de trabalhadores mais velhos, dada a maior estabilidade no emprego¹².

Do ponto de vista da formação, os dados sobre escolarização indicam um aumento da presença de profissionais com ensino superior completo e incompleto, ao passo que a presença de profissionais com ensino médio diminuiu. Uma das justificativas para isso seria a consolidação do setor de TI no Brasil com segmentos específicos que exigem mão de obra cada vez mais especializada. Chama atenção a baixa presença de trabalhadores com pós-graduação¹³, não atingindo 1% do total analisado. Entretanto, a pesquisa não inclui na análise a discussão sobre as diversas certificações de linguagem de programação oferecidas por escolas e empresas, de forma presencial ou *on-line*, como Oracle e Java. A Tabela 4 destaca os dados sobre nível de escolaridade para o período de 2006 a 2009.

Os trabalhadores com ensino superior são majoritários nas empresas voltadas para o desenvolvimento de *software* sob encomenda, *software* não customizável, consultoria em TI, e suporte técnico.

Os trabalhadores com ensino superior incompleto eram maioria nos seguintes postos: na reparação de computadores e periféricos, 68,1% (sendo 45,8% com ensino médio); nos portais e provedores de conteúdo, 55,2%; no tratamento de dados e nos provedores de serviços de aplicação na internet, 59,8%; e no desenvolvimento de *software* customizável, 54,5%. Os trabalhadores ocupados na NIBSS seguem esse percentual com pequenas variações.

Ainda que o conhecimento técnico seja essencial para trabalhar e manter-se no setor, outras habilidades são requeridas aos profissionais, conforme avançam na carreira. Por exemplo, habilidades sociais para se relacionarem com os colegas e, sobretudo, com os clientes. A necessidade do domínio técnico e a exigência de formação contínua foram destacadas nas entrevistas como aspectos essenciais para inserção e manutenção do trabalhador na carreira. Não por acaso apareceram com frequência expressões como “gosto pelo estudo”, “ler muito”, “estudar sempre”, “atualizado nas mudanças das novas tecnologias”, “aprendendo coisas novas sempre”, “interessado em aprender”, qualidades destacadas como necessárias para o profissional de TI. Expressões como “conhecimento técnico bastante forte”, “conhecimentos básicos de como estruturar um sistema”, “ter um conhecimento técnico”, “conhecer a parte técnica é muito importante”, refletem percepções acerca da necessidade do conhecimento da área, que não necessariamente é relacionado pelos trabalhadores como conhecimento formal, adquirido nos bancos escolares.

Nas trajetórias de formação desses trabalhadores, a opção pela atividade profissional e as referências centram-se nos primeiros contatos com o computador e/ou jogos de *games* obtidos na infância ou adolescência. É nesse momento que, de alguma forma, passam a “pesquisar” e a entender o funcionamento dos dispositivos, dos programas, despertando o interesse pela área.

A trajetória de Samuel¹⁴ expressa esta relação entre a escolha profissional¹⁵ e as experiências progressas relacionadas ao trabalho digital. À época da entrevista, Sa-

TABELA 4
ESCOLARIDADE/ANO

Nível de escolaridade	2006	2007	2008	2009
Até o nível médio completo	31,2%	29,3%	26,9%	25,6%
Superior incompleto	19,3%	20,6%	21,8%	22,0%
Superior completo	49,2%	49,6%	50,7%	51,7%
Pós-Graduação*	0,3%	0,6%	0,6%	0,6%

*Não existe informação da presença de pós-graduandos em relação aos anos anteriores.
Fonte: Elaboração a partir de dados da Softex (2012, vol. 2).

concluíram o curso superior e a pós-graduação (contando-se com os cursos de MBA), e apenas 27,8% tinham ensino médio e/ou superior incompleto.

14. Todos os nomes das pessoas entrevistadas e das respectivas empresas relacionadas foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar a identidade das fontes.

15. Estamos utilizando o termo “profissional” a partir da linguagem “nativa” desses trabalhadores, sem a preocupação com a precisão conceitual de “profissionalismo”, considerando que o caráter recente dessa ocupação ainda não desenvolveu um referencial de formação, formação de associações profissionais, uma cultura da atividade e barreiras de entrada, tal como discutido por Freidson (1998).

muel trabalhava em uma pequena empresa de desenvolvimento de *software*, localizada em São Carlos, município do interior do estado de São Paulo, e cursava o último ano de bacharelado em informática. Desde a adolescência, exercia atividades remuneradas – geralmente informais – ou atividades para seu próprio entretenimento, mas que podiam ser convertidas em fontes de renda:

Comecei aos 15 anos dando aula de informática em uma escola de informática em minha cidade, fiquei uns dois anos dando aula. Daí parti para o desenvolvimento de *software* profissional, comecei a desenvolver uns “sistemazinhos” e desenvolvi um *software* que ensinava as pessoas, sozinhas, a aprender mexer no Word, Windows, entre outros. [...] Eu passei a trabalhar com programação, dos 17 aos 21. Fiquei lá [na escola] até os 21 anos, aí parei e fui fazer cursinho. Daí eu entrei, em 2004, aqui na faculdade [USP São Carlos] e passei a desenvolver *softwares*, mas terceirizado para essa empresa da minha cidade, mas trabalhava em casa. Até que eu consegui um estágio aqui na TI & Companhia na parte de tecnologia informacional. Desenvolvi um sistema interno para área deles de RH. Depois, eu saí da área de TI e fiquei um ano fora [...]. Eu voltei para São Carlos e fiquei uns seis meses prestando serviço para aquela empresa [da minha cidade] e depois eu entrei na [empresa] Castor Softwares (Samuel).

A obtenção de credenciais e diploma que habilite ao exercício da profissão é um caminho para a formação e a garantia de conhecimento técnico, como já apontamos, mas não o único. A inserção no ensino superior é uma possibilidade de entrada no mercado de trabalho, mas a formação por meio digital (internet) é uma prática comum, que abarca cursos de certificação, tutoriais sobre linguagens de programação, fóruns de discussão, artigos técnicos, revistas digitais, entre outros. A quantidade de informação e material disponível na rede, associada às ideias de comportamento empreendedor, também difundido nas redes e estimulada em nível governamental, alimenta uma formação autodidata.

Lopes, 24 anos, iniciou um curso de graduação em tecnologia da informação no qual aprendeu a programar, mas desistiu do curso antes da conclusão. Seu percurso ocupacional e sua postura autodidata lhe deram a oportunidade de aprender mais de programação do que o curso superior podia lhe oferecer – segundo sua narrativa. Seu relato aponta os meios utilizados para se atualizar, além de indicar o que o fez desistir do curso:

Eu vejo que tem pessoas que eu conheço, profissionais de TI, que só sabem aprender por cursos. O cara precisa ter alguém ensinando como se fosse na escola. [Precisa de um] professor que vai lá e

ensina. ...[a] faculdade eu não consegui terminar por causa disso. Eu preciso ouvir alguém falando, se eu ouço o que alguém falou aí eu começo a buscar na internet. Busco material, normalmente tudo em inglês, e você tem muitos cursos em EaD que são muito bons. [...] Então, eu procuro buscar a raiz de tudo, autores diferentes que discutem isso porque aí você consegue comparar e ter uma base mais robusta quando está estudando, seja lá o que for. Eu compro muitos livros.... Tem muitos livros, tipo do Martin Foller, ele é um escritor muito bom que define conceitos de desenvolvimento de sistemas, padrões de projetos, coisas que são muito úteis para o nosso dia a dia. Pouca gente no mercado sabe, isso que é mais interessante, pouquíssimas. O pessoal não segue, diz que segue, mas não segue, no dia a dia, você percebe. [...] Outra coisa que eu não falei [são os] eventos. [...] Você encontra muitos eventos para ir ouvir palestras de pessoas. Por exemplo, tem um evento mensal aqui em São Paulo chamado PHPub que vai desenvolvedores de PHP num Pub, tomar uma cerveja e assistir palestra. [...] A gente cria dinâmicas, por exemplo, cada participante escreve um tema, aí a gente pega de cinco em cinco minutos ficam quatro pessoas numa mesa, o nome dessa técnica é Fishbol. E essas quatro pessoas discutem sobre os temas que foram sorteados (Lopes).

Se, de um lado, a ausência de credenciais não é impeditiva para o acesso ao setor, ela pode refletir sobre a remuneração. Como demonstra o estudo da Softex (2012), os trabalhadores com nível técnico recebem menores salários, ao passo que os trabalhadores com nível superior completo tendem a ter maiores salários, embora a remuneração varie de acordo com as classes ocupacionais que os trabalhadores exercem. A maior remuneração, independentemente do nível ocupacional, encontra-se entre os consultores de TI. Ao comparar o nível de escolaridade e os perfis ocupacionais – nível gerencial (NG), superior (NS) e técnico (NT) – as variações da remuneração também são evidentes para os profissionais com ensino superior incompleto¹⁶.

Ainda que para o total de cada nível de escolaridade as taxas sejam positivas, quando a remuneração é desdobrada nos perfis ocupacionais NG, NS e NT, observa-se perda salarial para PROFSSs com diferentes níveis de instrução, notadamente aqueles com superior incompleto, traduzindo um mercado de trabalho que emprega, ao longo do tempo para a mesma ocupação, trabalhadores menos qualificados e, conseqüentemente, com remunerações mais baixas (Softex, 2012: 297).

A elevada rotatividade é outra característica do setor. No período entre 2007 e 2009, a rotatividade chegou a 99,4% entre as empresas com até quatro empregados, sendo que este percentual diminui, embora com média elevada, conforme o tamanho do

16. De acordo com os dados extraídos da Rais/MTE, em 2009, um profissional que atuasse em Consultoria de TI (CBO 6204), mas com ensino superior incompleto, dispunha de uma remuneração média (com valores de dezembro de 2009) de pouco mais de R\$ 3.000,00, ao passo que o profissional, no mesmo posto, com nível superior completo contava com uma remuneração de pouco mais de R\$ 5.000,00.

empreendimento: 40,2% em empresas de 5 a 99 empregados, e 30,7% em empresas com mais de 100 empregados. Em comparação com outros segmentos produtivos, às empresas de TI só perdem para o setor da construção civil em rotatividade, con-

forme expressam os dados da Tabela 5.

TABELA 5
ROTATIVIDADE DOS TRABALHADORES DE *SOFTWARE*
COMPARATIVAMENTE A OUTRAS ATIVIDADES

Sector Econômico	% troca de vínculos
Construção	32,8
IBSS	31,5
Informação e comunicação (exceto IBSS)	26,9
Transporte, armazém e correio	26,9
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	23,5
Total dos setores	22,9

Fonte: Observatório Softex (2012, vol. 2).

A rotatividade é atribuída ao aquecimento do mercado, pela competição entre empresas, pela atração do setor público e pelo “empreen-

dedorismo” presente no setor que fomenta a tendência de abertura de empresa própria (Softex, 2012: 294). Um olhar mais atento desses números nos faz levantar questões acerca de suas motivações quando pensam em mobilidade. Teria a mobilidade constante o mesmo significado que em outros setores e/ou segmentos produtivos em termos de busca de melhores salários e condições, ou mesmo abrir sua própria empresa e não ter patrão? Ou estaria relacionada ao caráter criativo atribuído à atividade, à necessidade permanente de novos desafios, uma reação à padronização, rotinização e formalização praticada em grandes empreendimentos?

Quando perguntados sobre o que é necessário para manter-se na carreira, as narrativas destacam a mobilidade entre empresas, projetos e clientes como estratégia importante aos profissionais que queiram atualizar-se para manter-se na carreira. A circulação entre empresas, na maior parte das vezes, foi tratada como mecanismo que permite atualização em relação a um setor que tem na inovação a principal característica.

Eu acho que depende do que você quer. Se você está pensando em crescer na carreira é importante em TI ir para São Paulo, por que lá você cresce mais rápido, tem muita empresa, você consegue trocar sem problemas. Se o seu objetivo for esse eu acho importante [ir] trocando de empresa. Por que você vai aprendendo mais coisa, então, acho que estar em uma, ver que já saturou de conhecimento, vai para outra (Gomes).

[...] quando eu era estagiário, eu fiquei por um ano em duas empresas, uma era a [Empresa A] que é uma consultoria e a outra

era um colégio chamado [Educação Global], um colégio particular onde eu era técnico de informática. Isso foi o primeiro ano [da graduação]. No segundo ano [da graduação] eu entrei numa empresa chamada [Gestão dos Tempos] e essa empresa ainda tenho frutos até hoje, por que eu faço muitos “*freelas*” para ela (*freelancer*). Eu entrei nessa empresa, fiquei sete meses nela e quando absorvi tudo que eu tinha que absorver nela eu falei “ah, não precisa aprender mais nada, estou muito bom”. Aí eu mudei de empresa, mudei de novo para uma empresa chamada [Colorado do Sul]. Lá eu descobri que eu não sabia nada, que eu tinha muita coisa para aprender. E toda empresa que você muda, você descobre isso de novo “poxa, você não sabe nada, tem muito que aprender”. Aí eu fui para essa empresa [Colorado do Sul] e fiquei um ano ...nove meses nela. De lá eu fui para outra empresa de análises clínicas chamada [Blood Clinic] [...]. Fiquei um ano nessa [Blood Clinic] e voltei pra [Colorado do Sul]. Fiquei mais um ano e dois meses lá e de lá eu fui para empresa [Grafite], aquela de comércio eletrônico de sapatos. E dessa eu vim para cá que é essa [empresa] que eu estou hoje (Lopes).

Olha, um cara que busca ter bastante conhecimento em várias áreas. Um cara que saiba separar TI da sua vida familiar e [...] que não fique muito tempo numa empresa só. E nas empresas que ele entre e melhore de cargo, entendeu? Ele consiga acrescentar e consiga se planejar para que na hora que chegue a um certo nível da [carreira/vida] ... numa certa idade, ele consiga olhar para trás e falar: “pô, eu consegui atingir o ponto que eu queria”. Mas isso, para chegar nesse ponto, não só dentro de uma empresa, entendeu, porque... realmente ele [tem que] buscar desafios. Eu acho que a pessoa na área de TI tem que buscar desafios e isso, dentro da empresa, querendo ou não, você se acomoda depois de um determinado período. [Porque] você já conhece tudo, conhece todos, conhece como que é o sistema, sabe as falhas, então, isso não é bom. Então, o cara ele precisa estar mudando aí, mudando de cidade também, mudando de ambiente (Jonas).

Então, eu fico na empresa tempo suficiente para eu absorver todo tipo de conhecimento que eu puder porque nessa área se eu não continuar absorvendo conhecimento uma hora eu vou ficar defasado, então, eu preciso estudar sempre, todo dia, eu leio, vejo artigos, faço cursos *on-line*, eu busco muito. E quando está mais do mesmo o ideal é falar “eu estou cansado, estou procurando novos desafios e poxa, traz alguém para ficar no meu lugar porque eu estou saindo”. E a maior motivação é você fazer sua carreira, aprender, descobrir quem é você e buscar qual o potencial, eu vou descobrir. Eu vou buscar isso e vou ser uma pessoa melhor como profissional. É meio viciante isso (Lopes).

Essas quatro narrativas evidenciam o quanto a construção da carreira e da identidade profissional se dá em meio à ideia da mobilidade, da atualização, da formação permanente e, sobretudo do protagonismo individual, tal como Lopes relata na passagem “a maior motivação é construir uma carreira”. Significa tomar nas próprias mãos a responsabilidade por seu percurso ocupacional, o que, por um lado, pode produzir um efeito positivo, na medida em que agora o trabalhador segue em busca de suas realizações profissionais e pessoais; mas, por outro, pode produzir efeitos negativos, já que a não efetivação de seus sonhos, desejos e expectativas pode gerar sentimento de frustração, incapacidade e derrota. Afinal, a perspectiva individualista deixa o sujeito com o ônus e o bônus de seus projetos.

Além disso, apontar que já aprendeu tudo o que poderia na empresa pode representar apenas uma análise racional de que encerrada as possibilidades de “ganhos” em conhecimento, o caminho natural seria “partir para outra”. Mas também tende a representar a incorporação da ideologia do trabalho flexível, propagada pelas mídias empresariais; da necessidade de mobilidade, que difunde o não enraizamento em direção a novos horizontes; da negação do comodismo ou da “mesmice”. A permanência no emprego, antes percebida como fidelização na relação empresa-trabalhador, agora é percebida como problema que indica um trabalhador pouco inovador, que não arrisca e não empreende. Na construção de novas subjetividades, difunde-se a ideia de um perfil de profissional capaz de atender ao atual momento do capitalismo, isto é, que seja capaz de se adaptar rapidamente às mudanças, que seja móvel e que tenha características de liderança. Como descrevem Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009: 157), que seja leve, isto é, capaz de renunciar à estabilidade, ao enraizamento, à fidelidade a valores e espaços locais, sem amarras, desapegado de tudo aquilo que possa impedir o movimento, a mobilidade.

Outros aprendizados, além do conhecimento técnico, são considerados importantes. Geralmente associados a conhecimentos gerais, habilidades sociais – comunicação interpessoal – capacidade de planejamento e aprimoramento da língua inglesa. Esta última aparece nas falas por ser um requisito exigido por muitas empresas, além do fato de o inglês ser a língua por excelência da computação, seja nos programas, nos manuais de uso, ou no contato com outros profissionais.

Tal como foi mostrado pelos dados do Softex (2012), ao destacar a presença de 0,2% dos jovens com até 17 anos empregados, de um lado, e a prática de contratação de estudantes na condição de estagiários, de outro, o que podemos observar é a modificação das formas de valorização e importância dada às credenciais e aos títulos acadêmicos. Essa alteração se dá de maneira contraditória, visto que, de um lado, há o indicativo de que os títulos acadêmicos são necessários para a inserção

no mercado de trabalho, porém, apenas diplomas não são suficientes para a permanência. Por outro lado, observamos que a formação contínua, exigida por esse mercado, valoriza o autodidatismo, a autorresponsabilização pela formação e pela empregabilidade. Associada ao discurso empreendedor, a flexibilidade termina por ser percebida como parte da própria atividade do trabalho. Isso porque, em muitos casos, o processo produtivo das tecnologias digitais se dá por meio do “aprender fazendo”.

Essa tendência é mundial. Ao analisar o Vale do Silício, nos Estados Unidos, considerado o maior, mais dinâmico e modelar da economia da informação, Chris Benner (2005) destaca uma crescente socialização do trabalho e uma individualização dos contratos. Os altos níveis de autoemprego, contratos temporários, grande rotatividade de trabalhadores entre empresas e ausência de sindicatos, resultam em negociações entre empresas e trabalhadores que dependem da capacidade de negociação individual sobre qualificações e experiências no mercado de trabalho; devendo ser destacada a importância das relações pessoais (redes e capital social), uma vez que as tarefas são dependentes de informações e conhecimento que pressupõem forte interação social e comunicação dos trabalhadores envolvidos, não apenas no local de trabalho, mas entre trabalhadores de outras empresas. Redes complexas de produção implicam a colaboração entre colegas de empresas distintas no desenvolvimento de suas atividades. Essa interação permanente e a presença nas redes sociais garantem ao trabalhador a permanência no mercado e definem sua trajetória de trabalho (Benner, 2005: 138).

Em síntese, *networking*, mobilidade e emprego não estandardizado ou atípico são as características do setor naquela região (Benner, 2005: 38). Benner também afirma que o mercado de trabalho da nova economia informacional é substancialmente diferente da chamada era industrial, entretanto as políticas, os programas e as instituições que configuram os mercados de trabalho ainda refletem suas origens industriais e, como consequência, as condições de trabalho são pouco reguladas e os trabalhadores pouco protegidos frente à volatilidade característica do setor (Benner, 2005: 143).

Infoproletários, precariado ou cybertariat?

Embora de formas distintas, autores como Standing (2014), Braga (2012) e Giovanni Alves (2013) utilizam o conceito de “precariado” para caracterizar o surgimento de uma camada média do proletariado urbano, formada por jovens adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e na vida social. A precariedade seria estruturante das relações sociais do capitalismo contemporâneo.

Para Standing (2014), o conceito possibilitaria a compreensão da nova situação dos trabalhadores europeus pós-reestruturação, de fragilização e desregulamentação das relações de trabalho, atingindo em grande medida os jovens e com implicações políticas que fortaleceriam a direita política.

Para Braga (2012) a precarização não se distinguiria do tradicional conceito de proletarização, uma vez que este sempre esteve vinculado à condição proletária e à precariedade inerente à relação capital-trabalho. Entretanto, seria um segmento presente em novas ocupações como os trabalhadores de *call centers*, que, embora formais e com direitos, a precariedade integra as condições de trabalho marcada por sua intensidade e formas de controle. Ao contrário de Standing, Braga (2012) vê possibilidades na organização e resistência desses trabalhadores, pois se aproxima do trabalho fabril, concentrando um grande número de trabalhadores no mesmo espaço, e favorecendo situações de mobilização que estão se tornando comuns nesse segmento.

Para Alves (2013), a distinção do precariado estaria nas novas camadas médias urbanas e escolarizadas, que permitiram diferenciá-la do proletariado tradicional. O aumento da escolarização da população e da juventude seriam variáveis importantes na incorporação de um *ethos* urbano de classe média, assim como a perda progressiva dessa escolarização como fator de acesso a maiores salários. Alves constata ainda que, nos últimos 30 anos, a proletarização das camadas médias de emprego acompanharam as transformações capitalistas da sociedade brasileira. A incorporação desse *ethos* significa entender classe social para além das relações econômicas, a partir do caráter simbólico presente na situação de classe e a inexistência de identidades coletivas *a priori*.

Se destacarmos aqui ocupações vinculadas ao setor informacional, há um crescente proletariado que pode ser ilustrado pelo setor de telemarketing, em empresas que na atualidade se constituem nas maiores empregadoras da força de trabalho menos qualificada. Com processos de trabalho altamente taylorizados, elas empregam um conjunto de trabalhadores com escolarização média, em sua maioria mulheres que preferem trabalhar em telemarketing do que em empregos domésticos ou em outras ocupações igualmente precárias. Estes segmentos comporiam o infoproletariado, com vínculos formais de emprego, numa versão taylorizada do trabalho informacional (Antunes e Braga, 2009).

Huws (2001) destaca a dificuldade de classificação desse conjunto de trabalhadores que se espalha por todos os setores produtivos e por todos os continentes. Ao discutir o desenvolvimento de indústria de *software* na Índia, e seu trabalho

terceirizado para empresas americanas e europeias, considera que esse processo é o mesmo vivido por outros setores produtivos no processo de globalização. A seu ver, a única coisa que pode ser prevista com certeza é que haverá mais mudanças, o que dificulta qualquer generalização sobre tendências ocupacionais. Enquanto alguns processos são taylorizados e desqualificados, outros se tornam mais complexos e multiquificados; enquanto alguns grupos são excluídos, outros encontram novas oportunidades (Huws, 2001). Mesmo com salários dez vezes menores na Índia, comparativamente aos Estados Unidos, o conceito de precariedade deve ser considerado em seu caráter relacional. Assim, após discutir as características de classe desses segmentos, as formas de resistência em termos de organização e movimentos desses trabalhadores, principalmente os de *call centers*, a autora finaliza questionando se não estaríamos frente à construção de um *cybertariat*, que deve ser entendido considerando que o que é precário nos Estados Unidos, não o é necessariamente na Índia.

Assim, o conceito de precariado talvez se adegue mais para explicar a situação dos trabalhadores europeus ocidentais pós-reestruturação produtiva, mas não acrescenta muito à discussão da precariedade em outros espaços de trabalho, nos quais o trabalho formal sempre esteve restrito a alguns segmentos da classe trabalhadora vinculada ao Estado ou aos setores modernos da economia. No caso dos trabalhadores informacionais, que envolve uma ampla e diversificada categoria de trabalhadores com níveis de escolarização mais elevados, estão submetidos tanto ao trabalho subordinado repetitivo (como no caso dos *call centers*), mas formalizado e com acesso a direitos, quanto aos trabalhos de desenvolvimento de *software* – considerados criativos – e que, no geral, submetem-se a ritmo intenso, com jornadas de trabalho com regularidades variáveis, mas também, em sua maioria, formalizados.

Fica difícil falar de precariado ou mesmo precarização ao analisar os trabalhadores informacionais. A precarização pressupõe perda de direitos, o que não é o caso nessa categoria. O mais adequado é precariedade, esta sim constituinte da própria atividade. Mesmo assim, entre os trabalhadores de *software*, encontra-se um envolvimento e mesmo uma adesão ao trabalho, que Andrea Fumagalli (2015) explica como o caráter biopolítico que caracterizaria o capitalismo cognitivo: o fim das fronteiras entre trabalho e vida, o trabalho cada vez mais determinando a vida e lhe dando sentido.

Considerações finais

A multiplicidade de empresas, tipos e tamanhos resulta em contratos de trabalho distintos ou simplesmente na ausência de contrato, como no caso dos *freelancers*. De forma geral, a padronização, mesmo que tentada pelas grandes empresas, nunca é absoluta em função das próprias características da atividade. Assim o caráter “criativo” presente no desenvolvimento da atividade, com diferentes níveis de padronização, ainda é dominante, sendo representativo da flexibilidade da produção e da utilização da força de trabalho: o desenvolvimento de projetos; tempos determinados com flexibilidade de horários e jornadas dependendo da empresa (que pode ser uma PJ autônoma); *home office* com idas eventuais às empresas ou jornadas padrão de trabalho (diferente nos *call centers*). Isso não significa necessariamente autonomia, considerando os limites impostos pela organização do trabalho, o controle imposto pela tecnologia e a incorporação de critérios subjetivos como confiança, que implica a interiorização de responsabilidades.

Um aspecto importante a ser destacado é o da insuficiência do “modelo industrial” para a explicação das novas formas de trabalho, presente no trabalho informacional; mas também se deve destacar a precarização presente na terceirização ou no caráter em rede dessa atividade. Não estamos afirmando que o trabalho não seja precário, ou que tentativas de controle e padronização não existam, mas vale considerar o caráter fortemente intelectual da atividade e as dificuldades de parcelamento, tal como na organização do trabalho fabril e em outros setores produtivos ou de serviços. A busca permanente de atualização e formação, por meio da internet e redes sociais, implica um conhecimento pelo trabalhador e certo controle e autonomia sobre o que ele faz. O mesmo pode ser dito em relação à “alienação” do trabalhador, uma vez que permanecem graus de liberdade individual e coletiva desses trabalhadores, embora possamos nos referir sobre a alienação com relação ao produto final e a posse dos direitos sobre sua reprodução (Gutiérrez & Toledo, 2010). Rosenfield e Alves (2011) complementam afirmando que no capitalismo cognitivo a cooperação no trabalho se dá fora do padrão taylorista-fordista da passividade presente no encadeamento de tarefas elementares. A cooperação para a produção do conhecimento pressupõe uma cooperação ativa, uma rede que extrapola controles hierárquicos e dificulta a padronização excessiva.

A sindicalização desses trabalhadores ainda é restrita, o que pode ser explicado pela natureza dos vínculos, embora a maioria dos trabalhadores formais seja assalariada. O caráter de projeto do trabalho informacional e a alta rotatividade do setor funcionam como elementos de dispersão desse trabalhador, assim como a baixa regulamentação da atividade. Isso não significa que os trabalhadores não

sejam informados sobre os seus direitos e não opinem sobre eles na rede. Falta ainda maior organização fora do mundo virtual.

Quanto à qualificação, a escolaridade média e o domínio da linguagem informática terminam funcionando para além das formações específicas, embora a utilização de técnicos e profissionais de nível superior seja majoritária. Essa qualificação diferenciada incide sobre os salários, na utilização de estagiários, que se constituem em mão de obra mais barata, embora seu número esteja reduzindo em função da regulamentação da atividade. Os dados da Softex (2012) indicam um crescimento do assalariamento formal a partir de medidas de combate às cooperativas de trabalho e de maior regulamentação do setor, como, por exemplo, a contratação de estudantes na condição de estagiários. A ideologia do empreendedorismo embora influencie a busca por autonomia, ainda não se configura como opção ao assalariamento, condição almejada pela maioria dos trabalhadores da área, haja vista os dados da Softex e APinfo indicando que 70% do segmento tem vínculo formal, celetista. Entretanto, se considerarmos que 96% do setor é composto por micro e pequenas empresas, isto pode configurar uma tendência dessa busca de autonomia vinculada a propostas atrativas de inovação e criatividade. Mesmo assim, essas empresas respondem por menos de 40% da força de trabalho ocupada.

Em outros termos, a complexidade presente nesse setor e nas ocupações dele decorrentes exige um conhecimento mais efetivo das mudanças no trabalho e dos trabalhadores envolvidos, evitando generalizações que não dão conta desse novo contexto, marcado pela rapidez das transformações tecnológicas e organizacionais. O capitalismo não é mais o mesmo, assim como não o são os trabalhadores.

Abstract: This article analyzes the work and the workers in the computer industry, that we call the digital work. Are creative workers who develop software, applicative, computer games, create and manage web pages, systems analysts, project managers, IT consultants, experts in databases, and others. The work in this sector is flexible in its origin and intellectual par excellence and integrates the discussion of immaterial labor and creative work. The research consisted of visits to companies and interviews with workers recovering the perception of workers concerning the diversity of labor contracts, working conditions, their motivations for choosing the profession and about the character considered "creative" and innovative.

Keywords: flexible labor, digital workers, new occupations, software developers.

Referências

- ALVES, Giovanni. O que é o precariado? In: Blog da Boitempo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Publicado em: Jul. 2013.
- AMORIM, Henrique. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. *Caderno CRH*, v. 27, n. 70, p. 31-45, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BECK, Ulrich. *The brave new world of work*. New York: Polity Press, 2000.
- BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENDASSOLI, Pedro. F.; WOOD Jr., Thomaz; KIRSCHBAUM, Charles; PINA e CUNHA, Miguel. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *Era*, v. 49, n. 1, p. 10-18, 2009.
- BENNER, Chris. Improvisational reform: building collective voice and security in Silicon Valley. In: KUDVA, Neema; BENERIA, Lourdes (Eds.). *Rethinking informalization: poverty, precarious jobs and social protection*. Ithaca: Cornell University Open Access Repository, 2005.
- . *Work in the new economy: flexible labor markets in Silicon Valley*. Malden (MA): Blackwell Publishing, 2002.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF-Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A precariedade está em toda a parte. In: ———. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: BRAGA, Ruy; ANTUNES, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRAUNERT, Mariana Bettega. *O trabalho e as formas de contratação dos desenvolvedores de software: um estudo em empresas de Curitiba e região*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde M. Lenzi. Trabalho e trabalhadores na indústria de informática. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, p. 351-380, 2014.

CAMARGO, Silvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. *Pensamento Plural*, n. 9, p. 37-56, 2011.

CARRILLO, Juan José. El trabajo fluido en la sociedad de la información: organización y división del trabajo en las fábricas de *software*. *Revista de Trabajo*, Año 3, n. 4, p. 7-24, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELESTINI, Sarah. *A central de teleatendimento e os (as) teleoperadores (as) de Ribeirão Preto: uma abordagem sobre feminização, trabalho emocional e invisibilidade*. Monografia de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2012.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso. O modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; PATEZ, A.; SILVA, G. (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*, p. 15-32. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUSUMANO, Michel A. Shifting economies: from craft production to flexible systems and software factories. *Research Policy*, v. 21, p. 453-480, 1992.

DRUCKER, Peter F. *Postcapitalist Society*. New York: Harper Collins, 1993.

FLECKER, Jörg; PAPOUSCHEK, Ulrike; GRAVOGLOU, Stavros P. New forms of work organization and flexibility in the knowledge-based society. In: HUWS, U. E. (Ed.). *The transformation of work in a global knowledge economy: towards a conceptual framework. Workpackage 3, Theories and Concepts. Works Project*, 2006.

FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, 1998.

FREIRE, Emerson. *Inovação e competitividade: o desafio a ser enfrentado pela indústria de software*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FUMAGALLI, Andrea. *La vie mise au travail: nouvelles formes du capitalisme cognitif*. Paris: Eterotopia; Rhizome, 2015.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GUTIÉRREZ, Jose Guadalupe Rodríguez; DE LA GARZA TOLEDO, Enrique. Trabajo cognitivo y control sobre el proceso de trabajo: la producción de *software*. *UCLA-IRLE-Working Papers*, 2010. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/3d-g9877r>>.

HUWS, Ursula E. The making a Cybertariat? Virtual work in real world. *Socialist Register 2001: Working Classes, Global Realities*, v. 37, p. 1-23. Disponível em <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5753/2649#.Vb6tPvIViko>>.

———. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. *Caderno CRH*, v. 27, n. 70, p. 13-30, 2014.

IZERROUGENE, Bouzid. A relação capital-trabalho na economia do conhecimento. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 4 (120), p. 687-705, Out.-Dez. 2010.

JOLLIVET, Pascal. NTIC e trabalho cooperativo reticular: do conhecimento socialmente incorporado à inovação sociotécnica. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; PATEZ, A.; SILVA, G. (Orgs.). *Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, M. P.; ARAÚJO, A. M. C. (Orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro; ROMAN, Darlan José; RÉGIS, Francine Barcellos; DITTRICH, Maireli. A cultura de colaboração e inovação dos desenvolvedores de *software* livre. *Liinc em Revista*, v. 6, n. 1, p. 101-114, 2010.

LOPES, Ana Luiza S. V.; SILVA, José Roberto Gomes. Expectativas profissionais no discurso de terceirizados de TI. *RAI – eletrônica*, v. 8, n. 2, Jul.-Dez. 2009.

MARTINS, Amanda Coelho. Discurso empreendedor e realidade precária: a categoria dos profissionais de TI. *Relatório parcial de Pesquisa Fapesp-UFSCar*, Jul. 2013.

MAY, Christopher. Information society, task mobility and the end of work. *Futures*, n. 32, p. 399-416, 2000.

OBSERVATÓRIO SOFTEX. *Software e serviços de TI: a indústria brasileira em perspectiva n.º 2*. Campinas: Observatório Sofitex, 2012.

OLIVEIRA, Daniela Ribeiro. *Os trabalhadores da indústria de software: flexíveis ou precários?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

PEREIRA, Josué. Tempo de trabalho e imaterialidade na teoria social de André Gorz. *Caderno CRH*, v. 27, n. 70, p. 101-113, 2014.

ROSELINO Jr., José Eduardo. Panorama da indústria brasileira de *software*: considerações sobre a política industrial. In: DE NEGRI, J. A.; EKUBOTA, L. C. (Orgs.). *Estrutura e dinâmica no setor de serviços no Brasil*. Brasília: Ipea, 2006.

ROSENFELD, Cinara. Trabalho decente e precarização. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 23, n. 1, p. 247-268, 2011.

ROSENFELD, Cinara; ALVES, Daniela. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. *Revista Dados*, v. 54, n. 1, p. 207-233, 2011.

SALATTI, Rita de Cássia. *Flexibilização do trabalho em empresas de desenvolvimento de sistemas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTIAGO, Geraldo Tunal. Reflexiones em torno a los análisis sobre el teletrabajo. *Trabajo y Sociedad*, v. 19, p. 31-54, 2012.

SANTOS, Laymert Garcia; FERREIRA, Pedro Peixoto. A regra do jogo: desejo, servidão e controle. In: VILLARES, F. (Org.). *Novas mídias digitais – audiovisual, games e música: impactos políticos, econômicos e sociais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ZARIFIAN, Philippe. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos Cebrap*, v. 64, p. 23-31, 2002.

A hierarquização simbólica do Brasil na Copa do Mundo*

Recebido: 03.03.15

Aprovado: 19.05.16

Michel Nicolau Netto**

Resumo: A pertinência de se sediar a Copa do Mundo, tornou-se, para o Brasil, um tema controverso entre 2013 e 2014, focando-se os debates em dois elementos de disputa: os impactos econômicos e sociais do evento. Um terceiro elemento, contudo, também fora mobilizado, mas pareceu bem menos contestado. Argumentava-se que sediar a Copa do Mundo se justificaria pela promoção da imagem do Brasil no exterior. Esta proposta surge justamente em uma situação de economia globalizada, na qual países em todo o mundo disputam a atração de um capital flexível e desnacionalizado. Nesse sentido, as identidades são articuladas como marca no intuito de se produzir o espaço simbolicamente como mais atraente a esse capital, o que se nota, em especial, na promoção turística. Este artigo busca compreender a relação entre a formação das marcas-lugar empreendida pelos órgãos de turismo nacionais, e a promoção da imagem do país no contexto da Copa do Mundo. Será demonstrado, no caso brasileiro, que a pluralidade de agentes interessados na representação do Brasil leva à hierarquização dessas representações, hierarquização que se dá, contudo, não a partir do Estado-nação, mas de empresas globais envolvidas com o megaevento.

Palavras-chave: Copa do Mundo, nacionalismo corporativo, identidade nacional, Embratur, Brasil.

Nos meses que antecederam à Copa do Mundo de futebol de 2014, defensores e descontentes se engajaram em intensa disputa relativa à pertinência do evento. Dois temas galvanizaram os embates: direitos humanos e custos. Um terceiro tema também esteve presente, servindo de fundamento central para os defensores do megaevento: a melhoria da imagem do país no exterior. Contudo, esse último não entrou em debate do mesmo modo que os outros dois, sendo justamente o tema deste artigo. Antes de apresentá-lo, lembremo-nos rapidamente como os outros temas foram tratados.

O debate sobre os custos da Copa do Mundo se centrou nos sentidos do valor anunciado, em torno de R\$ 26 bilhões¹. Não se disputava a correção do número, mas sua interpretação. Dentro de uma retórica desenvolvimentista adotada pelo governo federal, em especial a partir de 2007 (Sampaio Júnior, 2012), este buscou, inicialmente, compreender aquele valor como investimento, a força motriz de uma nova fase de modernização do país. Dessa forma, a matriz de responsabilidades da Copa (primeira versão de 2010 e última de 2013)² não se restringiu apenas aos custos estritamente necessários para os jogos, aqueles relativos a estádios, entorno e aparelhagem tecnológica de transmissão. Em uma clara intenção de relacionar o custo da Copa a investimentos em um “Brasil maior”³, o governo federal se interessou em in-

* Artigo desenvolvido a partir de pesquisa que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Um apoio anterior da Fapesp, em forma de bolsa de pós-doutorado realizado no Departamento de Sociologia da Unicamp, permitiu o desenvolvimento da pesquisa de campo entre 2013 e 2014. Devido à variedade de fontes mobilizadas neste texto, entendo importante uma nota metodológica. A pesquisa em questão buscou compreender a representação da imagem do Brasil (que, em seu desenvolvimento, se observou tratar-se de disputa) a partir do mercado de turismo global em relação à Copa do Mundo de 2014. Para tanto, agi nas seguintes vertentes: (1) desenvolvi pesquisa em feiras internacionais de turismo (em São Paulo, Buenos Aires, Madri e Nova York), onde recolhi materiais promocionais dos agentes turísticos e procedi a entrevistas com os mesmos. Nesta feiras, meu foco foi acompanhar o trabalho da Embratur e de agentes que, de

alguma forma, com ela se relacionam; (2) aprofundei-me na investigação sobre o setor turístico em três cidades-sede da Copa (São Paulo, Rio de Janeiro e Cuiabá), nas quais permaneci ao menos por 20 dias, e busquei compreender o processo de produção simbólica dessas cidades em relação ao evento esportivo, visitei os principais pontos turísticos, entrevistei diversos representantes de governo e agentes de turismo, recolhi materiais; (3) realizei análise de documentos, especialmente das cidades citadas e da Embratur, com foco naqueles que se relacionaram à Copa do Mundo; (4) procedi à análise dos agentes envolvidos com a Copa do Mundo, como Fédération Internationale de Football Association (Fifa) e movimentos contrários à Copa do Mundo. Neste caso, realizei entrevistas com alguns dos agentes, participei de eventos nos quais os mesmos estavam envolvidos e analisei documentos. Todas as assertivas deste texto são baseadas em reflexões realizadas a partir desses procedimentos de pesquisa. Às vezes, utilizei-me de exemplo como forma ilustrativa, tendo ciência de que o exemplo explica o todo da reflexão.

flá-los e, desta forma, empenhou mais da metade do orçamento da Copa em custos não relacionados ao evento, que se referem a todas as ações que, embora relativas, não eram necessárias à realização dos jogos: estradas, sinalização turística, aeroportos, meios de transporte público etc. Essa diferenciação entre custos relacionados e não relacionados dos megaeventos, como propõe Holger Preuss (1998), é o que torna a comparação entre os custos totais de um evento com outro (por exemplo, da Copa no Brasil com a Copa na África do Sul) difícil, pois em geral baseia-se em dados diferentes. O que me interessa aqui notar, de qualquer modo, é que no caso brasileiro o alto valor de custos não relacionados se deveu, centralmente, à política e à retórica desenvolvimentista do governo federal.

No momento de conflito em relação à Copa do Mundo, os números ganharam novo significado: para os descontentes com os jogos, os investimentos se tornaram desperdício e propôs-se que os valores fossem aplicados em outras áreas. Assim, no Dossiê da Associação Nacional dos Comitês Populares da Copa, que reuniu movimentos sociais críticos ao evento no Brasil, lê-se:

O investimento necessário para colocar 3,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiras, de 4 a 17 anos, nas escolas é de aproximadamente R\$ 25,3 bilhões, um pouco menos do que os gastos totais da Copa. [...] Outro destino possível para o dinheiro da Copa seria a saúde. [...] A verba destinada para a Copa poderia ser revertida em transporte público e ainda ia sobrar. Um estudo do Ipea de 2013 mostrou que a adoção do passe livre para estudantes e do vale transporte social custaria R\$15,3 bilhões, pouco menos da metade do que custou a Copa (Ancop, 2014: 101).

Interessante observar que essa retórica foi eficaz e levou o governo a dar outro sentido aos custos. Próximo ao evento e às eleições, após os conflitos de 2013, o governo lançou uma série de ações na mídia pelas quais buscou, então, minimizar os números, comparando-os com orçamentos inteiros destinados à saúde ou à educação. Dessa forma, aquilo que era percebido como algo maior, agora devia ser visto como algo diminuto: a Copa não custa tanto assim, quis propor o governo. Como em uma brincadeira de perspectiva, os críticos dos custos do evento colocavam o boneco ao lado do anão; os defensores, agora, ao lado do gigante.

Outro debate de ampla repercussão se deu em relação aos direitos humanos, que, por sua vez, se referiram em especial a questões relacionadas às desapropriações e aos deslocamentos (segundo a nomenclatura oficial do governo federal) ou às remoções (termo utilizado pelos movimentos sociais organizados em torno dos Comitês Populares da Copa). De acordo com estes, foram removidas 250 mil pessoas

no Brasil (Ancop, 2014: 42) em prol da “elitização e a privatização da cidade” (Portal Popular da Copa e das Olimpíadas, 2014). Para o governo, contudo, foram desalojadas ou deslocadas involuntariamente 35.653 pessoas (Secretaria Geral da Presidência da República, 2014), uma consequência considerada aparentemente necessária para a realização de um evento que, supunha-se, levaria a um crescimento do PIB (Ernst & Young, s/d; Valente Júnior, s/d) e, dessa forma, a melhoria da vida da população de baixa renda, de acordo com a retórica governamental. Dessa forma, além da discordância dos números, houve um intenso debate ideológico que se referiu à própria nomenclatura de um processo real que impactou diretamente a vida das pessoas e a luta pela cidade, o que mobilizou diferentes visões e utopias sobre o papel do poder público e do capital⁴.

Os dois debates sumariamente narrados demonstram que os grupos representantes de diferentes interesses e visões souberam colocar-se claramente de acordo com essas posições através da mobilização de números e ideologias. Contudo, tal clareza não levava a nenhuma conciliação, pois, ao contrário, a aparente certeza que trazia permitia a cada grupo se fiar ainda mais em seus dados, não havendo a necessidade da concessão ao argumento do outro. Tudo se passava como se a correção de um dado ou de uma ideologia legitimasse uma verdade para cada grupo que não precisava ser negociada. Diferentemente se passava com o terceiro debate, que é o tema deste artigo. Por sua própria lógica discursiva, que coloca em um futuro incerto a possibilidade de avaliação, e que se baseia em visões subjetivas de difícil mensuração, o argumento sobre a melhoria da imagem do Brasil no exterior parece ter passado ileso às controvérsias.

Notemos que este argumento é central na justificativa de sediar os megaeventos. Lula afirmou em, 2007, na abertura da jornada para a Copa do Mundo, que “com o Mundial, teremos a oportunidade de apresentar ao mundo um novo momento do Brasil” (Ivo, 2011: 47). O ex-presidente da Embratur e da SPTuris⁵, Caio de Carvalho, em sua tese de doutorado, afirmou:

O retorno da imagem para o país, e para destinos turísticos como São Paulo que sediarão os jogos, é imensurável, dada as proporções que o evento assume no conhecido “país das chuteiras” (Carvalho, 2009: 199).

Do mesmo modo, no plano turístico do município de São Paulo, afirmava-se que a

Copa do Mundo Fifa 2014 permitirá reforçar a imagem de São Paulo como um destino turístico que oferece ao paulistano e a seu visitante as melhores opções de cultura, lazer e entretenimento (São Paulo Turismo, 2010: 92).

** Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. <mnicolau@unicamp.br>.

1. Fonte: *Portal da transparência*. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/home.seam>>. Acessado em: 11 Dez. 2014.

2. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/131126_anexo2_resolucao_gecopa.pdf>. Acessado em: 8 Out. 2014. Este é o documento que institui as responsabilidades e os gastos de cada ente envolvido na realização dos jogos.

3. *Brasil maior* é o nome do plano estratégico do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Ver: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br>>. Acessado em: 6 Nov. 2014. O plano foi lançado em 2011.

4. É importante destacar que nenhuma das questões discutidas aqui se refere exclusivamente ao Brasil. Por aqui, o ineditismo se deu em referência à dimensão dos debates, que tomaram uma parcela significativa da população, por razões que

certamente vão mais longe do que o evento em si, abrangendo os processos de acirramento político, em torno de diversas formas de estratificação social, que encontraram seu ápice nas eleições de 2014. Mas de forma alguma o conteúdo é inédito. Na maior parte, senão em todos os megaeventos contemporâneos – Maurice Roche (2000) elenca, tipicamente, os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de Futebol e as Exposições Universais –, essas questões surgiram. Em relação aos direitos humanos e às remoções, por exemplo, organizações de direitos humanos afirmam que as Olimpíadas de Pequim teriam sido responsáveis pela remoção de 1,5 milhão de pessoas (Institute for Human Rights and Business, 2013). Em relação aos impactos econômicos, na África do Sul, a expectativa do governo era que a Copa de 2010 elevasse entre 3 e 5% o crescimento do PIB, enquanto seus críticos garantiram que o objetivo não alcançou 0,5% (de Paula & Bartelt, 2014: 92). De fato, críticos em geral argumentam que “existem indicadores para pensarmos numa tendência de superestimação dos benefícios

Ademais, o projeto estratégico de turismo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) por demanda do Ministério do Turismo, tendo em vista os megaeventos, aconselhava:

A promoção adequada de uma cidade-sede requer a elaboração de um planejamento de *marketing* capaz de identificar em que segmentos de mercado o destino quer se mostrar, ou se revelar, ao país e ao mundo (Mtur e FGV, s/d: 25).

A promoção internacional se torna, assim, um eixo central na justificativa de se realizar um megaevento, sendo assumida como importante legado (Tavares, 2011: 22):

De fato, alguns argumentariam que se a marca do evento não é o sucesso financeiro a curto prazo, a reforma da imagem da cidade, de seu lugar no mapa mental internacional, enquanto impossível de quantificar, pode no fim mais do que compensar (Holcomb, 1999: 60).

Como coloca um importante jornalista dedicado aos bastidores do poder esportivo,

para os países emergentes, a Copa, os Jogos Olímpicos e outros grandes eventos se transformaram em braços de uma estratégia de projeção internacional. São, na realidade, atalhos para saltar etapas no reconhecimento global (Chade, 2014).

Ao adiantar um termo que será explorado neste artigo – marca-lugar –, o primeiro ministro sul-coreano, Jin Nyum, justificou a Copa do Mundo de 2002 em seu país ao dizer que se tratava de “construção de marca [brand-making] da Coreia, muito mais do que fazer dinheiro diretamente” (Horne & Manzenreiter, 2004: 193).

Este artigo busca tratar deste tema, mas sob uma perspectiva diferente da lógica que embasou os debates descritos acima. Não importa aqui um saber normativo, como avaliar se o megaevento melhora ou não a imagem do país no exterior, mas atentar a três questões: em primeiro lugar, do que se trata falar de uma imagem do país. Este tema deve ser compreendido pela relação a uma reorganização produtiva global que torna a imagem do país um fator central de atração de um capital desnacionalizado e flexível. Em segundo lugar, é necessário que se compreenda quem são os agentes interessados na produção dessa imagem. Na globalização, o Estado-nação perde o monopólio de produção da imagem do país e diversos agentes se integram neste processo, disputando as condições dessa produção⁶. Ao se considerar, portanto, que a imagem do país é produzida por diversos agentes em conflito, deve-se perguntar, por fim, quais as condições que a Copa do Mundo apresenta para essa produção e como isso beneficia certos agentes, mas prejudica outros. O

artigo se organiza em torno desses temas. Dito isso, também alerta sobre algo não examinado pelo artigo: não apresentarei aqui qualquer discussão substantiva sobre qual imagem do Brasil se promove.

A produção simbólica do espaço

Mais impactante talvez, mas correlativo, do que os processos de desmontagem do aparelho público empreendido no mundo, muito especialmente a partir da década de 1990, é a adoção na esfera pública de uma racionalidade tipicamente empresarial em substituição à racionalidade burocrática. Se Weber, apesar das críticas, pensava a burocracia como elemento central do estado democrático (Weber, 1958), ela hoje é condenada e contraposta a um Estado ideal. Este Estado deve ser gerido pela lógica da eficiência e do empreendedorismo, adotando procedimentos, ainda que mantidos na esfera pública, típicos de lógica de empresa. Há nos serviços públicos uma “mudança para o empreendedorismo na governança urbana”, como afirma David Harvey:

Em outras palavras, a abordagem “administrativa”, tão característica na década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico (Harvey, 2005: 165).

O sentido empreendedor do setor público se declina em uma competição cada vez mais globalizada entre países e cidades. O capital transnacional, flexível, que facilmente se movimenta de um lugar para outro, traz duas consequências, no âmbito da perspectiva que me interessa aqui. De um lado, passa a haver uma constante incerteza dos lugares quanto à permanência desse capital em seus espaços. Nem mesmo as bordas do Estado-nação representam hoje qualquer limite para a circulação do capital que pode em um dia produzir um espaço que no momento seguinte será devastado. De outro lado, essa mobilidade faz com que pareça possível a qualquer lugar disputar a aterrissagem, ainda que momentânea, desse capital. De uma forma e de outra – para buscar a permanência ou para atrair a aterrissagem – os lugares se veem incumbidos em adotar as estratégias que Harvey chamou de empreendedoras.

Os lugares, ao contrário do que se suponha, portanto, não desaparecem com o processo de globalização (Ortiz, 2003). A insistência de Saskia Sassen sobre a importância de se estudar a globalização não nos processos tipicamente globais (nos fluxos financeiros, por exemplo), mas nas cidades, se dá justamente porque

econômicos e sociais, assim como das rendas geradas e a subestimação dos custos e dos impactos (Gratton *et alii*, apud Tavares, 2011)”, enquanto alguns autores propõem métodos que buscam “calcular” os impactos econômicos dos eventos. Em relação à promoção da imagem do país, como este artigo debaterá, a questão também é global.

5. São Paulo Turismo, empresa de capital aberto, que tem a prefeitura de São Paulo como sócia majoritária.

6. Minha apreciação sobre o tema é amplamente influenciada pela noção de poder simbólico de Pierre Bourdieu (2004). O que busco fazer é compreender os elementos e as condições de disputa de agentes que buscam afirmar imagens que vinculam a própria produção simbólica dos outros.

os mercados nacionais e globais, assim como organizações globalmente integradas, requerem lugares centrais onde o trabalho da globalização é feito (Sassen, 2007: 108).

O fluxo global de capital precisa, portanto, do lugar para se valorizar, o que torna nações e cidades instâncias de ordenação de formas para atração desse capital. Neste sentido, elas concorrem umas com as outras seja para atração do capital em forma de investimentos em produção – empresas transnacionais que se estabelecem em certos lugares em detrimento de outros em razão da oferta de benefícios e serviços –, em consumo (Harvey, 2005: 172) ou ainda em especulação financeira.

O turismo torna-se na contemporaneidade uma forma privilegiada de valorização deste capital no lugar. O turismo tem sua história, que aqui não me interessa retomar (Fainstein & Judd, 1999; Rejowski, 2002). O que me importa é que desde a década de 1970, ele se tornou parte de uma estratégia de recomposição econômica de grandes centros urbanos que passaram por intensivos processos de desindustrialização (Roche, 1992: 564). Dessa forma, a partir desse momento, não apenas os espaços construídos exclusivamente para o turismo (como parques temáticos ou balneários, tal qual Cancún ou Costa do Sauípe), nem o distante lugar exótico, cuja atração se baseia em uma “autenticidade encenada” (MacCannell, 1976), mas também os centros urbanos se tornam destinos turísticos e, em verdade, os principais destinos, como Paris, Madri, Londres, Nova York, Berlim etc.

O caso de Nova York é exemplar e mereceu um brilhante estudo de Miriam Greenberg (2008), no qual me baseio neste momento. Imerso em uma crise fiscal e financeira desde a década de 1960, a “cidade do medo” lançou, em 1977, uma campanha que visava transformar sua imagem. A campanha não foi a primeira tentativa nesse sentido e a Feira Mundial de 1964-1965 em Flushing Meadows já fazia parte do projeto sem, contudo, encontrar o sucesso almejado. Mas a campanha de 1977 foi a primeira que teve o turismo como foco. Com uma marca desenhada por Milton Glazer, o mesmo *designer* responsável pela revista cult *New York*, a cidade lançou o programa cujo logotipo se tornaria um dos ícones mais reconhecidos e imitados globalmente. Tal qual já nos acostumávamos a fazer com os logotipos de marcas como de Yves Saint-Laurent ou Coca-Cola, agora reconhecíamos uma cidade em um ícone.

O foco no turismo levou a modificar a imagem de uma cidade historicamente relacionada aos movimentos operários – de tradição cultural operária (Berman, 2006) – para uma imagem de uma cidade de serviços e entretenimento, o “símbolo do neoliberalismo”, na expressão de Greenberg. Como uma transformação de imagem orquestrada por grandes empresários do entretenimento, pela mídia especializa-

da e pelo governo, cujas funções centrais relacionadas ao turismo eram coordenadas por interesses privados, toda uma história da cidade foi esquecida e outra foi construída ou destacada. A própria imagem recorrente da cidade – aquela da perspectiva a partir do sul de Manhattan –, em que se destacam os arranha-céus liderados, até 2001, pelo World Trade Centre, só se tornou comum a partir dos anos 1980.

FIGURA 1
MARCA NY



Entre o lançamento da campanha e hoje, de fato Nova York se transformou em uma cidade turística. Em 1976, estiveram lá 16,5 milhões de turistas, que gastaram U\$ 500 milhões (Greenberg, 2008: 215). Em 2013, 54,3 milhões de turistas gastaram U\$ 38,8 bilhões (NYC, 2014). Dessa forma, enquanto o número de turistas aumentou 3,2 vezes desde o lançamento da campanha “I ♥ NY”, os gastos com turismo aumentaram 77,6 vezes. Em que pese a inflação no período, mas também o crescimento populacional, o turismo se mostrava um setor peculiarmente atraente para a valorização do capital, tornando “a competição entre as cidades [...] mais frenética com o passar dos anos” (Fainstein & Judd, 1999: 2).

Os números e a história narrada sobre Nova York ressaltam a importância do turismo para a valorização do capital, que se dá pela imbricação, tipicamente contemporânea, entre viagem e consumo. Dessa forma, o objetivo dos órgãos de turismo não é somente aumentar o número de turistas que visita um lugar – número este, de qualquer modo, finito e sempre difícil de se expandir –, mas fazer com que cada turista consuma cada vez mais, aumentando seu gasto individual.

John Urry (2011: 151) já notara que a “proliferação de opções” de lazer é tipicamente atual na prática do turismo. De fato, uma função dos órgãos oficiais de turismo é o aumento incessante do número de atrações e de roteiros turísticos, propondo ao turista cada vez mais opções de consumo⁷ e sempre novos motivos para seu retorno. No linguajar comum dos agentes do mercado de turismo, busca-se aumentar a quantidade “de produtos na prateleira”. A Embratur celebrava que, em 2007, 18 “destinos nacionais” eram “vendidos” em catálogos de operadores de turismo estrangeiros, enquanto em 2004 ainda eram apenas cinco (Embratur, 2007: 47). O turista é apreendido justamente como um portador de capital (como de fato entendem os agentes de turismo); interpreto que um elemento dessa proliferação de opções se dá justamente no intuito da intensificação e repetição dos gastos dos turistas.

7. Em entrevista feita em 10 de junho de 2013, a representante da SPTuris me informou que uma de suas tarefas centrais dentro do que chama de Agenda 16 (planejamento do órgão até 2016) é a criação de roteiros temáticos em São Paulo. Até o momento da entrevista nove haviam sido criados. Hoje já são onze.

Mas não é apenas esse processo que eleva a quantidade de acúmulo de capital em um lugar, a negociação dos preços dos produtos e a imagem dos lugares são centrais. Como em qualquer mercado, busca-se elevar ao máximo o preço dos produtos até o limite em que ele seja aceito pelo comprador. No turismo, isso se faz por um processo de constante incremento de signos sobre um produto. Um exemplo da pesquisa de campo ilustra um processo amplo. Um informante, especialista em turismo local, entrevistado em agosto de 2013 na cidade de Cuiabá (MT), argumentava que o problema do turismo naquele estado é não saber “agregar valor aos produtos”. Dessa forma, se um suco de laranja – ele exemplificava – custa R\$ 2,00 em Nobres (MT), em Bonito (MS) custa R\$ 8,00, pois na cidade do sul mato-grossense o suco não é apenas um suco, mas um suco em uma jarra especial, servido em uma baixela especial, por um garçom altamente treinado etc.

Embora real (o mercado de turismo se utiliza de ferramentas simples para o incremento do preço dos produtos), essa visão deixa de fora uma dimensão mais ampla que interfere nos preços. Refiro-me justamente à imagem do lugar, que, no caso do setor de turismo (não me interessa discutir outros setores), diretamente impacta o valor dos produtos turísticos ali consumidos. Nessa dimensão, o processo envolvido se refere a tornar o espaço em si em espaço de maior valor. Volto a isso quando falar de marca-lugar, mas lembro aqui apenas algo que desenvolvi em outro texto, como forma de ilustração do argumento. Dediquei-me então à compreensão das imagens que a Embratur buscou produzir no contexto da Copa do Mundo de 2014 (Nicolau Netto, 2014). Pude identificar que as imagens se encontram, em primeiro lugar, de acordo com repetidas práticas internacionais, imagens essas ordenadas em torno de dois eixos que podem ser expressos pelas ideias de diversidade e modernidade, vocábulos amplamente repetidos nos documentos da Embratur. A diversidade se relaciona, como argumentei acima, com a ampliação das ofertas de consumo. A modernidade é articulada como forma de gerenciamento dessa diversidade. A partir da análise de imagens e discursos utilizados pela entidade, propus que a ideia de modernidade fosse afirmada em um processo que seleciona da diversidade os elementos que demonstrem maior valor de consumo, ou seja, maior valor agregado. Para que não se fale de forma demasiadamente abstrata, sem me forçar à análise de imagens – que não é o objetivo aqui –, observa-se nos vídeos da Embratur uma quantidade imensa de práticas e destinos turísticos, e de origens étnicas de turistas. Contudo, algo atravessa essa diversidade: predominam nas imagens práticas relacionadas a um consumo de alto padrão e vemos agora turistas em passeios de balão, em lojas, em restaurantes etc⁸. Ainda, homens de negócios em modernos centros de eventos ganham destaque nas imagens. A questão de negócios, de fato, é central e a Embratur não se cansa de lembrar em seus documentos que o turista de negócios e eventos gasta US\$ 280,00 por dia, enquanto aquele de

8. Convido o leitor a assistir ao vídeo, disponível em: <<http://www.dailymotion.com/video/x2o1cj5>>.

lazer, US\$ 68,00 (Embratur, 2010: 17). Dessa forma, as imagens construídas não marcam apenas a Embratur, são constantes no mercado de turismo: de um lado, buscam induzir um tipo de turismo relacionado ao consumo; de outro, indicar esse consumo a partir de um alto padrão de valor. As estratégias da Embratur não deixam dúvidas sobre isso:

Os objetivos gerais de crescimento do turismo no país no período 2007-2010 passaram a priorizar o crescimento da entrada de divisas no país, indicada pelo Banco Central (Embratur, 2010: 85)⁹.

Dessa forma, competir por turistas se tornou uma prática central de atração de um capital desnacionalizado para grande parte dos países do mundo. E, “para competir por turistas, um local deve se tornar um destino” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998: 152). Essa afirmação prosaica envolve um processo complexo que podemos relacionar com o que Henri Lefebvre chamou de produção do espaço, no sentido de perceber o espaço como processo e, ainda que pareça “inocente ou, em outras palavras, algo não político” (Lefebvre, 2009: 2207), como um “produto social” (Lefebvre, 2009: 2230). Para o autor, a noção de produção se relaciona a uma visão histórica do espaço que se apresenta como tal de acordo com as relações de produção vigentes. Dessa forma, cada relação de produção tem sua forma espacial e as “novas relações sociais demandam um novo espaço, e vice-versa” (Lefebvre, 1991: 59), sendo que uma revolução nunca é completa enquanto não mudar, de forma sistemática, o espaço.

Para definir o espaço como um produto social, Lefebvre lança mão de uma tríade conceitual. A primeira categoria, de “prática social” se refere ao espaço percebido em seus objetos como resultado de um processo de produção que o faz distinto, de acordo com a lógica das relações sociais vigentes. Mas o espaço também é representação e as “representações do espaço” são as ideologias dominantes que dão certos sentidos – códigos – de decifração do espaço. As representações são o espaço, portanto, concebido e científico que serve ao domínio simbólico. Por fim, Lefebvre fala do “espaço representacional”, que é o espaço vivido em torno de uma série de símbolos articulados por seus próprios habitantes ou usuários, mas também artistas. É um espaço de resistência à representação dominante, que busca ir além dela (Lefebvre, 1991: 33 e 39).

Se interpreto corretamente Lefebvre, em seu materialismo, sua tríade conceitual ainda concerne à produção física do espaço. As representações do espaço se referem a sentidos dados a objetos materiais “na forma de prédios, monumentos, trabalhos de arte” (Lefebvre, 1991: 33). Do mesmo modo, o espaço representacional

9. Os números que eu poderia trazer são aqueles retirados dos relatórios da Embratur, facilmente acessíveis pela internet no link: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos>>. Acessado em: 20 Ago. 2015). Esses números demonstrariam justamente um crescimento proporcional maior das divisas em relação ao número de turistas. Contudo, há razões – que aqui não se cabe explorar – para questionar a precisão das métricas utilizadas, o que torna prudente não se fiar demasiadamente nos dados. De qualquer forma, para os intuítos deste texto, em que não se busca uma avaliação das políticas de turismo no Brasil, mas compreender os sentidos dessas políticas, a intenção da Embratur em se focar no aumento da atração de divisas corrobora a tese da importância do turismo para a valorização do capital.

também diz respeito aos objetos que dão sentido ao espaço, um sentido muitas vezes diferente do planejado. Dessa forma, o universo simbólico é a todo tempo subsumido ao material, importando, por exemplo, o sentido que um prédio dá ao espaço e não o sentido construído simbolicamente a este espaço para seu consumo e que passa a significar o objeto do espaço.

O turismo, argumento, se produz nos dois sentidos. Se está correto pensar a partir de Lefebvre que o turismo se relaciona à produção social do espaço, e que as relações sociais são o elemento central dessa produção, é importante pensar que hoje o espaço é produzido simbolicamente, em uma dinâmica que não coincide necessariamente com a produção física. A produção simbólica do espaço se relaciona a uma economia que hoje se torna cada vez mais autônoma e central à reprodução do capital, uma economia que John Urry e Scott Lash (1994) chamaram de economia dos signos. Neste sentido, o espaço é estetizado, mas não apenas no sentido de seu “embelezamento” (para alguns) para o turismo, mas também no sentido de se tornar signo, em oposição a outros signos, mas que guarda com esses um sentido cambiável, que é então articulado por diversos agentes para a valorização do capital. Um exemplo serve aqui.

Observei em pesquisa de campo¹⁰ nas representações antigas encontradas em catálogos de agências de turismo e em materiais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Turismo do Mato Grosso que os animais que mais se destacavam eram o tuiuiú e o jacaré. A onça não figurava em nenhum desses materiais, figurando, contudo, como elemento central nos mais contemporâneos, tal qual a imagem da

bolsa que a Secretaria distribuía na feira de turismo de Madri (Fitur), onde seus representantes buscavam promover o turismo internacional daquele estado.

A novidade da representação da onça foi notada pelo trabalho de Mara Alice Ribeiro (2014). Como afirma a autora:

Até 30 anos atrás, a onça era vista pela comunidade pantaneira como um animal hostil, uma ameaça, que deveria ser abatida porque ela causava prejuízos econômicos. E hoje este animal ascendeu a um *status* de objeto de desejo. Ter a onça na fazenda, cuidar do bicho, significa aumento de renda para a pousada.... E estas pessoas que estão lá entendem, muitas vezes, este processo que transformou o animal hostil em espetáculo da natureza (Mara Alice Ribeiro (2014), apud Anunciação, 2014).

10. Pesquisa de campo em Mato Grosso, entre julho e agosto de 2013.

FIGURA 2
BOLSA MT



Esse processo que transforma a onça não apenas em atrativo turístico, mas em símbolo do lugar, envolve diversos agentes relacionados ao setor do turismo. Não me cabe aqui expor o complexo processo, mas anotar que a valorização da onça se dá no momento em que operadoras internacionais de turismo passaram a trabalhar o Pantanal também como destino de natureza e aventura, similar aos safáris africanos e asiáticos. Desta forma, no lugar dos tigres e dos leões, as operadoras passaram a demandar das filiais brasileiras elementos similares. É neste contexto que a onça, antes uma imagem inexistente, se torna hoje o signo central que define aquele espaço, em verdade o passeio mais caro que um turista pode fazer. Nota-se, assim, que não há aqui uma mudança física do espaço – a onça sempre esteve lá –, mas simbólica, que levou a uma nova produção do espaço, inserido em um contexto global.

A marca Brasil

Em referência à produção simbólica, ganha importância a noção de marca do lugar. Na década de 1990, retomando o sucesso de “I ♥ NY”, as cidades e os países passaram a adotar estratégias de inserção e atração do capital global. O *marketing* se tornou ferramenta importante nesses esforços e surgiu uma área nas universidades, especialmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, especializada nisso: *nation ou place branding*. A suposição que embasa o termo, segundo um dos autores-referência na área, é a seguinte:

Minha observação original foi simples: que as reputações dos países são como as imagens de marca das empresas e produtos, e igualmente importantes (Anholt, 2007: xi).

Justamente como argumentei acima sobre a agenda privada das funções públicas, a marca-lugar pressupõe uma coincidência entre produtos e países ou cidades. Um outro autor afirma:

Do mesmo modo como produtos e serviços, cidades tornadas marcas (*branded*) são promovidas por estratégias de *branding* (Kemp, Childers & Williams, 2012),

ou ainda,

o conceito de “brand” [quando aplicado à nação] permanece o mesmo invariante, ou seja, um grupo de valores que permite uma nação fazer promessas sobre uma experiência única e bem-vinda (Chernatony, 2008).

O crescimento dessa área do *marketing* é contemporâneo ao surgimento de empresas que passam a oferecer serviços aos poderes públicos a fim de transformar os lugares em *brand*. Em verdade, a separação entre os centros de pesquisa e as empresas de consultoria não é clara, e uma série de “intelectuais” da área são eles próprios donos de empresas. É o caso do próprio Simon Anholt, acima citado, cuja empresa presta consultoria para

governos nacionais, regionais e de cidades para o desenvolvimento e implementação de estratégias para melhorar o engajamento econômico, político e cultural com outros países¹¹.

11. Ver: <www.simonanholt.com>. Acessado em: 16 Nov. 2014.

Também é o caso do catalão Josep Chias, autor de livros sobre *marketing* de lugares e turismo (Chias, 2005), e fundador da empresa Chias Marketing.

Foi essa empresa a responsável pelo projeto de *marketing* da cidade de Barcelona no contexto das Olimpíadas de 1992. Em razão desse trabalho, Chias conheceu um mestrando em turismo pela USP que fora a Barcelona no fim dos anos 1990

justamente para estudar o projeto ali desenvolvido. Dessa experiência de pesquisa, que resultou em sua dissertação (Sanovicz, 2001), Eduardo Sanovicz trouxe ao Brasil a amizade com Chias. Em 2003, Sanovicz, de larga experiência pública no setor de turismo (fora presidente da SPTuris e do São Paulo Convention Bureau), tornou-se presidente da refundada Embratur e trouxe Josep Chias ao Brasil para desenvolver o primeiro Plano Aquarela: Marketing Turístico Internacional do Brasil (Embratur, 2005). Deste plano surge a marca Brasil, seguindo uma tendência que neste momento já se espalhava pelo mundo.

FIGURA 3
MARCA BRASIL



Ao mesmo tempo em que as empresas oferecem seus serviços, elas encontram demanda em todos os lugares. Hoje praticamente todos os países e as mais importantes cidades do mundo possuem um projeto de *branding*. A filial brasileira da própria Chias Marketing, segundo entrevista feita por mim com dois de seus representantes (16 de julho de 2013, em São Paulo), trabalha ou já trabalhou com várias cidades e estados brasileiros: Curitiba, Rio de Janeiro, Paraíba, Pará, Santa Catarina e São Paulo.

A visão de lugar como marca representa um novo modo de significação do espaço que se relaciona diretamente com a noção de que a competição entre os lugares se dá em função da atração de um capital desnacionalizado, expresso no turismo. Dessa forma, a construção da imagem também se desnacionaliza e mesmo os agentes nacionais assumem processos “orientados para agendas e sistemas globais” (Sassen, 2006: 3). Notemos que a base para o desenvolvimento da marca Brasil se deu a partir da visão sobre o país de representantes do turismo no Brasil, de operadoras de turismo internacionais, e de turistas estrangeiros, entrevistados tanto no Brasil, quanto fora, sendo esses últimos divididos entre aqueles que já visitaram o país e os que nunca o visitaram¹².

Assim, muito embora seja um órgão de jurisdição nacional, que participa do governo brasileiro, a atuação da Embratur é global, o que a leva a adotar uma marca que representa o Brasil a partir de visões produzidas no espaço global. A orientação global da entidade também se nota pela participação em feiras internacionais de turismo. Se em 2002 a Embratur participou de 15 feiras, em 2006 foram 40 (Sanovicz, 2007: 44). É marcante que nessas feiras as mesas e cadeiras do estande da Embratur não são ocupadas apenas por empresas brasileiras, mas também estrangeiras. Na feira de turismo FIT-Buenos Aires¹³, em 2013, havia todo um espaço reservado no estande da Embratur para operadoras de turismo argentinas que vendiam viagens ao Brasil, sendo que elas apareciam no catálogo da feira embaixo do nome Brasil. Ou seja, até mesmo os espaços nacionais dentro da globalização são operados por agentes globais.

Ao mesmo tempo em que a construção simbólica do lugar se desnacionaliza, sua afirmação precisa se fincar em uma ideia de nação. É por ela que o espaço se diferencia – transforma-se em obra, para dizer como Lefebvre (1991) – mostra-se única para atração do capital. Por isso, a marca precisa se basear na identidade. É neste sentido que podemos entender que na globalização as identidades nacionais se reforçam, ao invés de desaparecerem. A importância da identidade para a marca-lugar fez com que Simon Anholt (2007), em mais recentes trabalhos, se utilizasse da expressão “identidade competitiva”, indicando que a disputa entre nações se dá em termos de valorização de suas identidades. Dessa forma, Anholt cria um índice de comparação das nações e das cidades (*Nation branding index* e *City branding index*¹⁴), hierarquizando as identidades (Anholt, 2007: 67), tal qual uma marca.

A disputa da identidade nacional se desloca do Estado-nação para o espaço global, onde agentes globais e desnacionalizados disputam suas formações. Como retomei a seguir, em relação à Copa do Mundo, diversos agentes globais se interessam pelas identidades dos países como forma de valorizar suas marcas. Dessa forma,

12. Informações obtidas em texto escrito por Eduardo Sanovicz e a mim enviado após uma entrevista feita em 3 de maio de 2013, em São Paulo. Um texto bastante similar a esse, que mantém as informações essenciais, pode ser encontrado na primeira versão do *Plano Aquarela* (Embratur, 2005) e na tese de doutorado de Sanovicz (Sanovicz, 2007: 92-93).

13. Pesquisa de campo realizada em setembro de 2013.

14. Ver: <<http://www.simonanholt.com/Research/research-introduction.aspx>>. Acessado em: 20 Ago. 2015.

tanto a pluralização de agentes interessados nas identidades nacionais, quanto à importância que essas adquirem na formação da marca do lugar fazem com que países e cidades criem órgãos especializados neste trabalho.

Em geral esses órgãos se confundem com os órgãos responsáveis pelo turismo. Isso não se dá apenas pela importância do turismo nesse processo, mas também pelo fato de que esses órgãos tradicionalmente trabalharam com a imagem do país. É o caso da Embratur, órgão fundado em 1966 com a incumbência burocrática de administração do turismo brasileiro (indicando estrelas para hotéis, restaurantes; criando cadastros de profissionais etc.), mas que, especialmente a partir da década de 1970, se dedicou à produção de uma imagem do Brasil no exterior. O intuito dessa produção era menos a atração de turismo ao país – algo que de fato apenas se desenvolve a partir da década de 1990 com a adoção dos programas de incentivo chamados Prodetur (Dantas, Ferreira, & Clementino, 2010) – mas a contraposição da imagem já reconhecida no exterior de um país sob forte regime opressor. À violência, contrapôs-se a festa do carnaval; ao sofrimento, a alegria; à opressão o sexo fácil e liberal (Kajihara, 2008; Alfonso, 2006).

Em 2003, o Ministério do Turismo é criado e esta pasta absorve todo o trabalho burocrático da Embratur, em termos de administração turística, e libera o Instituto (novo nome, que substitui Empresa, sem modificar o acrônimo) para se dedicar exclusivamente ao “*marketing* turístico internacional do Brasil”, algo que a entidade vem fazendo desde então tendo por base seus planos Aquarela, que hoje estão na terceira versão (Embratur, 2010; Embratur, 2007; Embratur, 2005). Neste momento o Instituto segue a tendência de órgãos de outros países e passa a atuar como administrador simbólico.

A necessidade de se portar como um administrador simbólico se dá em um contexto, justamente, em que a produção da imagem do país se globaliza e a entidade se esforça a garantir o controle desta produção. Há diversas ferramentas que a Embratur – ferramentas essas usadas por todos os órgãos congêneres no mundo – se utiliza para a busca do controle da imagem. Como exemplos, o Instituto promove uma série de viagens de operadoras de turismo ao Brasil, desenvolve *workshops* de treinamento com profissionais estrangeiros em feiras de turismo internacionais, distribui materiais promocionais com “ensinamentos” sobre o Brasil, empreende ações administrativas ou mesmo judiciais contra agentes que se utilizam de imagens indesejadas do Brasil etc. Não há espaço aqui para detalhar essas ações, mas dou um exemplo para que se perceba que esse controle atinge mesmo as relações pessoais. O uso intenso feito pela Embratur de imagens de mulheres seminuas nas décadas de 1970 e 1980 encontrou oposição no setor turístico, especialmente a partir do

momento em que o turismo sexual e, mais especificamente, a “exploração infantil em turismo sexual”, se tornaram práticas condenadas internacionalmente pela Declaração sobre Prevenção do Turismo Sexual Organizado da Organização Mundial de Turismo, durante sua XI Assembleia Geral ocorrida em 1995 no Egito. Segue disso que em 1997 a Embratur criou um programa para se contrapor ao turismo sexual e, desde então, as imagens de mulheres diminuíram nas promoções da entidade até que, desde 2002, nenhuma imagem com esse conteúdo fosse utilizada (Kajihara, 2010: 18). Para manter o controle sobre a produção de uma imagem que o próprio Instituto incentivou por anos, a Embratur empreendeu uma série de processos contra aqueles que insistiam em seu uso. Em 2009, por exemplo, a Embratur processou e proibiu a circulação do guia turístico *Rio for partners*, no qual mulheres cariocas eram chamadas de “máquina do sexo”¹⁵. E esses esforços transparecem nas relações de interação encontradas nas feiras de turismo, espaço central utilizado pela Embratur na promoção da imagem do Brasil. Na feira FIT-Buenos Aires, ocorrida em setembro de 2013, o estado do Espírito Santo montou um pequeno estande de exposição ao lado daquele da Embratur. Seus representantes decidiram focar a promoção do turismo do estado no carnaval, em oposição às recomendações do órgão nacional. De acordo com entrevista (14 de setembro de 2014) a mim concedida *in loco* pelo secretário de Turismo do estado, a intenção de se focar no carnaval – uma imagem pouco associada ao Espírito Santo – se dava porque lá a festa começa uma semana antes do que no resto do país, o que facilitaria a atração de turistas. Para promover o evento, havia uma mulher vestida em um pequeno biquíni que passou o primeiro dia da feira sambando em frente ao estande.

A imagem que o Estado promovia ia exatamente na contramão da posição da Embratur, e a diretora de mercado internacional do Instituto proibiu a moça de entrar no estande nacional. Passo contínuo, a representante da Embratur chamou o representante do estado para uma conversa no intuito de convencê-lo a vestir a moça. No dia seguinte a essa conversa, a mesma moça sambava em frente ao estande do Espírito Santo, agora trajando um longo e apertado vestido. A diretora da Embratur assim narrou-me a conversa com o representante capixaba (Buenos Aires, 15 de setembro de 2014):

Chamei o rapaz e falei, “olha, há muitos anos a gente vem trabalhando o atrativo turístico brasileiro sem incluir a mulher, sem mostrar o corpo da mulher... E você vem aqui e traz uma mulata – graças a Deus muito bonita, pois não está denegrindo a imagem da mulher brasileira – mas você tem outras formas. Você bota um vestido nela, vestido justinho... não precisa ser um vestido até o pé... vestido curto, justo, ela com penacho na cabeça vai estar muito bonita. Faz uma roupa com paetê, vai estar muito vistosa, muito bonita.

15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1280240-5606,00-JUSTICA+PROIBE+GUIA+QUE+CHAMA+AS+CARIOCAS+DE+MAQUINA S+DE+SEXO.html>>. Acessado em: 23 Jan. 2014.

Não precisa estar nua”. Aí falei pra ele, “você está cometendo três pecados básicos: 1. expondo o corpo da mulher brasileira; 2. você está colocando em risco a imagem da prefeitura da sua cidade, você está colocando em risco a imagem da sua cidade e as mulheres de sua cidade; 3. você está fazendo isso com dinheiro público”.

O gerenciamento da imagem, empreendido pela Embratur, está vinculado a outra tarefa desses administradores simbólicos: o alcance da imagem. Ao mesmo tempo em que diversos agentes, globais ou desnacionalizados, atuam na produção da imagem, as imagens propostas enfrentam uma intensa competição. Isso se dá, como já vimos, pelo próprio aumento no interesse da imagem dos lugares por diversos agentes como forma de atração de um capital desnacionalizado, assim como pela pluralização da produção de imagem.

A disputa pela marca Brasil e a hierarquização da representação do espaço

É neste contexto que ganham importância os megaeventos e agora retomo esta temática. Eles são vistos por governos como forma de promover de maneira massiva a imagem dos lugares, uma forma privilegiada devido ao alcance que estes eventos têm em termos de mídia. A Embratur, de fato, se utilizou da Copa do Mundo em suas ações promocionais, ao menos desde 2012. Nas feiras de turismo, como a de Madri e de Buenos Aires, o tema central do estande foi o evento e o foco promocional foram as cidades-sede.

Ainda, a entidade organizou a série de eventos *Goal to Brazil* tendo como foco as cidades-sede da Copa. Em todos esses eventos, as doze cidades-sede dispunham de

FIGURA 4
ESTANDE BRASIL-FITUR
EMBRATUR, FITUR-MADRI (FEVEREIRO, 2013)



um pequeno espaço enfeitado com suas imagens e sons, onde seus representantes encontravam operadores de turismo internacional, tendo como objetivo vender suas cidades como destino turístico. As imagens apresentadas foram feitas na edição ocorrida em Madri, nos dois dias anteriores à feira de turismo Fitur.

A entidade também dedicou três vídeos promocionais ao contexto da Copa do Mundo. O primeiro, *The world meets in Brazil: come celebra-*

te life, foi lançado em 2013. Os outros dois – *Encontro* e *Dança* – foram lançados mais próximos à Copa do Mundo. Esses vídeos foram exibidos pela Embratur em seus estandes, em seus canais do YouTube¹⁶ e em programações de canais de TV de catorze países (Estados Unidos, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, México, Alemanha, Reino Unido, Portugal, Espanha, Itália, Canadá, Holanda, França)¹⁷.

FIGURA 5
ESTANDE BRASIL-FITUR
EMBRATUR, FITUR-BUENOS AIRES (SETEMBRO, 2013)



16. Ver: <<https://www.youtube.com/user/visitbrasil>>.

17. Informações passadas pela diretoria de marketing da Embratur em e-mail recebido em 25 de junho de 2014.

O esforço da Embratur em promover certas imagens do Brasil no contexto da Copa do Mundo, contudo, é paralelo ao esforço de várias empresas em promoverem seus produtos se atrelando a certas imagens do Brasil. Tendo por base a noção de que a identidade de um país se declina em uma marca que possui valor no mercado global de símbolos, uma série de empresas buscam transferir esse valor a suas próprias marcas. Passe-se, então, o que Michael L. Silk *et alii* denominaram “nacionalismo corporativo” (Silk, Andrews, & Cole, 2005: 7).

Para se compreender isso, precisamos lembrar que os megaeventos se tornaram eventos midiáticos, cada vez mais voltados para a proteção e a exposição das marcas

FIGURA 6
GOAL TO BRAZIL 1
EDIÇÃO MADRI, JANEIRO DE 2013



FIGURA 7
GOAL TO BRAZIL 2
EDIÇÃO MADRI, JANEIRO DE 2013



dos patrocinadores e parceiros da Fifa. Isso se observa, por exemplo, nas exigências da entidade em que suas marcas e as marcas de seus parceiros sejam protegidas por lei. Dessa forma, a entidade registrou para a Copa de 2014 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) 1.116 marcas, sob a garantia da Lei n.º 12.663/2012, que reproduziu a oitava das onze garantias governamentais que o Brasil assinou no intuito de se candidatar a sediar o evento, garantia essa que versava sobre “proteção e exploração de direitos comerciais”¹⁸.

18. Obtive acesso à carta de candidatura da CBF à Fifa, assinada pelo então presidente da entidade, Ricardo Teixeira, e às garantias governamentais para a realização do evento (anexas à carta) com base na lei do acesso à informação (Lei n.º 12.527/2011. <www.acesoainformacao.gov.br>). O documento se chama “Brasil 2014 Bid Nation”. Meu pedido se deu em 3 de junho de 2014 e obtive o documento em 6 de junho de 2014.

Ainda, a Fifa garantiu, a partir de 2002, um controle pleno sobre as imagens do evento quando passou a ser ela própria, através da empresa Host Broadcast Services (HBS), a responsável por sua transmissão, em detrimento das emissoras locais. Assim, todas as imagens relacionadas aos jogos eram geradas pela entidade e todas as emissoras licenciadas eram obrigadas a transmiti-las. Isso incluía não apenas as partidas em si, mas os momentos que antecediam aos jogos (o que incluía a vinheta da Fifa, a entrada dos jogadores, o hino e a longa exposição da bola Adidas) e os que sucediam (o que incluía a entrevista de um jogador de cada time em frente a uma placa com patrocinadores da Fifa). Nem mesmo repetições de lance durante este tempo ou as antigas câmeras exclusivas das emissoras locais foram permitidas, foram mesmo proibidos nos estádios equipamentos como

computadores pessoais e outros dispositivos (incluindo, por exemplo, *laptops* ou *PC tablets*) usados para os fins de transmissão ou disseminação de sons, imagens, descrições ou resultados dos eventos pela internet ou outros meios (Fifa, 2013: alínea v).

Esse controle sobre a imagem e as marcas – que também se relacionava ao que poderia ser exibido dentro dos estádios e nos locais de reunião de torcedores, como as *Fan fests* – é sobre o que se baseia o faturamento da entidade com o evento. A máxima exposição da marca dos patrocinadores sob condições favoráveis garantidas pela Fifa a um público calculado em cerca da metade da população mundial (Fifa, 2011) certifica à entidade um crescente faturamento advindo em direitos de *marketing*. Assim, entre 1999 e 2002 a Fifa arrecadou US\$ 571 milhões (Fifa, 2003); entre 2003 e 2006, US\$ 856 milhões (Fifa, 2007); entre 2007 e 2010, US\$ 1,2 bilhão (Fifa, 2011). Estima-se que apenas pela Copa de 2014 a Fifa arrecadou em direitos de *marketing* US\$ 1,35 bilhões (Ozanian, 2014). Soma-se a este valor aqueles advindos de direitos de transmissão dos jogos e chega-se a 90% de toda a receita da entidade.

Dessa forma, as empresas que se envolvem comercialmente com a Copa do Mundo buscam promover suas marcas como forma de compensar os custos de seu patrocínio. Uma das maneiras, do ponto de vista simbólico, é buscando se atrelarem à imagem do país sede da Copa do Mundo. Como a Copa do Mundo promove o país-sede

no espaço global e que essa imagem será valorizada neste contexto, as empresas adotam campanhas que buscam transferir tal valor para suas marcas e imagens. É disso que se trata o nacionalismo corporativo. No caso da Copa do Mundo, inúmeras empresas adotaram essa estratégia. Para citar apenas algumas que tiveram amplo alcance mundial, lembro que Hyundai¹⁹, Nike²⁰, Coca-Cola²¹, além do clipe oficial da Copa do Mundo, da gravadora Sony Music²², desenvolveram campanhas promocionais tendo uma noção sobre identidade nacional do Brasil como tema central.

Ainda, as próprias imagens que a Fifa se utilizou para traçar o leiaute geral do evento trouxeram signos relacionados ao Brasil. A adoção de um animal típico da fauna brasileira, o tatu bola, como mascote; as cerimônias de abertura e encerramento da Copa do Mundo; a vinheta de abertura das transmissões dos jogos (com o menino que joga bola na favela e observa os estádios pelo país²³); o clipe da canção oficial, em parceria com a Sony Music (em que Jennifer Lopez, Pitbull e Claudia Leitte dançam em meio a um claro pastiche do carnaval) são exemplos de como a Fifa trabalhou com a imagem do Brasil.

Repito que não me interessa aqui analisar as imagens em si, mas notar que a representação do Brasil se tornou o interesse de grandes corporações globais e a Embratur apenas um agente nessa disputa. O notável, contudo, é que a própria Embratur não pôde se utilizar dos espaços abertos pelo evento em si. Ao contrário das marcas que patrocinaram a Copa do Mundo, ao contrário mesmo da Fifa, a entidade brasileira não podia expor quaisquer de suas imagens nos espaços controlados pela entidade, nem mesmo influenciar as imagens exibidas nesses espaços. Dois exemplos importam aqui.

Costa do Sauípe foi escolhido como o lugar do sorteio das chaves da Copa do Mundo, momento este de maior atração midiática global fora do evento em si. Levando-se em conta que o governo entende a Copa como momento de promoção da imagem do Brasil no exterior e que a Embratur é a entidade central deste processo, seria de se supor que a escolha da Costa do Sauípe tenha sido uma decisão minimamente influenciada pelo Instituto. Indaguei sobre essa questão à gerente de mercados internacionais da Embratur, em entrevista ocorrida em Buenos Aires, em setembro de 2013. Sua resposta:

Não, nada do que se refere à Fifa tem dedo do governo brasileiro. Nada que se refere a decisões onde vai ser, como vai ser, que horas que vai ser, é tudo definido pela Fifa. O Fuleco está aqui, já tirou foto com o Fuleco? A Embratur paga para o Fuleco estar aqui. Paga para a Fifa. Eu acho isso um absurdo. Eu como funcionária acho isso absurdo. É o famoso contrato cara-cu, não tem outro.

19. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OHhFGu4ZuTc>>. Acessado em: 24 Nov. 2014.

20. Disponível em: <<http://news.nike.com/news/nike-launches-the-dare-to-be-brasilian-campaign>>. Acessado em: 24 Nov. 2014.

21. Disponível em: <<http://www.coca-colacompany.com/fifa-world-cup/everyones-invited-global-coca-cola-campaign-celebrates-inclusive-power-of-2014-fifa-world-cup>>. Acessado em: 24 Nov. 2014.

22. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TGtWWb9emYI>>. Acessado em: 24 Nov. 2014.

23. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JP67IM1LX-M>>. Acessado em: 24 Nov. 2014.

Outro momento de grande visibilidade da imagem do Brasil relacionado à Copa do Mundo se deu através do clipe da música oficial da Copa, “Olé olé”, já citado acima. Da mesma forma, indaguei sobre a influência da Embratur nas imagens ali presentes. Por e-mail, um responsável pela entidade afirmou que, uma vez mais, a Embratur não teve qualquer participação naquele vídeo e que a campanha da entidade se refere àquela composta pelos vídeos, aqui já citados, *Dance* e *Encontros* que destacam diversos atributos diferenciadores do Brasil: nossa cultura, a experiência inesquecível que representa visitar o país, os atrativos turísticos, assim como a alegria dos brasileiros²⁴.

24. Conforme e-mail recebido em 25 de junho de 2014. Ver nota 10.

25. Disponível em: <[http://www.fifa.com/mm/document/affederation/tv/01/47/76/00/2014fifaworldcupbrazil\(tm\)mediarightslicense-list240513_neutral.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/tv/01/47/76/00/2014fifaworldcupbrazil(tm)mediarightslicense-list240513_neutral.pdf)>. Acessado em: 20 Nov. 2014.

A Embratur esteve distante, portanto, dos espaços e das decisões centrais de representação da nação na Copa do Mundo. Mais importante, precisou buscar espaço para sua representação da nação, espaço esse necessariamente menos valorizado do que aquele das marcas diretamente relacionadas à Copa do Mundo: Fifa e patrocinadores. Se, como disse acima, a campanha promocional da Embratur foi veiculada em catorze países, fora dos momentos dos jogos, a vinheta da Fifa que abria cada jogo foi veiculada repetidamente, no momento de maior atenção do público, em todos os 239 territórios que retransmitiram os jogos²⁵. Da mesma forma, a abertura e o encerramento da Copa e certamente, em grande medida, as propagandas das empresas globais patrocinadoras do jogo. Todos, assim, disputaram a representação do Brasil. Contudo, de maneira hierarquizada. É com essa noção que parto para as últimas palavras.

Conclusão

A imagem do lugar se torna importante na atração de um capital desnacionalizado, especialmente aquele relacionado com o turismo. Dessa forma os Estados nacionais criam órgãos legitimados como administradores simbólicos que operam no espaço global para a produção simbólica do espaço, buscando transformar a imagem do lugar em uma marca e, como tal, administrada em termos empresariais.

Os megaeventos esportivos se tornam plataforma central de promoção dessa marca, concorrida por cidades e nações, levando a imagem do país a um alcance global apenas imaginável em momentos de grande exceção que são, em geral, trágicos. Contudo, não há uma imagem sendo produzida do lugar, mas uma pluralidade delas. A ação dos administradores simbólicos, justamente no momento de maior relevância de suas ações, é limitada frente à dimensão dos interesses envolvidos. Surge, assim, aquilo que poderíamos chamar de hierarquização simbólica, segundo a qual a pluralização de imagens que representam a nação se espalha desigualmente pelo espaço global, de acordo com as condições de acesso a canais mais ou menos privilegiados.

Para o caso que me interessou aqui, portanto, a representação do Brasil se hierarquiza na Copa do Mundo, mas não a partir do Estado-nação, como já vivenciamos, nem mesmo de um ente desnacionalizado deste Estado. A representação do Brasil se hierarquiza a partir de empresas globais que quanto mais próximas – econômica e administrativamente – da Copa do Mundo maiores condições apresentam para circular seus nacionalismos corporativos. À Embratur restam os espaços dissidentes, da margem do megaevento, ironicamente muito parecidos com o espaço de outro agente interessado na produção simbólica da nação: os descontentes com a Copa do Mundo. Os contentores, como vimos no começo deste artigo, ali se encontraram, longe da grande mídia, nas bordas do fluxo denso das imagens do evento, disputando de maneira fragilizada a representação do país.

Abstract: The pertinence of hosting the Football World Cup in Brazil has been a warm issue between 2013 and 2014. The debates were centered on two issues: the economic and the social impacts of the event. A third issue was also important, however, much less discussed: for its defenders hosting the games was justified by to opportunity to promote the country image abroad. Image promotion become a central issue in a moment in which countries of the whole world dispute the attraction of a flexible and denationalized capital. In this sense, identities are articulated as brand in order to produce symbolically the space as more attractive to the capital, something to be clearly noticed in the touristic promotion. This paper aims to understand the relationship between place branding and the promotion of country image in the World Cup context. It will be shown that, in the case of Brazil, there are several agents with interests on representing Brazil, what leads to a hierarchy of representation. This hierarchy is not given, however, by the nation-state, but by the global companies involved with the mega-event.

Keywords: World Cup, corporative nationalism, national identity, Embratur, Brazil.

Referências

ALFONSO, Louise Prado. *Embratur: formadora de imagens da nação brasileira*. Campinas: Unicamp, 2006.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP). *Dossiê megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil*. Brasília: Ancop, 2014.

ANHOLT, Simon. *Competitive identity: the new brand management for nations, cities and regions*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

ANUNCIAÇÃO, Sílvia. Entre secas e cheias, irrompe a nova geografia pantaneira. *Jornal da Unicamp*, p. 12, 2014.

BERMAN, Marshall. *On the town: one hundred years of spectacle in Times Square*. New York : Random House, 2006.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CARVALHO, Caio Luiz de. *Políticas públicas no turismo brasileiro: a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística*. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CHADE, Jamil. *A Copa como ela é – a história de dez anos de preparação para a Copa de 2014*. São Paulo: Breve Companhia, 2014.
- CHERNATONY, Leslie de. Adapting brand theory to the context of nation branding. In: DINNIE, Keith (Org.). *Nation branding: concepts, issues, practice*. Amsterdam: Routledge, 2008.
- CHIAS, Josep. *El negocio de la felicidad: desarrollo y marketing turístico de países, regiones, ciudades y lugares*. Madrid: Pearson Educación, 2005.
- DANTAS, Estógio Wanderly Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DE PAULA, Marilene; BARTELT, Dawid Danilo. *Copa para quem e para quê? um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.
- ERNST & YOUNG. *Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*. São Paulo: Ernst & Young: Editora FGV, s/d.
- FAINSTEIN, Susan S.; JUDD, Dennis, R. Global forces, local strategies, and urban tourism. In: JUDD, Dennis R.; FAINSTEIN, Susan S. *The tourist city*. New Haven; London: Yale University Press, 1999.
- FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). Código de Conduta no estádio para a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014. Fifa, Ago. 2013. Disponível em: <www.fifa.com>. Acessado em: 10 Ago. 2014.
- . . Almost half the world tuned in at home to watch 2010 Fifa World Cup South Africa. Jul. 2011. Disponível em: <<http://www.fifa.com/worldcup/archive/southafrica2010/organisation/media/newsid=1473143/index.html>>. Acessado em: Jun. 2012.
- . . *Fifa financial report 2010*. Fifa, 2011.
- . . *Fifa financial report 2006*. Fifa, 2007.
- . . *Fifa financial report 2002*. Fifa, 2003.

GREENBERG, Miriam. *Branding New York: how a city in crisis was sold to the world*. New York: Routledge, 2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLCOMB, Briavel. Marketing cities for tourism. In: JUDD, Dennis R.; FAINSTEIN, Susan S. *The tourist city*. New Haven; London: Yale University Press, 1999.

HORNE, John D.; MANZENREITER, Wolfram. Accounting for mega-events: forecast and actual impacts of the 2002 Football World Cup Finals on the host countries Japan/Korea. *Internacional Review for the Sociology of Sport*, v. 39, n. 2, p. 187-203, 2004.

INSTITUTE FOR HUMAN RIGHTS AND BUSINESS. Striving for excellence: mega-sporting events and human rights. *Ocasional paper series*. Oct. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). Plano Aquarela 2020 *marketing* turístico. Brasília: Embratur, 2010.

———. *Plano Aquarela marketing turístico internacional do Brasil – 2007-2010*. Brasília: Embratur, 2007.

———. *Plano Aquarela marketing turístico internacional do Brasil – 2005*. Brasília: Embratur, 2005.

IVO, Any Brito Leal. Una nueva copa en un nuevo país: intervenciones urbanas y creación de ciudades para el mundial de fútbol Brasil 2014. *Bitacora*, v. 18, p. 39-54, 2011.

KAJIHARA, Kelly. A imagem do Brasil no exterior: análise do material de divulgação oficial da Embratur desde 1966 até 2008. *Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica*, n. 3, p. 1-30, 2010.

———. A imagem do Brasil no exterior: análise de material de divulgação oficial da Embratur desde 1966 até os dias atuais. Tese (Doutorado) – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KEMP, Elyria; CHILDERS, Carla Y.; WILLIAMS, Kim H. Place branding: creating self-brand connections and brand advocacy. *Journal of Product & Brand Management* (Emerald Group), p. 508-515, 2012.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. *Destination culture: tourism, museums, and heritage*. Los Angeles; London: University of California Press, 1998.

LASH, Scott; URRY, John. *Economies of signs & space*. London: Sage Publications, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *State, space, world: selected essays*. Minneapolis: University of Minnesota, 2009.

———. *The production of space*. Maiden; Oxford; Victoria: Blackwell, 1991.

MACCANNELL, Dean. *The tourist: a new theory of leisure class*. New York: Schocken Books, 1976.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR); FUNDAÇÃO GETÚLIO VARVAS (FGV). Proposta estratégica de organização turística: Copa do Mundo 2014 Brasil. Brasília: Mtur; FGV, s/d.

NICOLAU NETTO, Michel. Os sentidos da diversidade e da modernidade nas campanhas promocionais contemporâneas da Embratur. In: PONTES JR., Geraldo; CASTRO, Maurício Barros de; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). *Diálogos interdisciplinares: literatura e políticas culturais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

NEW YORK CITY (NYC). *NYC statistics. NYC the official guide*. 2014. Disponível em: <www.nycgo.com>. Acessado em: Nov. 2014.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

OZANIAN, Marc. World Cup Brazil will generate \$ 4 billion for Fifa, 66% more than 2010 tournament. *Forbes*, Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/mikeozanian/2014/06/05/the-billion-dollar-business-of-the-world-cup>>. Acessado em Ago. 2014.

PORTAL POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS. *Elitização e mercantilização da cidade*. Portal Popular da Copa e das Olimpíadas, 2014. Disponível em: <www.portalpopulardacopa.org.br>. Acessado em: Nov. 2014.

PREUSS, Holger. Problematizing arguments of the opponents of olympic games. In: BARNEY, K. B.; WAMSLEY, S. G.; MARTYN; MACDONALD G. H. (Orgs.). *Global culture and cultural critique: problematizing the Olympic Games*. London: International Symposium for Olympic Research, 1998.

REJOWSKI, M. *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, Mara Alice. *Entre os ciclos de cheia e vazante, a gente do Pantanal produz e revela geografias*. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2014.

ROCHE, Maurice. *Mega-events and modernity: olympics and expos in the growth of global culture*. London; New York: Routledge, 2000.

———. Mega-events and micro-modernization: on the sociology of the new urban tourism. *The British Journal of Sociology*, p. 563-600, 1992.

SÃO PAULO TURISMO. *Platum 2011-2014: plano de turismo municipal – cidade de São Paulo*. São Paulo: São Paulo Turismo, 2010.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, p. 672-688, 2012.

SANOVICZ, Eduardo. *A promoção comercial do turismo brasileiro no exterior: o caso da reconstituição da Embratur*. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), São Paulo, 2007.

———. *Proxima Estación Plaça Calalunya*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Publicidade, Relações Públicas e Turismo da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SASSEN, Saskia. *A sociology of globalization*. New York; London: W. W. Norton & Company, 2007.

———. *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Desapropriações e deslocamentos involuntários na Copa Fifa 2014*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência. julho 2014. Disponível em: <www.secretariageral.gov.br>. Acessado em: Nov. 2014.

SILK, M.; ANDREWS, D. L.; COLE, C. Corporate nationalism(s)? The spatial dimensions of sporting capital. In: SILK, M; ANDREWS, D. L.; COLE, C. *Corporate nationalism: sport, cultural identity and transnational marketing*. Oxford: Berg, 2005.

TAVARES, Otavio. Megaeventos esportivos. *Movimento*, v. 17, n. 3, p. 11-35, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

URRY, John. *Consuming places*. London; New York: Taylor & Francis, 2011.

VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya. Mega sporting events and legacy: the case of the 2014 World Cup. *Regional Studies*, s/d. Disponível em: <www.regionalstudies.org/uploads/Airton_Saboya_Valente_Junior.pdf>. Acessado em: Nov. 2014.

WEBER, Max. Bureaucracy. In: WRIGHT MILLS, Ch.; GERTH, H. H. (Orgs.). *From Max Weber: essays in sociology*. New York: Galaxy Books, 1958.

A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo

Recebido: 02.07.15

Aprovado: 15.07.16

Jandir Pauli
& Cinara Rosenfield*

Resumo: Este estudo tem por objetivo compreender como as transações financeiras afetam as relações sociais entre agricultores e dirigentes de cooperativas de crédito que operam recursos disponibilizados por programas governamentais. O problema de pesquisa buscou compreender as estratégias destes dirigentes, denominados mediadores, para articulação do universo simbólico dos agricultores com as expectativas da política pública e do circuito no qual circula o dinheiro oriundo do crédito. Para compreender esta questão foi realizada uma pesquisa empírica em um Sistema de Crédito Cooperativo denominado Cresol. O aporte teórico que orientou a análise das informações articulou os conceitos de *frames* (McAdam, McCarthy & Zald, 1999) e de “negociação da intimidade” (Zelizer, 2005). A conclusão é que os mediadores operam uma estratégia de transformação da confiança e da amizade (intimidade) em vínculo institucional. Sua ação adquire um viés instrumental na medida em que converte transações econômicas em intimidade, transferências financeiras em ampliação e fortalecimento da relação social e identidade do sistema.

Palavras-chave: políticas públicas, mediadores, circuitos econômicos, cultura, intimidade.

Introdução

O meio rural brasileiro acompanhou, nas últimas décadas, a formação de um novo setor econômico denominado agricultura familiar. Caracterizada tradicionalmente por utilizar mão de obra predominantemente familiar, pela produção diversificada e voltada para o autoconsumo, este setor intensificou sua atividade econômica através do acesso ao crédito público com juros subsidiados, disponibilizado por programas governamentais, passando a produzir para atender demandas de mercado, especialmente de produção de alimentos (Fao/Incra, 1996; Guanziroli & Cardim, 2000; Uainain, Romeiro & Guanziroli, 2003; Mattei, 2005; Griza, 2010; Kageyama & Bergamasco, 2013; Souza-Esquerdo & Bergamasco, 2014).

Do ponto de vista social, a agricultura familiar foi historicamente caracterizada por manter fortes vínculos comunitários, fazendo emergir uma miríade de associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores, cooperativas de produção e de crédito, articuladas especialmente por movimentos sociais, igrejas e organizações não go-

* Jandir Pauli é graduado em filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1998), mestrado em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pós-doutorado em sociologia econômica na Sorbonne – Paris IV. Atualmente é professor titular IV na Faculdade Meridional (Imed) e integra o Programa de Pós-Graduação em Administração, exercendo funções de docente e pesquisador. Coordenador do Grupo de Pesquisas Estudos Organizacionais contemporâneos (CNPq) <jandir@imed.edu.br>. Cinara Rosenfield é graduada em ciências sociais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981), mestrado em sociologia (Universidade Federal da Paraíba, 1983), doutorado em sociologia do trabalho (Université Paris IX – Dauphine, 2000), pós-doutorado (Universidade

Técnica de Lisboa). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integra o Departamento de Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Bolsista produtividade CNPq. <rosenfield@uol.com.br>.

vernamentais (ONGs). Trata-se de uma definição “fabricada” a partir da relação entre os movimentos sociais e o Estado com o objetivo de reconhecer a importância econômica e social da agricultura familiar (Abramovay, 1992). A ação política dos movimentos sociais contribuiu para criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf) (Abramovay & Bittencourt, 2003).

Em pouco tempo, um expressivo contingente de agricultores familiares passou a acessar o Pronaf através de cooperativas de crédito, credenciadas como agentes financeiros junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) (Burigo, 2006). Embora estas centrais tenham surgido por diversos fatores como economia de escala e necessidade de uma maior articulação político-organizativa, ocorre que ainda em 2000 o Bacen orientou a criação de centrais de cooperativas (sistemas) com a função administrativa de articular e monitorar as movimentações financeiras de todas as cooperativas vinculadas, as chamadas cooperativas singulares. Isso facilitou o controle uma vez que essas centrais foram obrigadas a reunir todas as informações sobre as cooperativas singulares, além de responsabilizá-las pela gestão adequada às regras do Sistema Financeiro Nacional (SNF) (Búrigo, 2007).

No percurso entre a criação das cooperativas de crédito, seu credenciamento como parceiras governamentais repassadoras de recursos públicos e a criação das centrais de cooperativas surgem os mediadores. Quem são os mediadores? São diretores, assessores e técnicos que integram as cooperativas de crédito e estão localizados em espaços estratégicos de gestão, atuando na elaboração e coordenação de projetos e no acompanhamento e controle na aplicação dos recursos. Esta condição permite aos mediadores um relacionamento permanente com os agricultores familiares tomadores de créditos, possibilitando sua atuação para alinhar as estratégias das políticas públicas com a missão institucional das cooperativas e as expectativas dos agricultores beneficiários do Pronaf.

A importância de analisar a ação dos mediadores deve-se à sua particular responsabilidade de elaborar, propor e articular visões de mundo, valores, sentimentos, significados e ideologias, que, associados à racionalidade econômica, contribuem para a mobilização coletiva e a demarcação do contexto em que as ações dos agricultores se desenvolvem (McAdam, McCarthy e Zald, 1999).

Este estudo explora as transformações nas relações sociais ocorridas na agricultura familiar a partir da intensificação da utilização do crédito. Para analisar estas transferências, a socióloga estadunidense Viviana Zelizer elabora uma ferramenta analítica denominada circuito econômico (Zelizer, 2002; 2005a, 2010a, 2010b). Entende-se por circuito uma configuração social e econômica que permite a circulação de

acordos, práticas, informações, instrumentos de troca e símbolos partilhados neste ambiente. Cada circuito é caracterizado por: (1) limites mais ou menos precisos e algum controle sobre suas fronteiras; (2) laços pessoais significativos entre seus membros; e (3) transações econômicas próprias e instrumentos de troca com base na reciprocidade (Zelizer, 2005a: 96).

Nestes circuitos, os atores estabelecem uma “negociação da intimidade” (Zelizer, 2005b). Para a autora, a noção de intimidade incorpora três dimensões: (1) confiança; (2) reciprocidade; e (3) amizade. Além disso, existem dois tipos de negociação da intimidade: (1) transferência de informações confidenciais e potencialmente “minadas”; e (2) laços estreitos duráveis entre duas pessoas. É nesta intimidade que ocorrem as transferências econômicas (Zelizer, 2005b) e é por esse motivo que negociar a intimidade torna-se um objetivo de primeira grandeza para o ajuste da relação social. Em outros termos, a negociação da intimidade é operada em um circuito econômico onde os mediadores buscam conquistar a confiança e a amizade dos agricultores para consolidarem as estratégias institucionais.

A construção da problemática de pesquisa partiu das seguintes perguntas:

Como ocorre a análise, a concessão e o acompanhamento do crédito?

Como os mediadores se aproximam das famílias e como constroem a fidelização do agricultor?

Como a amizade entre agricultores e diretores trata temas como acompanhamento e controle da aplicação dos recursos?

Quais são as práticas que sustentam a relação entre os mediadores e as famílias associadas?

Como símbolos e rotinas colocam os atores em relação?

Qual é a base da confiança no circuito?

A partir dessas perguntas, este estudo busca problematizar como elementos da intimidade são misturados às transações econômicas a partir da ação dos mediadores para oferecer suporte simbólico às práticas econômicas nos circuitos.

O objeto empírico deste estudo é um Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária, denominado Cresol Central SC/RS. Com sede na cidade de Chapecó (SC), o sistema articula em uma central, mais de 60 cooperativas com mais de 100 mil associados. Para consecução dos objetivos foram utilizados métodos de análise qualitativa a partir da organização de um *corpus* de pesquisa (Bauer

& Gaskell, 2002: 44-45) constituído por 25 entrevistas semiestruturadas e pelos registros coletados a partir da observação das práticas em encontros formativos e assembleias gerais do sistema. Para tratamento das informações, foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 2011) que classificou os dados coletados a partir das entrevistas e da observação, avaliando a presença ou a ausência de determinados temas (Pereira, 1998: 106) e sua categorização para discussão à luz dos pressupostos teóricos da pesquisa.

Crédito, circuitos econômicos e intimidade

Um dos argumentos teóricos deste estudo é que as políticas públicas criam novos mercados caracterizados por transações econômicas específicas. A ideia de “mercados” se opõe à interpretação usual da ciência econômica que se apoia na noção mercado homogeneizante, totalizante e racionalizante. Nesta visão, o mercado é o resultado linear da utilização extensa do dinheiro que teve por consequência a abertura da unidade doméstica e o desenvolvimento das trocas despersonalizadas (Weber, 2000).

Embora este estudo compartilhe da ideia de que o dinheiro é um vetor social de primeira grandeza, sua perspectiva diverge da visão da ciência econômica quando sugere que ao invés de existir “o dinheiro de mercado” existem “dinheiros especiais” (Zelizer, 2003) que funcionam como meios de troca, mas também como classificadores sociais e sagrados em diferentes contextos, utilizados para adquirir ou melhorar o *status*, ou para celebrar rituais. Estes “dinheiros” estão amparados em cinco pressupostos:

1. funcionam como meio de troca, existindo, também, fora do mercado e moldado por fatores culturais e socioestruturais;
2. existem uma multiplicidade de dinheiros e todos eles são condicionados por uma realidade específica;
3. existem diferentes tipos de dinheiro, indivisíveis quanto à quantidade, não fungíveis, não portáteis, profundamente subjetivos e qualitativamente heterogêneos;
4. não há dicotomia entre valores utilitaristas e não pecuniários; e
5. a cultura e a estrutura social impõem os limites da utilização do dinheiro, isto é, fatores “extraeconômicos” constroem e moldam sua utilização, a saber: (a) o dinheiro é usado para atividades específicas; (b) pessoas específicas são designadas para operar o dinheiro e; (c) há formas específicas de controle do dinheiro (Zelizer, 2003: 136).

Assim, Zelizer (2007) rompe com o tradicionalismo econômico que confere ao dinheiro um caráter neutro do ponto de vista cultural. Assim, este estudo incorpora a perspectiva de que o dinheiro não é um “solvente” devastador e uniformizador que nivela as relações sociais por onde ele passa. Da mesma forma, o dinheiro não está isolado das relações não econômicas, mas enraizado em “redes sociais” particulares que fornecem o fundamento da significação social (Zelizer, 2007).

Ao analisar relações sociais mediadas pelo crédito como um tipo de dinheiro, este estudo sugere que sua utilização, além de expor as famílias ao contexto do mercado, altera as relações sociais entre os integrantes do circuito por onde o crédito circula. Em outros termos, busca-se compreender como referenciais culturais são “arranjados” nas relações sociais do interior do circuito, ao mesmo tempo em que transmitem pautas coletivas.

Quatro elementos estão em jogo neste processo: (1) as relações (acordos, práticas e obrigações); (2) as transações (interações limitadas em duas pessoas); (3) os meios de troca (sistema computáveis que recorrem a moedas simbólicas); e (4) as linhas de partilhas (perímetros que delimitam as combinações singulares das relações, das transações e dos meios).

Cada circuito distinto incorpora o entendimento um pouco diferente das práticas de informação, obrigações, direitos, símbolos e meios de troca. Eu chamo esses circuitos de comércio em um sentido antigo da palavra, onde comércio significava conversação, intercâmbio, relações e modelagem mútua. Variam desde a mais íntima à mais impessoal das transações sociais (Zelizer, 2002: 4-5, tradução livre).

As características dos circuitos econômicos podem ser resumidas em cinco pontos: (1) comportam diferentes relações sociais entre os indivíduos específicos; (2) permitem compartilhar as atividades econômicas realizadas por essas relações sociais, isto é “os laços entre os participantes têm o significado compartilhado”; (3) criam sistemas de contabilidade comuns para avaliar o intercâmbio econômico, por exemplo, formas particulares de dinheiro; (4) compartilham os significados que as pessoas atribuem a suas atividades econômicas, isto é, “um conjunto distinto de transferência de bens, serviços ou reivindicações dentro de seus laços interpessoais”; e, por fim, (5) estabelecem uma fronteira clara entre os membros do circuito e os não membros, com algum controle sobre as transações que atravessam a fronteira (Zelizer, 2010a: 315). Desta forma os circuitos apresentam limites mais ou menos precisos e algum tipo de controle sobre as transações que acontecem além de suas fronteiras. Essas transações estão apoiadas em laços interpessoais que partilham

significados e cada circuito econômico é um tipo de agenciamento entre a intimidade e a economia de cada espaço da vida social.

A partir deste ponto, ao procurar estabelecer uma ponte entre intimidade e economia, a autora aponta duas ferramentas analítico-conceituais para analisar a questão: a ideia de “cruzamentos” e de “boas combinações” (Zelizer, 2005a: 22). Cruzamentos são “encontros” entre as diferentes esferas da vida e se desenvolvem de duas maneiras: pela especificidade da relação (neste caso, agente de crédito e tomador) e pela adoção de práticas (formas de pagamento, rotinas, elaboração e monitoramento de aplicação dos recursos financeiros etc.). Nestes “cruzamentos” entre intimidade e economia, mediadores e agricultores estabelecem “boas combinações” que permitem a incorporação de novas oportunidades econômicas e comerciais sem que essas prejudiquem as relações de confiança. Em outras palavras, “boas combinações” são arranjos realizados entre as pessoas valendo-se de duas estratégias: primeiro elas definem o tipo de relação (pais e filhos, professores e alunos) e, em seguida, adotam práticas, rituais e símbolos para o ajuste da intimidade com a racionalidade econômica. É desta capacidade que resultam as “boas combinações”.

Com base nesses pressupostos, este estudo explora as relações sociais mediadas pelo crédito em circuitos econômicos onde a formatação da identidade e os limites são definidos pelos mediadores. Por isso, avaliar sua ação permite compreender o processo de elaboração, proposição e articulação de visões de mundo, valores, significados e ideologias, que associados à racionalidade econômica, contribuem na mobilização coletiva e atribuição de sentido à ação social.

Mediadores e gestão do crédito

Dough McAdam, John McCarthy e David Zald (1999), a partir das elaborações de David Snow e Robert Benford (1992), propõem os conceitos de *frames* (marcos interpretativos) como articulação entre a ideologia dos movimentos sociais e a dimensão cognitiva de seus integrantes. Para Zald (1999: 370) a relação entre os movimentos, a criação de “marcos interpretativos” e a sociedade em geral é mutuamente afetada por seis pontos: (1) a construção cultural de repertórios de argumentos e os marcos nos quais se enquadram; (2) as contradições culturais e os sucessos históricos que permitem levar adiante o processo de “encaixe”; (3) a criação de “marcos interpretativos” como atividade estratégica dos movimentos; (4) os processos competitivos que resultam na escolha de um marco interpretativo dominante; (5) a difusão dos marcos por meios de comunicação, especialmente de massa; e (6) o confronto entre as oportunidades políticas e a mobilização para dar forma ao resultado das lutas entre os diferentes marcos.

A ideia desta perspectiva é de que a cultura atue como “processo de encaixe” em um

processo ativo de criação de “marcos interpretativos” e definição de ideologias, dos símbolos e dos eventos icônicos que são levados a cabo pelos inovadores da moral, que podem ser ativistas ou não (Zald, 1999: 380).

Os atores fazem referência ao conceito de “processos de encaixe”, também desenhados por Snow, e definidos como

esforços estratégicos conscientes realizados por grupos de pessoas para forjar várias formas compartilhadas de considerar o mundo e a si mesmas, que legitimem e movam a ação coletiva (McAdam, McCarthy & Zald, 1999: 27).

Em outros termos, os mediadores seriam responsáveis pela elaboração, articulação e proposição de referenciais que buscam definir, justificar e legitimar as práticas sociais nos circuitos econômicos. Esses referenciais de mundo são negociados e sofrem a influência dos valores e da visão de mundo dos agricultores, sendo permanentemente atualizados e institucionalizados.

Nesta direção, os mediadores operam a ambivalência entre “fechamento” e “abertura” do circuito, o que significa fechá-lo do ponto de vista da circulação do dinheiro (ampliação dos produtos e serviços disponibilizados aos associados para evitar que o dinheiro saia das divisas do circuito) e, ao mesmo tempo, manter sua comunicação com o exterior, incorporando novos símbolos, sentimentos, inovações organizacionais e significados que passam a ser negociados com agricultores. Por essas razões, estabelecer relações de intimidade com os agricultores torna-se uma importante estratégia para a consolidação dos objetivos da política pública e da missão do sistema.

O sistema de crédito em questão pode ser qualificado como um circuito econômico. Neste sentido, a ação dos mediadores na formação da Cresol parece estar orientada para a criação de uma complexa rede de significados que mesclam elementos de ordem (1) política (simetria nas relações de poder, proximidade com a realidade do agricultor, linguagem acessível e orientação do crédito); (2) cultural (importância da família, cooperação e ajuda mútua); (3) econômica (juros mais baixos, acompanhamento técnico, financiamento desburocratizado da produção e do consumo); e (4) afetiva (confiança, reciprocidade, amizade e cuidado/zelo). Além disso, na organização desse circuito, o crédito emerge como principal meio de articulação entre a di-

menção racional/instrumental com um sistema de valores que identifica e demarca as fronteiras entre as transações econômicas e não econômicas.

Método

Para compreender as relações sociais entre dirigentes do Sistema Cresol e os agricultores foram utilizados métodos de análise qualitativa. Um *corpus* de pesquisa (Bauer & Gaskell, 2002: 44-45) foi constituído por 25 entrevistas semiestruturadas e pelos registros coletados a partir da observação das práticas em encontros formativos e assembleias gerais do Sistema Cresol SC/RS. A escolha dos participantes foi realizada por conveniência e as entrevistas ocorreram nas cooperativas, nos encontros de formação e nas propriedades dos agricultores, sendo divididas em dois grupos: (1) o primeiro, composto por 17 mediadores (nove diretores (DIR), três assessores de formação (ASR) e cinco técnicos (TEC)); e (2) o segundo, por oito agricultores associados em diferentes cooperativas.

A segunda técnica de coleta de dados utilizada foi a observação (Becker, 1994). A estrutura organizativa do Sistema Cresol SC/RS utiliza os encontros periódicos e as assembleias gerais para prestação de contas, socialização de informações e planejamento das ações. A coleta de dados ocorreu em duas assembleias anuais, dois seminários de planejamento estratégico, uma oficina de formação e nas rotinas diárias de funcionamento das cooperativas.

Essa articulação entre duas técnicas de coleta de dados permitiu observar a aproximação entre as compreensões individuais e as expectativas organizacionais, procurando compreender como as práticas são estruturadas. O tratamento das informações foi realizado utilizando a análise de conteúdo (Bardin, 2011) que classificou os dados coletados a partir das entrevistas e da observação em um enfoque qualitativo, analisando a presença ou a ausência de determinados temas (Pereira, 1998), conforme será demonstrado a seguir.

A ação dos mediadores no Circuito Cresol

A partir da análise das entrevistas e da observação, foi possível evidenciar que a atuação dos mediadores está orientada em dois sentidos: (1) proporcionar “boas combinações” entre a racionalidade instrumental e o universo dos valores dos agricultores; e (2) valer-se das relações de intimidade para consolidar as estratégias organizacionais do sistema de crédito, configurando-o como um circuito econômico específico com capacidade de controle sobre as operações financeiras dos associados.

*Racionalidade instrumental,
valores e significado do crédito*

A análise dos dados evidenciou que a aproximação entre agricultores familiares e mediadores tem como objetivo significar as transações monetárias e produzir a confiança necessária para a reelaboração constante e manutenção do circuito. A resposta de um técnico ilustra bem esta questão. Perguntado sobre como a Cresol deveria atuar, sua sugestão é:

Na transparência e no convívio com o associado, mostrar que a Cresol faz parte dele; que o associado é dono disso aqui também. Você tem que ter um carisma com ele, tem que tratar ele bem (TEC2).

Outro diretor ratificou esta ideia ao afirmar:

A gente tem um trabalho de antes de liberar o crédito ir lá e fazer uma visita, conversar com o agricultor, se aquilo que ele quer financiar realmente está precisando (DIR3).

Esta aproximação permite estabelecer relações de intimidade com os agricultores para demarcar o significado e a finalidade da utilização do crédito, além de produzir o convencimento necessário para reformular e atualizar os *frames* do circuito. Perguntado sobre como o crédito afeta o sistema, um diretor responde:

O dinheiro vai te fazendo mudar de pensamento, mudar a organização. Tu vai percebendo que a organização precisa sobreviver no mercado, e para isto precisa mudar os pensamentos, os valores, as crenças e etc. (DIR5).

A fala de outro diretor aponta para a mesma direção:

O dinheiro pode alterar as relações se você não trabalhar a lógica de para que ele serve, para que que ele entra na propriedade? Porque você recebe a lógica individualista de fora, que não é uma coisa construída ali na família (DIR7).

A resposta de um técnico corrobora as opiniões acima:

Infelizmente está virando uma questão mais financeira. Conforme a cabeça pensante, ele pode te reascender na vida, ou conforme a cabeça pensante, ele pode te matar. É uma arma! É uma arma perigosa (TEC2).

Estes depoimentos demonstram o esforço dos mediadores para articularem dois mundos aparentemente hostis: a racionalidade econômica e o universo dos valores. A estratégia para isto é investir na criação de relações de proximidade como forma de evitar que a lógica instrumental-financeira se sobreponha ao sistema de significados partilhados no circuito. Em outros termos, são as relações de intimidade que permitem a marcação do dinheiro oriundo do crédito e a consequência política desta marcação é um ganho institucional bastante significativo, uma vez que constituiu a Cresol Central SC/RS como “diferente” das outras instituições financeiras. Perguntado sobre como as famílias gerenciam o dinheiro e se a Cresol orienta a utilização do dinheiro, um diretor responde:

A gente entra com recursos, crédito, financiamento para melhorar a propriedade. Tem que ver como é que tu interfere, mas sabendo do passado daquela família, o que aconteceu lá, você consegue interferir nisso (DIR6).

Este depoimento ilustra o argumento de que os mediadores utilizam o crédito para interferirem na organização da propriedade. Embora o crédito e a gestão racional tenham provocado mudanças profundas na organização econômica e social, essas mudanças não eliminaram as dimensões da intimidade e as novas combinações arranjaram e reestruturaram as relações sociais através da significação do dinheiro. Os mediadores, quando questionados sobre essas transformações, geralmente procuram articular elementos que reconhecem os impactos “racionais” na gestão da unidade doméstica com elementos simbólicos de significação do crédito e preservação dos laços sociais.

Como essas agudas transformações afetam a organização doméstica, especialmente da unidade familiar rural, no sentido das relações sociais e afetivas entre seus membros? Como estes indivíduos irão arranjar/combina as novas necessidades e a manutenção dos laços sociais? É neste contexto que emergem os mediadores com a tarefa de propor símbolos e quadros de referência – *frames* – para articular a manutenção dos laços sociais com os novos elementos técnico-instrumentais, específicos da relação com o mercado. O “crédito assistido” passa a ser uma importante ferramenta no contexto do aumento da circulação de dinheiro, da abertura da unidade doméstica e da preservação dos laços sociais.

Hoje a maioria é assim: o pessoal vem para buscar um recurso, e a gente sempre procura conversar com ele né, saber por que ele quer aquele recurso, se vale a pena ou não vale esse tipo de investimento que ele quer fazer. Se vai ter retorno ou não, se vai ter mercado para isso, ou não. Então a gente procura fazer uma boa

conversa na cooperativa e, e em alguns casos, a gente vai na propriedade e conversa; ver se ele tem capacidade para isso (DIR7).

A partir dos argumentos até aqui apresentados, pode-se apontar que a definição de dinheiro proposta pelos mediadores raramente menciona sua função técnica, isto é, sua capacidade de ampliar o capital e os rendimentos dos agricultores. Sua intenção é fornecer um conceito que vincule a necessidade prática dos agricultores com uma rede de significados partilhados no Circuito Cresol SC/RS. Em outros termos, os mediadores fornecem o conteúdo que identifica e diferencia o Sistema Cresol das demais instituições financeiras, sejam sistemas cooperativos ou bancos convencionais. Essas conclusões, além de reforçarem a ideia de Zelizer sobre a relação entre mundos aparentemente hostis, mostram também as motivações políticas dos mediadores e seus esforços para combinarem ganhos financeiros dos associados com o fortalecimento da organização em que atuam, beneficiando-se desses resultados. As conclusões também reforçam a teorização de McAdam, McCarthy e Zald (1999) ao encontrar evidências de que os mediadores atuam no alinhamento (articulação) entre os valores, os sentimentos, as visões de mundo e a pretensão de legitimidade da política pública com os quadros de referência dos agricultores associados (beneficiários). Em termos práticos, os mediadores são responsáveis pelo alinhamento entre: (a) a missão das políticas públicas e das linhas de financiamento dos bancos de investimento – fonte dos recursos econômicos – e/ou mesmo da captação de recursos a partir das cotas de capital e de depósitos dos associados; (b) a missão das cooperativas; (c) a proposição de símbolos que permitam a associação entre a dimensão política e social do crédito com a atividade econômica das famílias; e (d) a ampliação da reciprocidade e confiança na relação com os agricultores.

Intimidade, intersecções e consolidação do sistema

Um segundo aspecto basilar, obtido através da observação das práticas diárias nas cooperativas, é que as relações de crédito estabelecem uma relação assimétrica entre quem concede e quem contrata o dinheiro. Isto se explica porque o agricultor que deseja receber o crédito precisa argumentar sobre os reais motivos que o levam a solicitar o crédito e fornecer um volume considerável de informações pessoais. Soma-se a isto o fato de os funcionários das cooperativas buscarem informações sobre possíveis restrições de crédito, verificando se o candidato está em dia com eventuais dívidas contraídas em outras instituições financeiras ou casas de comércio.

Questionados sobre o volume de informações (conhecimento) acerca dos associados, os mediadores entrevistados informaram que geralmente conhecem todos ou

a grande maioria e marcaram este aspecto como principal diferencial do Circuito Cresol em relação a outras instituições financeiras. O conhecimento sobre as transações financeiras (vida econômica) passa a ser o elo de articulação entre a economia e a intimidade. Em outras palavras, a relação de crédito tratará de ajustar este conhecimento para que não prejudique a relação entre ambos. A partir desta diferenciação, é estabelecido um conjunto de direitos e deveres. A transparência e o compromisso ético com as informações disponíveis sobre a intimidade estão no lastro destas convenções de garantia de estabilidade das relações sociais no circuito.

A confiança histórica entre “diretores” e “agricultores” que tem origem nas relações de proximidade política e comunitária, passa agora a incorporar uma transação econômica com a intensificação da utilização do dinheiro, na introdução do cálculo, de novas ferramentas de gestão e de protocolos organizacionais que afetam substancialmente a relação. A diferenciação e a demarcação da relação cumprem a expectativa de que esta relação não seja corrompida pelas oportunidades (acesso ao crédito) e/ou ameaças do contexto (falência da cooperativa, despersonalização da relação e não pagamento da dívida contraída) e contribua para ampliar e solidificar os laços sociais.

Neste sentido, a lógica financeira passa a conviver com as relações de amizade e a linha que separa relações de intimidade expressas pela ideia de amizade torna-se o elo da fidelização entre associados e suas cooperativas. Por outro lado – como aponta Zelizer –, no cotidiano as pessoas se esforçam significativamente para demarcar o tipo de relação em que estão e como o dinheiro entra nesta relação. Questionados sobre a interferência das relações de amizade na efetivação dos contratos, as respostas apontam para a mesma direção:

A gente não pode misturar amizade com negócios. Então a nossa amizade não vai interferir numa liberação de crédito. Então você consegue ir lá e ter uma amizade com o fulano, mas a parte da cooperativa é um negócio à parte (DIR9).

Outro diretor entrevistado afirmou:

No meu caso não tem muita dificuldade porque eu penso que amizade é amizade e negócio é negócio. Assim, na hora que estamos fazendo negócios eu vou procurar fazer o melhor negócio para a cooperativa e também vou entender o teu lado (DIR3).

Os agricultores também reforçam esta lógica:

Eu conheço todo mundo aqui. São amigos e tudo, de fato. De banco e tudo. Não há problema. E a amizade também por fora do banco é mesma que dentro. Não, não tem diferença. No banco e fora é a mesma pessoa (AGR6).

Outro agricultor, perguntado se tem amigos que trabalham na operação do crédito responde:

Tenho, tenho, tenho. Tem esse “piaçã” ali. Quando a gente negocia alguma coisa a gente cai direto na Cresol. É o cara que a gente chega ali e pode conversar. A gente tem uma amizade já de tempo. Nunca brigamos por causa disso, a relação sempre foi boa (AGR4).

Da mesma forma, a diferenciação e a demarcação contribuem para a definição da relação com os “novos” associados. É importante levar em consideração que, neste caso, à primeira vista, o fato que motiva esta aproximação parece ser um elemento de ordem puramente racional: o agricultor procura crédito com juros baixos para ampliar a sua renda e seu capital. No entanto, neste percurso, mesmo que as relações de crédito pareçam impessoais, elas produzem uma relação de longo prazo expressa pelo compromisso da dívida, deslocando a questão da intimidade (produção de confiança) para a base da compreensão da relação de crédito.

Neste sentido, esta pesquisa levou em consideração a aproximação e a produção de confiança e reciprocidade no âmbito das quais o agricultor terá de fornecer informações que até então pertenciam ao grupo social restrito, ou até mesmo unicamente à sua família. De posse desse conteúdo, os diretores buscam outras informações de ordem econômica, como os antecedentes comerciais e informações públicas úteis para contribuir na tomada de decisões. Através da observação do funcionamento rotineiro das cooperativas, percebeu-se também que são levadas em consideração outras informações de caráter pessoal e de comportamento social. Além disto, são observadas, por exemplo, a idoneidade moral e a estrutura familiar do associado. Perguntado sobre que tipos de informações são buscadas, um dos diretores responde:

Desde a questão pessoal dele, como ele é na sociedade; se é uma pessoa que hoje cumpre suas obrigações; se é uma pessoa bem vista, que batalha, que luta. Também como ela se relaciona com a sociedade (DIR6).

Para outro diretor, a relação de confiança permite que o próprio agricultor preste as informações necessárias:

Tem o agricultor que vai na cooperativa para conversar contigo porque a Cresol tem essa, ele confia na Cresol. Os problemas que ele não fala para outras pessoas ele vem e a gente fica sabendo (DIR3).

Em outros termos, embora ambos reconheçam a necessidade de demarcação e diferenciação das relações de amizade com as de negócios, geralmente as fronteiras entre as duas esferas são superadas e se confundem o tempo todo. É neste ponto que os pressupostos teóricos podem ser confirmados: no Circuito Cresol SC/RS os mediadores operam a estratégia de converter laços de proximidade, confiança e amizade em vinculação institucional, da mesma forma que a lógica financeira afeta e altera uma relação social preexistente às relações de crédito. Sua ação adquire um viés instrumental na tentativa de converter transações econômicas em intimidade, transferências financeiras em ampliação e fortalecimento da relação social. É por este motivo que o estabelecimento de relações de intimidade com os agricultores torna-se um objetivo de primeira grandeza para o ajuste da relação social e atualização dos limites morais do circuito.

Conclusões

O pressuposto geral deste estudo é de que os mediadores fornecem o conteúdo simbólico que permite combinar a lógica financeira com os referenciais culturais e os elementos da intimidade dos agricultores para fortalecer as relações sociais e a identidade do Circuito Cresol SC/RS. Para isto, atuam em quatro frentes: (1) definem o circuito (suas fronteiras e sua identidade); (2) desenvolvem ações para captar a intimidade dos agricultores, convertendo a confiança, a reciprocidade e a amizade em fortalecimento da organização e benefícios econômicos e sociais para os agricultores; (3) elaboram os significados do dinheiro; e (4) negociam o significado do dinheiro com os agricultores. Essa negociação com os agricultores não é um movimento de imposição, mas de adaptação permanente entre as mudanças da atuação da organização, a expectativas dos agricultores e a motivação particular dos mediadores. Neste sentido, os mediadores são atores-chave do circuito porque transitam entre a lógica institucional ao mesmo tempo em que captam as expectativas dos agricultores. As atualizações (inovações) são o resultado da combinação entre a comunicação do circuito com o exterior e o interesse dos associados.

A análise das informações coletadas reforça a ideia de que o dinheiro não é um solvente das relações sociais entre mediadores e agricultores, embora a utilização extensa do dinheiro tenha alterado a estrutura organizativa e obrigado os mediadores a elaborarem novos quadros de referência para a preservação da identidade do

circuito e das relações sociais dos seus integrantes. Neste sentido, os mediadores fornecem o conteúdo simbólico que permite combinar a lógica financeira com os referenciais culturais e elementos da confiança dos agricultores para fortalecer as relações sociais e a identidade dos circuitos econômicos em que se inserem. Para isto, atuam em quatro frentes: (1) definem o circuito (suas fronteiras e sua identidade); (2) desenvolvem ações para converter relações de confiança em fortalecimento da organização; (3) elaboram os significados do dinheiro; e (4) “arranjam” o significado do dinheiro com os agricultores.

Do ponto de vista estritamente econômico, o Sistema Cresol SC/RS parece somente cumprir um papel de inclusão dos agricultores familiares no modelo tradicional de mercado, reforçando a ideia de avanço do mercado sobre um espaço antes inexplorado. No entanto, esta ideia não se sustenta porque há evidências de um trabalho relacional entre mediadores e agricultores para que o circuito estabeleça a função social do crédito, tornando-o capaz de transportar significados e ideologias. Em outros termos, ao passo que serve de suporte para as relações sociais, o dinheiro permite que o circuito econômico forneça elementos norteadores da ação coletiva.

Por fim, este estudo conclui que o dinheiro põe em circulação um sistema de valores que significa sua utilização e regula sua circulação. Neste sentido, os mediadores agem sob a ameaça de que o relaxamento da significação do dinheiro cause uma abertura do circuito e sua descaracterização. Para isto, os seguintes temas são reformulados e adaptados constantemente: (1) a submissão às regras do sistema monetário nacional (especialmente as normas do Banco Central); (2) as relações hierárquicas de poder geradas pelo contrato/dívida; (3) a individualização das relações (CPF, conta corrente, crédito por família); (4) a racionalidade e o cálculo na gestão econômica dos financiamentos e da propriedade familiar; (5) o risco de enfraquecimento do comunitarismo e do cooperativismo; e, por fim, (6) a despersonalização das relações sociais diante da expansão geográfica e numérica do sistema.

Entre as lacunas deste estudo, o que sugere agendas de pesquisa futuras, está a opção em não abordar o tema do conflito como tema central. De fato, o aporte teórico utilizado não aponta para análise das consequências negativas que as relações monetárias podem proporcionar. Desta forma, acredita-se que este estudo oferece um ponto de partida para o aprofundamento de uma interessante agenda de pesquisa para analisar relações arruinadas pelo dinheiro ou arranjos não exitosos entre dinheiro e intimidade, como inadimplência, endividamento e quebra de contrato. Com isto, poder-se-ia ampliar a compreensão sobre a complexa relação entre intimidade e transações econômicas.

Ademais, embora este estudo tenha seguido a trilha culturalista, é necessário aprofundar a relação entre intimidade e transações econômicas, procurando evitar a ideia de que o sistema coletivo de significados e símbolos teria a capacidade de subjugar a economia. Também é preciso ponderar a potência da intimidade como fator preponderante para enquadramento das transações econômicas.

Abstract: This study aims to understand how financial transactions affect social relationships between farmers and directors of credit unions operating resources provided by government programs. The problem of research sought to understand the strategies of these leaders, called mediators, to articulate the symbolic universe of farmers, with the expectations of public policy and the circuit where the money flows. To understand this issue an empirical research was carried out in a Cooperative Credit System called Cresol. The theoretical framework that guided the analysis of the information articulated the concepts of frames (McAdam, McCarthy and Zald, 1999) and "negotiation of intimacy" (Zelizer, 2005). The conclusion is that the mediators operate its strategy of making trust and friendship (intimacy) on institutional affiliation. Its action acquires an instrumental bias in that converts economic transactions in intimacy, financial transfers in expanding and strengthening social relations and identity system.

Keywords: Public Policies, Mediators, Economic Circuits, Culture, Intimacy.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo; BITTENCOURT, Gilson. Inovações institucionais no financiamento da agricultura familiar: o Sistema Cresol. *Revista Economia Ensaios*, v. 16, n. 1, p. 179-207, Uberlândia, 2003.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P., BORSATTO, Ricardo S.; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde F. S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. *Revista Interdisciplinária de Estudos Agrários*, n. 38, p. 25-50, 2013.

BÚRIGO, Flavio L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.

———. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GUANZIROLI, Carlos E.; CARDIM, Silvia. E. de C. S. *Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica Incra/Fao*. Brasília: Incra; Fao; MDA, 2000.

GRISA, Cátia. As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

INCRA/FAO. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Ago. 1996.

KAGEYAMA, Angela. A., BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, p. 105-122, Jan..Mar. 2013.

McADAM, Doug.; McCARTHY, John; ZALD, Mayer (Eds.). *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

MATTEI, Lauro. *Impactos do Pronaf: Análise de Indicadores*. “Série Estudos 11 Nead”. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

PEREIRA, L. Helena. Análise de conteúdo: um *approach* do social. *Cadernos de Sociologia*, v. 9, p. 87-114, Porto Alegre, 1998.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde F.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online], v. 52, sup. 1, p. 205-222, 2014.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master Frames and cycles of protest. in MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

UAINAIN, Antônio M.; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, n. 10, p. 312-347, 2003.

ZALD, Mayer. Cultura, ideología y creación de marcos estratégicos. In: McADAM, Doug; McCARTHY; John; ZALD, Mayer. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

ZELIZER, Viviana. Circuits in economics life. In ZELIZER, Viviana. *Economics lives*. New York: Princeton University Press, 2010a.

———. A economia do Care. *Civitas Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 3, p. 376-391, 2010b.

———. Monétisation et vie sociale. *Le Portique*, n. 19, p. 2-11, 2007.

———. Argent, circuits, relations intimes. *Enfances, Familles, Générations*, n. 2, p. 93-113, 2005a.

———. *The purchase of intimacy*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2005b.

———. O significado social do dinheiro – dinheiros especiais. In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João. *Os trilhos da sociologia econômica*. Portugal: Celta, 2003.

———. La construction des circuits de commerce: notes sur l'importance des circuits personnels et impersonnels. In SERVER, Jean-Michel ; GUÉRIN, Isabelle. Exclusion et liens financiers. Rapport du Centre Walras. *Economica*, p. 425-429, 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2000.

O dilema do enquadramento interpretativo: o caso das interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia*

Recebido: 11.06.15

Aprovado: 02.03.16

Matheus Mazzilli Pereira
& Marcelo Kunrath Silva**

Resumo: Ativistas de movimentos sociais enfrentam um dilema em suas atividades de enquadramento interpretativo. De acordo com parte da literatura, imperativos morais são obstáculos para o imperativo estratégico e tal dilema tem origem na tensão entre esses dois polos. Este trabalho tem dois objetivos: (1) questionar e propor alternativas para essa caracterização dicotômica do dilema do enquadramento interpretativo; e (2) compreender os processos que geram diferentes respostas a esse dilema. Para isso, foram entrevistadas lideranças de quatro organizações de direitos animais em Porto Alegre; uma liderança de uma organização de direitos animais de São Paulo; e ativistas e jornalistas envolvidos na produção de notícias e artigos selecionados para análise em profundidade. Os resultados apontam que imperativos estratégicos e morais se complementam e são gerados por teorias nativas sobre como a transformação social ocorre e são moldados por pressões interativas, gerando as diferentes respostas ao dilema do enquadramento.

Palavras-chave: enquadramento, dilema, movimentos sociais, direitos animais, mídia corporativa.

Introdução

No mês de junho de 2008, ativistas de direitos animais (ou, segundo sua auto-denominação, abolicionistas) porto-alegrenses comemoraram a publicação de uma matéria no jornal *Correio do Povo*, reproduzindo a imagem de um anúncio *outdoor* por eles desenvolvido. O *outdoor* estampava a fotografia de um cavalo, que puxava carroças na cidade, caído e ensanguentado ao lado da frase “Prefeito: agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do Rio Grande do Sul”. No anúncio, militantes mobilizam um dos símbolos da tradição gaúcha – o cavalo – em apoio à sanção de uma lei municipal que propunha a proibição do trânsito de carroças com tração animal na cidade de Porto Alegre (*Correio do Povo*, 2008).

Dois anos depois, uma ativista desse mesmo movimento publica na seção de artigos do jornal *Zero Hora* um texto no qual essas mesmas tradições são fortemente criticadas por serem utilizadas como justificativa para a exploração animal. Essa ativista afirma em seu artigo: “[...] tradição alguma é imutável sendo, para Montesquieu, a ignorância a mãe de todas as tradições”. A militante segue expondo contradições das práticas dos gaúchos, que se indignam com determinadas formas

* Agradecemos à avaliação crítica dos pareceristas anônimos da *Revista Sociedade e Estado*, as quais contribuíram de forma significativa para a qualificação da argumentação desenvolvida no artigo.

** Matheus Mazzilli Pereira é bacharel em ciências sociais e mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutorando em sociologia pela mesma instituição de ensino. <matheus.mazzilli@gmail.com>.

Marcelo Kunrath Silva é doutor em sociologia e professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <mksilva@ufrgs.br>.

de exploração de alguns tipos de animais e defendem a exploração de outros em nome da tradição, descrevendo, posteriormente, um conceito incomum à linguagem cotidiana, mas central para os ativistas de direitos animais: *senciência* (Hassen, 2010).

1. O conceito de enquadramento interpretativo (*framing*), que será apresentado de forma mais aprofundada ao longo do artigo, refere-se ao mecanismo central do processo de “definição da situação”, tal como este é entendido na tradição do interacionismo simbólico. Através das molduras interpretativas (*frames*) acionadas no enquadramento interpretativo de uma situação determinada, os atores organizam e definem a sua percepção daquilo que experienciam. O conceito de *frames*, no Brasil, tem sido traduzido tanto como “quadro” quanto como “moldura”. Optou-se por esta segunda tradução, uma vez que ela expressa de maneira mais fiel a analogia elaborada pelo formulador original deste conceito, Gregory Bateson (1972).

2. Para uma problematização da ênfase excessiva no alinhamento de molduras no estudo da ressonância, ver Hewitt e McCammon (2005).

Já em 2011, militantes de direitos animais figuram novamente nas páginas do jornal *Zero Hora*, relatando como compatibilizam sua escolha moral por hábitos veganos ao cotidiano na “terra do churrasco”. Em busca da divulgação de sua identidade coletiva, os ativistas dão “dicas de sobrevivência” àqueles que desejam se tornar veganos e relatam casos pessoais vistos como capazes de romper estereótipos a respeito das práticas veganas. Assim, uma ativista relata, por exemplo, a surpresa de médicos e familiares ao constatarem que seu bebê, nascido após uma gestação vegana, estava em perfeitas condições de saúde (Luz, 2011). Em outra ocasião, militantes promoveram especialmente para uma profissional desse mesmo jornal um “churrasco vegano”, com vegetais e “carne de soja”, buscando demonstrar que a adoção do veganismo não implica no abandono do churrasco dominical entre amigos e parentes (Almeida, 2011).

Dessa forma, ativistas desenvolvem enquadramentos interpretativos¹ distintos que ora defendem, ora se opõem, ora buscam a compatibilização de suas demandas às tradições gaúchas. Em outras palavras, militantes respondem diferentemente ao que se denomina de dilema do enquadramento interpretativo. Segundo a literatura, este dilema se estrutura a partir de duas premissas básicas. Primeiramente, se movimentos sociais oferecem algum tipo de desafio à cultura dominante e/ou às relações de poder estabelecidas, supõe-se que os símbolos que orientam sua ação se distanciem, em alguma medida, das concepções difundidas e aceitas pela maior parte da população ou da elite política. Em segundo lugar, a literatura alega que a possibilidade de que os interlocutores dos ativistas considerem o enquadramento apresentado pelos movimentos sociais como uma boa definição de “o que está acontecendo aqui” diminui se esse enquadramento não se aproximar, ao menos em parte, das molduras já entendidas como adequadas para esse interlocutor (Benford & Snow, 2000; Noakes & Johnston, 2005). Neste sentido, a ocorrência de um alinhamento de molduras interpretativas (*frame alignment*) seria fundamental para que determinado enquadramento interpretativo encontrasse ressonância, definindo seu potencial de convencimento, difusão e eficácia mobilizadora (Benford & Snow, 2000; Snow *et alii*, 1986)².

Essas duas premissas impõem, assim, um dilema básico de enquadramento aos movimentos sociais, resumido por Tarrow (2009) da seguinte maneira:

Há um paradoxo na política simbólica dos movimentos sociais: entre desenvolver símbolos dinâmicos que criam novas identidades e realizarão mudanças e oferecer símbolos que sejam familiares às pessoas e baseados em suas próprias culturas (Tarrow, 2009: 140).

Ou seja, o dilema do enquadramento interpretativo parece expressar uma tensão entre ruptura ou confrontação do estabelecido, importante para as transformações almejadas, bem como ressonância ou adaptação ao existente, práticas necessárias à aceitação pelos interlocutores do movimento.

Tradicionalmente, o dilema do enquadramento interpretativo tem sido caracterizado pela literatura como tensão entre imperativos estratégicos e morais. Esse artigo busca responder duas perguntas teóricas relacionadas a esse dilema: A caracterização do dilema do enquadramento como relação de soma-zero entre ideologia e estratégia é satisfatória para a compreensão da complexidade dos processos de enquadramento? O que leva diferentes organizações de movimentos sociais e ativistas a responderem diferentemente a um dilema comum? Para isso, o artigo apresenta uma discussão teórica sobre o tema, utilizando como ilustração casos de interação entre ativistas de direitos animais e membros da mídia corporativa investigados ao longo de uma pesquisa empírica realizada entre os anos de 2012 e 2013.

O movimento dos direitos animais propõe o diagnóstico de que animais devem ser considerados sujeitos de direitos inalienáveis, tais como o direito à vida e o direito à liberdade. Dessa maneira, as atuais relações entre animais humanos e não humanos seriam problemáticas, na medida em que os direitos dos animais seriam violados por práticas como o consumo de carne e derivados, o uso de vestimentas confeccionadas com peles, testes científicos com cobaias animais, entre outras (as chamadas práticas de exploração animal). Tendo em vista tal diagnóstico, ativistas propõem como prognóstico a abolição de todas as formas de exploração de animais não humanos. Isso significaria a adoção de hábitos veganos³ e a formulação de políticas públicas que garantiriam a preservação dos direitos animais. Dessa forma, tais ativistas se diferenciam de militantes do “bem-estar animal” – que buscam aprimorar as condições de vida de animais que são usados por seres humanos – e de ativistas da “proteção animal” – que buscam boas condições de vida para animais socialmente valorizados, tais como cães e gatos (Evans, 2010; Garner, 1998; Freeman, 2010; Sordi, 2011).

O desenho da pesquisa que fundamenta este artigo foi dividido em duas fases. Na primeira, buscamos identificar os principais dilemas de enquadramento vivenciados por ativistas de quatro organizações de direitos animais de Porto Alegre e de

3. O veganismo também é adotado por indivíduos com motivações não relacionadas ao diagnóstico dos direitos animais, assim como por indivíduos não formalmente engajados em organizações abolicionistas, mas em “movimentos culturais difusos” ou em esforços de “contracultura” (Abonizio, 2013; Cherry, 2006).

uma agência de notícias focada em direitos animais sediada em São Paulo. Foram reunidas notícias e artigos relacionados ao ativismo abolicionista animal publicados nos dois maiores jornais do Rio Grande do Sul, bem como na agência de notícias citada anteriormente. Este material foi apresentado em entrevistas para os líderes das organizações estudadas, sendo utilizado como estímulo para que os respondentes avaliassem diferentes possibilidades de enquadramento em interações com a grande mídia. Tais entrevistas foram analisadas por um procedimento indutivo que buscou identificar e categorizar as molduras presentes em tais materiais; compreender a centralidade de tais molduras para a organização da experiência dos ativistas; identificar padrões organizacionais de avaliação de táticas de enquadramento; e compreender as justificativas utilizadas por militantes para defender ou criticar enquadramentos.

Na segunda fase da pesquisa, casos que representavam táticas de enquadramento identificadas na primeira fase da investigação foram selecionados para a análise de sua produção interativa. Ativistas e jornalistas envolvidos na produção desses materiais foram entrevistados. Tais entrevistas foram conduzidas e codificadas tendo-se como base as premissas da análise de discurso interacionista, que busca identificar os contextos interativos e os mecanismos que moldam processos de enquadramento em dada situação (Gill, 2000). Os entrevistados foram estimulados a refletir sobre as razões que os levaram a adotar determinada postura na situação em análise. O material foi codificado buscando-se isolar os mecanismos que operaram nessas interações. A codificação foi dedutiva e indutiva, na medida em que alguns mecanismos foram antecipados por hipóteses de pesquisa e outros foram identificados por meio da análise.

Esse trabalho está organizado da seguinte forma. A primeira parte do artigo apresenta a discussão teórica sobre imperativos estratégicos e morais na perspectiva do enquadramento interpretativo. São criticadas concepções que concebem imperativos morais como “obstáculos” para a ação estratégica. São propostas alternativas teóricas por meio da adaptação de conceitos já existentes como os de “ideologia” e “fabricações” e por meio do conceito de “tendências de enquadramento”. Na segunda parte do artigo, são explorados os motivos pelos quais atores respondem diferentemente ao dilema do enquadramento. Defende-se que ativistas respondem a dilemas práticos de acordo com suas teorias nativas sobre transformação social, bem como respondendo a contextos interativos específicos.

Além da dicotomia entre estratégia e moralidade

Ao longo das últimas décadas do século XX, a abordagem do enquadramento interpretativo⁴ foi paulatinamente incorporada às mais importantes teorias desenvolvidas dentro do campo de estudos de movimentos sociais, estabelecendo-se como dimensão central para a análise do confronto político (McAdam, McCarthy & Zald, 1999; McAdam, Tarrow & Tilly, 2001; Tarrow, 2009). Tal abordagem contribui para o debate sobre movimentos sociais ao enfatizar o papel diligente dos ativistas como produtores de interpretações contenciosas, a necessidade de alinhamento cognitivo para o engajamento, bem como a importância de disputas interpretativas para a emergência, o desenvolvimento e a resolução do confronto político (Benford, 1993; Benford & Hunt, 1992; Benford & Snow, 1992; McAdam, 1999; Silva, Cotanda & Pereira, no prelo; Snow, 2004; Snow *et alii*, 1986; Snow & Byrd, 2007).

No entanto, as propostas teóricas desenvolvidas originalmente por Robert Benford e David A. Snow sofreram críticas de diversos autores. A perspectiva do enquadramento interpretativo deu ênfase à ação estratégica dos ativistas ao mostrar que movimentos sociais buscam produzir mensagens que os ajudam a “mobilizar potenciais aderentes, conquistar o apoio dos observadores e desmobilizar antagonistas” (Snow & Benford, 1988: 198, tradução nossa; Noakes & Johnston, 2005; Westby, 2005). Embora Benford e Snow considerem que o enquadramento interpretativo é também um fenômeno tácito, discursivo e contencioso, os autores reconhecem que essa literatura “dedicou muito mais atenção empírica aos processos estratégicos associados ao enquadramento em movimentos” (Benford & Snow, 2000: 624, tradução nossa). Críticas a essa abordagem “estratégica” podem ser sistematizadas em dois conjuntos de argumentos.

Por um lado, autores criticam a perspectiva do enquadramento interpretativo por ignorar que a cultura, em muitas ocasiões, influencia a ação social de forma tácita, pouco consciente e reflexiva (Mathieu, 2002; Johnston & Alimi, 2012). Lilian Mathieu (2002), por exemplo, destaca que parte da formulação original de Erving Goffman (1986) se referia justamente a esse tipo de fenômeno em que a agência estratégica dos indivíduos é escassa, resumindo esse problema da seguinte maneira:

Ainda que Goffman estivesse interessado prioritariamente no enquadramento como atividade cognitiva largamente pré-reflexiva de atribuição de sentido (assim como em suas falhas) e concedesse apenas atenção secundária às molduras em si, o uso que Snow e seus colaboradores fazem desse aparelho conceitual desloca o interesse em direção a um trabalho reflexivo de redefinição das

4. Na revisão da literatura brasileira sobre movimentos sociais foram encontrados poucos trabalhos (Bertoncelo, 2009; Maciel, 2011; Penna, 2012; Prudencio & Santos, 2011; Rothberg & Berbel, 2010) que empregam o conceito de molduras interpretativas (incluindo-se outras traduções), todos bastante recentes. Destacam-se ainda os trabalhos de Jordão Horta Nunes (2013a e 2013b) como esforços pioneiros no sentido de desenvolver um tratamento mais sistemático do conceito de molduras interpretativas e de sua aplicação ao estudo dos movimentos sociais no Brasil.

representações, na medida em que é consciente e tático. As molduras não aparecem mais tanto como o produto de uma atividade cognitiva, mas antes como esquemas de interpretação relativamente estáveis e rígidos, que tornam possível que certos sujeitos os manipulem de maneira coerente com seus interesses (Mathieu, 2002: 87, tradução nossa).

Como resposta a esta ênfase excessiva na possibilidade de manipulação consciente e/ou instrumental dos processos de enquadramento, Hank Johnston e Eitan Alimi (2012) propõem o resgate do conceito de molduras primárias de Goffman (1986) para a análise de movimentos sociais. Ao seguir a proposta original desse autor, o enquadramento interpretativo pode ser visto como processo que ocorre em camadas. A camada inferior e mais básica desse processo é caracterizada pelo enquadramento primário, através do qual indivíduos tendem a apreender sua experiência cotidiana de forma pouco reflexiva. Assim, segundo Goffman:

Cada moldura primária permite que seu usuário localize, perceba, identifique e rotule um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos. O usuário provavelmente não está ciente das características organizadas dessas interpretações e nem é capaz de descrevê-las, caso isso seja solicitado e, mesmo assim, essas deficiências não impedem que ele as use fácil e completamente (Goffman, 1986: 21, tradução nossa).

O viés estratégico inicialmente apresentado pela literatura do enquadramento interpretativo também é criticado por ignorar que as mensagens desenvolvidas por movimentos sociais tenham uma importância normativa para os ativistas e que, portanto, a cultura pode influenciar a ação social por meio de valores que estabelecem seus fins. Ou seja, argumenta-se que as molduras interpretativas da ação coletiva não são meros meios para a obtenção de resultados, elas têm uma importância axiológica na organização da experiência dos indivíduos (Gillan, 2008; Oliver & Johnston, 2005; Maia, 2009; Steinberg, 1998; Vaisey, 2008a). Para solucionar esse problema teórico, autores têm criado ou resgatado uma série de conceitos para se referir às convicções normativas ou ao sistema axiológico dentro do qual ativistas cunham suas mensagens, tais como: molduras orientadoras (Gillan, 2008), campos discursivos (Steinberg, 1998) e ideologia (Oliver & Johnston, 2005).

O que se percebe a partir dos argumentos expostos acima é que a crítica ao viés estratégico-instrumental no tratamento dos processos de enquadramento interpretativo dá origem a propostas que, a partir de conceitos diversos, direcionam o foco ora na dimensão tácita da ação, ora em sua dimensão axiológica. Estabelece-se, assim, uma falta de clareza teórica persistente apontada pela literatura como um

dos desafios mais importantes da atual agenda de pesquisa dentro desse campo de debates (Snow *et alii*, 2014).

Autores têm tentado solucionar esse problema com abordagens sintéticas, que buscam incluir em um mesmo modelo aspectos morais e estratégicos da ação (Rohlinger, 2002; Vaisey, 2008a; Westby, 2005; Zhao, 2010). Algumas dessas abordagens, no entanto, tendem a apresentar modelos dicotômicos, cujos polos ideologia/identidade e estratégia são vistos como elementos antagônicos que competem pela orientação da ação dos indivíduos, sendo tratados como se fossem forças inversamente proporcionais⁵. Aspectos morais são vistos, assim, como “obstáculos” para a ação estratégica e, portanto, qualquer incremento da postura ideológica/identitária geraria, necessariamente, um decréscimo nas considerações estratégicas dos ativistas (Rohlinger, 2002; Westby, 2005; Zhao, 2010).

Ao buscarem romper com abordagens dicotômicas, autores criticam a contraposição entre estratégia e ideologia, na medida em que ela obscurece a compreensão de que toda ação é, em algum nível, ao mesmo tempo ideológica e estratégica. Dessa forma, a aplicação desse esquema dicotômico pode obscurecer o fato de que, por um lado, as ideologias podem ser estrategicamente mobilizadas para o alcance de determinados fins estipulados para a ação coletiva. Por outro, esse esquema pode dificultar a percepção de que, subjacentes a ações, aparentemente apenas estratégicas e voltadas à obtenção de resultados imediatos, há valores e convicções (Polletta, 1997; 2004). Assim, táticas como um todo – e não apenas de enquadramento – não são meios neutros para ativistas, mas “representam importantes rotinas, moralmente e emocionalmente salientes nas vidas das pessoas” (Jasper, 1997: 237, tradução nossa).

Baseados nessas críticas, como é possível classificar os diferentes tipos de molduras interpretativas?

Classificando as molduras: a adequação imaginada das categorias

Este artigo busca apresentar um modelo de classificação das molduras afastado da dicotomia entre estratégia e ideologia, baseado na proposta original de Goffman (1986) de classificação das molduras, de acordo com seu papel na organização da experiência dos atores. Dito de outra forma, o modelo proposto classifica as molduras de acordo com a sua adequação imaginada (pelos atores sociais) para a classificação das situações.

5. Dingxin Zhao (2010), por exemplo, argumenta que um aumento das capacidades organizativas permite um incremento das considerações estratégicas das organizações e um “desprendimento” em relação às ideologias. Já David Westby (2005) argumenta que, de acordo com o nível de “saliência ideológica”, organizações podem transitar entre diversas combinações entre “ideologia” e “imperativo estratégico”.

Esse modelo segue a tendência de síntese teórica entre as diversas formas de influência da cultura na ação social (Vaisey, 2008; Westby, 2005; Zhao, 2010). De forma análoga ao que propõe Zhao (2010), defende-se que a cultura pode afetar a ação coletiva de maneiras distintas: como uma “caixa de ferramentas” (a partir das quais atores podem selecionar símbolos de acordo com suas necessidades); como “scripts” ou “valores” (com forte carga normativa); e como “instintos” (pouco percebidos pelos atores). Ao se afastar de premissas dicotômicas, porém, esses elementos não são vistos como forças inversamente proporcionais, o que não significa que atores não estabeleçam julgamentos acerca da moralidade e da efetividade de certas formas de uso de molduras interpretativas (assunto tratado nas próximas seções).

O modelo proposto busca abrigar sob a rubrica do enquadramento interpretativo e sob os pressupostos do interacionismo simbólico os diversos tipos de molduras que influenciam diferentemente a ação dos ativistas e das organizações de movimentos sociais. Isso ocorre na medida em que se defende que a proposta original de Goffman (1986) busca conciliar o caráter tácito e estruturado da experiência dos atores à possibilidade de que atores utilizem os sentidos estruturados tendo em vista seus interesses.

O conceito de molduras primárias de Goffman (1986) é adotado em seu sentido original, como categorias utilizadas de forma tácita pelos atores em sua definição das situações. Essas categorias influenciam os atores sociais sem que eles ao menos percebam essa influência, deixando clara a atuação da cultura em forma de “instinto” na ação social. No caso do ativismo em defesa dos direitos animais, por exemplo, é provável que uma série de concepções culturais acerca das relações entre natureza, seres humanos e animais não humanos afete as formas pelas quais ativistas enquadram sua luta (essa dimensão do fenômeno, no entanto, não foi objeto de análise).

O conceito de molduras ideológicas baseia-se no conceito de ideologia tal como definido por Pamela Oliver e Hank Johnston (2005). Ele se refere às categorias vistas pelos ativistas como as definições mais adequadas para a interpretação e avaliação moral das situações a que se referem, definindo a luta dos ativistas e os problemas por eles identificados. Molduras ideológicas, em outras palavras, respondem à pergunta “o que está acontecendo aqui?”, quando voltadas para as situações que estão no foco dos ativistas. Essas categorias têm uma importância normativa para os militantes, não podendo ser completamente esquecidas. No caso do ativismo em defesa dos direitos animais, as principais molduras ideológicas do movimento giram em torno da ideia de que a defesa dos animais deve estar baseada em uma crítica ao

especismo e na ideia de que a sciência é único critério válido para a definição da fronteira entre os indivíduos portadores e não portadores de direitos, o que tornaria os animais sujeitos de direito.

É proposto, ainda, um conceito análogo ao de molduras ideológicas, no intuito de conciliar o modelo proposto a outro importante debate sobre a dimensão simbólica da ação coletiva: o debate sobre as identidades coletivas tal como proposto por Melucci (1995). Molduras identitárias são as categorias vistas pelos ativistas como as definições mais adequadas para a identidade coletiva e para as práticas do grupo ao qual os militantes estão vinculados. Essas molduras também têm uma importância normativa para os ativistas, não podendo ser completamente esquecidas. Porém, ao invés de responder à pergunta “o que está acontecendo aqui?” – identificando problemas sociais – essas categorias respondem mais às perguntas “quem somos nós?” e “o que fazemos?”. No caso dos direitos animais, o veganismo é o centro da identidade coletiva do movimento, sendo a descrição desse conjunto de hábitos, tal como concebido pelos militantes, a principal moldura identitária verificada. Os conceitos de molduras ideológicas e de molduras identitárias buscam enfatizar a influência em forma de “script” ou de “valores” da cultura na ação coletiva.

Ainda, como Goffman (1986) defende, algumas categorias podem ser vistas como apropriadas para a definição das situações, sendo, porém, consideradas menos relevantes para essa tarefa. Neste trabalho é proposto o conceito de molduras periféricas para a descrição de tais categorias. Essas molduras são vistas como definições adequadas das situações, mas não são vistas como as mais adequadas para a sua definição, quando comparadas aos dois primeiros tipos citados. Essas categorias não detêm, portanto, a importância normativa que molduras ideológicas e identitárias detêm para os ativistas. No caso do ativismo em defesa dos direitos animais, argumentos que giram em torno da preservação ambiental são vistos, por parte dos ativistas, como enquadramentos periféricos. Estes ativistas alegam que o veganismo, de fato, tem impactos positivos para a preservação do meio ambiente (é uma classificação adequada da crítica moral). Esses mesmos militantes defendem, no entanto, que, mesmo se os impactos do veganismo fossem negativos em termos ambientais, eles ainda considerariam o veganismo um conjunto apropriado e ético de práticas, na medida em que o seu foco é o combate ao especismo.

Por fim, este trabalho adota outra definição conceitual idêntica à proposta por Goffman (1986): a de fabricações. Fabricações são classificações das situações vistas pelos próprios atores sociais que as defendem frente a um interlocutor como inapropriadas tanto moral quanto cognitivamente para a definição das situações em questão, mas que são utilizadas para que os atores sociais alcancem determinados

6. As demais categorias podem, no entanto, também ser vistas como categorias socialmente disponíveis para o uso dos atores, apesar de deterem características especiais tais como a aplicação tácita ou a importância axiológica para os indivíduos.

7. No caso do movimento pelos direitos animais, por exemplo, é possível citar a controvérsia em torno da questão da preservação ambiental. Se, como visto anteriormente, as molduras que giram em torno da defesa do meio ambiente são vistas por boa parte dos militantes como molduras periféricas, outros ativistas defendem que a defesa do meio ambiente é uma questão tão central para a defesa dos direitos animais quanto à crítica ao especismo. O argumento desenvolvido pelos ativistas, nesse caso, sustenta que, na medida em que o meio ambiente é o habitat dos animais, qualquer ação que o prejudique é uma ação especista, na medida em que submete interesses básicos dos animais (a garantia do local de sobrevivência) aos interesses humanos.

objetivos em uma interação. Nesse caso, a influência da cultura como “caixa de ferramentas” na ação coletiva fica mais evidente (Swidler, 1985; 2008)⁶. No caso do ativismo em defesa dos direitos animais, a tradição, quando utilizada em um enquadramento, é vista como uma fabricação por boa parte dos militantes, na medida em que a ideologia do movimento traz em si uma crítica a práticas especistas tradicionais, levando ativistas a defenderem a modificação das tradições no que tange à defesa dos direitos animais.

As molduras interpretativas da ação coletiva comportariam todos esses tipos de molduras, sendo caracterizadas por seu uso em interações com o intuito de atingir os diversos objetivos dos movimentos sociais. É necessário ressaltar, no entanto, que a definição sobre quais categorias podem ser vistas como molduras ideológicas/identitárias ou periféricas tende a estar em disputa dentro de um movimento social. Como ressaltam diversos autores, as interpretações não são estáticas, sendo melhor compreendidas quando vistas como processos de construção social por meio de negociações de sentido (Benford, 1997; Melucci, 1995)⁷.

Se tomarmos essa nova classificação das molduras, baseada na adequação imaginada das categorias e no papel das categorias para a organização da experiência, a dicotomia entre ideologia e estratégia pode ser superada e as diversas formas de influência da cultura na ação coletiva podem ser compatibilizadas. Como isso pode afetar, teoricamente, a percepção a respeito do dilema do enquadramento?

Compreendendo os dilemas: as tendências de enquadramento

Uma vez que a dicotomia ideologia-estratégia é questionada, como é possível reinterpretar o dilema do enquadramento? Neste trabalho, propõe-se que esse dilema seja repensado como tensão estabelecida entre ativistas de movimentos sociais a respeito da aceitabilidade e da eficácia do uso ou do privilégio do uso de determinados tipos de molduras interpretativas em detrimento de outros.

Ao longo da pesquisa empírica junto ao movimento dos direitos animais, foi possível identificar que diferentes organizações apresentam tendências distintas de utilização e combinação de determinados tipos de molduras nos seus processos de enquadramento interpretativo, o que se denomina aqui de tendência de enquadramento interpretativo. Três tipos básicos de tendências de enquadramento interpretativo podem ser descritos: a tendência conceitual, a tendência retórica e a tendência identitária (Quadro 1).

QUADRO 1
TENDÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO

	Molduras ideológicas	Molduras identitárias	Molduras periféricas e fabricações
Tendência conceitual de enquadramento	Exposição necessária	Exposição desnecessária, mas positiva se relacionada à ideologia	Rejeição ou utilização em segundo plano
Tendência retórica de enquadramento	Ocultação ou exposição de acordo com aceitação	Ocultação ou exposição seletiva de acordo com aceitação	Utilização de acordo com a aceitação
Tendência identitária de enquadramento	Exposição desnecessária, mas positiva	Exposição necessária	Rejeição ou utilização em segundo plano

Fonte: Pereira, 2014: 63.

Organizações e ativistas que se guiam por uma *tendência conceitual de enquadramento* procuram utilizar em todas as interações nas quais estão inseridas as categorias vistas, as molduras ideológicas do movimento, que apresentam novos conceitos e fornecem novos diagnósticos que problematizam as situações. Em relação às molduras periféricas e às fabricações, ativistas ora recusam sua aplicação, ora as combinam com suas molduras ideológicas, mas colocando-as em segundo plano (principalmente quando vislumbram alguma relação lógica entre as proposições). A utilização de molduras identitárias pode ocorrer, mas sempre de forma associada ao problema social identificado pelas molduras ideológicas. Assim, militantes que seguem essa tendência não orientam seu enquadramento visando maximizar a possibilidade de aceitação do outro, podendo até mesmo valorizar uma reação negativa do interlocutor. A sua adaptação ao outro se dá de forma a maximizar o poder de crítica à realidade social e à capacidade de reflexão do interlocutor em direção a essa crítica, podendo ser descrita como uma adaptação crítica ao outro.

No caso do ativismo por direitos animais, ativistas em que essa tendência é observada buscam sempre construir seu enquadramento em torno dos principais argumentos éticos em defesa dos direitos animais, optando sempre pela crítica aos hábitos especistas do interlocutor, mesmo que essa tática gere um afastamento inicial do outro, o que é, em muitos casos, até mesmo valorizado. Esses ativistas buscam evitar, na maior parte das ocasiões, a utilização de enquadramentos vistos como diferentes ou distantes daqueles avaliados como centrais para a definição da luta dos direitos animais, mesmo que a utilização desses enquadramentos possa aproximar temporariamente um interlocutor ao movimento. A defesa de identidades e de práticas está, normalmente, associada à constatação de um problema que é por elas respondido, o que pode ser resumido na ideia: “sou vegano, porque me oponho ao especismo”.

Já organizações e militantes que se orientam por uma tendência retórica de enquadramento procuram utilizar aquelas categorias que, segundo sua avaliação, têm o maior potencial imediato de compreensão e aceitação positiva por parte do interlocutor – em outras palavras, uma maior ressonância. Nesse caso, quando as molduras ideológicas forem vistas como incompatíveis com a aceitação imediata do outro, elas serão propositadamente ocultadas pelos atores, sendo substituídas por molduras periféricas ou fabricações consideradas pelos ativistas como relevantes para seu interlocutor. Nos casos em que interlocutores se mostrem mais receptivos às molduras ideológicas do movimento, no entanto, ativistas podem optar por expô-las direta ou indiretamente. Em relação às molduras identitárias, militantes buscam expor aspectos vistos como valorizados por seu interlocutor e ocultar aqueles vistos como rejeitados. Nesse sentido, o enquadramento se orienta sempre pela possibilidade de aceitação do outro, podendo ser compreendido como uma adaptação cooperativa ao outro.

Essa tendência se manifesta na militância por direitos animais em ativistas que buscam formular seus argumentos visando transformar seus interlocutores em aliados, adaptando-se cooperativamente a eles ou ao contexto social no qual estão inseridos, mesmo que isso resulte em um afastamento temporário de argumentos considerados centrais para a defesa da proposta dos direitos animais. Isso ocorre, na medida em que ativistas identificam um contexto no qual argumentos tais como a defesa da tradição ou a defesa do meio ambiente são mais valorizados e estão mais difundidos socialmente em comparação àqueles que buscam defender a ideia de direitos aplicada ao caso dos animais.

Por fim, ativistas e organizações que se orientam por uma *tendência identitária de enquadramento* buscam utilizar em todas as interações nas quais estão inseridas as suas molduras identitárias como um todo, que apresentam uma identidade legítima que deve ser reconhecida e compreendida pelos outros. Em relação às molduras ideológicas, ativistas buscam apenas utilizá-las quando vislumbram possibilidades de fala (como espaço para uma conexão lógica entre identidade e ideologia), mas não necessariamente quando antecipam recepção positiva. Em relação às molduras periféricas e às fabricações, militantes ou recusam sua aplicação, ou as aplicam em segundo plano em relação a suas molduras identitárias. Assim, militantes que seguem essa tendência não orientam seu enquadramento visando maximizar a possibilidade de aceitação imediata do outro, mas buscando expor sua identidade coletiva, de forma a construir sua legitimidade.

No caso da militância pelos direitos animais, ativistas que se identificam com essa tendência de enquadramento buscam construir seu enquadramento baseando-se na

descrição de suas práticas tais como os próprios veganos as vivenciam e concebem, assim como na tentativa de demonstração da viabilidade do veganismo, seja pela exposição de argumentos científicos que defendem a viabilidade nutricional dessas práticas, pela divulgação de alternativas veganas de consumo ou pela descrição de pratos veganos como saborosos. Ativistas identitários veem como desejável, porém não necessária, a associação do veganismo à luta antiespecista, podendo estar explícita, em alguns casos, a conexão entre veganismo e escolhas éticas e, em outros casos, essa conexão estar completamente ausente do enquadramento proposto.

Dessa forma, o dilema do enquadramento pode ser compreendido como impasse entre a adoção e a defesa de uma tendência de enquadramento interpretativo frente às possibilidades existentes. Essa sistematização conceitual, no entanto, resolve apenas parte do problema. Se movimentos sociais têm à sua disposição categorias com características tão variadas, o que os leva a adotar umas em detrimento de outras?

A ideia de tendência é um indicativo da resposta proposta a essa questão. Tendências são predisposições de indivíduos ou grupos a agir de determinada maneira frente a determinadas situações que, no entanto, não necessariamente se confirmam na interação efetiva. Como destaca Vaisey (2008a; 2008b), a opção de um ator por determinada linha de ação frente a diversas alternativas deve ser compreendida como o resultado da dinâmica entre, por um lado, valores e preconceções introjetadas e, por outro, pressões interativas. Logo, duas questões devem ser respondidas para a compreensão das respostas ao dilema do enquadramento interpretativo: o que gera a tendência de um ator a considerar determinados tipos de molduras como mais aceitáveis ou efetivas e de, assim, defender o seu uso em interações que ocorrerão, dando origem a resposta prévia ao dilema? E o que pode reforçar ou modificar essa resposta modular a esse dilema, ou seja, a escolha por uma tendência de enquadramento, em interações sociais reais, dando origem à resposta efetivamente observada ao dilema?

Resposta ao dilema do enquadramento interpretativo

As respostas oferecidas pela literatura para essas questões, baseadas em conceitos tais como os de “saliência ideológica” (Westby, 2005) e de “capacidade organizativa” (Zhao, 2010), estão fortemente influenciadas pela dicotomia entre estratégia e ideologia, criticada nesse artigo. De forma alternativa, propõe-se uma solução baseada no conceito de “tendências de enquadramento interpretativo” que, como dito anteriormente, conduz à necessidade de um modelo que explique, ao mesmo

tempo, a constituição de preferências prévias de enquadramento por parte dos atores e a possibilidade de que dinâmicas interativas os levem à formulação de enquadramentos efetivos que, eventualmente, contrariem essas tendências.

Teorias nativas da transformação social

Na medida em que movimentos sociais buscam, de alguma maneira, transformar a sociedade, é possível imaginar que suas teorias sobre como o processo de mudança social ocorre possa impactar suas decisões. Nossos dados sugerem que tais teorias moldam as percepções dos ativistas sobre o que é “moralidade” e “estratégia”. Isso ocorre na medida em que diferentes teorias impõem diferentes objetivos de curto prazo para os militantes que podem ser alcançados por diferentes táticas.

Alguns militantes acreditam que a transformação social se inicia quando há uma mudança na consciência da população. De acordo com tal teoria, a transformação dos valores de uma sociedade leva à transformação de suas práticas, leis e instituições. Dessa forma, a mudança de valores dos interlocutores se torna o principal objetivo de curto prazo dos ativistas. Tais militantes são fortemente influenciados por teóricos como Gary Francione (2007) e definem, por exemplo, as reformas de bem-estar como uma verdadeira “pedra no caminho” do movimento abolicionista, pois dificultariam a “conscientização” da população ao sugerir que, se fortemente regulada, a exploração animal pode ser considerada como moralmente aceitável (Evans, no prelo).

A estratégia construída a partir dessa teoria nativa, portanto, obedece à lógica de “construir, atrair e conquistar”. Indivíduos deveriam inicialmente estar convencidos sobre o problema do especismo. Após esse processo, mais pessoas se tornariam veganas e resultados práticos seriam produzidos a partir dessa transformação. Nesse cenário, a defesa da tendência conceitual de enquadramento pode ser vista como a melhor estratégia já que é vista como a mais efetiva para produzir “choques morais” nos interlocutores (Jasper & Poulsen, 1995).

De acordo com essa teoria nativa, a tendência conceitual é também a alternativa moral mais aceitável, na medida em que ativistas argumentam que essa é a tática mais comprometida com as normativas éticas da libertação animal. Tais imperativos éticos aparentemente se tornam centrais por causa de seu papel imaginado no processo de transformação social.

Outros ativistas, no entanto, discordam de tal teoria. De acordo com eles, a transformação social ocorre de acordo com a mudança de práticas da sociedade. Tais

mudanças práticas fariam com que moralidades se adaptassem às novas rotinas. Nesse caso, pessoas são vistas como motivadas por interesses práticos e econômicos e não por normas e valores. Dessa forma, a luta pelas mudanças práticas vistas como possíveis no contexto atual se torna o principal objetivo de curto prazo dos militantes, influenciados por teóricos como David Stzybel (2007) e Carlos Naconecy (2009), a defenderem, por exemplo, que regras que garantam o bem-estar animal são “degraus” que ajudam a construir a abolição do especismo por meio de pequenas reformas que podem ser ampliadas pela construção de precedentes legais e pela formação de redes com indivíduos influentes (Evans, no prelo).

Em geral, no caso dos direitos animais, como o contexto no qual a militância ocorre é visto como não favorável à perspectiva abolicionista, tais mudanças práticas podem ser mais facilmente conquistadas pela formação de alianças, pela negociação, pela adaptação ao contexto e pela imposição de obstáculos aos adversários. Isso pode exigir um afastamento temporário dos ativistas em relação às molduras ideológicas e identitárias do movimento.

A estratégia construída a partir dessa teoria obedece à lógica “conquistar, construir e atrair”. Leis proibindo ou dificultando práticas de exploração animal diminuiriam a exploração no contexto atual e tornariam tais práticas menos familiares e justificáveis. Dessa forma, indivíduos identificariam o problema do especismo e adeririam ao veganismo. Nesse caso, a defesa da tendência retórica de enquadramento é vista como a melhor estratégia, na medida em que a adaptação de molduras e objetivos é vista como a tática capaz de levar a mudanças práticas em um ambiente hostil.

De acordo com tal teoria, a tendência retórica de enquadramento é também a mais correta do ponto de vista moral, na medida em que representaria maior foco nos interesses imediatos dos animais. Provavelmente tais interesses se tornam centrais do ponto de vista moral pelo importante papel que mudanças práticas para os animais têm nessa teoria nativa.

Por fim, uma terceira teoria nativa sobre transformação social pode ser observada no movimento dos direitos animais. De acordo com tal teoria, mudanças em identidades e práticas pessoais seriam as responsáveis pela identificação de problemas e pela produção de resultados práticos que beneficiem os animais. Dessa forma, a conquista de novos veganos se torna o objetivo de curto prazo mais importante para os militantes.

A lógica tática construída a partir dessa teoria obedece à máxima “atrair, construir e conquistar”. Primeiramente, indivíduos se tornariam veganos por qualquer moti-

vação, não necessariamente relacionada a direitos animais, tais como saúde e meio ambiente. Através do contato com práticas veganas e redes de indivíduos com a mesma identidade, os novos veganos iriam paulatinamente se familiarizar com o diagnóstico do especismo. A partir dessa nova moralidade e identidade, mudanças práticas poderiam ocorrer tanto em paralelo – como efeito do boicote vegano – quanto futuramente pelo fortalecimento da luta. Nesse cenário, a defesa da tendência identitária de enquadramento é vista como a melhor estratégia, na medida em que é observada como aquela capaz de quebrar estigmas em relação a veganos e atrair indivíduos para o veganismo.

De acordo com tal teoria, a tendência identitária de enquadramento é também a tendência mais aceitável do ponto de vista moral, na medida em que o comprometimento pessoal com as práticas veganas se torna um aspecto central. Isso provavelmente ocorre pelo papel que a transformação pessoal e identitária assume dentro dessa teoria.

Em suma, ativistas desenvolvem diferentes teorias sobre a mudança social. Em decorrência de tais teorias, militantes estabelecem diferentes objetivos de curto prazo para a militância. Tendo em mente tais objetivos, determinada tendência de enquadramento se torna ao mesmo tempo mais efetiva estrategicamente e aceitável moralmente. Dessa forma, teorias sobre a transformação social moldam preferências pessoais e organizacionais para a resolução de dilemas. Mas ativistas nem sempre agem de acordo com tais preferências.

Mecanismos interativos

Se levarmos a sério os pressupostos interacionistas da abordagem do enquadramento interpretativo, é necessário considerar que mesmo configurando preferências de enquadramento, as teorias sobre a transformação social estão sempre sujeitas à negociação em um processo de interação social, na medida em que esta é dotada de mecanismos próprios e contingências que influenciam decisivamente a ação efetiva de enquadramento dos atores sociais (Benford, 1997; Benford & Snow, 2000). Segundo Goffman (2002), em uma interação social, atores estão sempre em busca da resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui?”. A dinâmica da busca por essa resposta em uma interação pode ser resumida, da seguinte maneira:

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informação a seu respeito ou trazem à baila a que já possuem. [...] A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer

antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta adequada (Goffman, 2002: 1).

Essa breve definição apresenta vários fatores relevantes para a caracterização de uma interação. Em primeiro lugar, em uma interação social atores buscam conhecer as *características de seu interlocutor*, o que pode ocorrer de diversas maneiras. Essa definição mostra, ainda, outra dimensão importante das interações sociais, que deve ser afetada diretamente pelas combinações de lógicas de ação: indivíduos sempre têm alguma intenção nas interações⁸. Espera-se, ainda, que indivíduos regulem sua representação (as formas de agir e enquadrar as situações para o outro) de acordo com a reação esperada do interlocutor, de maneira a conquistar seus objetivos. Dessa maneira, no que tange ao enquadramento interpretativo, a antecipação do impacto do enquadramento no interlocutor é uma dimensão fundamental das interações sociais⁹.

As dimensões interativas não se resumem, no entanto, às informações construídas e obtidas em uma interação. As definições das situações, por exemplo, não se definem totalmente nessa dinâmica. Segundo Goffman (1959), a repetição de comportamentos análogos em situações diversas leva atores a imaginarem uma congruência entre elas, reunindo-as sob uma mesma categoria abstrata, o que ele denomina de idealizações. Ao fazer isso, atores estabelecem comportamentos esperados e pré-estabelecidos para essas interações, guiando-se por essas normas pré-estabelecidas em interações futuras. De forma análoga, Johnston (2000; 2005) defende a importância das situações de fala para a análise do enquadramento dos ativistas, definidas como um “um episódio de interação delimitado no qual há regras específicas sobre o que deve e o que não deve ser dito” (Johnston, 2000: 222, tradução nossa). Ainda, quando determinadas rotinas de interação se repetem, ou seja, indivíduos repetem suas formas de agir e enquadrar as situações constantemente diante de um mesmo conjunto de interlocutores, não só as situações se tornam idealizadas, mas os indivíduos passam a ser vistos a partir de padrões de comportamentos esperados para essas interações: os *papéis sociais* (Goffman, 2002; Johnston, 2000; 2005)¹⁰.

Dessa forma, podem ser apontados cinco mecanismos interativos que conformam as respostas dos ativistas e das organizações de movimentos sociais ao dilema do enquadramento interpretativo: a atribuição de características aos interlocutores; a antecipação do impacto do enquadramento interpretativo; o estabelecimento de intenções; a adequação à situação de fala; e o desempenho de um papel social¹¹.

A operação destes mecanismos pode ser exemplificada por uma breve análise das interações entre ativistas de direitos animais e representantes da grande mídia que

8. Na tentativa de delimitar uma técnica para a análise de molduras, Hank Johnston (2000; 2005) também reconhece a importância da análise da intenção do ator em uma interação.

9. É importante ressaltar, nesse ponto, que todos os objetivos requerem uma representação. Assim, as dinâmicas interativas não afetam apenas aqueles que orientam seu enquadramento de acordo com a aceitação imediata da plateia. Dizer que um indivíduo tende a valorizar suas molduras ideológicas e identitárias não significa dizer que ele ignorará as dinâmicas interativas, na medida em que elas irão afetar decisivamente a forma como essas molduras serão expostas, a necessidade de combinação dessas molduras com outras e até mesmo os tipos de interação que esses atores procuram estabelecer ou evitar. Ainda, indivíduos podem esperar uma reação negativa do interlocutor e, intencionalmente, provocá-la. Ou seja, a influência do outro em uma interação e a orientação da representação pelo outro não significam necessariamente uma adaptação em direção à aceitação do outro. Nesse

sentido é importante a distinção entre a “adaptação cooperativa ao outro” e a “adaptação crítica ao outro”.

10. Uma discussão teórica mais aprofundada sobre a relação entre os conceitos de “papel social” e “identidade coletiva” se mostra necessária, embora fuja ao escopo desse trabalho.

11. Não se pretende, neste trabalho, listar de forma exaustiva os mecanismos presentes em interações sociais. Em outros casos, novos mecanismos devem ser identificados e os mecanismos aqui apontados podem perder importância analítica.

12. Nenhum caso analisado em profundidade nessa seção apresenta como característica central a imposição de obstáculos interativos à utilização de determinada combinação preferencial de lógicas de ação. Exemplos desse tipo de caso foram, no entanto, observados ao longo da pesquisa, como em um caso no qual os militantes de uma organização que defende a tendência retórica de enquadramento optam por um enquadramento baseado em molduras ideológicas em uma palestra

geraram os artigos e as notícias publicados em jornais do estado do Rio Grande do Sul citados na introdução deste artigo¹². No caso da notícia que retrata o *outdoor* em defesa de uma lei que proíba o trânsito de veículos de tração animal em Porto Alegre, a forma como operaram os mecanismos interativos reforçaram a preferência da organização que constrói esse material pela tendência retórica de enquadramento. A grande mídia e os governantes (alvo final da ação) são vistos como exemplos paradigmáticos de atores que não são influenciados por questões éticas, mas sim por alianças com as elites e por uma reprodução cotidiana da cultura vigente (atribuição de características ao interlocutor). Assim, ativistas antecipam um impacto negativo de uma crítica mais forte a práticas especistas que, ao mesmo tempo, são de grande importância cultural e econômica para o estado do Rio Grande do Sul. Porém, na medida em que a grande mídia e os governantes também são vistos como defensores do tradicionalismo, antecipa-se um impacto positivo de um argumento baseado na “tradição” (antecipação do impacto do enquadramento). A possibilidade de entrada apenas em um espaço padrão do jornalismo (a seção “Geral” do jornal) reforça ainda mais essas dinâmicas (situação de fala).

Já no caso do artigo publicado no jornal *Zero Hora*, no qual há uma crítica ao conceito de tradição, outro espaço do jornal é acessado. A seção de artigos permite, por um lado, que argumentos normalmente evitados por jornalistas possam ser publicados, na medida em que eles são associados a um terceiro que não está relacionado à empresa de comunicação. Por outro lado, esse espaço do jornal permite o desenvolvimento de uma argumentação mais abertamente posicionada, menos descritiva e mais abstrata (situação de fala). O acesso a esse espaço, no entanto, é restrito e depende de credenciais específicas. Nesse caso, a militante consegue acesso a esse espaço na medida em que apresenta credenciais formais, tais como o título de mestre em antropologia e de doutora em educação, e informais, tais como uma redação considerada satisfatória (desempenho de papel social). Essas e outras dinâmicas interativas reforçam, nesse caso, preferências prévias pela tendência conceitual de enquadramento.

Nesse ponto, é interessante comparar essa interação às situações de interação nas quais outra organização brasileira de defesa dos direitos animais, em geral, está inserida. Por se tratar de uma agência de notícias voltada à defesa dos direitos dos animais, os ativistas dessa organização, ao interagirem com a imprensa, se apresentam por meio do papel de jornalistas. Se o desempenho desse papel concede benefícios a esses ativistas (tais como o acesso privilegiado a grandes veículos de comunicação), esses benefícios só são assegurados se determinadas obrigações são cumpridas (desempenho de um papel social). Parte dessas obrigações está relacionada à adequação do material produzido pela agência de notícia às expecta-

tivas que o meio jornalístico tem a respeito do trabalho desse tipo de organização, tais como a necessidade de manutenção de uma fala descritiva, a necessidade de abordar diversas temáticas, a necessidade de certificação das informações por fontes oficiais e a manutenção de uma alta taxa de produtividade (situação de fala). Dessa forma, ativistas dessa organização, apesar de procurarem manter seu enquadramento baseado em molduras ideológicas, se veem impossibilitados de apresentarem argumentos mais abstratos (como discussões filosóficas) ou abertamente posicionados. Assim, a utilização de molduras ideológicas é, nesse caso, mais tácita e menos abstrata se comparada ao que é observado no caso do artigo que critica a tradição gaúcha por meio de conceitos como especismo e senciência. São observadas, portanto, especificidades nos enquadramentos desenvolvidos em cada caso devido às peculiaridades das situações de interação, mesmo que, em ambos os casos, ativistas e organizações priorizem a mesma tendência de enquadramento.

Por fim, as características da interação na qual foi produzida a reportagem sobre veganismo no jornal *Zero Hora* também reforçaram as preferências identitárias prévias de alguns ativistas nela envolvidos. O caderno acessado do jornal é visto como espaço destinado à descrição de hábitos pessoais e não a discussões éticas aprofundadas. Nas palavras dos ativistas, encontravam-se nele “assuntos leves, para um caderno de domingo” (situação de fala). O temor que os ativistas relatam de que suas falas fossem distorcidas pela jornalista, conduzindo a matéria à reprodução de estereótipos, foi reduzido, na medida em que, segundo os ativistas, a repórter demonstrou interesse no assunto, não tendo feito perguntas baseadas em preconceitos e passando-lhes a impressão (real, segundo a jornalista) de que uma pesquisa prévia sobre o tema havia sido feita (atribuição de características ao interlocutor). Na medida em que a profissional da mídia também relata que tinha maior interesse nos hábitos desses indivíduos e menos nas motivações que os levaram a adotá-los, intenções dos jornalistas e dos ativistas se combinaram (estabelecimento de intenções). Dessa forma, dinâmicas interativas reforçaram as preferências prévias dos atores.

Assim, é possível observar que, mesmo que ativistas e organizações de movimentos sociais tenham soluções preferenciais para o dilema do enquadramento, mecanismos interativos são decisivos para a definição das respostas efetivamente dadas. É provável, ainda, que ativistas e organizações busquem de forma mais ou menos intencional interações nas quais haja uma expectativa de reforço de suas preferências e, logo, maiores possibilidades de ação de acordo com as convicções previamente estabelecidas (Vaisey, 2008a).

realizada em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, na medida em que não viam, nesse caso, possibilidades de obter, por meio da aliança com os atores presentes na interação, qualquer benefício para os animais. Dessa forma, a afirmação de que dinâmicas interativas podem obstaculizar preferências prévias carece de uma análise mais sistematizada que a suporte. A ausência dessa análise pode ser explicada por um problema metodológico de seleção dos casos. Após a primeira etapa de pesquisa, foram selecionados casos vistos como particularmente ilustrativos de determinada lógica de ação e de determinada “corrente” do movimento dos direitos animais. Dessa forma, observa-se uma tendência inicial gerada por esse critério de seleção de que os casos selecionados apresentassem reforços das dimensões interativas em relação às combinações preferenciais de lógicas de ação.

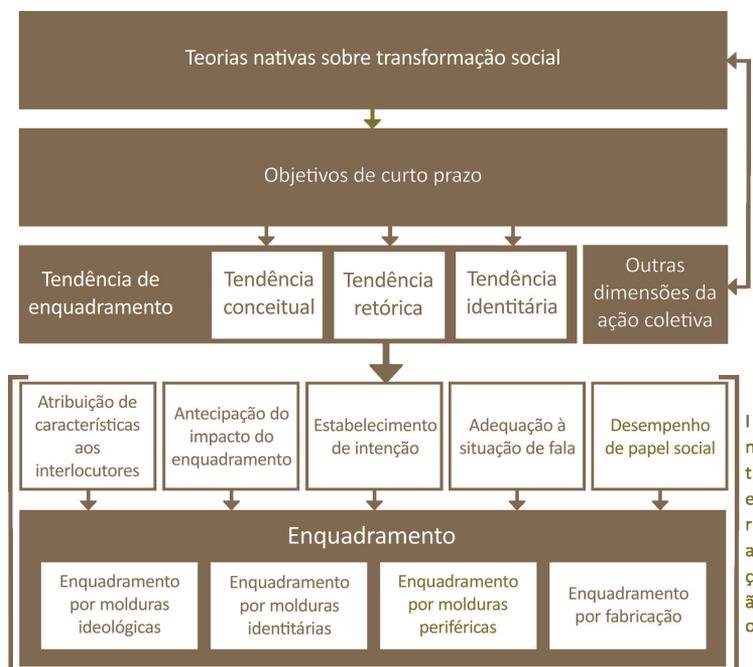
Considerações finais

Este artigo buscou apresentar um novo modelo analítico para responder a dois problemas teóricos presentes na abordagem do enquadramento interpretativo. Como interpretar o dilema do enquadramento interpretativo? E como explicar as diferentes respostas de ativistas e organizações a um dilema comum?

Para a primeira dessas questões, o artigo buscou repensar e superar o esquema dicotômico que considera imperativos morais como “obstáculos” para a ação estratégica. Inspirando-se em Goffman (1986), foi proposta uma classificação baseada na adequação imaginada das molduras e no seu papel para organização da experiência dos atores. Foi possível assim, repensar o dilema do enquadramento em termos de um dilema entre diversas tendências de enquadramento que podem, todas elas, ser vistas como estratégicas e ideológicas.

Para a segunda dessas perguntas, um modelo de análise foi elaborado a partir da combinação de teorias nativas sobre a transformação social e pressões interativas (Figura 1). De acordo com este modelo de análise, ativistas e organizações de movimentos sociais desenvolvem diferentes teorias nativas sobre como a transformação

FIGURA 1



social ocorre. Cada teoria prioriza determinados objetivos que são mais facilmente atingidos por determinado tipo de tendência de enquadramento interpretativo, sendo geradas, assim, soluções preferenciais para o dilema do enquadramento interpretativo, vistas em todos os casos pelos atores como estratégicas e ideológicas. Mecanismos interativos contingentes, no entanto, incidem sobre tais respostas, podendo reforçar, obstaculizar ou especificar as preferências, moldando, assim as respostas efetivamente dadas ao dilema.

Como qualquer outro modelo compreensivo, o modelo analítico proposto apresenta lacunas. O movimento dos direitos animais, por exemplo, pode ser um caso em que esse dilema se apresente em uma configuração limítrofe, na medida em que suas molduras ideológicas se afastam radicalmente dos referenciais culturais dominantes. Ainda, esse modelo apresenta o viés cognitivista presente na literatura sobre enquadramento interpretativo, obscurecendo o papel das emoções para a definição de respostas aos dilemas (Goodwin, Jasper & Polletta, 2001).

São necessários estudos que investiguem de forma mais aprofundada como dinâmicas interativas podem moldar preferências e disposições de ativistas. Ainda, essa investigação aponta para a necessidade de pesquisas sobre como indivíduos e organizações desenvolvem diferentes teorias sobre a transformação social. Por exemplo, como processos de socialização impactam a construção de tais teorias? E como identidades organizacionais ajudam a moldar (e são moldadas por) essas teorias? Por fim, na medida em que teorias da mudança social podem afetar outras escolhas táticas – como a escolha de arenas, alvos e repertórios –, pesquisas sobre o impacto de tais pressupostos tácitos nessas decisões e em processos como a polarização e a radicalização do confronto político também se mostram promissoras.

Abstract: Social movement activists face a dilemma in their framing activities. According to part of the literature, moral imperatives are constraints to strategic imperatives and this dilemma emerges from the tension between these poles. This paper has two objectives: (1) to question and to propose alternatives to the dichotomous characterization of the framing dilemma; (2) and to comprehend the processes that generate different solutions for this dilemma. To achieve these goals, we interviewed: leaders of four animal rights organizations of Porto Alegre; a leader of one organization of São Paulo; and activists and journalists involved in the production of news reports and articles selected for deeper analysis. Our data shows that moral and strategic imperatives are complementary and are generated by folk theories on social transformation and by interactive pressures, generating different solutions for the framing dilemma.

Keywords: framing; dilemma; social movements; animal rights; corporative media.

Referências

- ABONIZIO, Juliana. Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, n. 2, p.191-196, 2013.
- ALMEIDA, Kamila. Sem carne no prato. *Zero Hora*, “Caderno Vida”, p. 4-5, Porto Alegre, 2 Abr. 2011.
- BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind. Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.
- BENFORD, Robert D. An insider’s critique of the social movement framing perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, p. 409-430, 1997.
- . . “You could be the Hundreth Monkey”: collective action, frames, and vocabularies of motive within the nuclear disarmament movement. *The Sociological Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 195-216, 1993.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assesment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611-639, 2000.
- . . Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (Orgs.). *Frontiers in social movement studies*. New York: Yale University Press, 1992.
- BENFORD, Robert D.; HUNT, Scott A. Dramaturgy and social movements: the social construction and communication of power. *Sociological Inquiry*, v. 62, n. 1, p. 36-55, 1992.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova*, v. 76, p. 169-196, 2009.
- CHERRY, Elizabeth. Veganism as a cultural movement. *Social Movement Studies*, v. 5, n. 2, p. 155-170, 2006.
- CORREIO DO POVO. Pressão pelo fim das carroças, “Geral”, p. 6. Porto Alegre, 16 Ago. 2008.
- EVANS, Erin. Stumbling blocks or stepping stones? The problems and promises of policy reforms for animal rights advocacy movement. *Sociological Perspectives*, no prelo.
- . . Constitutional inclusion of animal rights in Germany and Switzerland: how did animal protection become an issue of national importance?. *Society and Animals*, v. 18, p. 231-250, 2010.

FRANCIONE, Gary. Reflections on “animals, property and the law” and “rain without thunder”. *Law and Contemporary Problems*, v. 70, n. 1, p. 9-57, 2007.

FREEMAN, C.P. Framing animal rights in the “Go Veg” Campaigns of U.S. Animal Rights Organizations. *Society & Animals*, v. 18, n. 2, p.163-182, 2010.

GAMSON, William. Goffman’s legacy to political sociology. *Theory and Society*, v. 14, n. 5, p. 605-622, 1985.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GAMSON, William; FIREMAN, Bruce; RYTINA, Steven. *Encounters with unjust authorities*. Illinois: The Dorsey Press, 1982.

GARNER, Robert D. Defending animal rights. *Parliamentary Affairs*, v. 51, n. 3, p. 458-469, 1998.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático*, p. 244-270. Petrópolis: Vozes, 2002.

GILLAN, Kevin. Understanding meaning in movements: a hermeneutic approach to frames and ideologies. *Social Movement Studies*, v. 7, n. 3, p. 247-263, 2008.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

———. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOODWIN, Jeff; JASPER, James M; POLLETTA, Francesca. Introduction: why emotions matter? In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M; POLLETTA, Francesca (Orgs.). *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Gaúchos amam e maltratam os animais. *Zero Hora*, “Tema para Debate”, p. 17, Porto Alegre, 12 Set. 2010.

HEWITT, Lyndi; McCAMMON, Holly J. Explaining suffrage mobilization: balance, neutralization, and range in collective action frames. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

JASPER, James M. *The art of moral protest*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

JASPER, James M.; POULSEN, Jane D. Recruiting strangers and friends: moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests. *Social Problems*, v. 42, n. 4, p.493-512, 1995.

JOHNSTON, Hank. Comparative frame analysis. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

JOHNSTON, Hank. A methodology for frame analysis: from discourse to cognitive schemata. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. *Social movements and culture: social movements, protest and contention*, v. 4. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

JOHNSTON, Hank; ALIM, Eitan Y. A methodology analyzing for frame dynamics: the grammar of Keying Battles in Palestian Nationalism. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 18, n. 4, p. 453-474, 2013.

———. Primary frameworks, keying and the dynamics of contentious politics: the islamitization of Chechen and Palestinian National Movements. *Political Studies*, v. 60, p. 603-620, 2012.

JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

JOHNSTON, Hank; OLIVER, Pamela. Breaking the frame. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

LUZ, Loraine. Como ser vegano na terra do churrasco. *Zero Hora*, “Caderno Donna”, p. 10-15, Porto Alegre, 5 Jun. 2011.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 97-111, 2011.

MAIA, Rousiley C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. *Lua Nova*, v. 76, p. 87-118, 2009.

MATHIEU, Lilian. Rapport au politique, dimensions cognitives et perspectives pragmatiques dans l’analyse des mouvements sociaux. *Revue Française de Science Politique*, v. 52, n. 1, p. 75-100, 2002.

McADAM, Doug. Marcos interpretativos culturais y tácticas utilizadas por los movimientos: dramaturgia estratégica en el Movimiento Americano Pro-Derechos Civiles. In: McADAM, D.; MORRIS, J. D.; ZALD, M. N. (Orgs.). *Movimientos sociales – perspectivas comparadas*, p.475-194. Madrid: Istmo, 1999.

———. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: University of Chicago Press, 1982

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Orgs.). *Movimientos sociales – perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

McCAMMON, Holly J. Beyond frame resonance: the argumentative structure and persuasive capacity of Twentieth-Century U.S. Women’s Jury Rights Frames. *Mobilization: An International Journal*, v. 14, n. 1, p.45-64, 2009.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. *Social movements and culture: social movements, protest and contention*, v. 4. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

———. The process of collective identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (Orgs.). *Social movements and culture: social movements, protest, and contention* (vol. 4), p. 41-63. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

NACONECY, Carlos. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 4, n. 5, p. 235-267, 2009.

NOAKES, John A.; JOHNSTON, Hank. Frames of protest: a road map to a perspective. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

NUNES, Jordão Horta. Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. *Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 143-172, 2013a.

———. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, p. 257-277, 2013b.

OLIVER, Pamela E.; JOHNSTON, Hank. “What a good idea! Ideologies and frames in social movement research”. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

PENNA, Camila. Poder simbólico e protesto: uma análise das representações dos governos brasileiros e argentinos sobre as ações do MST e do movimento piquetero. *Espacio Abierto – Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 21, n. 3, p. 423-451, 2012.

PEREIRA, Matheus M. *Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

POLLETA, Francesca. Culture in and outside institutions. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, v. 25, p. 161-183, 2004.

———. Culture and its discontents: recent theorizing on the cultural dimensions of protest. *Sociological Inquiry*, v. 67, n. 4, p. 431-450, 1997.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza; SANTOS, Jocelaine Josmeri dos. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman. Trabalho apresentado no IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

ROHLINGER, Deana A. Framing the abortion debate: organizational resources, media strategies, and movement-counter-movement dynamics. *The Sociological Quarterly*, v. 43, n. 4, p. 479-507, 2002.

ROTHBERG, Danilo; BERBEL, Danilo Brancalhão. Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 17, n. 2, p. 455-470, Abr.-Jun. 2010.

SILVA, Marcelo K.; COTANDA, Fernando C.; PEREIRA, Matheus M. Interpretação e ação coletiva: o enquadramento interpretativo. *Revista de Sociologia e Política*, no prelo.

SNOW, David A. Framing processes, ideology, and discursive fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S.; KRIESI, H. *The Blackwell Companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D.; McCAMMON, Holly J.; HEWITT, Lyndi; FITZGERALD, Scott. The emergence, development, and future of the framing perspective: 25 + years since “frame alignment”. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 19, n. 1, p. 23-45, 2014.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Clarifying the relationship between framing and ideology. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance and participant mobilization. *International Social Movements Research*, v. 1, p. 197-218, 1988.

SNOW, David A.; BYRD, Scott. Ideology, framing processes, and the islamic terrorist movements. *Mobilization: An International Journal*, v. 12, p. 119-136, 2007.

SNOW, David A.; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *International Social Movement Research*, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.

SNOW, David A. Framing processes, ideology, and discursive fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S.; KRIESI, H. (Orgs.). *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing, p.205-211, 2004.

SORDI, Caetano. O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. *Cadernos IHU Ideias*, Ano 9, n. 147, 2011.

STEINBERG, Marc W. Tilting the frame: considerations on collective action framing from a discursive turn. *Theory and Society*, v. 27, p. 845-872, 1998.

STZYBEL, David. Animal rights law: fundamentalism versus pragmatism. *Journal for Critical Animal Studies*, v. 5, Issue 1, p. 1-35, 2007.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, v. 51, n. 2, p. 273-286, 1986.

SWIDLER, Ann. Comment on Stephen Vaisey's Socrates, Skinner, and Aristotle: three ways of thinking about culture in action. *Sociological Forum*, v. 23, n. 3, p.614-618, 2008.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VAISEY, Stephen. Socrates, Skinner, and Aristotle: three ways of thinking about culture in action. *Sociological Forum*, v. 23, n. 3, p. 603-613, 2008a.

VAISEY, Stephen. Reply to Ann Swidler. *Sociological Forum*, v. 23, n. 3, p. 619-622, 2008b.

WESTBY, David L. Strategic imperative, ideology and frames. In: JOHNSTON, H.; NOAKES, J. A. (Orgs.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Lanham: Rowman Littlefield, 2005.

ZHAO, Dingxin. Theorizing the role of culture in social movements: illustrated by protests and contentions in Modern China. *Social Movement Studies*, v. 9, n. 1, p. 33-50, 2010.

Riqueza e *status* entre mulheres negras no Brasil

Recebido: 27.05.15

Aprovado: 28.03.16

Emerson Ferreira Rocha*

* Graduação em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008), mestrado em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010) e doutorado em sociologia pela Universidade de Brasília (2015). Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília. <erochedo@gmail.com>

Resumo: Este artigo estuda a participação das mulheres negras no grupo dos ricos no Brasil. São definidos como ricos aqueles que integram o conjunto de 1% com maiores rendimentos advindos do trabalho principal. Através de modelos logísticos, estima-se em que medida a escolaridade, incluindo a segmentação por áreas de formação superior, contribui para as desvantagens desse grupo de mulheres quanto à participação entre os ricos. Estima-se também a contribuição relativa da remuneração discriminatória dos níveis educacionais. O estudo aborda também como a condição racial afeta a condição de *status* das mulheres negras ricas, sendo o conceito de *status* operacionalizado a partir das dinâmicas conjugais. O que se observa é que mulheres negras ricas, além de tenderem a não contar com um cônjuge, experimentam maiores probabilidades de estarem unidas a cônjuges não ricos, em comparação com as mulheres brancas. Isso indica que a condição racial deprecia suas possibilidades de conversão da afluência econômica em *status* social. A análise da dinâmica matrimonial é realizada com base em modelos logísticos multinominais. Os dados são provenientes do Censo Demográfico de 2010.

Palavras chave: desigualdade racial, desigualdade de gênero, riqueza, *status*, endogamia racial.

Introdução

A inserção das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno com múltiplas dimensões. Com efeito, há uma relação muito estreita entre a diferenciação do mercado de trabalho e a inclusão feminina (Goldin, 1994). Por outro lado, mudanças no campo da cultura vêm alterando o comportamento das mulheres frente ao mercado de trabalho (Lombard, 1999). A pesquisa quantitativa sobre o tema tem se dedicado majoritariamente a três tópicos. Embora relacionados, cada um leva a abordagens com unidades de análise distintas.

O primeiro tópico diz respeito ao próprio nível de inclusão no mercado de trabalho. Trata-se de perceber como a inserção das mulheres evolui ao longo do tempo, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX, assim como estudar os fatores que condicionam essa evolução. Não há apenas um aumento quantitativo na participação das mulheres no mercado de trabalho, essa participação também dá sinais de consolidação, estendendo-se por todas as faixas etárias (antes havia concentração em mulheres jovens, indicando talvez a saída do mercado de trabalho em função do casamento) e havendo também mais forte tendência de que mulheres desempregadas persistam na população economicamente ativa (Hoffmann & Leone, 2004).

As mulheres sofrem desvantagens no mercado de trabalho como barreiras ao ingresso, acentuada segregação ocupacional e rendimentos médios inferiores aos dos homens. Contudo, alguns aspectos de sua inserção são relativamente positivos. Há, por exemplo, evidência de alguma concentração da inserção feminina em posições com proteção legal, como a de carteira de trabalho assinada no setor privado (Galeazzi *et alii*, 2011; Bruschini & Puppini, 2004); processos recentes de precarização das relações de trabalho têm atingido mais fortemente a população masculina (Galeazzi *et alii*, 2011). Há também uma redução no hiato salarial, explicada em boa medida pelos crescentes níveis de escolaridade das mulheres (Barros *et alii*, 2001). A contrapartida desse processo é o aumento da desigualdade de renda entre mulheres, mediada por desigualdades educacionais (Lavinias, 1996). Por outro lado, as taxas femininas de desemprego sofreram uma elevação mais importante durante a década de 1990 (Galeazzi *et alii*, 2011).

Prevalece, nos estudos sobre esse tópico, o mercado de trabalho enquanto unidade de análise. Isso não quer dizer que atributos individuais e familiares como educação e número de filhos não sejam levados em conta, ou mesmo que modelos de escolha individual pelo ingresso no mercado de trabalho não sejam mobilizados em certas ocasiões (Scorzafave & Menezes-Filho, 2001). A questão é que a análise se concentra em como esses mecanismos afetam a composição da força de trabalho em termos de participação feminina.

O segundo tópico é a relação entre a inserção feminina no mercado de trabalho e os padrões de composição familiar, inclusive em termos de divisão sexual do trabalho. Um fato importante para esse tópico é o de que, embora a participação de mulheres chefes de família tome uma porção relevante desse incremento, a maior parte do crescimento na participação das mulheres durante as últimas décadas está associado à atividade por parte daquelas que têm cônjuges (Soares & Izaki, 2002). Há estudos que abordam essa última situação sob a perspectiva de decisões conjuntas, onde a opção da mulher por trabalhar é pautada principalmente pela necessidade ou não de uma renda complementar à do companheiro. Embora esse tipo de estudo encontre de fato uma relação inversa entre o nível de renda dos cônjuges e a oportunidade de uma mulher estar economicamente ativa (Sedlacek & Santos, 1991), há aí um risco de reproduzir a ideia do trabalho feminino como renda complementar, quando podem estar atuando, de maneira subjacente, transformações culturais que atribuem um valor intrínseco ao trabalho feminino enquanto experiência de autonomia individual. Sem embargo, pesquisas qualitativas têm mostrado que o trabalho feminino tem relação com uma liberalização das crenças e representações sobre gênero no seio do grupo familiar, especialmente por parte dos cônjuges (Teykal & Rocha-Coutinho, 2007). Mais ainda, a relação inversa entre a renda do cônjuge e a probabilidade de uma

mulher trabalhar não se mantém ao longo dos diferentes níveis de *status* socioeconômico, com mulheres cônjuges de pessoas com renda elevada tendo também elevada probabilidade de participação (Sedlacek & Santos, 1991), algo que definitivamente não pode ser interpretado sob o prisma da necessidade de renda complementar.

Estudos sobre esse tópico muitas vezes demandam o trabalho com a renda familiar *per capita*, ao invés da renda individual (Ramos & Soares, 1994), além de darem especial atenção à posição que a mulher ocupa no grupo familiar, assim como sua idade, denotando a preocupação com o fato de que a inserção feminina no mercado de trabalho é afeta a diferentes padrões de ciclo de vida das mulheres e a diferentes momentos nesse ciclo (Sedlacek & Santos, 1991). Embora esses estudos contemplem muitas vezes uma abordagem sobre a evolução nos níveis de inserção feminina no mercado de trabalho, a unidade principal de análise é a família.

O terceiro tópico é a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho. Nesse caso, os estudos se concentram na desigualdade de renda entre mulheres e homens em atividade econômica. Existe ainda alguma divergência sobre a relevância da segmentação ocupacional na mediação da desigualdade de renda por gênero. Os estudos convergem para o resultado de que a maior parte dessa desigualdade não é mediada pela segmentação ocupacional (Silva & Kassouf, 2013), o que parece contraintuitivo dada a extensão dessa segmentação. Ainda assim, embora resultados divergentes possam ser encontrados em análises desagregadas por regiões metropolitanas distintas (Hoffmann, Ometto & Alves, 1999), as mulheres vêm ocupando um conjunto mais diversificado de ocupações (Costa & Ribeiro, 2000) e não há uma tendência tão acentuada, salvo algumas ocupações como a de empregada doméstica, de que ocupações majoritariamente femininas estejam associadas a menores rendimentos médios.

Assim, a maior parte da desigualdade de renda por sexo não parece ser mediada pela segregação ocupacional. A iniquidade de gênero no mercado de trabalho ocorre sobretudo em função de mecanismos capazes de gerar desigualdade no interior de grupos ocupacionais, como barreiras à ascensão de mulheres a postos de autoridade. Essas evidências reafirmam a relevância da discriminação no mercado de trabalho, que faz com que mulheres recebam menores níveis de rendimento mesmo em ocupações semelhantes às de homens (Bruschini, 1994).

A unidade de análise na linha de estudos sobre discriminação – linha na qual esse artigo se insere – é o indivíduo. Em geral, o que se quer saber é em que medida os mesmos níveis em atributos produtivos como educação e experiência não se convertem nos mesmos retornos em rendimento para mulheres e homens. É nesse

tópico que muitos trabalhos convergem para uma análise simultânea por gênero e raça, objetivo também do presente trabalho.

Sem embargo, se do ponto de vista histórico a inserção da população negra e das mulheres no mundo do trabalho são processos bastante distintos, por outro lado, as discriminações, embora baseadas também em modalidades diferentes de opressão, se realizam igualmente sob a forma de iniquidades na competição socioeconômica. Segue daí uma convergência no estudo sobre gênero e raça no que diz respeito à discriminação no mercado de trabalho. O trato analítico e operacional com essas iniquidades resolve-se de maneira semelhante, convergindo, a partir da década de 1970, para um mesmo arsenal de recursos baseados em técnicas de regressão (Blinder, 1973; Oaxaca, 1973). Mais do que simples ferramentas operacionais, essas técnicas trouxeram embutida uma lógica que define os efeitos mensuráveis da discriminação nos diferenciais entre homens e mulheres, negros e brancos, nos retornos adquiridos para níveis equiparáveis em atributos individuais produtivos. O que está em jogo é a teoria de que a desigualdade de renda que atinge negativamente grupos discriminados é, por um lado, mediada por desigualdades em atributos individuais produtivos (mormente a escolaridade formal) e, por outro, ocasionada pela menor remuneração de um mesmo nível educacional quando se trata com pessoas destes grupos. Operacionalmente, os estudos orientados por essa teoria procuram separar essas duas fontes de desigualdade de renda entre um grupo discriminado e um grupo de comparação.

Recentemente, autores preocupados com processos de discriminação têm cada vez mais observado a necessidade de oferecer um tratamento específico à situação da mulher negra, invariavelmente associada a níveis críticos em indicadores socioeconômicos (Biderman & Guimarães, 2004; De Carvalho, Néri & Nascimento Silva, 2006; Soares, 2000; Souza, Ribeiro & Carvalhaes, 2010). Sem embargo, embora as desigualdades de renda por gênero e raça venham sofrendo alguma queda durante as últimas décadas, elas se mantêm em patamares consideráveis (Barros, Franco & Mendonça, 2007) e há um nítido agravamento das desvantagens quando ocorre interação entre esses dois fatores de estratificação social.

Numa visão mais ampla, a condição da mulher negra coloca novas perspectivas sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Com efeito, a inserção das mulheres negras não parte de um pano de fundo histórico de exclusão do mundo do trabalho em nome da configuração de um *status* feminino vinculado à esfera íntima. Antes, ela parte de um quadro de inserção que remonta à própria experiência escravista e se alastra pelo mercado de trabalho livre através de ocupações como o trabalho doméstico, tendo essas mulheres, muito antes que as brancas, experimen-

tado sistematicamente a condição de provedoras em configurações de família bastante distintas do modelo nuclear tipicamente “moderno”. Mais do que a simples questão da inserção em posições precárias, a inserção da mulher negra no mercado de trabalho chama a atenção para a necessidade de que a própria discussão sobre relações de gênero amplie suas perspectivas de modo a contemplar diferentes representações e vivências do feminino (Carneiro, 2003).

No que diz respeito à discriminação no mercado de trabalho especificamente, as mulheres negras, em conjunto com as brancas, têm experimentado cada vez mais a ascensão a posições mais elevadas, mas ainda assim sua condição implica em barreiras especiais. A presença de mulheres em posições de elevado nível socioeconômico começa a chamar atenção tanto de estudos qualitativos quanto quantitativos. Bruschini e Puppini (2004) mostram um crescimento no número de mulheres executivas durante as últimas décadas, observando, contudo, uma concentração em áreas relacionadas a representações tradicionais sobre o feminino, como empresas e órgãos de atuação social ou setores de recursos humanos. Alguns estudos sobre mulheres em profissões de prestígio notam haver resistências a essas mulheres (Bruschini & Lombardi, 1999). Por sua vez, estudos qualitativos têm trazido evidências, através de relatos coligidos, sobre a existência de discriminação especial contra a mulher negra no que diz respeito à ascensão profissional para postos de autoridade (Bento, 1995; Rocha *et alii*, 2014). Outros estudos, dando enfoque ao outro extremo da hierarquia socioeconômica, têm chamado atenção para a relação entre gênero e pobreza, com especial atenção dispensada às mulheres negras (Lavinhas, 1996; Lima, 1995).

Neste artigo, explora-se a condição da mulher negra quando posicionada entre os ricos, definidos estes como o grupo do 1% com maior rendimento advindo do trabalho principal. Estudos com foco sobre a pobreza são importantes por abordarem condições de vulnerabilidade ainda enfrentadas majoritariamente por pessoas negras. Do mesmo modo, estudos sobre a desigualdade de renda em torno da média têm sido muito importantes para documentar a existência de desigualdades por gênero e raça que podem ser atribuídas a práticas de discriminação. Contudo, o estudo sobre disparidades na composição do grupo dos ricos é de uma relevância teórica especial, por abordar as dinâmicas da discriminação em situações em que estas se intensificam, em função da resistência que as mulheres, sobretudo as mulheres negras, sofrem para ocuparem postos de trabalho altamente prestigiados e remunerados.

As mulheres são em média mais educadas que os homens, mas as mulheres negras, atingidas pelas barreiras associadas à raça, são apenas mais educadas que

os homens negros. Mais ainda, existe uma forte segmentação dessas mulheres ao longo das áreas de formação superior. Se altos níveis de escolaridade, especialmente a obtenção de credenciais em certas áreas de formação superior, são fatores importantes explicando as probabilidades de riqueza, é importante indagar como desigualdades educacionais persistentes, tanto em níveis globais quanto em termos de formação superior específica, medeiam ainda as desvantagens das mulheres negras. Ainda mais: como os mesmos níveis educacionais não se convertem em rendimentos com a mesma facilidade para mulheres e homens, negros e brancos, é razoável supor que esse tipo de desvantagem, relacionada a práticas de discriminação, assuma um papel preponderante na limitação das oportunidades de situar as mulheres negras dentro o grupo dos ricos. Até onde essa revisão pôde alcançar, não há estudos sobre como essas duas fontes de desigualdade (níveis educacionais e remuneração discriminatória) afetam as probabilidades de riqueza das mulheres negras.

Uma vez identificados os fatores que obstaculizam sua presença entre os ricos, restam questões sobre a situação que a mulher negra rica experimenta. Uma delas é como sua condição de riqueza se converte em posição de *status*. Posições de classe e de *status* são dimensões distintas, mas correlacionadas e uma questão importante diz respeito aos critérios que condicionam essa correlação (Weber, 1982) ou, em outras palavras, a conversão de capital econômico em capital simbólico (Bourdieu, 2007). Com efeito, a partir de estudo qualitativo, Figueiredo (2004) oferece evidências contundentes de que a discriminação racial afeta a atribuição de *status* a pessoas negras com elevado poder aquisitivo. Para os fins da presente análise, considere-se o fato de que distinções de *status* entre pessoas ou grupos com condição de classe equiparável se manifestam em restrições ao intercurso social. Uma das principais restrições, observável através das informações disponíveis no Censo Demográfico de 2010, é a constituição de uniões conjugais. Haveria uma distinção de *status* entre mulheres brancas e mulheres negras ricas, restringindo as probabilidades de essas últimas se unirem a cônjuges também ricos?

Na verdade, os estudos sobre seletividade matrimonial encerram por si mesmos um campo de pesquisa. A partir da década de 1970, alguns autores têm tentado aplicar teoria econômica para explicar a dinâmica das uniões conjugais, tomando o construto de “mercado matrimonial” como unidade de análise (Mortensen, 1988). Antes disso, um número considerável de estudos tem se dedicado à endogamia que ocorre de acordo com fronteiras de *status*, sejam elas baseadas em crivos raciais, étnicos, socioeconômicos ou de filiação religiosa (Kalmijn, 1998). Nesse segundo caso, a endogamia é vista como medida de fechamento de grupos.

Naturalmente, essa última tem sido a abordagem de interesse em estudos sobre relações raciais concentrados em duas questões relacionadas. Uma se refere aos níveis gerais de endogamia, enquanto indicadores do quão fortes são as distâncias sociais impostas por crenças e valores raciais. A outra se refere à questão do intercâmbio de *status*, que parte da observação de que pessoas negras em movimento de ascensão social tenderiam a buscar casamentos com pessoas brancas com menores níveis de *status* socioeconômico, como se os dois critérios se compensassem na busca por um cônjuge (Schwartz, 2013). Franklin Frazier (1957) documenta a tendência de que homens negros de classe elevada nos Estados Unidos, mesmo enfrentando as fortes restrições quanto ao casamento com mulheres brancas, tendiam a buscar para cônjuges as mulheres de tez mais clara dentro da população negra. No Brasil, esse fenômeno também foi explorado pela literatura clássica, em especial por Thales de Azevedo (1955) no que se refere às “elites de cor”.

A produção quantitativa brasileira mais recente tem se concentrado nas taxas gerais de endogamia e sobre sua evolução ao longo do tempo. Prevalece o uso de estatísticas descritivas, proporções, porém, mais recentemente, tem sido consolidado o uso de modelagem *log-linear*, de modo a se obterem resultados mais robustos, não contaminados pelas diferenças de representatividade dos grupos raciais na população total (Oliveira, 2006; Ribeiro & Silva, 2009). De maneira geral, a produção sobre o tema, sobretudo a literatura clássica, tem dado ênfase ao fenômeno da troca de *status* do ponto de vista do homem negro em ascensão social, mas não do ponto de vista da mulher negra. É verdade que resultados recentes confirmam ser mais provável que homens negros se unam a mulheres mais claras do que mulheres negras a homens mais claros (Oliveira, 2006; Ribeiro & Silva, 2009). Mais ainda, o preterimento da mulher negra enquanto candidata a uniões conjugais no Brasil tem sido observado por pesquisadores desde a década de 1950 e constitui forte evidência de que há acirramento da discriminação diante da interseção entre condição racial e condição de gênero (Pacheco, 2006). Contudo, é pertinente ainda indagar se, quando em condição de afluência econômica, as mulheres negras não manifestam tendência a se unirem com pessoas de cor branca.

Nesse sentido, alguns estudos recentes têm jogado um pouco de luz sobre a situação conjugal da mulher negra em condições mais afluentes. Ao utilizar a educação como indicador socioeconômico, Petrucelli (2013) traz evidências de que a endogamia racial para pessoas brancas é maior em estratos sociais mais elevados, relação que se inverte entre as mulheres negras, que tendem a mais uniões racialmente exogâmicas quanto maior o seu *status* socioeconômico. Esses resultados são confirmados por estudo mais recente (Ribeiro & Silva, 2009). Parece, portanto, que não apenas o homem, mas também a mulher negra experimenta redefinições em seus

padrões de endogamia racial a partir da ascensão de classe. Para fins do presente estudo, o que a bibliografia sugere é que se deve esperar que as mulheres negras ricas se unam mais frequentemente a pessoas brancas do que as mulheres negras não ricas. Algo que será confirmado.

A abordagem das relações exogâmicas feita nesse artigo difere da produção sobre o tema em dois principais aspectos. O primeiro se refere ao nível de agregação dos grupos de cor. Está bem estabelecido pela produção sobre o tema que há diferenças importantes entre pretos e pardos no que se refere às relações de endogamia, embora o mesmo, de maneira geral, não se confirme em se tratando da desigualdade racial em indicadores socioeconômicos. Edward Telles (2003) sintetiza essa diferença ao afirmar que prevalece no Brasil uma divisão racial binária nas “relações verticais”, isto é, de hierarquia socioeconômica, mas uma divisão politômica nas “relações horizontais”, ou seja, no caso de relações interpessoais como a constituição de uniões conjugais. Contudo, como o número de mulheres declaradas pretas entre os ricos é muito pequeno, esse estudo aprecia os padrões de endogamia levando em conta a classificação binária, por permitir estimativas mais seguras. O principal risco nesse procedimento é obscurecer as diferenças raciais na dinâmica matrimonial. Como será visto, a classificação aqui adotada é suficiente para apontar padrões diferenciais bem nítidos de endogamia/exogamia para mulheres brancas e negras ricas.

O segundo aspecto em que esse trabalho difere da tendência geral em estudos sobre endogamia diz respeito ao foco específico sobre o ponto de vista da mulher negra, especialmente o da mulher negra e rica. O objetivo não é medir taxas gerais de endogamia/exogamia racial, mas sim analisar os níveis de endogamia por classe (ricos *versus* não ricos) e por raça das mulheres negras ricas, tomando as mulheres brancas ricas como comparação.

Dados

Esse trabalho utiliza dados provenientes da amostra do Censo Demográfico de 2010, que abarca 6.192.332 domicílios, 10,7% do total de domicílios do país, perfazendo uma população de mais de 20 milhões de pessoas. A principal motivação para a escolha dessa base de dados é que ela, diferentemente das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnad), traz informações sobre a área de formação superior da pessoa, a qual é importante para o estudo a desigualdade racial e de gênero na composição do grupo dos ricos.

Para a classificação das pessoas como ricas ou não ricas, utiliza-se o rendimento bruto no trabalho principal, anterior a descontos fiscais, previdenciários ou de qual-

quer outra ordem. Como deduções previdenciárias e outras deduções relacionadas a benefícios são traduzidas também em circunstâncias de bem-estar, opta-se por trabalhar com os rendimentos brutos. Do ponto de vista da estratificação social, um dos pontos delicados no tratamento com rendimentos é que eles estão mais sujeitos a flutuações em comparação com outros indicadores de posição socioeconômica como a ocupação e a escolaridade. Para as frações da amostra com rendimento mais baixo, essas dificuldades podem ser acentuadas pela prevalência de fluxos de renda especialmente instáveis. Como o foco da presente pesquisa é o grupo dos ricos, optou-se por lidar com essa dificuldade através da exclusão dos rendimentos inferiores a um salário mínimo. O salário mínimo à data de referência do Censo de 2010 era de R\$ 510,00.

Estabeleceu-se um intervalo de idade para inclusão na amostra em estudo, com o que se exclui pessoas em fase muito recente de suas carreiras. A idade mínima para inclusão também evita que padrões diferenciados de transição entre escola e trabalho afetem os resultados. Estabelecer uma idade máxima para inclusão é igualmente importante. Para faixas de idade mais avançadas, a distribuição das pessoas no mundo do trabalho fica distorcida a favor das ocupações que suportam uma vida laboral mais longa. Adotou-se então como teto a idade de 60 anos. O resultado é uma população com pessoas entre 25 e 60 anos, que auferem rendimento mensal igual ou superior a um salário mínimo.

A delimitação do grupo dos ricos é relacional. São considerados ricos o 1% com maior renda, seguindo uma prática usual no campo de estudos sobre concentração de rendimentos (Medeiros & Souza, 2014). Como mulheres contam em média com jornadas de trabalho sensivelmente inferiores aos homens (Oliveira Fontoura & Gonzalez, 2009), opta-se pela renda horária. O 99º percentil da renda horária passa a contar como linha de riqueza. Esse valor foi de R\$ 62,50, representando uma renda mensal de R\$ 11.250,00 para uma jornada de 40 horas semanais em um mês com quatro semanas e meia.

Algumas técnicas utilizadas nesse estudo para mensurar impactos da discriminação demandam, em razão da teoria que as motiva, que se insira apenas atributos individuais como fatores explicativos da probabilidade de pertencer ao grupo dos ricos (Fairlie, 1999; Cotton, 1998; Kitagawa & Hauser, 1968; Oaxaca & Ransom, 1994; Yun, 2009). Sendo assim, o controle estatístico pela segmentação geográfica, especialmente importante para os padrões observados de desigualdade racial, será implementado através da restrição da aplicação desses modelos às zonas urbanas da Região Sudeste. Isso quer dizer que as estimativas apresentadas aqui não se referem ao Brasil como um todo. A inserção explícita de indicadores regionais no modelo

permitiria apresentar resultados para outras regiões, mas comprometeria o propósito teórico do presente estudo. O que está em jogo aqui é uma teoria sobre as desigualdades de renda por discriminação em termos de duas fontes: (a) mediação por atributos individuais produtivos e (b) remuneração discriminatória desses atributos. Como a relevância dessa última fonte é acessada através de exercícios de simulação que levam em conta todos os coeficientes estimados por um modelo, a inclusão de variáveis que não dizem respeito a atributos individuais produtivos tornaria os exercícios incompatíveis com a discussão teórica que os motivam. De qualquer forma, a aplicação, omitida aqui, dos modelos a outros segmentos regionais apresenta resultados semelhantes aos apresentados para as zonas urbanas da região sudeste. A Tabela 1 mostra algumas estatísticas descritivas de interesse para a população total e para a população sob estudo.

TABELA 1
ESTATÍSTICAS SUMÁRIAS. RENDA IGUAL
OU SUPERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO (BRASIL, 2010).

Brasil		
	Branco	Negro
Ricos	2,65%	0,60%
Renda (média em R\$)	2.0000,00	1.196,00
Educação Superior	24,49%	10,26%
Médio Completo	34,73%	33,91%
Fundamental Completo	15,14%	17,79%
Fundamental Incompleto	25,36%	38,04%
Idade (média em anos completos)	39,6	38,7
Sudeste urbano		
	Branco	Negro
Ricos	2,96%	0,45%
Renda (média em R\$)	2.138,00	1.198,00
Educação Superior	27,36%	9,19%
Médio Completo	35,27%	33,47%
Fundamental Completo	15,27%	19,50%
Fundamental Incompleto	22,10%	37,83%
Idade (média em anos completos)	39,7	39,0

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2010- Microdados. Elaboração própria.

Existem algumas evidências não conclusivas sobre diferenças nos padrões de endogamia em se tratando de uniões no Brasil, dado estas serem formais ou, de maneira mais abrangente, consensuais (Oliveira, 2006), destoando de resultados obtidos internacionalmente (Schwartz, 2013). No presente estudo, não se utilizou o

questão do Censo 2010 sobre estado civil para indicar a condição conjugal, mas sim a resposta à questão, anterior no fluxo do questionário, “Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)?”. Os padrões de união conjugal têm passado por fortes transformações durante as últimas décadas, incluindo a crescente opção por uniões consensuais. A relação entre essas mudanças e os padrões de endogamia não são, contudo, objeto desse estudo. Sendo assim, procurou-se uma definição operacional abrangente o bastante para abarcar diferentes modalidades de união, definidas apenas pelo critério, que se julga aqui o mais decisivo, de o casal constituir uma vida conjunta em domicílio. As variáveis aqui utilizadas são as seguintes.

A primeira variável é a idade, importante não apenas por estar correlacionada aos rendimentos, mas também por captar diferentes momentos no ciclo de vida das pessoas, embora essa relação com os ciclos de vida se confunda com efeitos de coorte. Outra variável é o número de filhos, que varia de zero a cinco, com o número cinco representando todas aquelas mulheres com cinco filhos ou mais. Como a idade, essa variável se relaciona ao ciclo de vida das mulheres, mas tendendo as gerações mais antigas a terem mais filhos, efeitos de coorte também são captados, sem ser objetivo desse estudo distinguir esses efeitos.

A terceira variável refere-se aos níveis educacionais, operacionalizada de dois modos. No primeiro há quatro indicadores: (a) ensino fundamental incompleto ou menos, (b) médio incompleto ou menos (inclui fundamental completo), (c) superior incompleto ou menos (inclui médio completo) e (d) curso superior completo, incluindo mestrado ou doutorado. Na segunda especificação, os mesmos níveis de ensino são considerados, tomando-se a categoria “ensino fundamental incompleto ou menos” como base de comparação, mas o curso superior é desagregado em diferentes áreas de formação. O agrupamento dessas áreas segue um procedimento com base em regressões logísticas sucessivas. Segundo esse procedimento, são sucessivamente agrupadas as formações com níveis semelhantes de associação com a probabilidade de ser rico, tendo-se obtido um conjunto de doze categorias de áreas de formação.

A quarta variável é um indicador binário para a condição de riqueza. Ele assume o valor de um quando se está no grupo dos ricos e o valor zero caso não. Já a quinta variável é um indicador de situação conjugal e endogamia de classe, que se define em três categorias: (a) vive com cônjuge rico, (b) vive com cônjuge não rico ou (c) não vive com cônjuge. A sexta e última variável indica ao mesmo tempo situação conjugal, endogamia de classe e endogamia racial. São cinco categorias: (a) vive com cônjuge rico e branco, (b) vive com cônjuge rico e negro, (c) vive com cônjuge não rico e branco, (d) vive com cônjuge não rico e negro ou, finalmente, (e) não vive com cônjuge.

1. De maneira geral, as razões de oportunidade são utilizadas quando se deseja interpretações do tipo “tudo o mais constante” no contexto de regressões logísticas. Esse é o caso nesse exercício específico, na medida em que se pretende estimar as desvantagens das mulheres negras em três situações: (1) não considerando escolaridade, (2) mantendo a escolaridade constante, considerando a formação superior como um bloco e (3) mantendo a escolaridade constante, considerando-a mesmo em termos de áreas de formação superior. Embora as razões de oportunidade sejam uma quantidade interessante exatamente por se manterem constantes ao longo da superfície de resposta do modelo logístico, deve-se notar que sua utilização depende de algo mais. Essa quantidade só é utilizada porque se assume poder interpretá-la como razão entre probabilidades, o que nem sempre é o caso, a depender das probabilidades de resposta em jogo, que precisam ser pequenas para que a razão de oportunidades (oportunidade de estar entre os ricos, no presente caso) entre dois

Metodologia

A disparidade racial de riqueza será abordada através da técnica de regressão logística, que permite que se estime a influência de diversos fatores sobre a probabilidade de se estar no grupo dos ricos. Operacionalmente, estima-se a relação entre educação, idade, condição racial e probabilidade de ser rico. Com esse modelo de regressão, é possível aferir o quanto a disparidade de riqueza sofrida pelas mulheres negras se deve a desigualdades educacionais em geral e a desigualdades em termos de área de formação superior. Mais especificamente, estima-se a razão de oportunidade de estar entre os ricos entre as mulheres negras, de um lado, e cada um dos outros três grupos de sexo e raça por outro (homens negros, mulheres brancas e homens brancos). Essas razões são estimadas para os três níveis de controle por escolaridade mencionados na seção anterior (sem controle, com controle por educação em geral, considerando-se também as áreas de formação)¹.

Com a última especificação do modelo acima, que inclui as diferentes áreas de formação superior, pode-se estimar qual seria a probabilidade média de as mulheres negras serem ricas caso o mercado de trabalho se comportasse, para elas, do mesmo modo como se comporta para (a) homens brancos, (b) mulheres brancas e (c) homens negros. Nesse caso, trata-se de estimar as desvantagens das mulheres negras que não são mediadas pela educação formal, mas sim ocasionadas pela remuneração discriminatória. De maneira mais específica, trata-se de construir cenários contrafactuais a partir do cômputo de probabilidades médias. A probabilidade média de estar entre o 1% mais rico, associada a um grupo, consiste na média entre as probabilidades que o modelo atribui a cada um dos indivíduos pertencentes a esse grupo, com base nos coeficientes estimados. Uma vez estimados os coeficientes, é possível calcular a probabilidade média associada às mulheres negras, aplicando-se apenas ao seu subconjunto na amostra o comportamento que o modelo descreve para cada um dos outros grupos. Em outras palavras, o exercício considera as mulheres negras com seus níveis de escolaridade e de idade reais, mas prevê as probabilidades de riqueza considerando o comportamento que a função assume para outros grupos.

As relações conjugais também serão exploradas através de regressões logísticas, nesse caso, multinomiais (Treiman, 2010). O objetivo é estimar a probabilidade de que as mulheres, a depender de sua condição racial e de riqueza, estejam ou não vivendo com cônjuges e com qual categoria de cônjuge. Os resultados são apresentados em termos de probabilidades médias, ao longo de diferentes pontos na superfície de resposta do modelo, que agora inclui, além de sexo, raça, educação e idade, o número de filhos. A motivação para essa inclusão é a seguinte: em se tratando de probabilidades de união conjugal, idade e número de filhos são indica-

dores relacionados ao ciclo de vida das pessoas, afetos à probabilidade de se estar unida a um cônjuge.

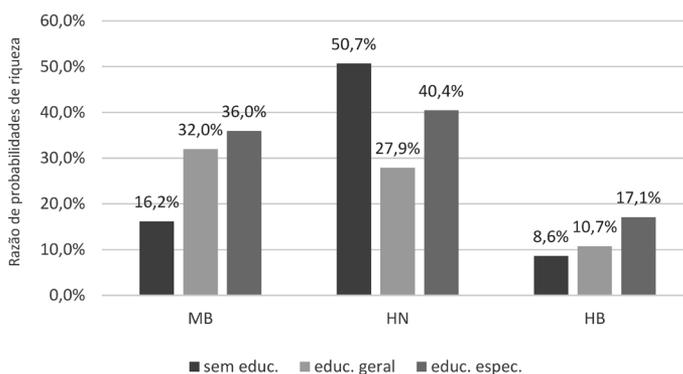
Finalmente, uma preocupação especial no estudo sobre níveis de endogamia diz respeito ao fato de que os resultados podem ser distorcidos pelas diferentes representações dos grupos na população em estudo (Ribeiro & Silva, 2009). Isso não é problema para regressões logísticas, cujas estimativas levam em conta as distribuições marginais dos grupos na população em estudo.

Resultados

Primeiramente, vejamos os resultados acerca da mediação educacional das disparidades de riqueza que atingem a mulher negra. O objetivo é observar como essa mediação se comporta diante dos homens negros, das mulheres brancas e dos homens brancos. Para isso, são implementadas três especificações de uma regressão logística explicando a probabilidade de pertencer ao grupo dos ricos. Na primeira, essa probabilidade varia apenas de acordo com a idade, com o sexo e com a cor. Na segunda, varia também de acordo com níveis educacionais, tomando-se o nível superior como um bloco. Na terceira, as diferentes áreas de formação também são especificadas. Em geral, a expectativa é que as desvantagens das mulheres negras perante os outros grupos caiam na medida em que se especificam controles pelas desigualdades educacionais. Com relação aos homens negros a expectativa é inversa, já que esses últimos contam, na verdade, com menores níveis de escolaridade que as mulheres negras. O Gráfico 1 mostra os resultados desse exercício.

grupos seja uma aproximação da razão entre as probabilidades desse mesmo desfecho (Hoetker, 2007; Norton, Wang e Ai, 2004). No presente caso, pode-se contar com essa aproximação, já que a probabilidade de estar entre os 1% mais ricos é pequena para qualquer dos grupos de raça e sexo em questão.

GRÁFICO 1
PROBABILIDADES DE RIQUEZA COM
DIFERENTES NÍVEIS DE CONTROLE POR EDUCAÇÃO



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

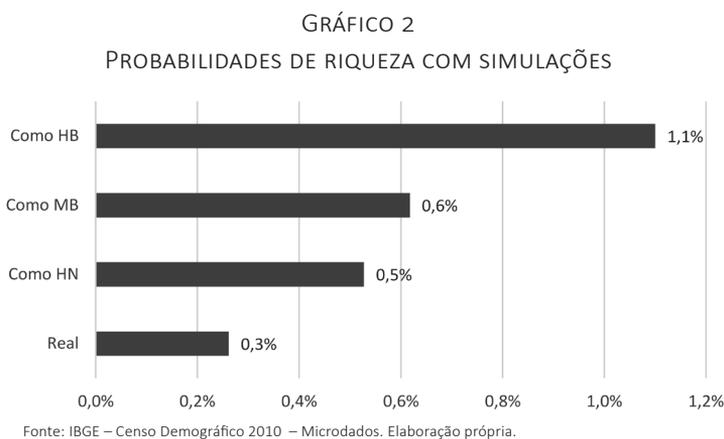
De maneira geral, o que se observa é que uma parte relativamente discreta da desvantagem da mulher negra com relação ao homem branco é mediada pela educação. Mesmo quando se descontam os efeitos da desigualdade educacional em termos de áreas de formação superior, a razão entre probabilidades de riqueza eleva-se de 8,6% para apenas 17,1%. Observa-se também um papel mais saliente das desigualdades por área de formação do que em termos de educação em geral. O desconto da desigualdade educacional em geral exerce um impacto de apenas 2 pontos percentuais, enquanto o desconto da desigualdade por áreas de formação exerce um impacto adicional de mais de 6 pontos. Em comparação com as mulheres brancas, a situação é a inversa. Primeiramente, nota-se um papel mais relevante das desigualdades educacionais entre esses dois grupos na determinação da disparidade de riqueza. Além disso, a maior parte dos impactos é exercida pela desigualdade educacional em geral e uma parte menor pela desigualdade em termos de educação específica. Em outras palavras, em comparação com a mulher branca, as desvantagens educacionais relativas da mulher negra parecem estar antes no acesso ao ensino superior, com um papel adicional exercido pelas áreas de formação. Já com relação ao homem branco, o ingresso no ensino superior é importante, mas mais importante ainda é a segmentação no interior desse nível.

Com relação ao homem negro o cenário é ainda mais interessante. Por um lado, as mulheres negras estão em vantagem sobre eles no que se refere aos níveis globais de educação. Assim, quando a desigualdade por educação em geral é controlada, a disparidade de riqueza entre homens e mulheres negras se acirra ao invés de se amenizar. Isso acontece porque, nesse caso, o que há é um desconto não de desvantagens, mas das vantagens educacionais dessas últimas sobre os primeiros. Já quando se exerce controle também pelas áreas de formação, o impacto é inverso: a disparidade de riqueza se recupera de 27,9% para 40,4%. Isso indica que embora estejam em vantagem sobre os homens negros em termos educacionais de maneira geral, as mulheres negras permanecem em desvantagem no que se refere à sua distribuição por áreas de formação. Por fim, note-se que o resultado final dos controles pela desigualdade educacional altera a magnitude das disparidades entre as mulheres negras e os outros grupos, mas não a ordem. No que se refere às disparidades brutas, sem controle por educação, a mulher negra está mais próxima ao homem negro e muito mais distante de mulheres e de homens brancos, tomados em conjunto. Quando se descontam as desigualdades educacionais, mesmo em termos de áreas de formação, as mulheres negras continuam mais próximas ao homem negro, mas também relativamente mais próximas à mulher branca, mantendo, contudo, grande distância em relação ao homem branco.

O próximo passo é observar não o papel das desigualdades educacionais, mas sim da desigualdade em termos do quanto um mesmo nível educacional se converte em probabilidades de riqueza. Uma extensa literatura técnica considera esse tipo

de desigualdade uma boa aproximação para os efeitos da discriminação no mercado de trabalho (Bauer, 2006; Cotton, 1988; Fairlie, 1999; Oaxaca & Ransom, 1994; Reimers, 1983). Na verdade, embora essa medida contenha efeitos da discriminação direta, uma vez que expressa as restrições que grupos discriminados sofrem para reverter seus atributos produtivos em renda, ela contém também os impactos de outros mecanismos de mediação que não a desigualdade educacional, contudo não inseridos no modelo, como acesso diferencial a redes de contato economicamente úteis, variações do prestígio associado a instituições de ensino, enfim, todo o conjunto de condições que desfavorece o grupo em questão no momento de encontrar oportunidades de trabalho que remunerem de maneira equânime suas credenciais, por comparação a outros grupos em condições mais vantajosas.

O exercício consiste no seguinte: considere-se a última especificação de regressão logística utilizada no exercício anterior, em que a probabilidade de riqueza é explicada pela cor, pelo sexo, pela idade e pelos níveis educacionais inclusive em termos de áreas de formação. Para cada grupo de sexo e cor, a função obtida descreve a distribuição das probabilidades de riqueza de acordo com os atributos individuais das pessoas nesses grupos. O exercício consiste em simular o que ocorreria com a distribuição de probabilidades de riqueza das mulheres negras caso a função se comportasse, para elas, do mesmo modo como se comporta para cada um dos outros grupos. A pergunta é: o quanto aumenta a probabilidade média de mulheres negras estarem entre os ricos em cada um desses cenários? O Gráfico 2 mostra os resultados.

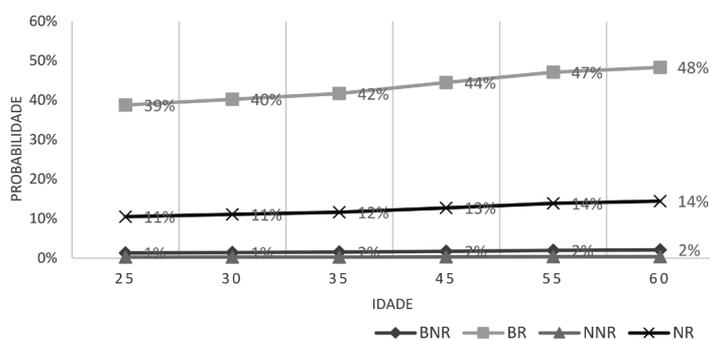


Como se observa, viver a situação que os homens brancos realmente vivem elevaria em quase quatro vezes a probabilidade de mulheres negras serem ricas, mesmo essas mantendo seus níveis educacionais reais, inclusive suas desvantagens em

termos de áreas de formação superior. A situação das mulheres brancas levaria a um aumento sensivelmente mais discreto, mas ainda assim relevante, de 0,3% para 0,6%. Finalmente, se a escolaridade formal das mulheres negras fosse remunerada da mesma maneira que a dos homens negros, elas teriam, em média, 0,5% de probabilidade de estarem entre os ricos. O que isso indica é que em termos de discriminação e de outras desvantagens mais diretamente associadas à sua condição simultânea de raça e de gênero, a mulher negra sofre maiores desvantagens com relação ao homem branco. As desvantagens com relação à mulher branca são menores e praticamente equiparáveis às desvantagens sofridas perante os homens negros.

Passa-se agora aos resultados sobre restrições na conversão de riqueza em *status* sofridas pela mulher negra, indicadas a partir da dinâmica conjugal. Considere-se o conjunto de mulheres na população em estudo. Estima-se então a probabilidade de que cada uma delas viva com um cônjuge rico, ou com um cônjuge não rico ou que não viva com cônjuge. Essa probabilidade será determinada pela cor das mulheres, pela condição ou não de riqueza, pela idade e pelo número de filhos. O modelo é uma regressão logística polinomial, já que a variável de resposta não é binária, mas sim ternária. Após a estimação do modelo, calculam-se as probabilidades de que mulheres de cada um dos quatro grupos definidos simultaneamente por cor e riqueza esteja em cada uma das condições conjugais consideradas. Os resultados para a probabilidade de viver com um cônjuge rico são expostos pelos Gráficos 3 e 4.

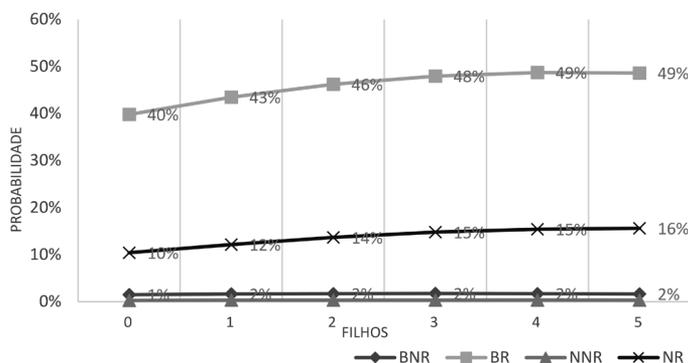
GRÁFICO 3
PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE RICO EM FUNÇÃO DA IDADE



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

No Gráfico 3, mostra-se como as probabilidades variam, para cada grupo de mulheres, ao longo da idade. No Gráfico 4, em função do número de filhos. Nota-se que a tendência a viver com cônjuge rico é maior quanto maior a idade e o número de filhos. Algo que é esperado considerando-se a relação entre idade, união conjugal e o ciclo

GRÁFICO 4
 PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE RICO
 EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS



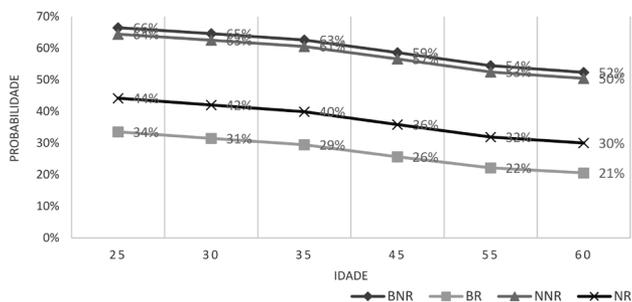
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

de vida das pessoas. Quanto ao número de filhos, há algo interessante: seria de se esperar uma alteração maior da condição de não ter filhos para a de ter um filho, já que se trata de um salto qualitativo em termos de ciclo de vida. No entanto, o que se observa é um crescimento suave ao longo de todas as mudanças de nível da variável. É possível que a variável número de filhos esteja captando efeitos de coorte. Mulheres com maior número de filhos tendem a ser de gerações mais antigas, mais propensas à união conjugal duradoura. Com isso, o número crescente de filhos pode fazer tanta diferença quanto o salto de nenhum para um filho o faz, por estar o primeiro indicando a incidência dessas coortes mais antigas.

Observam-se padrões de probabilidade muito diferentes para mulheres negras ricas e para mulheres brancas ricas. Essas últimas têm probabilidade de estarem casadas com homens ricos chegando à casa dos 50%. Já para as mulheres negras ricas, essa cifra fica em torno de 15%. Entre as mulheres não ricas, as probabilidades de estarem casadas com homens ricos é muito pequena e praticamente não variam em função da cor. Observa-se, portanto, o padrão esperado, com as mulheres negras ricas tendendo menos a uniões endogâmicas segundo a classe. Os gráficos 5 e 6 mostram o cenário em se tratando de probabilidades de união com cônjuges não ricos.

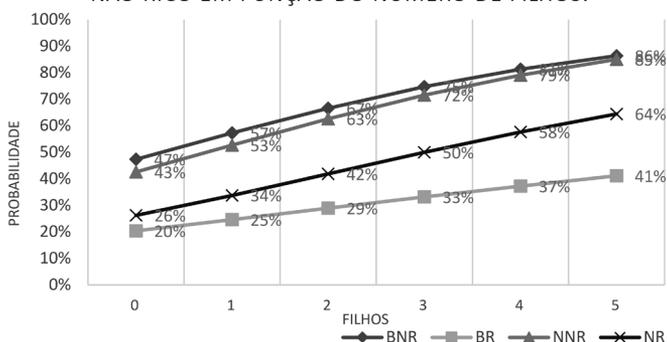
Mais uma vez, entre as mulheres não ricas as diferenças por cor são irrisórias. Já entre as ricas a situação é outra. São as mulheres negras ricas que têm maiores probabilidades de estarem unidas a cônjuges não ricos. Em função da idade, a diferença entre elas e as mulheres brancas fica em torno de 10 pontos percentuais. Em função do número de filhos, essa diferença parte de 6%, chegando a mais de 20%. Para ambos os grupos a probabilidade sobe muito em função do número de filhos, mas sobe

GRÁFICO 5
 PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE
 NÃO RICO EM FUNÇÃO DA IDADE



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

GRÁFICO 6
 PROBABILIDADE DE VIVER COM CÔNJUGE
 NÃO RICO EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS.

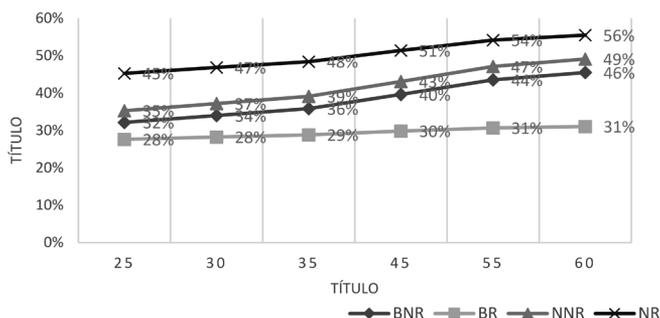


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

muito mais para as mulheres negras. Em função da idade, o comportamento das probabilidades é algo inesperado: decresce na medida em que a idade aumenta, quando o esperado seria o contrário. Tanto ao se considerar a idade como indicador do ciclo de vida quanto como indicador de coorte, a expectativa seria de maior probabilidade de união quanto maior a idade, quando o oposto é observado. O resultado inesperado talvez se explique por estarem os cônjuges distinguidos entre ricos e não ricos. Como se sabe, a renda das pessoas é crescente em função da idade. Por outro lado, quanto mais velhas as mulheres, mais velhos os seus cônjuges. Assim, quanto maior a idade das mulheres, maior a possibilidade de seus cônjuges serem ricos e essa tendência pode ter prevalecido sobre os resultados, reduzindo a probabilidade estimada para a união com pessoas não ricas. Em outras palavras,

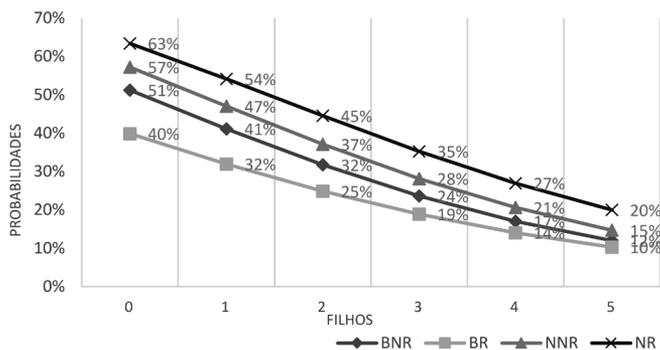
quanto maior a idade das mulheres menor a probabilidade de que a pessoa que com elas vive não esteja entre o 1% mais rico, por essas serem também mais velhas e portanto, em geral, economicamente mais afluentes. De qualquer forma, o dado mais importante é a diferença entre negras e brancas ricas quanto às probabilidades consideradas. Essa diferença é bastante estável ao longo das idades. Os Gráficos 7 e 8 mostram os resultados para a probabilidade de não viver com cônjuge.

GRÁFICO 7
PROBABILIDADES DE NÃO VIVER
COM CÔNJUGE EM FUNÇÃO DA IDADE



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

GRÁFICO 8
PROBABILIDADES DE NÃO VIVER
COM CÔNJUGE EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE FILHOS



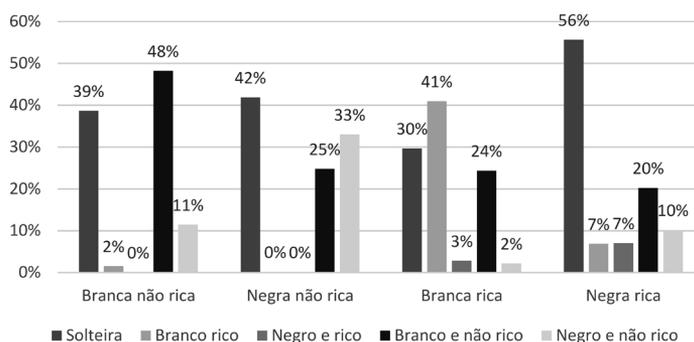
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

Observa-se um leve aumento, em função da idade, na probabilidade de não viver com o cônjuge. É possível que isso se explique pelo fato de os homens morrerem, em média, mais jovens que as mulheres, tornando especialmente maior a incidên-

cia da condição de viúva entre as mulheres mais velhas. A mesma probabilidade se reduz acentuadamente com o número de filhos, o que é esperado: na medida em que o número de filhos associa-se à constituição de um grupo familiar, espera-se que o maior número de filhos esteja associado à maior probabilidade de viver com cônjuge. Mais uma vez, as curvas de negras e de brancas não ricas são bem próximas. Já quanto às mulheres ricas, uma grande diferença se manifesta. As mulheres negras ricas são o grupo com maior probabilidade de não viver com cônjuge. As mulheres brancas ricas, por sua vez, são o grupo para quem essa probabilidade é a menor. Para as mulheres negras em geral, a probabilidade de não viver com cônjuge é maior e a riqueza acentua essa tendência. Entre as mulheres brancas, a tendência a não viver com cônjuge é menor e a condição de riqueza a torna ainda menor. Em outras palavras, as mulheres negras tendem a não viverem com cônjuge e o fato de serem ricas acentua essa tendência. Já as mulheres brancas têm maior probabilidade de estarem unidas e o fato de se situarem no topo da distribuição de renda aumenta essa probabilidade.

Resta agora observar simultaneamente a endogamia por raça e por classe. Considere-se o mesmo modelo polinomial do exercício anterior. Agora, ao invés de três níveis de resposta, existirão cinco, diferenciando não apenas cônjuges ricos de não ricos, mas também brancos de negros. Como pode ser notado pelos resultados dos exercícios anteriores, há variações das probabilidades em jogo ao longo da idade e do número de filhos, variáveis relacionadas, ambas, ao ciclo de vida e a efeitos de coorte. Contudo, essa variação não afeta o ordenamento dos grupos de mulheres no que se refere a essas probabilidades. Assim, por economia de exposição, ignoram-se as variações ao longo daquelas variáveis no presente exercício. O modelo continua as incluindo. Porém, após a estimação, seus níveis não são considerados para calcular as probabilidades. Com isso, as probabilidades compu-

GRÁFICO 9:
ENDOGAMIA RACIAL E POR CLASSE.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 – Microdados. Elaboração própria.

tadas equivalem às que seriam encontradas num modelo que não incluísse idade e número de filhos. Os resultados estão apresentados no Gráfico 9.

A distribuição das probabilidades de não viver com cônjuge é conhecida do exercício anterior. As mulheres brancas têm essas probabilidades menores, sobretudo as ricas. As mulheres negras têm probabilidade maior de não viverem com alguém e as negras ricas mais ainda. O que se quer observar agora são os padrões de endogamia racial. Nota-se que as mulheres negras não ricas têm probabilidade próxima de zero de viverem com cônjuges ricos de qualquer cor. Entre os cônjuges não ricos, elas se concentram sensivelmente em cônjuges negros. Assim, as mulheres negras não ricas experimentam alta endogamia de classe e alguma endogamia racial. Já as mulheres brancas não ricas têm alguma probabilidade de viverem com cônjuges ricos e brancos, denotando certa exogamia de classe conjugada a uma endogamia racial. Quando se trata das mulheres negras ricas, nota-se que, no que se refere a cônjuges ricos, elas se distribuem de maneira aproximadamente equânime entre negros e brancos. Em outras palavras, elas experimentam exogamia racial condicional à endogamia de classe (unem-se indistintamente com negros e brancos, quando esses são ricos). Por outro lado, elas experimentam forte exogamia de classe em sentido inferior (probabilidades relativamente altas de viverem com cônjuges não ricos) e, condicional a essa exogamia, uma exogamia racial muito acentuada, com probabilidades expressivamente maiores de estarem unidas a cônjuges não ricos e brancos. Assim, as mulheres negras ricas unem-se antes com brancos do que com negros quando se trata de cônjuges de posição de classe inferior.

As mulheres brancas ricas, por sua vez, apresentam alta endogamia de classe e ao mesmo tempo de cor. Evidenciam elevada probabilidade de estarem unidas a cônjuges igualmente ricos e esses cônjuges tendem muito fortemente a serem brancos (41% contra apenas 3% de probabilidade de serem negros). Quando ocorre exogamia de classe para as brancas ricas, continua existindo uma forte endogamia por raça. São 24% de possibilidade de estarem unidas a cônjuges brancos não ricos, contra apenas 2% de possibilidade de viverem com cônjuges negros e não ricos. Assim, o que se nota é que as mulheres brancas ricas experimentam fortes padrões de endogamia tanto por classe como por raça, especialmente por raça. Já as mulheres negras ricas experimentam uma exogamia de classe em sentido inferior, tendendo menos a se unirem a cônjuges igualmente ricos e, ao mesmo tempo, exogamia racial quando ocorre endogamia de classe e, o que é muito notável, exogamia racial mais acentuada ainda quando ocorre exogamia de classe. Esse último resultado, convergente com estudos anteriores (Petruccelli, 2013; Ribeiro & Silva, 2009), sugere existir intercâmbio de *status* entre mulheres negras ricas e homens brancos não ricos, algo que geralmente se discute apenas em se tratando de uniões entre ho-

mens negros de elevado *status* socioeconômico e mulheres brancas em condições socioeconômicas menos favoráveis.

Discussão

As mulheres negras enfrentam desvantagens muito acentuadas quanto à possibilidade de estarem no grupo das pessoas ricas. Mostrou-se um fato muito importante sobre a mediação educacional dessas desvantagens. Por um lado, as mulheres negras têm realizado progressos no que se refere aos níveis globais de educação. Embora esses progressos sejam limitados, deixando-as ainda em desvantagem com relação aos homens brancos e, mais ainda, com relação às mulheres brancas, estas trazem um potencial muito grande para a correção das disparidades de riqueza, sobretudo quando se considera a forte associação entre nível superior de ensino e a probabilidade de estar entre o 1% com maior renda. Contudo, esse progresso é significativamente sobrestimado quando se consideram apenas os níveis globais de educação. Na verdade, as mulheres negras sofrem de um padrão muito desvantajoso de segmentação ao longo das áreas de formação superior. Assim, mesmo com relação aos homens negros, o progresso educacional apresentado pelas mulheres negras é sensivelmente menor do que os índices sobre os níveis globais de realização educacional sugerem. Se as mulheres negras continuarem avançando ao nível superior de ensino sem que se altere o presente padrão de segmentação por áreas de formação superior, tal segmentação surtirá um papel cada vez mais decisivo para a disparidade de riqueza sofrida por elas.

Além desse fato, as mulheres negras também enfrentam um cenário crítico no que diz respeito às condições para converterem um mesmo nível educacional e uma mesma credencial em oportunidades de riqueza. Uma parte substancial da disparidade de riqueza dessas mulheres se deve a essas condições, indicando um alto peso de formas de tratamento diferencial no mercado de trabalho. Essas desvantagens se apresentam na comparação com todos os outros três grupos, indicando mais uma vez que a condição simultânea de sexo e cor das mulheres negras configura uma posição única de vulnerabilidade a práticas de discriminação, a qual não se equipara nem à posição das mulheres brancas, nem à dos homens negros.

Se as mulheres negras enfrentam todas essas barreiras quanto às oportunidades de riqueza, as mulheres negras ricas, por sua vez, enfrentam ainda dificuldades para converter a condição de riqueza em *status*, como indica a dinâmica matrimonial. A maior probabilidade de não união para as mulheres negras em geral é fato bem conhecido e aponta para a desvalorização desse grupo no campo das relações afetivas. Agora, é interessante que para as mulheres negras a condição de riqueza aumente

a probabilidade de não união, enquanto para as mulheres brancas essa relação é a inversa. Esse fato deve ser interpretado diante dos padrões de exogamia e endogamia observados. Como foi visto, em contraste com as mulheres brancas ricas que se unem muito mais frequentemente a homens igualmente ricos, as mulheres negras ricas experimentam exogamia de classe, o que indica existirem restrições para que elas convertam sua posição de riqueza em *status*. Em outras palavras, embora sejam ricas, sua condição racial restringe seus níveis de *status*.

Nesse sentido, o aumento das probabilidades de não união para as mulheres negras ricas pode ser compreendido como consequência de uma dissonância entre expectativas de *status* e possibilidades de realização de *status* no mercado matrimonial. As mulheres negras mais ricas devem elevar suas expectativas quanto ao *status* dos seus cônjuges em potencial, mas, ao mesmo tempo, a discriminação racial rebaixa as condições objetivas de realização dessas expectativas. Se isso é correto, as mulheres negras ricas tendem a enfrentar dificuldades para encontrar cônjuges compatíveis com o que esperam encontrar, naquilo que essa esperança se refere, direta e indiretamente, a posições de *status*, e essa situação explicaria por que, para elas, ainda mais do que para as mulheres negras não ricas, as probabilidades de não união são maiores.

Um fato muito importante é a forte exogamia racial das mulheres negras ricas conjugada à exogamia de classe. É grande a presença no imaginário sobre relações raciais no Brasil a situação de troca de *status* entre homem negro em ascensão social e mulher branca. Ao ascender socialmente, o homem negro procuraria unir-se à mulher de tez mais clara, embora mais pobre, como se o *status* racial dessa mulher compensasse seu menor *status* de classe e como se o homem negro em melhor situação econômica, através dessa união, consolidasse sua própria posição de *status*. O caso é que essa situação também parece ocorrer entre as mulheres negras ricas. A união entre mulheres negras ricas e homens não ricos tem duas vezes mais possibilidades de ocorrer com homens brancos do que com homens negros. É importante ressaltar que isso não equipara as situações vivenciadas por homens e por mulheres negras no mercado matrimonial. As mulheres negras sofrem uma pressão muito maior que se manifesta sobretudo nas altas probabilidades de não união. O que se observa é que, entre as mulheres negras ricas que se unem, também parece operar uma lógica de troca de *status* com cônjuges brancos de classe mais baixa.

Os padrões de exogamia racial observados para as mulheres negras podem estar sendo afetados pela agregação das categorias preto e pardo. Como em termos de dinâmica matrimonial o grupo de pessoas declaradas pardas diferencia-se do grupo de pessoas declaradas pretas, parte da exogamia racial pode se dever à presença dos

pardos na categoria de pessoas negras. Estariam por assim dizer afetados os padrões de endogamia/exogamia racial. Contudo, o mesmo deveria valer em alguma medida para as mulheres brancas, que deveriam ter seu padrão de endogamia racial amenizado pelo agrupamento de homens pretos e pardos, o que não acontece. Sendo assim, a classificação aqui adotada, embora não permita distinguir a situação enfrentada especificamente pelas mulheres declaradas pretas, permite detectar padrões nítidos e consistentes de como clivagens raciais operam na dinâmica matrimonial.

Conclusão

Mostrou-se que a mediação educacional exerce um papel decisivo na mediação da disparidade de riqueza sofrida pelas mulheres negras. Destaca-se o papel da segmentação por áreas de formação superior, que reduz até mesmo as vantagens educacionais que essas mulheres têm em relação aos homens negros e agrava as suas desvantagens educacionais com relação às pessoas brancas, sobretudo homens. Revelou-se também um papel muito forte de processos de discriminação. Esse tipo de desvantagem é maior com relação ao homem branco. Em seguida, vêm as mulheres brancas, seguindo-as de perto, os homens negros.

Confirma-se também que as mulheres negras ricas enfrentam dificuldades para converter sua afluência econômica em posição de *status*. Ao considerar as uniões conjugais como inseridas num processo de formação de *status*, nota-se que as mulheres negras ricas experimentam maior exogamia de classe em sentido inferior, enquanto as mulheres brancas ricas apresentam um elevado nível de endogamia de classe. Mais ainda, a condição de riqueza, para as mulheres negras, implica em probabilidades maiores de não união, o que se pode explicar por uma contradição entre a elevação das suas expectativas subjetivas com relação ao *status* dos seus potenciais cônjuges e o rebaixamento, devido à discriminação racial, dos níveis de *status* que elas tendem realmente realizar a partir de sua condição de mulheres ricas, porém negras.

Abstract: This paper approaches the relative absence of black women amongst the top-incomes in Brazil. The top-incomes are defined as the 1% of people with higher earnings from their main job. We apply logistic regressions to address in what extent educational levels explain the black women's disadvantages on the probabilities of being rich. Through simulations based on the same logistic models, we address the contribution of discrimination for these disadvantages. This paper also addresses how race affects the social status of rich black women, considering matrimonial dynamics as a plausible indicator for status formation. The hypothesis is that rich black women have difficulties to match rich partners, for discrimination in some extent prevents their economic affluence to work as a source of social status. We apply multinomial logistics regression to address the matrimonial dynamics. The data is from the 2010 Brazilian Census.

Key words: racial inequality, gender inequality, top-incomes, status, assortative matching.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. São Paulo: Nacional, 1955.
- BARROS, R. P. de et alii. *Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar*. <www.ipea.gov.br>, Jun. 2001.
- BARROS, R. P. DE; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil*. <www.ipea.gov.br>, Jul. 2007.
- BAUER, T. *An extension of the Blinder-Oaxaca decomposition to non-linear models*. Essen: RWI, 2006.
- BENTO, M. A. S. Mulher negra no mercado de trabalho. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 479, Jan. 1995.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 177-200, 2004.
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *The Journal of Human Resources*, v. 8, n. 4, p. 436, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Estudos Feministas*, Ano 2, p. 179, Segundo Semestre 1994.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1-2, p. 9, 1999.
- BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 105-138, 2004.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.
- COSTA, L.; RIBEIRO, M. *Estrutura ocupacional e mercado de trabalho feminino*. eMetropolis, 2000.
- COTTON, J. On the decomposition of wage differentials. *The Review of Economics and Statistics*, p. 236-243, 1988.

DE CARVALHO, A. P.; NÉRI, M.; NASCIMENTO SILVA, D. B. do. *Diferenciais de salários por raça e gênero no Brasil: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006, mimeo.

FAIRLIE, R. W. The absence of the African-American owned Business: an analysis of the dynamics of self-employment. *Journal of Labor Economics*, v. 17, n. 1, p. 80-108, Jan. 1999.

FIGUEIREDO, A. Fora do jogo. *Cadernos Pagu*, v. 23, p. 199-228, 2004.

FRAZIER, E. F. *Black bourgeoisie*. Glencoe (Ill): Free Press, 1957.

GALEAZZI, I. M. S. *et alii*. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. *Mulher e Trabalho*, v. 3, 2011.

GOLDIN, C. *The U-shaped female labor force function in economic development and economic history*. [s.l.] National Bureau of Economic Research, 1994. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w4707>>. Acesso em: 27 Abr. 2015.

HOETKER, G. The use of logit and probit models in strategic management research: critical issues. *Strategic Management Journal*, v. 28, n. 4, p. 331-343, 2007.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

HOFFMANN, R.; OMETTO, A. M. H.; ALVES, M. C. Participação da mulher no mercado de trabalho: discriminação em Pernambuco e São Paulo. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 3, p. 287-322, Jul. 1999.

KALMIJN, M. Inter-marriage and homogamy: causes, patterns, trends. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 395-421, Jan. 1998.

KITAGAWA, Evelyn M.; HAUSER, Philip M. Education differentials in mortality by cause of death: United States, 1960. *Demography*, v. 5, n. 1, p. 318-353, Mar. 1968.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza o caso brasileiro. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 2, p. 464, 1996.

LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 489, Jan. 1995.

LOMBARD, K. V. Women's rising market opportunities and increased labor force participation. *Economic Inquiry*, v. 37, n. 2, p. 195-212, Abr. 1999.

- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. F. DE. The rich, the affluent and the top incomes. *Current Sociology*, Out. 2014.
- MORTENSEN, D. T. Matching: finding a partner for life or otherwise. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. S215-S240, Jan. 1988.
- NORTON, E. C.; WANG, H.; AI, C. Computing interaction effects and standard errors in logit and probit models. *State Journal*, v. 4, p. 154-167, 2004.
- OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, Out. 1973.
- OAXACA, R. L.; RANSOM, M. R. On discrimination and the decomposition of wage differentials. *Journal of Econometrics*, v. 61, n. 1, p. 5-21, Mar. 1994.
- OLIVEIRA FONTOURA, N. DE; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade? *Mercado de Trabalho*, v. 41, p. 21, 2009.
- OLIVEIRA, R. DE V. C. DE. *Modelos de Goodman: perfis das uniões pela cor dos casais*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.
- PACHECO, A. C. L. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras. *Afro-Ásia*, v. 34, p. 153-188, 2006.
- PETRUCCELLI, José Luis *et alii*. *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- RAMOS, L.; SOARES, A. L. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil*. <<http://www.ipea.gov.br>>, Out. 1994.
- REIMERS, C. W. Labor market discrimination against hispanic and black men. *The Review of Economics and Statistics*, v. 65, n. 4, p. 570-579, Nov. 1983.
- RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. DO V. Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. *Dados*, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.
- ROCHA, C. D. *et alii*. *O fenômeno teto de vidro na ascensão à posição hierárquica das mulheres no mercado formal*. Barreiras: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.
- SCHWARTZ, C. R. Trends and variation in assortative mating: causes and consequences. *Annual Review of Sociology*, v. 39, n. 1, p. 451-470, 2013.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 3, p. 441-478, 2001.

SILVA, N. DE D. V.; KASSOUF, A. L. Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. *Nova Economia*, v. 10, n. 1, Out. 2013.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. *A participação feminina no mercado de trabalho*. <www.ipea.gov.br>, Dez. 2002.

SOARES, S. S. D. *Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. <www.ipea.gov.br>, Nov. 2000.

SOUZA, P. F. DE; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Inequality of opportunities in Brazil: considerations on class, education, and race. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 73, p. 77-100, Jun. 2010.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TEYKAL, C. M.; ROCHA-COUTINHO, M. L. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. *Psico*, v. 38, n. 3, 2007.

TREIMAN, Donald J. *Quantitative data analysis: doing social research to test ideas*. New York: Jossey-Bass, 2010.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

YUN, Myeong-Su. Wage differentials, discrimination and inequality: A Cautionary note on the Juhn, Murphy and Pierce decomposition method. *Scottish Journal of Political Economy*, v. 56, n. 1, p. 114–122, 2009.

Resenhas

Trente ans après *La distinction*: um guia sobre a posteridade da obra de Bourdieu

Recebido: 03.07.17

Aprovado: 08.12.15

COULANGEON, Philippe; DUVAL, Julien (Orgs.). *Trente ans après La distinction de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, “Collection Recherches”, 2013.

Bruno Costa Barreiro*

Pouco mais de três décadas depois, o que os sociólogos ainda aprendem com *A distinção: crítica social do julgamento*? Para responder a essa pergunta, Philippe Coulangeon e Julien Duval organizam o livro *Trente ans après La distinction de Pierre Bourdieu* que apresenta a contribuição de outros 35 autores para pensar sobre a posteridade da obra bourdieusiana, distribuída em seis seções: (1) gênese e recepção internacional; (2) debates na sociologia da cultura; (3) aplicações fora da França; (4) teoria das classes sociais; (5) sociologia política; (6) novos territórios de pesquisa. O livro, publicado em 2013, é resultante do colóquio de mesmo nome, organizado em Paris no início de novembro de 2010, o qual contou com um amplo apoio institucional (Ministério da Cultura da França e Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS).

Os organizadores afirmam que o caráter internacional do colóquio de 2010 é evidente: dos 130 trabalhos apresentados, a metade foi de pesquisadores não franceses. Contudo, o mesmo não pode ser dito – ao menos não na mesma medida – sobre o processo de seleção dos trabalhos integrantes da obra *Trente ans après La distinction*: dos 37 pesquisadores que assinam os capítulos, 26 possuem vínculo principal com centros de pesquisa e universidades da França (principalmente com o CNRS); dentre os demais, seis trabalham em outros países da Europa e apenas cinco atuam fora do continente europeu (Western Sidney University, Harvard University, Universidade do Porto, Universidade Federal de São Paulo e Universidad de Santiago). A descrição dessa configuração é importante, já que uma das principais críticas à obra *A distinção* de Bourdieu é o seu alcance supostamente restrito ao contexto francês. Na introdução de *Trente ans après La distinction*, Coulangeon e Duval afirmam que *A distinção* costuma ser referenciada como obra clássica da sociologia, embora seja tratada como controversa pelos mesmos pesquisadores que a citam. Ao buscar reduzir as margens para interpretações malfeitas, Coulangeon e Duval destacam elementos importantes para entender a obra: (1) gostos são indissociáveis dos desgostos pelas preferências dos outros, o que faz com que o julgamento de gosto seja uma perspectiva de classe implícita; (2) os gostos dos indivíduos, em domínios tão

* Mestre e doutorando em sociologia política pela UFSC (bolsista CNPq), especialista em sustentabilidade e responsabilidade social corporativa pela Sustentare (2013), possui graduação em psicologia pela Universidade Federal da Bahia (2009). Atualmente desenvolve pesquisa sobre os chamados “líderes empresariais sustentáveis” e suas influências sobre o campo econômico. É membro do Núcleo de Sociologia Econômica (Nusec) e da equipe de tutoria do curso de administração da UFSC. <barreirosbc@gmail.com>

distantes, denotam um “ar familiar”, integrando-se em estilos de vida; (3) as práticas esteticizantes tendem a ser reservadas à classe dominante (i.e., superioridade de seus estilos de vida), evidenciando um monopólio dos mais favorecidos sobre o consumo legítimo dos produtos mais valorizados; (4) os gostos são muito menos pessoais do que gostaríamos, embora isso não queira dizer que os gostos de um dado indivíduo possam ser deduzidos diretamente de sua classe social, mas sim que a sociologia pode oferecer uma boa explicação desses sistemas de preferências. Na sequência aos comentários iniciais dos organizadores Coulangeon e Duval, *Trente ans après La distinction* apresenta, como primeira seção, textos sobre a gênese e a recepção internacional da obra de Bourdieu. No primeiro deles, Monique de Saint-Martin mostra como *A distinção* não é um livro verdadeiramente inédito, nem tampouco original: trata-se antes de um trabalho de orquestração, uma soma de publicações anteriores. Dentre estas, a autora destaca o dossiê *Anatomie du goût*, de 1976, no qual a própria Saint-Martin trabalhou com Bourdieu. Ela lembra ainda que *A distinção* deve ser adequadamente inserida no contexto dos anos 1970 da França, quando diversos pesquisadores buscavam inovações em termos de estratificação social.

Gisèle Sapiro escreve o segundo capítulo desta primeira seção da obra. A autora recorre a um material empírico composto pela cronologia das traduções de *A distinção*, seus modos de recepção e as citações em revistas acadêmicas americanas para compreender as condições materiais e sociais subjacentes à circulação de ideias sobre a obra. Aqui fica o destaque para uma das conclusões de Sapiro: cada região do mundo apresenta suas especificidades na forma de receber *A distinção*, mas, a partir de 1990, a recepção internacional começa a se unificar, muito pela iniciativa do próprio Bourdieu. Complementar a esse trabalho de Sapiro é o caso da utilização da obra no cenário estadunidense apresentado no terceiro capítulo, assinado por Michèle Lamont: a autora revela, a partir de uma “sociologia da sociologia”, como a leitura de *A distinção* nos Estados Unidos foi feita de forma seletiva e em constante convergência com os temas de interesse da escola sociológica americana, tais como o papel das associações profissionais e a abordagem quantitativa.

Essa perspectiva de “sociologia da sociologia” está também presente no quarto capítulo assinado por Jean-Louis Fabiani sobre a capacidade generalizante e a longevidade de *A distinção*. Fabiani advoga a favor da centralidade de uma teoria da legitimidade cultural presente na obra que é perfeitamente capaz de ser transposta a outros contextos fora da França. A questão sobre como a obra é assimilada é também o foco de interesse do último capítulo dessa seção: Louis Pinto discorre sobre o bom uso da obra de Bourdieu e afirma que muitas críticas foram feitas ao livro, porém a maior parte resulta de leituras rasas da obra, geralmente restritas apenas ao seu título ou a conceitos específicos. *A distinção* foi raramente lida e entendida

como teoria dos julgamentos de gostos, teoria da ação e teoria dos espaços sociais. Para Louis Pinto, o livro visa operar, a partir dos gostos, os conceitos de *habitus*, campo e capital, mas também o modo de pensar relacional, numa concepção de espaço social antissubstancialista, anti-individualista e antissubjetivista.

A segunda seção do livro aborda a grande influência de *A distinção* sobre a área da sociologia da cultura. O capítulo inicial, assinado por Stéphane Dorin, mostra, a partir da análise dos gostos musicais e do caso da orquestra francesa de câmara Ensemble Intercontemporain, a atualidade das teses bourdieusianas diante de teorias mais recentes que advogam a favor do chamado ecletismo cultural. Dorin explica como esse ecletismo representa apenas uma pequena parte do público frequentador da orquestra, predominantemente formado por “unívoros clássicos”. No capítulo seguinte, Agathe Voisin questiona as teorias dominantes da legitimidade cultural, sob a luz de sua pesquisa de campo comparativa com jovens da periferia londrina e parisiense. Seus achados divergem do diagnóstico de que os estratos dominantes são caracterizados pelo ecletismo e pelo universalismo (i.e., onivorismo cultural) ao passo que os estratos desfavorecidos seriam marcados pelo particularismo (i.e., univorismo cultural) e por gostos ilegítimos. Esses achados também convergem com os de Annie Collovard e Érik Neveu no terceiro capítulo: leitores de romances policiais tampouco são onívoros.

O quarto capítulo desta segunda seção, de Sylvie Tissot, resgata um dos temas menos debatidos pela sociologia da cultura, as práticas alimentares, motivada, provocativamente, pelo termo “onivorismo” de Richard Petersen. Tissot discute seu material etnográfico, obtido em um bairro outrora popular de Boston e atualmente aburguesado, revelando como o aparente gosto alimentar democrático, cosmopolita e eclético dos habitantes do bairro esbarra em fortes desgostos, observáveis principalmente na aversão às práticas alimentares associadas ao *soul food* (i.e., alimentação associada aos negros do sul dos Estados Unidos). Olivier Roueff também ataca a teoria do ecletismo cultural no quinto capítulo desta seção, porém de uma forma teórica, mostrando que a tese bourdieusiana de homologia estrutural ainda é válida, mas a análise da afinidade entre os campos da oferta e da demanda cultural necessita contemplar os intermediários culturais. Por fim, no último capítulo da seção sobre a sociologia da cultura, Bernard Lahire explica suas teses presentes em *A cultura dos indivíduos* e como elas se relacionam com as de Bourdieu, questionando a suposta coerência dos gostos e das disposições individuais que o autor de *A distinção* percebia.

A terceira seção de *Trente ans après La distinction* traz a perspectiva internacional de pesquisas baseadas em *A distinção* e discute a possibilidade de transferir as análises feitas no contexto francês para outras partes do mundo. O primeiro

capítulo da seção é um trabalho coletivo de diversos pesquisadores liderados por Tony Bennett, realizado entre 2003 e 2007, cujo objetivo foi mapear a estrutura do capital cultural no Reino Unido. De forma geral, os achados na Grã-Bretanha confirmaram duas importantes teses bourdieusianas: (1) a classe social é o elemento central de estruturação e diferenciação; (2) há homologias estruturais entre os domínios culturais.

O segundo capítulo da seção, de Virgílio Borges Pereira, fala de outro espaço social não francês, o da cidade do Porto. Pereira apresenta uma interessante análise inspirada em *A distinção*, a partir de uma discussão sobre o caráter relacional que existe na cidade lusitana entre o espaço dos estilos de vida e o espaço urbano, considerando especialmente o papel do Estado na sua constituição. Já o terceiro capítulo desta seção de perspectivas internacionais é assinado pela única brasileira de *Trente ans après La distinction*, Carolina Pulici, que apresenta um estudo sobre os gostos da elite paulistana em termos de arquitetura, cinema e artes plásticas. Pulici detectou um forte apreço pelo tradicional, confirmando a tese de que o gosto burguês é fundamentalmente um gosto tradicionalista. O último texto desta seção é um trabalho de Annick Prieur e Mike Savage que alertam, a partir de seus estudos na Dinamarca e na Grã-Bretanha, para a necessidade de revisão do conceito de capital cultural diante das mudanças radicais observáveis nesse início de século XXI, especialmente no sentido de incluir formas novas ou emergentes, a exemplo do capital cultural cosmopolita.

A quarta seção do livro reúne trabalhos que contribuem no sentido de uma teoria das classes sociais. Gérard Mauger abre a seção com o seu capítulo sobre como *A distinção* trata apenas sumariamente dos estratos mais baixos da hierarquia social, quando se compara com a ênfase nas classes dominantes. Mauger propõe como alternativa para pensar os estratos populares de forma mais profunda a inserção de variáveis mais sensíveis à experiência contemporânea, tais como a díade nacional-imigrante, permitindo assim a construção de um espaço dos estilos de vida das classes populares. Já Marie-Hélène Lechien prefere investigar, no segundo capítulo da seção, os estratos intermediários, especialmente uma das categorias inovadoras de *A distinção*: a nova pequena burguesia. O exercício central de Lechien é reflexivo no sentido de falar, a partir de seus próprios estudos, da posição ambígua da socióloga que estuda um estrato do qual ela mesma faz parte.

A nova pequena burguesia é também o foco de análise de Lise Bernard no capítulo seguinte, porém de forma bem diferente daquela desenvolvida por Lechien. A autora verifica a possibilidade de utilização em estudos da França contemporânea da categoria inovadora e apresentada em *A distinção, petite bourgeoisie nouvelle*. Também é sobre os estratos intermediários o último capítulo da seção sobre classes sociais, no qual Agnès Van Zanten apresenta uma pesquisa sobre os processos de

diferenciação social a partir das práticas escolares: seus resultados revelam diferenças significativas nas disposições de duas frações superiores de classe média, os intelectuais e os tecnocratas.

Na sequência do debate sobre as classes sociais, a quinta seção de *Trente ans après La distinction* é dedicada ao tema da sociologia política, inspirando-se principalmente no capítulo “Cultura e política” de *A distinção*. O primeiro é assinado por Daniel Gaxie, que mostra como apenas uma pequena fração limitada de cidadãos (i.e., os ativos) são detentores do direito e da capacidade de expressar uma ação política. As análises de Gaxie sobre o contexto europeu estão alinhadas com a de Daniel Laurison, no capítulo seguinte, sobre a produção das opiniões nos Estados Unidos: para ele, a abordagem teórica e metodológica de *A distinção* ainda é perfeitamente eficaz e aplicável ao contexto estadunidense. O terceiro e último capítulo da seção sobre sociologia política, assinado por Bruno Cautrès, Flora Chanvriil e Nonna Mayer, sugere que a forma de estratificar utilizada em *A distinção* necessita de revisões a partir das mudanças ocorridas no plano socioprofissional e político.

A última seção do livro se propõe a apresentar exemplos de novos territórios de pesquisa que se inspiram em *A distinção*. No primeiro capítulo da seção, Comby e Grossetête mostram que os ditos comportamentos imprudentes no trânsito e em matéria de ecologia dependem da posição social, já que observando os problemas públicos a partir de *A distinção*, é possível perceber como certas normas são consagradas ou desqualificadas, isto é, como princípios morais de certos grupos tornam-se princípios normais gerais. O capítulo seguinte, de Frédéric Roux, problematiza as práticas de pesca, descortinando disputas simbólicas entre diferentes gerações dotadas de montantes assimétricos de capital cultural. Inovadora também é a proposta de estudo de Fabrice Ripoll, que inicia, no último capítulo da seção de novos territórios, uma discussão sobre o lugar do espaço físico e da geografia em pesquisas inspiradas em *A distinção*: ele apresenta o paradoxo do uso frequente do conceito de “espaço” sem qualquer associação deste com o elemento territorial ou geográfico.

Os organizadores Philippe Coulangeon e Julien Duval concluem o livro afirmando que *Trente ans après La distinction* revela leituras e posições diversas em relação à obra *A distinção* que nos faz duvidar da sua obsolescência. Além disso, não há apenas um debate sobre a obra, mas vários, principalmente porque existem muitas teses presentes em *A distinção*. Eles reconhecem que se formos anexar a obra aos seus objetos, ela pertence à sociologia da cultura, uma vez que está centrada em temas como legitimidade cultural, relações simbólicas entre grupos sociais e homologias entre os espaços de gostos. Entretanto, igualmente pertinentes são, por exemplo, as abordagens a partir da sociologia política e a das relações de classe.

Para além das disputas sobre qual área ou tipo de sociologia tem maior legitimidade para se apropriar da obra, Coulangeon e Duval enaltecem sua riqueza de inovações metodológicas: (a) o modo de pensar relacional; (b) a crítica à razão substancialista; (c) integração etnográfica e a análise estatística; (d) escrita que enfatiza idas e vindas entre questões teóricas e material empírico, extratos de entrevistas e observações etnográficas.

É visível na maior parte dos trabalhos contidos no livro o esforço de pensar a posteridade da obra de Bourdieu. Há também, na maior parte dos autores, uma postura contracrítica em relação aos principais enunciados dos detratores da teoria de Bourdieu (e.g. teoria do ecletismo cultural) combinada a reflexões acerca de possíveis imprecisões contidas em *A distinção* (e.g. a negligência do aspecto geográfico do conceito de espaço social), bem como da necessidade de atualização (e.g. mudanças socioprofissionais) e revisão (e.g. reaproveitamento do capítulo “Cultura e política”). Por tudo isso, *Trente ans après La distinction* é uma coletânea de estudos de grande relevância para a sociologia, tanto para os que se colocam a favor de Bourdieu como para os seus oponentes.

E a tragédia continua

Recebido: 03.12.15

Aprovado: 07.06.15

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. Updated edition. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

Daniel Afonso da Silva*

* Doutor em história social pela Universidade de São Paulo e professor-pesquisador no Ceri-Sciences Po de Paris. <daniel.afonso66@hotmail.com>.

Após três lustros de sua primeira edição em 2001, *The tragedy of great power politics* de John J. Mearsheimer reaparece em versão revisada e ampliada. A razão é simples: o tempo lhe deu razão: a tragédia mundial continua. Nada de seu argumento e de sua teorização foi refutado. Nenhum aspecto de sua racionalidade foi modificado. Toda a sua fundamentação histórica e filosófica continuou sendo progressivamente louvada. Foi um clássico de nascença e essa sua nova versão é um importante convite à sua contínua apreciação. Senão, vejamos.

Estados Unidos da América, outono de 2001. Os norte-americanos ainda perplexos com o 9/11 removiam os destroços do World Trade Center e reconstruíam partes do Pentágono. O presidente George W. Bush (2001-2009) já tinha começado a sua guerra ao terror. O Afeganistão virara seu objeto de ocupação e manipulação. Osama Bin Laden e os membros da al-Qaeda eram procurados vivos ou mortos por todo custo e meios. O triunfo do mundo livre e da democracia liberal anunciado anteriormente desmanchava no ar. A última superpotência restante fora golpeada de fato. Seu glamour e sua onipotência vibrantes estavam irreconhecivelmente frágeis. Sua autoconfiança, vulnerável. O sempre negligenciado mundo árabe, o mesmo dos choques de petróleo dos anos de 1970, mostrava que a história jamais tem fim. Não tinha jeito: era, sim, a revanche dos retirados da história. A agonia, como sempre, suplantava a razão. E nessa consternação, *The tragedy of great power politics* ganhava a sua primeira edição.

A euforia em torno deles, livro e autor, foi intensa, imensa e imediata. Muitos comparavam a obra a *Politics among nations* e o autor a um Hans J. Morgenthau do século XXI. Paul Kennedy, autor do clássico *The rise and fall of great powers*, chegaria a afirmar serem John J. Mearsheimer e *The tragedy of great power politics* espécie de Maquiavel e Príncipe contemporâneos.

Nos 15 anos seguintes o mundo deu muitas voltas. A *Iraqi freedom* do presidente Bush se revelou outro Vietnã norte-americano. A mentira e o escárnio do secretário de estado Colin Powell diante das Nações Unidas sobre a existência de armas de destruição massiva nos domínios de Saddam Hussein e a subsequente ofensiva

dos Estados Unidos sobre o Iraque mesmo sem a unanimidade entre os membros permanentes do Conselho de Segurança promoveram a maior desmoralização e humilhação da instituição multilateral, desde sua fundação no pós-1945. O efeito nefasto dessa investida foi a ampliação do antiamericanismo por toda parte e não simplesmente pela verve do falecido presidente Hugo Chaves.

O presidente George Bush fora reeleito em 2004 sob a poeira da cobrança da honra ferida de seu país. Mas quatro anos depois, nas eleições de 2008, não conseguiria fazer seu sucessor. Além do profundo mal-estar causado pelas controvérsias no Iraque – entre elas a morte de milhares de soldados norte-americanos e as revelações do Wikileaks de Julian Assange –, a crise financeira mundial iniciada em 2007 mostrava a ingerência de um sistema e a incompetência de um governo. O candidato Barack Obama prometeu superar essa situação com o seu “*Yes, we can*”. A esperança vencera o medo e o primeiro afro-americano ascendia à presidência do mais onipotente e onisciente Estado nação do planeta.

Sair do Iraque e salvar instituições *too big to fail* virou sua obsessão. Em seu famoso discurso do Cairo, em junho de 2009, Obama afirmaria a todos “*We can not impose peace*”. E na reaproximação com o mundo árabe ele iniciaria o ruidoso processo de destituição da islamofobia causada pela guerra ao terror de seu antecessor.

Esse empenho ganharia evidência na dita primavera árabe quando, entre 2010 e 2011, os povos da Costa do Marfim, da Tunísia, do Egito, da Líbia, de Bahain, da Síria começaram a demandar o fim das ditaduras seculares e a deposição de ditadores em seus países. Entre um evento e outro, o presidente norte-americano seguia obstinadamente os passos do verdugo do 9/11. De tanto caçar, apanhou e matou e no dia 2 de maio de 2011 diria ao mundo que “*a decade of war is ending*”.

Dava-se assim a entender que doravante seria efetivamente o momento da cooperação. Mas a investida na Líbia fracassara retumbantemente. O coronel Gaddafi fora retirado do poder e da vida e os líbios iniciaram uma guerra sem fim que desembocaria nas tragédias humanitárias averiguadas no Mediterrâneo com o naufrágio permanente de embarcações trazendo sobreviventes da morte e fugitivos da dor da Líbia pós-Gaddafi. A esperança das estações árabes começou a virar pesadelo.

Na Síria, o clã de Bashar al-Assad ultrapassou a linha vermelha da utilização de armas químicas contra os dissidentes em seu próprio país e os guardiões da paz internacional liderados pelos Estados Unidos América simplesmente observaram passivos. No Irã se ia enriquecendo urânio com interesses domésticos e também nucleares. Na Ásia e na África a China ia afirmando seu domínio por terra e mar. Na Eurásia a Rússia não demoraria a coagir a Ucrânia e anexar a Crimeia. Somado a isso vieram

as denúncias de Edward Snowden sobre o sistema de escuta globais da National Security Agency. A União Europeia seguia o seu *malaise* diante da crise de sua moeda e de sua aventura de integração transnacional. Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha foram muitas vezes implicitamente convocados a sair da União abandonando os pactos e o euro. O imperativo da austeridade virou o mantra dos Estados. Mesmo os Brics que pareciam a indicação de algum equilíbrio econômico internacional para além dos países ditos centrais começaram a malograr a partir de 2012. Cada um de seus componentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – vive a crise que lhe toca viver. Basta assuntar simplesmente a situação da ex-presidente Dilma Rousseff desde junho de 2013 que não é muito diferente da de seus homólogos. Da África para o mundo se proliferou o vírus Ebola. Na Nigéria o Boko Haran começou a mostrar a face mais repugnante da natureza humana aninhada na covardia que seria apenas equiparada aos feitos dos caprichosos cortadores de cabeças do Daesh autodenominados Estado Islâmico.

Isso indica o quão instável e questionável segue o mundo. O quão complexas são as interações entre os países e o quão daninhas as suas relações podem ser. Essas evidências demonstram, portanto, que a tragédia continua. E justamente por isso John J. Mearsheimer reapresenta seu *The tragedy of great power politics* em versão revisada, atualizada e aumentada.

Já se disse que o século XXI promete ser menos letal que o século precedente. Uma guerra de proporções mundiais como a de 1914-1918 ou 1939-1945 está completamente fora do cenário. Mais isso não quer dizer que o mundo segue menos perigoso; que as relações entre os Estados sejam menos tensas. E que a paz seja o bem adquirido.

Jamais se viveu um momento tão instável e complexo como o que nos toca viver após 1989, 2001 e 2008. Daí a importância de teorias que nos permitam entender mais e melhor onde estamos e para onde poderemos eventualmente nos dirigir. Nessa aferição se encontra a força dessa nova edição de *The tragedy of great power politics*.

No meio restrito das Relações Internacionais, Mearsheimer representa a quintessência da tradição do realismo clássico inaugurada em 1948 por *Politics among nations* de Hans J. Morgenthau e revigorada como neorealismo em 1979 por *Theory of international politics* de Kenneth Waltz. Seu aparato técnico procura recuperar o historicismo filosófico do primeiro e o estruturalismo sociológico do segundo. Seu indicativo teórico defende em oposição a Kenneth Waltz e valorização de Hans J. Morgenthau o realismo ofensivo como axioma de compreensão do meio internacional. Em Mearsheimer, desse modo, a estrutura do sistema internacional não dispõe de

autoridade superior para dominar a irracionalidade dos Estados que temem sucumbir e, por conseguinte, procuram incessantemente ampliar sua capacidade de sobrevivência com a ampliação de seus meios materiais vitais. Porquanto nessa percepção, os Estados indispõem de amigos no meio internacional. Possuem quando não inimigos, rivais, nos quais convém não se confiar.

O núcleo desse raciocínio de John J. Mearsheimer advém essencialmente da incapacidade e/ou conveniência das teorias promovidas pelo neorealismo de Kenneth Waltz em prever o fim do conflito Leste-Oeste. O argumento essencial de *Theory of international politics* de Waltz sustenta o realismo defensivo como o coração da segurança internacional visto que normas e leis da estrutura do sistema internacional somadas ao duopólio entre o mundo livre e o mundo soviético promovido pela guerra fria impediriam uma escalada de violência. Com o esboroamento do duopólio, a esquematização de Kenneth Waltz desmoronou. Foi efetivamente John Mearsheimer em seus artigos *Back to future* de 1990 e *The false promise of international institutions* de 1994-1995 o primeiro a pôr em questão essa esquematização do neorealismo. *The tragedy of great power politics* segue no desdobramento desses artigos.

Normas e instituições – no entender de John J. Mearsheimer – são impotentes diante da fúria dos Estados por sobrevivência. Mesmo que o *establishment* norte-americano defenda um liberalismo institucional mundial desde os tempos do presidente Woodrow Wilson ou mesmo desde os *founding fathers*, na prática, como vai demonstrando Mearsheimer, a teoria é outra. Essa retórica liberal beira o cinismo quando contrastada aos empenhos permanentes e agressivos dos Estados Unidos para manter os meios de sua sobrevivência.

São muitos os recursos de grandes potências como os Estados Unidos para ampliar a sua capacidade vital. O objetivo final de todas consiste em virar hegemônico do sistema inteiro. Como isso não parece completamente exequível, elas partem para a dominação regional por fatores econômicos, militares, demográficos, territoriais, marítimos, aeroportuários e nucleares. Nesse empenho podem participar ou instigar guerras com rivais, forjar intimidações e impor aos aliados que combatam seus rivais comuns.

Essa teorização de John J. Mearsheimer vai ancorada em densa reconstituição histórica e historiográfica da ascensão e queda de nações. Ou como ele mesmo diz: do momento de *“great powers in action”*. Seu suposto compreende das guerras napoleônicas à ascensão irresistível da China nesses inícios de século XXI. Como exemplos de atuação vão observados o Japão da reestruturação Meiji de 1868 aos ataques a Hiroshima e Nagasaki em 1945, a Alemanha do reich de Otto von Bismark

ao de Adolf Hitler, a URSS de 1917 a 1990, o Reino Unido de 1792 a 1945 e os Estados Unidos de 1800 a 1990.

Em todos esses casos fica evidente a fragilidade do imperativo da cooperação diante do instinto natural de sobrevivência dos Estados.

A maior inovação de *Theory of international politics* de Waltz em comparação a *Politics among nations* de Morgenthau foi justamente considerar a anarquia do sistema internacional como depositária da própria estrutura do sistema. Hans J. Morgenthau em muito influenciado por *Moral man and immoral society* de Reinhold Niebuhr e *The twenty years' crisis* de Edward Carr, mas efetivamente baseado em toda a tradição pessimista que recobre de Tucídides a Dante a Maquiavel a Shakespeare a Jean Bodin a Thomas Hobbes a Rousseau a Clausewitz a Charles Darwin a Marx Weber, considera que a anarquia do sistema internacional emerge da imperfeição da natureza humana encarnada nos Estados que compõem o sistema. John J. Mearsheimer segue Kenneth Waltz na definição da estrutura anárquica do sistema internacional, mas acorda com Hans J. Morgenthau na aferição da imprevisibilidade dos Estados. Ou seja, os Estados temem-se uns aos outros e esse sentimento pode lhes conduzir à aplicação de seus instintos os mais primitivos.

Foram esses instintos primitivos que galvanizaram a guerra ao terror do presidente George Bush e serão eles os eventuais responsáveis por uma possível escalada de conflitos entre os Estados Unidos e a China na busca da afirmação como hegemônico do sistema internacional nos contenciosos do Oriente Médio e da África. E, por ser assim, parece absolutamente oportuna essa nova edição de *The tragedy of great power politics* de John J. Mearsheimer, especialmente em razão de sua mensagem fundamental que lembra a todos que, quer se queira quer não, a tragédia continua.

Resumos

Processos de influências sociais no ambiente on-line: análise da youtuber Jout Jout

Mariana Vassallo Piza

Orientador: Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 21.03.2016

Com o crescente impacto da Internet na vida cotidiana da sociedade, vários questionamentos importantes surgem em meio ao emaranhado de informações que emergem diária e constantemente. Os sites de rede social, em específico, são os grandes responsáveis por movimentar um importante volume de informações, impactando a vida social e individual mundo afora. No entanto, é interessante observar que alguns indivíduos geram mais impacto com o conteúdo que publicam do que outros. Por que isso ocorre?

Tendo como norte este questionamento, a presente dissertação investigou a ocorrência do processo de influência social no ambiente on-line, que possui a qualidade de ser mensurada com maior facilidade, tanto qualitativa como quantitativamente, graças às ferramentas encontradas nos sites de rede social disponibilizadas pelos *softwares*, que são agrupamentos de algoritmos. Através do levantamento do entendimento sociológico acerca das ideias de influência e capital social trabalhadas por Parsons e Bourdieu respectivamente, juntamente com as de sociologia da tecnologia, mais especificamente de Internet e seus dispositivos, buscou-se desenvolver uma reflexão sobre como e por que alguns indivíduos ganham mais destaque do que outros no ambiente on-line. Para ilustrar essas reflexões, temos como objeto de pesquisa a youtuber Jout Jout, que ganhou considerável atenção pública no ano de 2015.

Podemos concluir que a influência no ambiente on-line atua por diversas frentes que estão contidas no *habitus* do indivíduo influenciador, que vão desde o acúmulo de capitais, tanto econômicos, intelectuais, principalmente os sociais, até a disposição para apropriação dos recursos tecnológicos, tal como a utilização dos sites de rede social. Um indivíduo torna-se influenciador quando consegue manter uma audiência cativa por um período de tempo constante, ou seja, quando as va-

riáveis alcance, relevância e ressonância articulam-se entre si. No entanto, pode-se compreender que a oportunidade de influência não é igualitária para todos os indivíduos com acesso à Internet, pois, apesar da sua aparente democracia, ela está disponível de maneira desigual na sociedade. Portanto, conclui-se que a influência no ambiente on-line é, de certa forma, um tipo de privilégio de determinadas camadas e gerações etárias.

Palavras chave: sociologia da tecnologia, comunicação digital, influência, sociologia digital, influenciadores, youtuber, sites de rede social, Internet, online, Jout Jout, YouTube.

Narrativas sobre a prostituição feminina na W3 norte: construindo um dispositivo

Cyntia Cristina de Carvalho e Silva

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Haydée Glória Cruz Caruso

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 01.12.2016

A partir do conceito de dispositivo, desenvolvido por Michel Foucault, proponho a construção de um dispositivo para a prostituição feminina da avenida W3 norte, em Brasília/DF. Assim, analiso, por meio do conceito de representações sociais, de Serge Moscovici, a constante interação das narrativas morais, religiosas, médicas, jurídicas e sociológicas acerca da prostituição feminina com diversos elementos relacionados ao espaço da avenida W3 norte, captados por meio de observação flutuante.

Dessa forma, abordei as questões arquitetônicas e a apropriação do espaço pela prostituição feminina na avenida W3 norte; índices de criminalidade relacionada a esta atividade, entre os anos de 2010 a 2015, através da análise de ocorrências policiais registradas na Polícia Civil do Distrito Federal; entrevistas semiestruturadas com prostitutas, policiais militares e policiais civis que atuam na região, além de clientes do serviço. Ademais, considere também a discussão da prostituição no campo feminista acadêmico e sua interação com os elementos coletados.

Ao final, diante de todos esses elementos heterogêneos foi possível indicar traços para um dispositivo da prostituição feminina da avenida W3 norte, caracterizado pelo intenso tráfego de veículos, pela separação espacial das atividades, pela cristalização de velhas representações sociais morais, religiosas, médicas, jurídicas e sociais sobre a prostituição feminina, pela objetivação das relações pessoais, discricção, praticidade e agilidade da atividade. Ademais, foi possível também constatar que a criminalidade associada à prostituição na W3 norte é pouco significativa quando comparada aos registros totais de ocorrências policiais na área, o que demonstra certa desproporcionalidade da rejeição social à atividade. Contudo, também identifiquei, em razão das características da prostituição no local, uma grande subnotificação de eventuais condutas criminosas relacionadas à atividade, principalmente quando as vítimas são as próprias prostitutas.

Palavras-chave: prostituição feminina, dispositivo, representações sociais, Brasília.

Na linha de frente: A intensificação do trabalho em bancos públicos e suas implicações sobre a saúde dos trabalhadores bancários

Marianne Lima Martins

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 27.06.2016

Trazemos aqui o debate acerca da intensificação do trabalho e seu impacto na saúde dos/as trabalhadores/as, no atual período do modo de produção capitalista. Observamos o aumento da intensidade do labor em seus aspectos micro e macrosociais, considerando as transformações nas condições de trabalho de um determinado ramo de atividade econômica. Tendo bancos públicos federais como campo de observação, buscamos compreender: (a) a relação entre a elevação da intensidade laboral e as mudanças nas condições de emprego dos bancários; (b) os mecanismos patronais adotados para intensificar o trabalho; e (c) o impacto do trabalho intenso sobre a saúde dessa categoria, considerando certas particularidades de gênero que aqui se inscrevem. Na metodologia, utilizamos pesquisa bibliográfica, entrevistas individuais, observação-participante e dos locais de trabalho. Podemos verificar o aprofundamento da exploração dos/as bancários/as na tendência de generalização das terceirizações no setor de atendimento, ao lado de drásticos enxugamentos de quadros das empresas; e também e na sobrelevação dos esforços físico, cognitivo e emocional dos trabalhadores decorrente das práticas patronais usadas para intensificar o trabalho (gestão por metas, extensão da jornada de trabalho, acúmulo de tarefas, aceleração do ritmo da atividade, polivalência e versatilidade). Observamos elementos patogênicos do trabalho intenso em diferentes níveis de desgaste dos/as trabalhadores/as, que se expressaram nas manifestações de fadiga crônica, esgotamento, adoecimento mental e abuso de drogas psicoativas, identificando-se também riscos de morte por sobretrabalho (*karojisatsu* e *karoshi*). Ao considerar a crescente participação feminina neste ramo de atividade, no aperfeiçoamento da exploração dos trabalhadores e elevação da intensidade do labor, verificamos o apelo às emoções e o uso de estereótipos de gênero assinalando às mulheres situações de constrangimento e humilhação no trabalho, aumentando a sobrecarga laboral,

com graves consequências à saúde das trabalhadoras. Nota-se, por fim, a insuficiência das estratégias das direções sindicais frente às demandas que emergem dos locais de trabalho de transformação dessa realidade e melhora nas condições de vida e trabalho.

Palavras-chave: trabalho intenso, saúde do trabalhador, desgaste, mulheres, bancários.

Reestruturação produtiva da economia e terceirização (ou semiescravidão?): os sentidos do trabalho e as disputas por representação sindical dos trabalhadores terceirizados da Universidade de Brasília na Era do Capitalismo Manipulatório

Samuel Nogueira Costa

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christiane Girard Ferreira Nunes

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 27.06.2016

As alterações causadas pela reestruturação produtiva da economia capitalista a partir da década de 1970 estimularam profundas alterações no mundo do trabalho, provocando a emergência de modalidades de precarização como forma de manter a taxa de lucro das economias dos países centrais e a consequente sobrevivência do capitalismo. Essa conjuntura global acarretou desdobramentos no âmbito nacional e particular que podem ser mensurados a partir da proporção que vem ganhando a terceirização na composição do emprego em determinadas atividades da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo central deste estudo é compreender o fenômeno da terceirização do trabalho no setor público, mais especificamente, na Universidade de Brasília, além dos sentidos do trabalho e do impacto desse fenômeno no movimento sindical dos trabalhadores terceirizados da UnB na última década. Ao final do presente estudo, espera-se ter reunido argumentos que comprovem que a reestruturação produtiva da economia não só precarizou as condições de vida e trabalho dos terceirizados, mas também dificultou a representação desses trabalhadores em organizações sindicais, contando com a atuação do “novo sindicalismo” para promover tal reestruturação.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, terceirização, movimento sindical, neoliberalismo.

O lazer nosso de cada dia: na Estrutural e em Brasília

Werles Xavier de Oliveira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Murta Collares

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 16.02.2017

Este estudo tem como objeto o tempo livre e o lazer nas sociedades contemporâneas, abordando especialmente o lazer em contextos sociais de baixa renda, como o da Cidade Estrutural, no Distrito Federal. Nesse sentido, busco compreender como agentes sociais reagem às imposições ao gozo de seu tempo livre ditadas por seu baixo nível de renda no que tange à satisfação de suas necessidades de lazer. Em outros termos, busco responder como os moradores da Estrutural satisfazem suas necessidades de lazer com poucos recursos. A fim de obter um parâmetro de comparação ou elemento de contraste buscou-se estudar também o lazer em um contexto de classe média como o do Plano Piloto/Brasília. Dessa forma, a pesquisa aborda temas como a história do lazer, dinheiro, consumo, racionalidade e mercantilização das relações sociais, tempo de trabalho e tempo de lazer, as relações entre o lazer e o desvio, a religião e a TV etc. Os resultados desta pesquisa ratificam a importância dos estudos sobre o lazer nas sociedades contemporâneas, revelando, por exemplo, os caminhos encontrados pelos moradores para usufruírem seus lazeres a despeito do condicionamento da renda na Estrutural. Já no Plano Piloto/Brasília, a necessidade de evasão, de fuga do cotidiano, ativada pelo recurso à renda, ganhou destaque, revelando algumas das respostas encontradas pelos habitantes para satisfazerem esse anseio e mostrando ainda o impacto do projeto urbanístico nas sociabilidades engendradas na capital. Por fim, o estudo também possibilitou expandir em alguma medida os limites teórico-conceituais da sociologia do lazer ante o confronto com a realidade empírica observada.

Palavras-chave: Tempo livre, lazer, estrutural, Plano Piloto, sociologia do lazer.

A representação do corpo feminino na *Nouvelle Vague* e no Cinema Novo, 1962-1972

Maria Bernadete Brasiliense

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Brasil Gonçalves Madeira

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 20.02.2017

Esta pesquisa tem como tema e objeto de reflexão o corpo feminino assim como nos é apresentado nas narrativas do Cinema Novo no Brasil e da *Nouvelle Vague* na França, entre 1962 e 1972. Uma releitura dessas representações fílmicas corrobora a importância que foi atribuída a esses novos cinemas, seja por serem considerados movimentos de vanguarda e seus diretores vistos como revolucionários e modernos, seja pela tentativa de encontrar respostas aos questionamentos de uma sociedade em plena ebulição, aventurando-se em temas então candentes na década da liberação feminina.

Essa década não foi apenas de transformação do cinema a que damos ênfase, mas também a de uma verdadeira revolução no que concerne às relações entre homem e mulher e às discussões dos movimentos feministas que ganham força nessa época. Neste contexto e com o advento da pílula, a mulher luta por emancipação e se liberta das amarras morais. Necessário se faz entender as representações do corpo feminino e as contradições morais, sociais e culturais que acontecem a partir desse novo paradigma, das mudanças requeridas pela mulher, compreendendo o complexo funcionamento do corpo feminino, entre a autoimagem e as imagens que a sociedade propõe para a construção da subjetividade.

Após uma discussão teórica em torno do conceito de representação, a tese se dedica à análise de seis filmes, separados de dois em dois pela representação do corpo feminino em categorias como: CORPO ABJETO: O padre e a moça, 1965, de Joaquim Pedro de Andrade e Viver a vida, 1962 (*Vivre sa vie*), de Jean-Luc Godard; CORPO DO DELITO, O desafio, 1965, de Paulo Sérgio Saraceni e A mulher infiel, 1969 (*La femme infidèle*), de Claude Chabrol; por último, CORPO E SUBJETIVIDADE: Todas as mulheres do mundo, 1966, de Domingos de Oliveira e Cléo de 5 à 7, 1962, de Agnès Varda, totalizando seis filmes, sendo três filmes do Cinema Novo brasileiro e três da *Nouvelle Vague* francesa.

Palavras-chave: corpo feminino, Cinema Novo, *Nouvelle Vague*, representação social.

O impacto do *status* profissional na saúde do trabalhador: uma comparação entre Brasil e Portugal

Carlos Miguel Figueiredo Afonso

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Murta Collares

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 09.03.2017

O debate sobre as desigualdades sociais em saúde tem-se alastrado por todo o mundo desde a década de 1970, mas este debate constitui uma tarefa inacabada na medida em que este tipo de desigualdade persiste em sociedades democráticas como a do Brasil e de Portugal, tornando necessário estudar as disparidades sociais em saúde e encontrar padrões de saúde entre grupos sociais que permitam a obtenção de informação que proporcione uma intervenção mais incisiva em políticas de saúde pública e que abra caminho para a consolidação de um modelo social de saúde e para a adoção de uma nova postura epistemológica contra o modelo biomédico. Ao considerar este contexto, a presente tese incorpora quatro estudos que visam estudar a relação entre *status* profissional (operacionalizada através da tipologia socioprofissional de classe ACM) e a saúde (saúde percebida, restrições de saúde, fatores de risco para a saúde e saúde mental) no Brasil e em Portugal através de testes estatísticos (one-way ANOVA, Kruskal-Wallis e Qui-Quadrado) e através da análise de correspondências múltipla (projetando os indicadores de saúde e categorias socioprofissionais de classe no espaço social). Para o Brasil analisaram-se os dados das respostas à Pesquisa Mundial em Saúde da OMS (2003) e do suplemento de saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2008). Para Portugal, analisaram-se também os dados das repostas da Pesquisa Mundial em Saúde e procedeu-se a aplicação de um questionário de estado de saúde a uma amostra de 229 trabalhadores de Portugal Continental. Para além dessa análise de dados examinaram-se indicadores institucionais de saúde, laborais, ambientais, sociais e econômicos que diferenciam as realidades brasileira e portuguesa em termos de saúde.

Todos os estudos demonstraram que os grupos de menor *status* profissional (assalariados agrícolas, operários e desempregados) são os que apresentam pior saúde percebida e piores indicadores de saúde a nível de restrições no cotidiano e saúde mental, indiciando a existência de acentuadas desigualdades sociais em saúde consoante *status* profissional. No caso brasileiro essas desigualdades sociais se mani-

festam com maior assimetria, sendo os trabalhadores agrícolas os mais visados em termos de fatores de risco para saúde e pior saúde percebida. No caso português, as atenções dispersam-se pelos operários, assalariados agrícolas, desempregados e empregados executantes, sendo que todos estes grupos apresentam piores indicadores de saúde em comparação com os restantes.

Palavras-chave: desigualdades sociais em saúde, Brasil, Portugal, *status* profissional, tipologia ACM, saúde e trabalho, análise de correspondências múltipla, espaço social.

Justiça Criminal e punição para traficantes e usuários de drogas no Distrito Federal: análise dos processos criminais no período de 2002 a 2010

Rafael Augusto Da Costa Alencar

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 16.09.2017

A pesquisa de doutorado surgiu a partir da constatação do aumento da população carcerária, no Brasil e no Distrito Federal, incriminada e condenada com base na legislação sobre drogas. A proporção de pessoas presas por tráfico de drogas continuou a aumentar a partir de 2006, quando entrou em vigência a então chamada nova Lei de Drogas, Lei n.º 11.343/06. A investigação empírica analisa processos criminais por tráfico de drogas, no período de 2002 a 2010, para avaliar os efeitos da mudança legislativa nas punições aplicadas aos indivíduos sentenciados. Foram utilizados dados secundários da Polícia Civil, da Polícia Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que indicaram a tendência de aumento no número de ocorrências e de indiciamento em matéria de drogas. Dados primários foram elaborados a partir da análise documental dos autos processuais relativos aos crimes de porte de drogas para consumo pessoal e de tráfico de drogas. Conclui-se que, a despeito da nova lei sobre drogas, não houve aumento substancial na proporção de condenados, nem houve mudanças relevantes no quantum penal aplicado nas sentenças condenatórias.

Palavras-chave: justiça criminal, tráfico de drogas, lei de drogas, punição.

Normas de publicação

Universidade de Brasília- UnB / Instituto de Ciências Sociais- ICS
Departamento de Sociologia- SOL
Revista Sociedade&Estado
novo prédio ICS
Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
CEP 70910-900 — Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br
[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade-e-Estado)

A Revista Sociedade & Estado busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

Trabalhos originais em sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação sociedade/Estado em diferentes contextos sócio-históricos e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas;
2. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais;
3. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica;
4. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados;
5. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa;
6. Resenhas;

7. Homenagens;

8. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um(a) professor(a) do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador(a) associado(a) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ambos da UnB;

9. Notícias.

II. APRECIÇÃO DOS TRABALHOS

1. A revista publica artigos de doutores/as, bem como de doutores/as e doutorandos/as. Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela direção da revista, que fará uso de, pelo menos, dois(duas) especialistas no tema para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria;

3. Os(as) autores(as) serão notificados(as) da aceitação ou recusa de seus artigos;

4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao(à) autor(a), que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês;

5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação deve ser realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.

2. O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.

3. Na primeira página do original deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver) e o nome do(s)(a)(as) autor(es)(a)(as). Também deverão trazer os dados sobre o(s)(a)(as) autor(es)(a)(as) (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).

4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*);

5. As resenhas deverão vir com no máximo oito laudas em espaçamento duplo.

6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores(as) no correr do texto devem subordinar-se à forma autor(a), data, página;]

7. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração;

8. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

9. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

▫ Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

▫ Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. XIII, n. 1, p. 160-187, 1998.

▫ Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.

▫ Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

10. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é do(a) autor(a); e

11. Cada autor(a) receberá três exemplares do fascículo no qual seu artigo foi publicado.

